



PPGL

Programa de Pós-Graduação em Letras
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Campus I – Rodovia BR 285, Km 292

Bairro São José – Passo Fundo, RS

CEP: 99.052-900

E-mail: ppgletras@upf.br

Web: www.ppgl.upf.br

Fone: (54) 3316-8341

Charlene Oliveira Trindade

AS MARCAS LINGUÍSTICAS DA SUBJETIVIDADE: UM ESTUDO DA
SINGULARIDADE ENUNCIATIVA EM FÓRUM DE DISCUSSÃO NA
EAD

Passo Fundo, março 2016

Charlene Oliveira Trindade

**AS MARCAS LINGUÍSTICAS DA SUBJETIVIDADE: UM
ESTUDO DA SINGULARIDADE ENUNCIATIVA EM FÓRUM
DE DISCUSSÃO NA EAD**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação da Prof.a Dra. Cláudia Stumpf Toldo Oudeste.

Passo Fundo

2016

Para meus pais, Eloi e Ana Eliza, meus verdadeiros mestres da vida.
Para meu irmão Vinícius, minha inspiração para os estudos.
Para meu companheiro, Juliano, pelo amor verdadeiro e sincero, e por me
proporcionar paz todos os dias.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me concedido oportunidade, saúde e vontade para realizar este trabalho.

Aos meus familiares, que sempre me incentivaram a estudar.

À Universidade de Passo Fundo, pela qualidade de ensino, pela possibilidade de realizar este Curso.

À Capes, pelo apoio financeiro.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF, especialmente, Dr. Ernani Cesar de Freitas, Dra. Telisa Furlanetto Graeff, Dra. Luciana Maria Crestani e Dra. Marlete Sandra Diedrich, com quem muito Aprendi.

À Karine, secretária do PPGL, pela constante ajuda e incentivo.

Aos meus colegas do mestrado, especialmente Ariane e Nelson, pela amizade, coleguismo e pelas experiências compartilhadas no decorrer do Curso.

Às amigas de longa data, Fabiane Fruet e Tiane Quadros, pela verdadeira amizade, incentivo e inspiração para os estudos.

À Mariana Uczay, pela ajuda e disponibilidade durante a coleta do *corpus* deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho do *campus* Palmeira das Missões/UFSM.

À minha cachorra Cindy, fiel companheira de todos os momentos, a qual mesmo não sendo racional, esteve sempre ao meu lado, amenizando as horas difíceis e solitárias durante a escrita.

E, finalizando, um agradecimento especial à Professora Dra. Cláudia Stumpf Toldo Oudeste por me guiar neste estudo. E também por mostrar-me que é possível ser, com êxito, pesquisadora, professora, mulher, amiga, companheira e... humana ao mesmo tempo.

O homem sentiu sempre – e os poetas
frequentemente cantaram – o poder
fundador da linguagem, que instaura uma
sociedade imaginária, anima as coisas
inertes, faz ver o que ainda não existe, traz
de volta o que desapareceu.
(Émile Benveniste)

RESUMO

Neste trabalho, temos o propósito de realizar um estudo enunciativo em fórum de discussão na educação a distância. Nosso objetivo geral é investigar de que forma se constituem as marcas subjetivas na linguagem do tutor, no contexto da educação a distância, a partir da abordagem da singularidade enunciativa da/na língua, fundamentada pela Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (2005/2006) e também estudada por Flores e Teixeira (2008), Fiorin (2005) e Maingueneau (1996). Nesse contexto teórico, utilizamos como *corpus* as enunciações dos tutores do Curso de Graduação em Letras Português e Literaturas a distância, da Universidade Federal de Santa Maria, vinculada à Universidade Aberta do Brasil, no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem Moodle, mais especificamente, do fórum *Artigo de Opinião e Carta Aberta* da disciplina *Gêneros e Leitura*. As enunciações dos tutores foram analisadas e posteriormente confrontadas com as enunciações do professor da disciplina, que disponibilizou duas videoaulas no ambiente virtual sobre o tema para ser discutido no fórum. A análise buscou confirmar as hipóteses de que o tutor da educação a distância é um sujeito que repete o enunciado do outro, porém mostra sua subjetividade; ou de que o tutor é um sujeito que conquista seu lugar, mostra seus pontos de vista e modifica sintaticamente, mas não semanticamente, o enunciado do professor. A análise foi realizada por meio da verificação das marcas enunciativas de subjetividade mais evidentes nas enunciações como a categoria de pessoa, tempo e espaço, e além de outros recursos linguísticos nomeados por Benveniste (2006b) como procedimentos acessórios em *O Aparelho Formal da Enunciação*. Ao final deste estudo, concluímos que o tutor da educação a distância, por meio de suas estratégias comunicativas, marca-se como um “professor” que promove a aprendizagem e motiva a participação no fórum de forma colaborativa, entretanto, esse tutor é um mediador que necessita do discurso do professor “autorizado” para amparar seu discurso.

Palavras-chave: Enunciação, Subjetividade, Tutor EAD, Fórum de Discussão, Educação a Distância.

ABSTRACT

In this work, our purpose is to execute an enunciation study in the discussion forum on distance education. The general objective is verify how is constituted the subjective language marks from the tutor, in the distance education context , grounded by Enunciation Theory of Émile Benveniste (2005/2006) complemented with studies by Flores and Teixeira (2008), Fiorin (2005) and Maingueneau (1996). In this theoretical context, it was used as *corpus* the utterances from virtual learning environment of Undergraduate Course in Letters Portuguese and Literatures in the distance education modality, at Universidade Federal de Santa Maria, more specifically, the forum *Artigo de opinião e carta aberta* from the subject *Gêneros e Leitura*. The utterances of the tutors were analyzed and then confronted with the utterances of the subject professor, who released two video lessons in the virtual environment on the topic to be discussed at the forum. The analysis sought to confirm hypothesis that the distance education tutor is a person who repeats the statement of the other, but this tutor still shows its subjectivity; or that tutor is a person who conquers his place, but shows his views and modifies the professor' statement syntactically, but not semantically. The analysis was performed by verifying the enunciation marks more subjectivity obvious in utterances as one category, time and space, and in addition to other linguistic resources appointed by Benveniste (2006b) as accessories procedures in *O Aparelho Formal da Enunciação*. At the end of this study, we conclude that the distance education tutor, although his communication strategies, has an image of a “teacher” that promotes learning and motivates participation in the forum collaboratively, however, this tutor is a mediator who needs the “professor” speech to support his discourse.

Keywords: Enunciation, Subjectivity, DE Tutor, Discussion Forum, Distance Education.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cinco gerações de educação a distância.....	25
Figura 2 – Configuração da oferta de cursos de graduação a distância.....	34

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVEA Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem

EAD Educação a Distância

Moodle Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

TICs Tecnologias da Informação e da Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA E PRESSUPOSTOS SOBRE A EAD .	17
2.1 POR QUE ANALISAR FÓRUM DE DISCUSSÃO NA EAD?	17
2.2 FORMAÇÃO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE: EAD E TICS... 19	
2.3 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EAD	24
2.4 HISTÓRICO DA EAD NO BRASIL.....	29
2.5 O FÓRUM DE DISCUSSÃO DA EAD: GÊNERO DISCURSIVO E FERRAMENTA TECNOLÓGICA	35
2.6 OS SUJEITOS DA EAD: O TUTOR É PROFESSOR?	39
3 LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO: UMA POSSIBILIDADE DE ESTUDO DA SUJETIVIDADE EM FÓRUMS DE DISCUSSÃO NA EAD	43
3.1 OS ESCRITOS DO CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL.....	44
3.2 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE	50
3.2.1 A subjetividade na linguagem	54
3.2.2 A categoria de pessoa.....	58
3.2.3 Os pronomes e os verbos como marcas de subjetividade na linguagem.....	61
3.2.4 A experiência humana na e pela linguagem.....	65
3.2.5 A forma da enunciação	68
3.2.6 Singularidade enunciativa: o irrepitível na língua	72
4 ANÁLISE DAS MARCAS DE SUBJETIVIDADE DO TUTOR NO FÓRUM DE DISCUSSÃO DA EAD	77
4.1.2 Procedimentos de análise.....	81
4.2 AS MARCAS DE SUBJETIVIDADE DO TUTOR NO FÓRUM DE DISCUSSÃO DA EAD: UMA ANÁLISE DA SINGULARIDADE ENUNCIATIVA	82
4.2.1 Ato.....	82
4.2.2 Situação.....	86
4.2.3 Instrumentos	95
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	111
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	116
ANEXOS	120

1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância, EAD, é uma modalidade de ensino que tem se destacado no cenário educacional brasileiro. Caracteriza-se de uma forma diferenciada de estudo, pelo fato de ter o computador como suporte, utilizando a Web¹ e os espaços cibernéticos² (MARCUSCHI, 2010). Nesse sistema de ensino, os sujeitos que atuam diretamente no processo de ensino e aprendizagem são os alunos, os professores e os tutores.

No ambiente educacional, devido aos avanços das tecnologias de informação e comunicação, novas situações, contextos e ferramentas comunicativas se desenvolveram para aprimorar o processo de ensino e de aprendizagem. Um exemplo dessa nova esfera enunciativa se observa nos Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem (AVEA) da EAD, que estão ampliando as possibilidades de comunicação entre as pessoas envolvidas nessa realidade de ensino. A Educação a Distância, no Brasil, teve impulso com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no ano de 2005, pelo Ministério da Educação e, desde então, tem proporcionado o acesso ao ensino superior para diversas pessoas. Nesse contexto, os AVEA criam oportunidades para o compartilhamento do acesso às informações e ao trabalho de forma colaborativa entre professores, tutores e alunos, além de agregarem ferramentas que disponibilizam conteúdos e contribuem para a aprendizagem.

Entre as ferramentas disponíveis para promover a comunicação a distância no AVEA Moodle³, utilizado pelos Cursos ofertados pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, destaca-se o Fórum de Discussão, que é um espaço que permite a comunicação e também possibilita o desenvolvimento de inter-relações aluno-aluno, aluno-tutor, aluno-professor sobre os conteúdos trabalhados na disciplina, avisos gerais, entre outras interações. Assim, por meio dessa ferramenta, tutor e professor superam a questão espacial e

¹ Termo da língua inglesa, que significa "rede", e no contexto da informática se refere a um conjunto de redes de computadores interconectados que utilizam o protocolo TCP/IP, é o sistema operacional que opera através da internet.

² De acordo com Lévy (2000), é um novo espaço de interação humana, instaurado por meio de uma rede informatizada. Esse espaço já tem uma grande importância no plano econômico e científico, podendo se ampliar a vários outros campos.

³ O MOODLE (*Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment*) é um Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA), ou seja, é um sistema de gerenciamento de cursos online.

temporal para promoverem enunciados pertinentes à formação acadêmica na EAD.

O professor na EAD tem o papel de produzir o livro texto da disciplina; elaborar as aulas, as atividades e avaliações no AVEA; ministrar as teleaulas; mediar fóruns e orientar os tutores nas atividades da disciplina e no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O tutor tem como atribuições acompanhar os processos de ensino e de aprendizagem; orientar os alunos; esclarecer dúvidas; corrigir trabalhos e avaliações virtuais; participar dos fóruns de discussões; realizar chats com os alunos e comunicar-se com esses pelo sistema de mensagens.

Uma das principais particularidades da EAD é o papel do tutor, pois esse profissional desempenha múltiplas funções relacionadas ao acompanhamento dos processos de ensino e de aprendizagem. Assim como o professor, o tutor deve ser licenciado na área do Curso, e uma de suas principais atividades na EAD é a mediação nos fóruns de discussão da disciplina. É por meio do fórum de discussão que o tutor interage e tem a possibilidade de se enunciar; ou seja, é onde ele, por meio de suas marcas enunciativas de subjetividade, propõe-se como sujeito e, por meio de seu discurso, constituir um papel de agente formador, com uma função ativa nos processos de ensino e de aprendizagem para os alunos.

A enunciação, ato de produção individual de uso da língua, ocorre em todas as esferas sociais em que o sujeito está inserido como, por exemplo, no ambiente familiar, no trabalho, na escola, entre outros, e, nessas situações, a subjetividade do falante se mostra em sua fala. No contexto da EAD, percebe-se a importância da reflexão sobre o uso das ferramentas de comunicação nessa modalidade, que devem ser utilizadas pelos professores e tutores de forma a colaborar na promoção de diálogos e na construção da aprendizagem a distância. O uso de estratégias enunciativas do tutor com os alunos nos fóruns de discussão é de grande relevância, uma vez que essa ferramenta pode ser utilizada não somente na construção de conhecimentos relativos às disciplinas, mas também ser aproveitada como meio de discussão de conceitos, ensinamentos e reflexões inerentes à formação ética e social desses estudantes. Nesse sentido, é por meio do fórum de discussão que o tutor tem a oportunidade de se enunciar e desenvolver interações que possam superar o

obstáculo da distância tempo-espaco-sujeito e promover diálogos pertinentes não só à disciplina, mas também à formação e ao desenvolvimento intelectual e crítico dos alunos. Assim, o fórum de discussão é considerado um recurso propício para esse tutor se colocar como sujeito e constituir um papel de mestre para os alunos, uma vez que a verificação da subjetividade do tutor ocorre por meio das marcas enunciativas de seu discurso, e mostram como esse tutor, assim como sua prática pedagógica, é reconhecido pelos alunos.

Logo, por meio das estratégias enunciativas do tutor no fórum de discussão, o problema desta pesquisa é analisar quais são as marcas linguísticas que esse profissional usa para se constituir como sujeito. Que marcas são atribuídas a ele? O tutor seria a figura intermediária entre o professor e os alunos, com o papel de somente transmitir um discurso com todas as ideias veiculadas do professor? Ou esse tutor reelabora seu discurso, constituindo-se um sujeito responsável por sua enunciação e não um repetidor? Nesta pesquisa, temos duas hipóteses que buscamos confirmar ao fim do estudo: a de um sujeito que repete o enunciado do outro, porém, mesmo assim, ele mostra sua subjetividade; ou a de um sujeito que também conquista seu lugar, entretanto, mostra seus pontos de vista, sua maneira de pensar sobre o enunciado do outro, modificando sintaticamente, mas não semanticamente, o enunciado do professor-pesquisador.

A justificativa para esse estudo parte das observações como Tutora Presencial no Curso de Graduação em Letras/Português e Literaturas (Licenciatura a Distância) da UFSM/UAB, onde presenciei essa questão nos fóruns de discussões do Curso de Letras/EAD, além do interesse em aprofundar os conhecimentos referentes à singularidade enunciativa da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (2005/2006), e também por causa de todo meu histórico acadêmico e profissional, o que me levou a trabalhar com esse objeto de pesquisa e com essa teoria. Para explicitar as razões que me levaram a investigar a enunciação nesse contexto de discurso, ou seja, no fórum de discussão na EAD, no AVEA Moodle, a seguir será apresentado um relato de minha trajetória acadêmica e profissional, abordando como as questões educacionais contemporâneas influenciaram e ainda direcionam minha formação, meu trabalho e minha atividade como pesquisadora.

Desde que ingressei no Curso de Letras – Habilitação Inglês e Literaturas de Língua Inglesa na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, no ano de 2004, tenho buscado trabalhar com pesquisa e tive a oportunidade de iniciar esse caminho quando estava no 3º semestre do referido Curso; comecei como participante do projeto *A presença do sujeito no discurso acadêmico*, sob orientação da Professora Dra. Tania Regina Taschetto, docente do Departamento de Letras Clássicas, Filologia e Linguística da UFSM. No semestre seguinte, já como bolsista do projeto, desenvolvi o *corpus* de minha pesquisa em artigos acadêmicos de revistas eletrônicas. Nesse mesmo ano, também participei e fui bolsista do projeto *Talking Group – Sessão de debates com o mediador*, orientado pela mesma professora. Nesse projeto tive a oportunidade de desenvolver e acompanhar trabalhos relativos à Tecnologia da Informação e da Comunicação. No ano seguinte, com o afastamento da Professora Tania Taschetto, devido a uma licença particular, os projetos foram encerrados. Com isso, decidi mudar de área e comecei a realizar trabalhos e projetos de extensão na área da Educação e fui vinculada como bolsista do projeto Inglês na Educação Infantil, financiado pelo PROLICEN (Programa de Licenciaturas), e com orientação da Professora Mestra Ana Marilza Bittencourt, docente do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFSM. Esse trabalho resultou no *corpus* para o meu Trabalho de Conclusão de Curso. Durante esse projeto, realizei atividades de elaboração, preparação e aplicação de métodos e materiais didáticos para o ensino da Língua Inglesa na Educação Infantil, explorei recursos tecnológicos e audiovisuais como a Internet, a televisão e os filmes infantis.

Posteriormente, já formada e atuando como professora de Língua Inglesa, continuei trabalhando com o público infantil, elaborando materiais e desenvolvendo atividades pedagógicas que exploravam as Tecnologias da Informação e da Comunicação - TICs para acompanhar a realidade, o contexto e o interesse dos alunos dessa faixa etária. Foi, então, nesse contexto que, no ano de 2008, senti a necessidade de aprofundar meus estudos e qualificar minha formação docente na área das TICs. Assim, em 2009 ingressei no Curso de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas à Educação da UFSM. Já no primeiro semestre da Especialização, obtive suporte teórico e prático de como utilizar as ferramentas educacionais

virtuais de modo a melhor trabalhar com a metodologia de ensino e aprendizagem nos AVEA. Nesse período, fui aprovada numa seleção de tutoria e tive minha primeira experiência como tutora a distância num Curso EAD, trabalhei como tutora a distância no Curso de Licenciatura em Letras – Inglês e Literaturas, oferecido pela UFSM através da Rede Gaúcha de Educação a Distância (REGESD)⁴. No semestre seguinte, ingressei como tutora a distância no Curso de Licenciatura em Letras – habilitação Espanhol e Literaturas a distância da UFSM, oferecido pela Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁵. O contexto e o trabalho exercido na tutoria do Curso de Letras – Espanhol serviu de *corpus* para o meu Trabalho Final da Especialização, no qual foi abordado o uso da ferramenta blog do AVEA Moodle como recurso colaborativo de ensino-aprendizagem. Concomitantemente com a tutoria a distância, trabalhei como designer educacional⁶ em uma empresa de Educação a Distância que atuava no meio corporativo e, por meio desse trabalho, pude vivenciar e aprofundar meus conhecimentos sobre a importância de um projeto instrucional bem estruturado para a otimização do processo de ensino-aprendizagem de um curso a distância, tendo a visão e a experiência da EAD no contexto acadêmico e também no meio corporativo.

No ano de 2011, comecei a participar do Grupo de Pesquisa Kósmos, que estuda sobre os ambientes virtuais de ensino-aprendizagem e as redes de formação docente, e ingressei como participante do projeto *Docência, Tutoria e Discência em Ambientes Virtuais e Ensino-Aprendizagem (AVEA): Processos Formativos nos cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria*, coordenado pela professora Doutora Adriana Maciel, docente do Departamento de Fundamentos da Educação, da UFSM. Esse projeto tinha como objetivo investigar o perfil, as competências e as necessidades formativas dos sujeitos que interagem no contexto virtual dos cursos de

⁴ A REGESD (Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância) é uma rede educacional formada por oito universidades gaúchas com o objetivo de oferecer cursos de graduação em licenciatura, na modalidade à distância, por meio da utilização de recursos humanos, materiais e tecnológicos e contribuir para o aprimoramento do processo de ensino, pesquisa e extensão nas áreas relacionadas à modalidade a distância dessas oito instituições. Os cursos são oferecidos para professores sem formação universitária, do sistema público de ensino. Mais informações no site <http://www.regesd.tche.br>.

⁵ A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema de ensino público, integrado por universidades públicas, que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. Mais informações em <http://uab.capes.gov.br>.

⁶ Designer educacional é o profissional responsável pela seleção e organização dos conteúdos de um curso online através de diferentes mídias e recursos. Esse trabalho envolve análise do conteúdo para melhor disponibilizá-lo, levando em consideração o público e a linguagem a ser utilizada. Muitas vezes, é o profissional que serve de elo entre web designers, professores e autores do conteúdo, dessa forma, a comunicação é muito importante em sua formação.

licenciatura da UFSM, tendo como foco a perspectiva de sua formação e desenvolvimento profissional.

No ano seguinte, devido à nomeação em um concurso público para trabalhar na UFSM, *campus* de Palmeira das Missões/RS, desvinculei-me do projeto e da tutoria do Curso de Letras/Espanhol/EAD, pois, em virtude de estar em outra cidade, ficaria inviável participar das reuniões semanais dessas atividades.

Finalmente, no fim do ano de 2013, prestei seleção e fui aprovada para cursar o Mestrado em Letras (PPGL-UPF), na linha de pesquisa Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso. Em 2014, quando iniciei o Curso de Mestrado, fui selecionada para trabalhar como tutora presencial do Curso de Letras – habilitação Português e Literaturas, na modalidade EAD, no Polo de Apoio Presencial da UAB em Palmeira das Missões. Assim, concomitantemente ao trabalho da tutoria, comecei a pesquisar e a estudar de maneira mais aprofundada a Linguística da Enunciação no Curso de Mestrado, retornando ao assunto do meu primeiro trabalho de pesquisa quando ainda estava na graduação: a subjetividade na linguagem e a Linguística da Enunciação de Benveniste. Consequentemente, meu percurso acadêmico e profissional justifica, em grande parte, a escolha do tema de pesquisa e do objeto de estudo, uma vez que serviram de motivações para iniciar minha trajetória como pesquisadora no Curso de Mestrado.

A fim de responder aos questionamentos mencionados, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar como se constituem as marcas subjetivas do tutor, no contexto da EAD, a partir da abordagem da singularidade enunciativa na língua, fundamentada pela Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (2005/2006). Além desse objetivo geral, pretende-se também Identificar as marcas de subjetividade no gênero fórum de discussão da EAD por meio da categoria de pessoa; demonstrar a constituição do sujeito (eu) e da segunda pessoa (tu); apresentar algumas reflexões sobre a questão da subjetividade nos fóruns de discussão; e entender e abordar de forma detalhada a questão da singularidade linguística pela Teoria da Enunciação.

Em resumo, esta pesquisa tem como tema a análise das marcas linguísticas da subjetividade no fórum de discussão na EAD, com o objetivo principal de investigar que marcas subjetivas o tutor utiliza para se enunciar.

Para executar a pesquisa, foram coletadas as enunciações dos tutores do Curso de Graduação em Letras/Português e Literaturas EAD/UFSM/UAB, no AVEA Moodle, mais especificamente, do fórum 2 da disciplina *Gêneros e Leitura*. Essas enunciações serão confrontadas com as falas do professor da disciplina, que disponibilizou duas videoaulas na internet sobre os tópicos tratados no fórum. Para dar conta deste estudo, este trabalho está dividido em cinco partes principais: no primeiro capítulo teórico, tem-se uma contextualização mais detalhada do cenário da pesquisa, histórico da EAD no Brasil e as principais características do gênero discursivo fórum de discussão; o segundo capítulo teórico traz o embasamento teórico dessa pesquisa, iniciando com a Linguística da Enunciação até o estudo da singularidade enunciativa, alicerçada pela Teoria de Enunciação de Émile Benveniste (2005/2006); o próximo capítulo conduz à metodologia e a análise da pesquisa e, por fim, ao término desse trabalho, apontam-se os resultados e as reflexões finais do caminho percorrido no andamento da pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA E PRESSUPOSTOS SOBRE A EAD

A fim de iniciar a reflexão teórica desta pesquisa, neste capítulo serão apresentadas algumas considerações sobre a Educação a Distância e a maneira de como esse contexto educacional vem se estabelecendo. Após isso, será abordado o histórico da EAD no Brasil e a constituição do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio de reflexões a partir de estudiosos desse tema. A seção seguinte tratará sobre alguns aspectos do sujeito tutor, abordando-se o papel desse profissional em um Curso EAD, assim como as competências necessárias para a atuação desse professor. E, para encerrar este capítulo, serão apresentadas as principais características do gênero discursivo Fórum de Discussão, também considerado aqui nesta pesquisa como uma ferramenta de aprendizagem no ensino a distância. Portanto, este capítulo teórico inicial faz uma revisão sobre os principais conceitos acerca dessa modalidade de ensino que vem se constituindo e ganhando cada vez mais espaço rumo à democratização do ensino.

2.1 POR QUE ANALISAR FÓRUM DE DISCUSSÃO NA EAD?

O avanço do conhecimento científico-tecnológico das últimas décadas impulsionou o aprimoramento das tecnologias de informação e comunicação para internet, conseqüentemente, isso oportunizou o aumento da comunicação em rede entre os sujeitos. Essas inovações tecnológicas cada vez mais tomam espaço na vida cotidiana e também no campo profissional e educacional. Em virtude disso, a educação vem percorrendo transformações significativas que têm modificado as interações e a comunicação no processo de ensino e aprendizagem. Cada vez mais se torna relevante refletir e investigar como o processo de ensino e aprendizagem pode ser impulsionado pelas TICs, pois as inovações tecnológicas assumem um papel importante no âmbito educacional. É possível observar que o campo educacional mediado pelas tecnologias vem passando por uma fase de grandes transformações que têm modificado a forma de como ocorre interação e interatividade no processo de ensino e

aprendizagem. Em razão disso, atualmente existem inúmeros cursos sendo ofertados, tanto na modalidade EAD quanto na presencial, que utilizam os recursos e as tecnologias dos AVEA, como os fóruns e os chats para a comunicação síncrona e assíncrona⁷. Sem esses recursos, seria impossível haver uma comunicação rápida e prática entre os sujeitos envolvidos nesse processo, interação e interatividade, que hoje fazem parte das relações sociais, sempre estiveram presentes no processo educacional. Assim, discutir sobre educação hoje nos alude a tratar de conceitos próprios desse novo contexto, como: tecnologia, recursos digitais, aprendizagem online, interação e interatividade, ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, entre outros. Com isso, um grande desafio é colocado à escola, pois a cultura interativa requer uma nova forma de aprender.

Nesse sentido, por meio do meu percurso e trabalho com a EAD e também como pesquisadora sobre essa temática, foi possível verificar que as mudanças advindas do século XXI influenciaram não somente a educação, mas também a formação de professores. Essas mudanças exercem uma influência direta na atuação docente, pois esta já não pode ser vista como reduzida ao domínio dos conteúdos das disciplinas e à técnica em transmiti-los. No atual contexto da educação, o professor deve lidar com um conhecimento em permanente construção, considerando os aspectos do desenvolvimento humano e social. Zabalza (2006) analisa o professor levando em consideração os fatores políticos, sociais e culturais, salientando que o papel do professor dentro das universidades tem que ser focado na docência e na formação dos discentes, pois o que tem se verificado é uma grande preocupação com a produção de projetos de pesquisas, publicações e congressos em vez do questionamento sobre o nível de formação oferecido aos discentes.

Zabalza (2006) também enfatiza que a docência sugere desafios e exigências superiores aos conhecimentos específicos de cada profissão, uma vez que é necessária a aquisição de habilidades voltadas às atividades docentes para melhorar a qualidade de ensino, pois ser um bom docente não é o mesmo que ser um bom pesquisador ou um bom profissional de uma área de conhecimento. Logo, as práticas voltadas à formação de professores do ensino

⁷ A comunicação síncrona ocorre por meio de ferramentas de comunicação simultânea, como os chats, Webconferências. A comunicação assíncrona ocorre de maneira não simultânea no contexto virtual, como, por exemplo, as mensagens de e-mails.

superior, seja ele presencial ou a distância, devem considerar as dimensões profissional, pessoal e serem previstas em políticas institucionais voltadas para o investimento na formação pedagógica dos docentes. Com efeito, ensinar é administrar o processo de ensino e de aprendizagem que se desenvolve em um contexto específico, sobre certos conteúdos, com alunos que apresentam características particulares. Nesse sentido, a formação oferecida aos docentes deve levar em consideração elementos como a sensibilidade frente ao aluno, a valorização dos conhecimentos e as experiências individuais e das relações interpessoais, a aprendizagem colaborativa, a articulação entre teoria e prática e focar o aprendizado do aluno para sua formação e desenvolvimento pessoal e profissional.

No âmbito da EAD, é fundamental a preocupação com a formação do professor atuante nessa modalidade de ensino, uma vez que a EAD apresenta características que a diferenciam da modalidade de ensino presencial. As principais são o uso de um ambiente virtual e os profissionais responsáveis pela mediação dos processos de ensino e de aprendizagem que são o professor e o tutor, os quais têm a função de elaborar o material didático-teórico, construir o design educacional do curso e dar apoio técnico e pedagógico. Para tanto, é importante que esses profissionais busquem o desenvolvimento de novos meios, estratégias e metodologias de ensino. Assim, alguns questionamentos podem nortear o professor na sua prática docente em AVEA, como, por exemplo: Qual a fluência tecnológica que o professor precisa ter? Que noção esse docente deve ter quanto às estratégias de ensino em EAD para a elaboração das aulas e conteúdos? O professor conhece o perfil dos alunos? Tem conhecimento do nível de fluência tecnológica deles? A fim de refletir sobre essas questões, a próxima seção trata da formação de professores na contemporaneidade.

2.2 FORMAÇÃO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE: EAD E TICS

O tema sobre a formação de professores na contemporaneidade, tendo o sujeito professor como a centralidade desse assunto, é conduzido por Nóvoa (2009). Esse estudioso analisa essa problemática após um grande período de esquecimento acerca da formação docente, pois o foco estava centralizado nos

objetivos, nas estruturas curriculares e na gestão educacional dos processos educativos. Esses enfoques afastavam a relevância do professor nas ações de ensino e de aprendizagem e, na atualidade, retoma-se o foco da importância do professor como profissional. Nesse sentido, o desenvolvimento docente começou a fazer parte da formação dos professores, seja essa formação inicial ou continuada. A ideia da formação docente é que o professor se torne um profissional consciente de seus saberes, refletindo sobre esses a fim de melhorar sua atuação, em um processo permanente de formação.

Marli André (2010) realizou um estudo que traçou o panorama sobre a temática da formação dos professores em produções científicas e declarou que, durante algum tempo, a discussão sobre a formação de professores era incluída no campo da didática. Somente a partir da década de 1990 é que começa a projeção de um campo de estudos independente sobre a questão da formação docente, e essa temática vem ganhando cada vez mais força por meio de sua inserção em linhas de pesquisa, em Programas de Pós-Graduação, periódicos científicos e eventos no país. No referido estudo, a autora analisou quase trezentas teses e dissertações, defendidas em 2007, que abordaram a formação de professores, e detectou dados relevantes para o estabelecimento desse campo de estudo. Dentre esses dados, ressalta-se a utilização de metodologias que focam as representações, os saberes e as práticas dos docentes, empregando-se a coleta de dados através de depoimentos, gravações, entrevistas e histórias de vida que enfatizavam a participação ativa do público-alvo do estudo.

Nesse raciocínio, entende-se que a formação docente na contemporaneidade está ligada à vida cotidiana dos professores, é uma questão estritamente relacionada às realizações pessoais e profissionais desses sujeitos. Assim, o percurso profissional de cada um passa por caminhos compostos de conteúdos didáticos e pedagógicos em que a construção dos saberes desses profissionais é um movimento, que de acordo com Zabalza (2006), integra as vivências desses sujeitos enquanto professores e enquanto pessoas que estão agregadas a uma cultura e a uma história única de vida.

As possibilidades de formação de professores atualmente estão mais acessíveis a todos os níveis de ensino devido ao ciberespaço⁸. Desse modo, é válida uma reflexão acerca desse novo cenário virtual de formação, amparado pelas tecnologias digitais, que pode auxiliar no processo formativo dos professores e também nas demandas atuais de capacitação profissional. Por meio do crescimento dos ambientes virtuais na rede, o público que usufrui dessas ferramentas busca suprir suas mais diversas necessidades, sejam elas de âmbito pessoal, profissional ou de um assunto específico. Esses ambientes, denominados “comunidades virtuais”, conseguem agregar pessoas com interesses comuns no ciberespaço e, por meio dele, constroem um “saber coletivo” (GAVA, 2002).

Assim, como infere Lévy (1998), qualquer reflexão séria sobre a educação e formação na cibercultura⁹ deve ser apoiada numa análise prévia da mutação contemporânea da relação com o saber. Logo, deve-se considerar a velocidade do surgimento e a renovação dos saberes, alertando para a questão sobre o que um profissional aprende no início de sua atividade pode se tornar obsoleto no final de sua carreira.

Conseqüentemente, a formação do professor na contemporaneidade deve abranger a necessidade de esse profissional também desenvolver a sua capacidade de envolver a realidade das tecnologias na educação em seu fazer docente. Existe uma preocupação constante de que os professores em formação se habituem e se apropriem do contexto das tecnologias e as incorpore fortemente na prática educativa, pois o mundo digital faz parte da vida dos discentes.

Em razão disso, a formação docente tanto na modalidade presencial quanto na modalidade EAD precisa configurar novos conhecimentos, novas trajetórias de formação e a ênfase na necessidade de formação contínua. Adicionado a isso, a formação inicial de professores em EAD representa, portanto, a articulação do reconhecimento das TICs e de sua funcionalidade de forma ativa, pois além de abordar a utilização das novas tecnologias, essa

⁸ Lévy (1999, p.92) define o ciberespaço como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”.

⁹ O acesso à informação na atualidade é veloz e consegue atingir a um grande número de pessoas a todo o instante. Sendo assim, não é mais possível restringir ou até mesmo fechar as possibilidades de leitura, pois, com a velocidade da informação, o acesso a ela não é mais impedido ou retardado por causa da distância. Tem-se, então, a configuração de uma nova cultura que lança o domínio da informação, que é a chamada “cibercultura”.

formação já se configura na própria metodologia a qual se refere. Isso representa um avanço na educação superior, especialmente na área das licenciaturas, pois configura novos caminhos para a formação docente, tanto inicial quanto continuada.

Os processos de ensino e de aprendizagem na contemporaneidade ocorrem ligados a outras dinâmicas, mesmo no ensino presencial, pois se passou a utilizar recursos digitais que modificaram o cenário antigo de aprender e ensinar. Frente a essas mudanças, novas formas de contato entre alunos e professores vêm se estabelecendo. Como sabido, as tecnologias interativas estão impactando de forma ativa na sociedade, alterando relações de espaço e tempo no trabalho, lazer e relações sociais. Perceber o acadêmico que vive nessa realidade, suas necessidades e especificidades, é um grande desafio para a universidade contemporânea, Tori (2009, p.121) avalia que “não há como ignorar as novas linguagens, culturas e hábitos dos jovens, para os quais a separação entre o virtual e o real é cada vez mais tênue”.

Assim, por meio das tecnologias interativas, a combinação de atividades de aprendizagem presenciais com atividades desenvolvidas a distância, geralmente online, vêm se consolidando na educação superior, principalmente nos cursos de licenciatura, que não apresentam atividades práticas, como as atividades em laboratórios, em seus currículos. Essa tendência em convergir educação virtual e presencial é denominada de educação híbrida. Com isso, o ambiente de aprendizagem presencial e o ambiente virtual vêm se descobrindo mutuamente como ambientes complementares na formação dos estudantes, resultando em cursos híbridos que buscam aproveitar o que tem de mais benéfico em cada modalidade, levando em consideração o contexto e o perfil dos acadêmicos.

Com a abordagem híbrida de aprendizagem, os professores podem utilizar uma gama maior de recursos, abordar os conteúdos da melhor forma, além de planejar atividades presenciais ou virtuais, levando em consideração os conteúdos a serem trabalhados, os custos e as potencialidades ou limitações dos universitários. No Brasil, a Portaria Nº 2.253¹⁰, a qual possibilita que as instituições de ensino abarquem até 20% da carga horária dos cursos

¹⁰ Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001 – Trata da oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos. Essa portaria foi publicada no Diário Oficial da União no dia 19 de outubro de 2001, seção 1, p.18.

em atividades não presenciais, contribuiu com o crescimento dessa hibridização nos cursos. A modalidade híbrida de ensino possui grande potencial para melhorar a qualidade e a eficácia no processo de ensino e aprendizagem, entretanto, qualquer que seja a modalidade de ensino, presencial, híbrido ou EAD, é essencial que se tenha um planejamento sério, sempre havendo a preocupação com os aspectos cognitivos e pedagógicos, o perfil do aluno e avaliação constante. O modo de interação da modalidade híbrida e EAD deve priorizar a autonomia tanto docente quanto discente, estimulando a aprendizagem colaborativa no ambiente virtual de ensino e aprendizagem.

No caso da Educação a Distância por meio da Internet, a interação entre os professores, tutores e alunos ocorre basicamente pelo uso do AVEA, quando os sujeitos estão conectados à Internet no endereço eletrônico do ambiente virtual. Nesse ambiente, o professor e o tutor podem estimular diferentes processos cognitivos dos alunos, através da integração de textos, imagens e sons. Na EAD, é importante enfatizar que o professor nunca é o único responsável pelos processos de ensino e de aprendizagem, pois o aluno de EAD precisa administrar seu tempo e possuir motivação para a autoaprendizagem. Assim, as tecnologias existentes possibilitam ao aluno a autonomia no design de sua aprendizagem, contando sempre com o suporte dos professores e tutores nesse processo.

A Educação a Distância possui características próprias que a diferenciam dos processos de ensino e de aprendizagem da modalidade presencial. A utilização dos diversos recursos disponíveis e realização de tarefas no AVEA devem partir do aluno, assim como o controle da sua aprendizagem, uma vez que é ele quem deve pesquisar, realizar leituras e criar estratégias para resolução de problemas. Desse modo, as pesquisas sobre o processo de aprendizagem na EAD mediadas por AVEA ganham cada vez mais espaço e a busca por melhores práticas e metodologias de ensino, para esse contexto, torna-se cada vez maior. Na próxima seção, portanto, abordaremos algumas questões relacionadas à EAD e como essa modalidade de ensino e de aprendizagem vem se organizando na atualidade.

2.3 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EAD

A criação, a implantação e o aperfeiçoamento de uma nova geração de sistemas de EAD nas últimas décadas abriram possibilidades de se oportunizar ensino para grandes contingentes populacionais, com base não somente quantitativa, mas também quanto à qualidade, flexibilidade, liberdade e crítica (NUNES, 2009). A educação a distância, além da democratização, apresenta vantagens no que se refere à eficiência, quando há um grande volume de alunos ou quando há um crescimento vertiginoso no número de matrículas e falta infraestrutura física e de recursos humanos no ensino presencial.

Nunes (2009, p. 3) esclarece que a EAD “é voltada especialmente (mas não exclusivamente) para adultos que, em geral, já estão no mundo corporativo e não dispõem de tempo suficiente para estudar, a fim de completar sua formação básica ou mesmo fazer um novo curso”. Nesse sentido, um aluno de EAD que desfruta de um material didático de grande qualidade, consegue estudar do início ao fim todo o conteúdo de cada programa de ensino, por meio de sucessivas autoavaliações, até estar em condições de realizar exames de proficiência.

Com a finalidade de melhorar a metodologia da EAD, há uma série de recursos como meios de comunicação, técnicas de ensino, métodos de aprendizagem, processos de tutoria, entre outros, que obedecem a princípios básicos de qualidade (NUNES, 2009), uma vez que o público alvo geralmente é constituído por adultos que trabalham; pessoas que, por diversos motivos, não podem se deslocar de suas casas; pessoas com necessidades especiais; e pessoas que residem em cidades distantes de instituições de ensino.

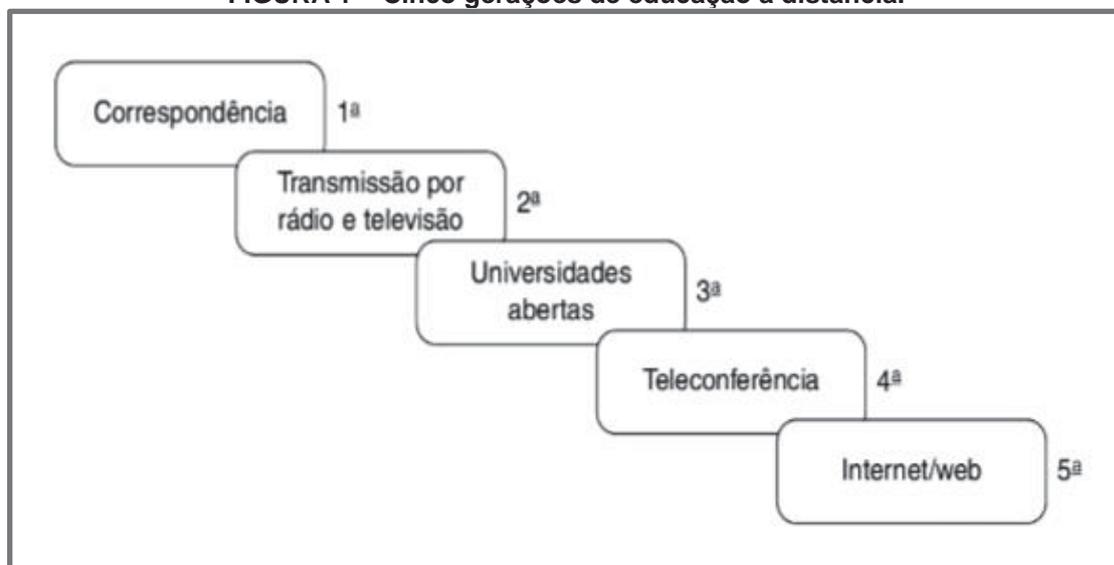
Entretanto, é importante enfatizar que, para o processo de ensino e de aprendizagem ser bem sucedido na EAD, necessita-se de muita atenção e trabalho. Um curso na modalidade EAD hoje já não é mais um curso por correspondência unidirecional, com o envio de apostilas e livros didáticos por correio e espera-se que o aluno individualmente já saiba estudar. Nunes (2009, p. 3, grifos do autor) registra que:

É preciso cercar-se de uma multiplicidade de recursos para alcançar êxito. Primeiro, mesmo em lugares em que uma das ênfases da escola é *ensinar a aprender*, desenvolvem-se materiais de alta qualidade para ensinar a estudar; e, particularmente, a estudar

sozinho. Além disso, combinam-se textos bem elaborados e adequados, vídeos, fitas de áudio, programas transmitidos pelo rádio e pela televisão e assistência de tutores em centros de apoio, nos quais se estabelecem relações entre alunos e entre estes e seus tutores. [...] Há, ainda, os grandes recursos do computador, da videoconferência, do telefone e do fax, que podem assegurar a indispensável interatividade. E, entre todas as demais características dos novos processos de educação, a interatividade é o conceito mais importante.

Desde os primeiros registros que contam a trajetória da EAD, muitos recursos foram utilizados nessa modalidade de ensino. Moore e Kearsley (2008) descrevem a história da EAD em cinco gerações, conforme Figura 1:

FIGURA 1 – Cinco gerações de educação a distância.



Fonte: Moore e Kearsley (2008, p. 26).

Inicialmente, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, a EAD aconteceu através do estudo por correspondência. Posteriormente, a segunda geração foi marcada pela utilização do rádio e da televisão para transmitir os estudos. No fim da década de 1960, surgiram as Universidades Abertas, marcando o início da terceira geração da EAD, por meio do método sistêmico, que integra diversas tecnologias, como a correspondência, o rádio, a televisão, os materiais impressos e a constituição das Universidades Abertas. A quarta geração, caracterizada pela utilização das teleconferências, aconteceu por volta dos anos 1970 e 1980, e, por último, a quinta geração, marcada pelo uso da internet, teve início na década de 1990 e se estende até o momento, é

caracterizada pelas aulas virtuais apoiadas por sistemas de computadores e internet (MOORE; KEARSLEY, 2008).

Da primeira geração até o momento atual, a EAD passou por muitas mudanças em sua metodologia, como os ambientes virtuais customizados para atender a uma demanda específica de usuários, a web 2.0¹¹ que disponibiliza diversos recursos como criação de objetos de aprendizagem, avatares animados e softwares de autoria. Fatores como a legitimidade da EAD, a emergência das TICs e o aumento do acesso ao ensino por públicos remotos e distintos permitiu que essa modalidade tomasse cada vez mais espaço em Instituições de Ensino Superior (IES). Hoje, a EAD é uma realidade que está se difundindo e ganhando credibilidade na comunidade universitária, uma vez que essa modalidade está transformando a cultura educacional, favorecendo a disseminação e a democratização do ensino.

No atual contexto da EAD, os Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA) criam oportunidades para o compartilhamento de acesso às informações e o trabalho de forma colaborativa entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. O conceito de AVEA está relacionado aos sistemas computacionais, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas TIC. Esses ambientes permitem integrar múltiplas mídias e recursos, apresentam informações de maneira organizada, proporcionam interações entre pessoas e objetos de conhecimento, visando atingir determinados objetivos. Os AVEA podem ser empregados não somente como suporte para sistemas de Educação a Distância como também servir de apoio para as atividades presenciais de sala de aula.

O Moodle é um AVEA de código aberto, livre e gratuito, no qual os usuários podem baixá-lo, usá-lo e modificá-lo, obedecendo à licença estabelecida, e, além disso, de acordo com De Bastos et al. (2008 apud FRUET; DE BASTOS, 2010), é um ambiente que potencializa a interação (entre professor e aluno, por exemplo) e a interatividade (entre aluno e computador por exemplo) na comunicação mediada por computador. O Moodle é um produto em evolução, entre suas principais características, ressalta-se

¹¹ O termo web 2.0 se refere a segunda geração de tecnologias e serviços oferecidos pela internet. Esse termo não se trata da atualização nas especificações técnicas, mas a uma mudança no modo como essa tecnologia é vivenciada pelos usuários e desenvolvedores. Em outras palavras, trata-se do ambiente de interação e participação que engloba inúmeras pessoas e linguagens.

que ele promove uma pedagogia socioconstrutivista¹²; é fácil de ser instalado em qualquer plataforma que suporte o PHP¹³; é simples e leve, com uma interface baseada em navegadores de tecnologias simples. Assim, destacam-se alguns recursos educacionais disponibilizados pelo Moodle:

- 1) Criar uma página de texto simples (permite a criação de textos simples, com alguns tipos de formatação predefinidas e disponíveis para melhorar o aspecto das páginas);
- 2) Link a um arquivo ou site (permite criar um link a qualquer página web ou outro tipo de arquivo na Internet; também um link a qualquer página HTML ou outro tipo de arquivo enviado para a área de arquivos da disciplina a partir do seu próprio computador; páginas web normais ao simplesmente mostradas como elas são, enquanto arquivos de multimídia são trabalhados de forma acoplada e podem ser integrados computacionalmente);
- 3) Inserir rótulo (textos e imagens inseridos na interface da página principal do curso, entre os links às atividades e recursos; podem organizar a página, criar títulos, etc.) (DE BASTOS et al., 2008 apud FRUET; DE BASTOS, 2010, p. 85, grifo do autor).

As ferramentas mais utilizadas do AVEA Moodle são:

- 1) Chat (permite realização de uma discussão textual via web em modalidade síncrona; contém ainda instrumentos para revisão e a administração das discussões).
- 2) Fóruns (interação importantíssima, por serem de diversos tipos de estrutura e incluem avaliação recíproca de mensagens, que são visualizadas em diversos formatos, aceitando anexos; os participantes têm a opção de receber cópias das novas mensagens via e-mail e os professores, de enviar mensagens com cópias via e-mail a todos os participantes).
- 3) WIKIS (permite a composição colaborativa, portanto interagindo com seus pares e o professor, de documentos através da mediação tecnológica navegador Web, Mozilla, por exemplo. [...] O módulo Wiki permite que os participantes trabalhem juntos, repetimos, interagindo mediados pelo computador, adicionando novas páginas web ou completando e alterando o conteúdo das páginas publicadas. As versões anteriores são canceladas e podem ser restauradas; esse módulo é baseado no software Erfurt Wiki (DE BASTOS et al., 2008 apud FRUET; DE BASTOS, 2010, p. 85, grifo do autor).

Entre esses recursos, o Fórum destaca-se como sendo uma ferramenta de interação e colaboração riquíssima para a mediação das atividades de ensino a distância, a qual é o objeto de estudo desta pesquisa. A referida

¹² Por meio de processos interativos, o ensino e a aprendizagem ocorrem de modo colaborativo entre todos os sujeitos envolvidos nos processos. Desse modo, professor e tutor são mediadores, pois podem intervir na construção do conhecimento dos alunos, ou seja, ideia de aprendizagem construída socialmente.

¹³ *Hypertext Preprocessor* – originalmente conhecido como *Personal Home Page*, é uma linguagem utilizada no desenvolvimento de aplicações que estão presentes e atuantes no servidor da internet, aplicações essas que possibilitam a criação de conteúdos dinâmicos nas páginas da internet.

ferramenta possibilita que ocorra uma discussão online durante um longo tempo, e, de acordo com o objetivo da tarefa, esse debate pode se estender durante todo o semestre da disciplina. O Fórum de discussão é definido como um recurso que permite a comunicação de forma assíncrona, ou seja, o diálogo entre os interlocutores acontece mesmo que esses não estejam presentes, ao mesmo tempo, neste espaço de comunicação. Diferentemente da ferramenta chat, que necessita que os participantes estejam online no mesmo momento em que o diálogo ocorre (PULINO FILHO, 2009). Essa possibilidade de comunicação assíncrona, que o Fórum de discussão do Moodle disponibiliza, permite que os sujeitos elaborem seus enunciados com mais cautela, de forma crítica e reflexiva, a fim de apresentar enunciados que contribuam no processo dialógico de ensino e aprendizagem. Isso contribui para a participação de alunos mais tímidos que não costumam se enunciar presencialmente. A construção de enunciados, assim como o desenvolvimento de diálogos no fórum de discussão também auxilia na redução da distância física entre os sujeitos da Educação a Distância, e isso faz com que se estimule o desenvolvimento da aprendizagem de forma colaborativa e ao mesmo tempo autônoma dos alunos. Na seção 2.5 deste capítulo, abordaremos as características dessa ferramenta e também suas especificidades enquanto gênero discursivo escolhido para o estudo dessa pesquisa, que investigará as marcas subjetivas nos enunciados dos tutores nos fóruns da EAD.

Enfim, no que se refere à EAD na atualidade, é imprescindível compreender que os ambientes dos cursos podem ser modelados e planejados de acordo com as particularidades do público-alvo, levando em consideração os diversos estilos de aprendizagem, preferências e as diferenças sociais e culturais que permeiam o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, os profissionais responsáveis pelo planejamento e execução de cursos através de AVEA precisam refletir sobre os modelos educacionais existentes e realizar uma mediação pedagógica que envolva os conteúdos do curso, as técnicas, as metodologias e as teorias pedagógicas de forma a desenvolver habilidades para promover uma aprendizagem colaborativa. No contexto acadêmico dos cursos à distância mediados por AVEA, essas atribuições são realizadas pelos próprios professores e tutores, que atuam de forma integrada nesse processo. Nesse sentido, Lévy (1999) destaca a importância da formação continuada dos

professores e tutores como uma das evidências dos métodos de aprendizagem à distância. O papel principal desses profissionais não é simplesmente disseminar o conhecimento, mas de difundi-lo no sentido de incentivar a aprendizagem e o raciocínio conjuntamente, e também promover a interação entre os sujeitos da melhor maneira possível. Na última seção deste capítulo, discute-se sobre os sujeitos da EAD, enfatizando a função do tutor e sua posição nesse contexto de ensino. Antes disso, acreditamos ser importante apresentar o contexto em que essa pesquisa está inserida, assim, na seção seguinte, trata do percurso que a modalidade EAD vem desenvolvendo no Brasil.

2.4 HISTÓRICO DA EAD NO BRASIL

A EAD, como modalidade de ensino, foi legalizada no Brasil em 1996 através da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), porém, essa modalidade de ensino existe no país há mais de um século, e vem contribuindo para a formação de milhares de pessoas. Como exemplos históricos dessas iniciativas, podemos citar o Instituto Universal Brasileiro e Instituto Radiotécnico Amador, criados em 1941, além do Telecurso 2º Grau criado em 1978.

Alves (2009) afirma que a EAD no Brasil teve uma trajetória de sucesso, exceto a existência de alguns períodos de estagnação devido à ausência de políticas públicas para o setor. Muitos programas foram criados e graças a eles grandes contribuições foram dadas ao setor a fim de democratizar o acesso ao ensino, atendendo principalmente o público que vive fora das regiões mais favorecidas. Esse autor ainda afirma que há registros históricos que mencionam o Brasil entre os principais países em relação ao desenvolvimento da EAD, sobretudo até os anos 70. A partir desse período, outros países avançaram e o Brasil estagnou, apontando uma queda no *ranking* internacional. Entretanto, no final do milênio, ações positivas para o setor voltaram a acontecer e foi possível observar novamente o crescimento da EAD, estabelecendo uma nova fase de prosperidade e desenvolvimento dessa modalidade de ensino.

No que se refere ao surgimento da EAD no Brasil, estudos realizados pelo IPEA¹⁴ mostraram que, pouco antes de 1900, já existiam anúncios em jornais do Rio de Janeiro ofertando cursos profissionalizantes por correspondência. Eram oferecidos cursos de datilografia, ministrados por professoras particulares, uma vez que naquele momento não havia estabelecimentos de ensino que ofertassem cursos a distância (ALVES, 2009). O marco de referência oficial da EAD no Brasil aconteceu com a instalação das Escolas Internacionais em 1904, e a unidade de ensino era filial de uma organização norte-americana. Nessa época, segundo Alves (2009, p. 9), “os cursos oferecidos eram todos voltados para as pessoas que estavam em busca de empregos, especialmente nos setores de comércio e serviços”. Dessa forma, o ensino era realizado por correspondência, utilizando o serviço dos Correios para envio dos materiais didáticos, através das ferrovias para o transporte.

Posteriormente, em 1923, foi fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que possibilitou a educação popular através de um sistema moderno da época de difusão em curso no Brasil e no mundo. Conforme Alves (2009), a partir dessa época, os programas educativos se multiplicavam e repercutiam em outras regiões, não somente no Brasil, mas também em muitos países do continente americano.

A educação via rádio foi, dessa maneira, o segundo meio de transmissão a distância do saber, sendo apenas precedida pela correspondência. Inúmeros programas, especialmente os privados, foram sendo implantados a partir da criação, em 1937, do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. (ALVES, 2009, p. 9).

O fim da EAD via rádio foi um dos motivos principais da queda do Brasil no *ranking* internacional uma vez, que enquanto o Brasil deixava de utilizar transmissões pela rede de emissoras, outros países colocaram em prática modelos semelhantes de EAD.

O cinema educativo, após o desmonte da EAD por rádio, foi pouco utilizado na educação, segundo Alves (2009, p. 10): “não há registros históricos marcantes no setor, e os custos de produção foram os principais responsáveis.

¹⁴ Esses estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) tiveram como base os elementos disponibilizados na época, como edições de jornais editados.

Considerando-se que as salas de projeção são mantidas pela iniciativa privada, nunca houve interesse de filmes dessa natureza”.

Entretanto, o uso da televisão para fins educativos foi mais positivo em sua fase inicial, havendo registros de vários incentivos no Brasil, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Nesse modelo, vale ressaltar a iniciativa da Fundação Roberto Marinho¹⁵, que criou programas bem sucedidos como os telecursos, que até hoje atendem inúmeras pessoas, por meio de mecanismos de apoio, para que essas consigam certificação pelo poder público (ALVES, 2009). Com o surgimento do sistema de TV fechada, especialmente os canais a cabo, novas emissoras puderam se dedicar legalmente à educação. Podemos destacar as TVs universitárias, o Canal Futura, a TV Cultura, entre outras, que também estendem algumas de suas produções para a TV aberta. Destacamos também o sistema utilizado pela TV Escola, mantida pelo poder público federal, que produz programas educativos, no entanto, o modo de difusão desses programas depende das emissoras para o acesso da população em geral.

Posteriormente, na década de 1970, no campo da educação, os computadores chegaram ao Brasil por meio das universidades. Alves (2009) relata que os imensos equipamentos tinham um custo alto e, com o tempo, ficaram mais baratos e foram acessíveis à população. A internet nos computadores pessoais ajudou a propagar o ensino a distância para todo o sistema educacional no Brasil, sendo desnecessário discorrer aqui acerca dos notáveis avanços nesse campo.

Assim, a história da EAD no Brasil pode ser dividida em três fases: inicial, intermediária e outra mais moderna. A fase inicial é definida pela incorporação das Escolas Internacionais (1904), seguindo da era da EAD via rádio. Na fase intermediária, podemos destacar a importância do Instituto Monitor e do Instituto Universal Brasileiro. Essas entidades capacitaram muitos brasileiros para o mercado de trabalho, no segmento da educação profissional básica. A fase mais moderna corresponde à EAD, legalizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e com grande expansão devido à internet.

¹⁵ Organização sem fins lucrativos que desenvolve programas em educação, meio ambiente, patrimônio e televisão. É criadora do programa Telecurso, o qual já formou milhões de pessoas na educação básica no Brasil, esse programa é uma alternativa ao ensino regular em cidades e comunidades geograficamente dispersas, e também um reforço escolar em todas as idades. Mais informações em <www.frm.org.br>.

A LDB, que tem origem em 1961, é a primeira legislação no país a tratar da EAD. Quando teve sua primeira reforma, dez anos após sua criação, foi inserido um capítulo sobre o ensino supletivo, o qual afirmava que essa modalidade de ensino poderia ser usada em classes por meio de rádio, televisão, correspondência, entre outros meios (ALVES, 2009). Com a nova LDB, de 1996, a EAD passou a ser permitida em todos os níveis. Essa possibilidade foi um avanço, uma vez que possibilitou tanto o funcionamento de cursos de graduação e pós-graduação, como também na educação básica, desde o ensino fundamental ao médio, da modalidade regular, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e educação especial. No entanto, existem muitos pontos da lei que não são cumpridos pelos órgãos vinculados ao próprio MEC, como a falta de um sistema de informação aberto a toda sociedade e a inexistência de uma regulamentação para contemplar a implantação de cursos de mestrado e de doutorado.

O êxito da Inglaterra com a implantação da *Open University*, no início dos anos 1970, repercutiu nacional e internacionalmente e, entusiasmados com esse modelo, alguns parlamentares brasileiros apresentaram projetos de lei para que tivéssemos uma instituição de ensino superior similar à do Reino Unido. Recentemente, após anos de propostas, discussões e até mesmo o arquivamento desse projeto, o Poder Executivo tomou a iniciativa de criar um novo sistema, denominado Universidade Aberta do Brasil – UAB. Esse sistema não se trata de uma universidade propriamente dita, e sim uma associação de instituições de ensino superior públicas, também não é aberta, pois não possui os princípios que regulam esse sistema.

Vale citar o que consta no documento que relata a criação e o funcionamento da *Open University*: “O termo ‘aberta’ se aplica à nova universidade em vários sentidos. Primeiramente no sentido social, pois se dirige a todas as classes sociais, permitindo que as pessoas possam completar seus estudos em suas próprias casas sem a exigência de frequência às aulas, a não ser uma ou duas semanas por ano. Em segundo lugar, do ponto de vista pedagógico, na medida em que a matrícula na universidade está aberta a todo indivíduo, maior de 21 anos, independente da apresentação de certificado de instrução anterior e de qualquer exame de admissão. Finalmente, ela se chama ‘aberta’ no sentido de que seus cursos, pelo rádio e pela televisão, estão abertos ao interesse e à apreciação do público em geral”. Não obstante esses comentários, entendemos como legítima a iniciativa brasileira, tendo em vista que poderá permitir maior acesso à educação superior. (ALVES, 2009, p. 12).

A criação da UAB no Brasil passou por uma grande trajetória de projetos de lei até ser finalmente instituída no ano de 2006. Posteriormente à criação da Universidade Aberta no Reino Unido, teve-se diversas tentativas de se criar uma instituição nesse mesmo modelo no país. Conforme Belloni (1999, p. 13), esse modelo de universidade prospera “no contexto das sociedades contemporâneas, como uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças da nova ordem econômica mundial”.

Assim, no Brasil, sistema da Universidade Aberta do Brasil foi implantado pelo Governo Federal em 2005, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Empresas Estatais, no Fórum das Estatais pela Educação. No Portal da UAB (2015), tem-se um discurso mostrando que esse sistema se originou por meio de uma política pública articulada entre a Secretaria de Educação a Distância do MEC e a Diretoria de Educação Superior da CAPES, que visavam à expansão da Educação Superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)¹⁶.

Assim, por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, foi instituído o Sistema da Universidade Aberta do Brasil, pelo, então, Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Esse Decreto, em seu Artigo 1º, define que “[...] o Sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país.” (BRASIL, 2006, p. 12). E os objetivos da UAB, no seu parágrafo único, são:

- I – oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II – oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III – oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV – ampliar o acesso à educação superior pública;

¹⁶ O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é uma política do governo federal que foi lançada no ano de 2007 e tem como objetivo a melhoria da educação básica, agregando 30 ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação básica, como, por exemplo, a formação inicial e continuada de professores da educação básica.

V – reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país;
 VI – estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
 VII – fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias da informação e comunicação. (BRASIL, 2006, p. 12).

A Figura 2 mostra como é configurada a oferta de cursos de graduação a distância no sistema da UAB:

Figura 2 – Configuração da oferta de cursos de graduação a distância.



Fonte: Portal UAB (2015).

Esse sistema de ensino a distância, apesar de ser inovador, dinâmico e flexível, vem passando por muitas críticas desde sua implantação, principalmente por ser comparado a um sistema de industrialização do processo educativo devido à divisão do trabalho e à produção em massa. Apesar de haver políticas públicas que concedem uma possibilidade de expandir o Ensino Superior, as quais integram várias instâncias de governo, esse projeto não ficou isento das críticas referentes à divisão do trabalho e ao ensino visto como “uma mercadoria, mantido em disponibilidade, distribuído em vasto território, avaliado e otimizado”. (PETERS, 2010, p. 203).

Posteriormente, de acordo com o Portal da UAB (BRASIL, 2015), houve uma reformulação no sistema da UAB e nas atribuições da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), passando a UAB a integrar as atividades da Diretoria de Educação a Distância junto a CAPES, tendo como principal missão a de colaborar com o processo de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

A Capes, ademais, coordenou as ações que culminaram no lançamento do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, que prevê um regime de colaboração entre União, estados e municípios para a elaboração de uma estratégia de formação inicial e continuada de professores. O plano estabeleceu os Fóruns Estaduais e Permanentes de Apoio à Formação Docente, que identificaram a demanda por educação a distância em licenciaturas de todas as áreas e em pedagogia, e orientam a oferta pelas instituições públicas de ensino superior (Ipes) de cursos em Polo de Apoio Presencial. (BRASIL, 2015).

Apesar das dificuldades das políticas públicas voltadas para a EAD, temos um ganho no que se refere à quantidade de indivíduos beneficiados, que puderam continuar estudando. Paulatinamente, a legislação que trata dessa modalidade de ensino vem se modificando e melhorando esse sistema.

A próxima seção deste capítulo trata do gênero discursivo utilizado nesta pesquisa: o Fórum de discussão da EAD.

2.5 O FÓRUM DE DISCUSSÃO DA EAD: GÊNERO DISCURSIVO E FERRAMENTA TECNOLÓGICA

Toda e qualquer atividade humana está ligada ao uso da linguagem e ao emprego da língua que, segundo Bakhtin (2011), efetua-se em forma de enunciados orais e escritos, concretos e únicos proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. A fim de exemplificar essa questão, Fiorin (2006) explica que as esferas das atividades humanas, como escola, igreja, trabalho num jornal, trabalho numa fábrica, política, relações de amizade, entre outros, implicam a utilização da linguagem em forma de enunciados. Os enunciados não são produzidos fora das esferas de ação, eles são determinados pelas condições específicas e pelas finalidades de cada uma dessas esferas. O enunciado, portanto, reflete as condições específicas e as

finalidades de cada campo por seu conteúdo, estilo de linguagem e por sua construção composicional. As esferas de atividades humanas proporcionam a manifestação de certos tipos de enunciados, os quais se estabilizam e também se modificam em decorrência dessas esferas. Assim, “só se age na interação, só se diz no agir e o agir motiva certos tipos de enunciados, o que quer dizer que cada esfera de utilização da língua elabora tipos relativamente estáveis de enunciados”. (FIORIN, 2006, p. 61).

Os seres humanos também aprenderam a moldar seu discurso em forma de gênero e, quando ouvem o discurso alheio, já adivinham o seu gênero pelas primeiras palavras, presumem um determinado volume (extensão), uma determinada construção composicional, preveem o final. Portanto, os gêneros, conforme explica Bakhtin (2011) são tipos de enunciados relativamente estáveis, caracterizados por um conteúdo temático, uma construção composicional e um estilo, pois falamos sempre por meio de gêneros no interior de uma dada esfera da atividade, de um determinado contexto de fala. Dessa maneira, o gênero conecta a linguagem com a vida social, uma vez que a linguagem ingressa na vida através de enunciados concretos e por meio desses, da mesma forma, a vida se impregna na linguagem.

Assim, conforme Bakhtin (2011), os gêneros do discurso sempre estão relacionados a um campo da atividade humana, manifestando condições singulares e suas intenções. O conteúdo temático, estilo e organização composicional formam o todo que compõe o enunciado, o qual é estabelecido pela particularidade de um campo de ação.

Os gêneros do discurso, ou gêneros textuais¹⁷, nascem conforme as necessidades e as atividades sociais e culturais da vida humana, necessidades essas relacionadas também com as inovações tecnológicas. Em comparação às comunidades mais antigas, vemos que o número de gêneros textuais que existem hoje cresceu muito, tanto os gêneros textuais orais quanto os escritos, principalmente devido a novas formas de comunicação e o uso cada vez mais frequente das tecnologias. Esse aumento contínuo de gêneros textuais comprova que os gêneros se incorporam na vida social e cultural dos falantes,

¹⁷ Neste trabalho, os termos gêneros do discurso e gêneros textuais serão tratados da mesma forma. O primeiro foi denominado por Bakhtin (2011), tratando-se, principalmente, do contexto de uso linguagem oral e suas inferências ideológicas; o segundo teve essa denominação nos trabalhos de Marcuschi (2010), sendo mais utilizado na abordagem da Linguística Textual.

definindo-se de acordo com suas funções comunicativas e em relação às particularidades linguísticas e elementares. Como não é fácil defini-los objetivamente, eles devem ser caracterizados de acordo com o contexto em que são utilizados, ou seja, no uso da língua.

Marcuschi (2010) define os gêneros como formas sociais de organização e expressões típicas da vida cultural, entretanto, os gêneros não são categorias taxionômicas para identificar realidades estanques. Considerando a introdução e a utilidade da tecnologia digital na sociedade contemporânea, além das novas formas de comunicação surgidas, é importante pensar na tecnologia e suas consequências de uma maneira mais sócio-histórica e menos tecnicista. Assim, a escola cada vez mais se preocupará com a produção textual de e-mails e outros gêneros do discurso eletrônico ou digital. Em relação às transformações e ao surgimento de novos gêneros, Marcuschi (2010, p. 20) enfatiza que

Se tomarmos o gênero como texto situado histórica e socialmente, culturalmente sensível, recorrente, “relativamente estável” do ponto de vista estilístico e composicional, segundo a visão bakhtiniana, servindo como instrumento comunicativo com propósitos específicos e como forma de ação social, é fácil perceber que um novo meio tecnológico, na medida em que interfere nessas condições, deve também interferir na natureza do gênero produzido.

Uma das mudanças mais significativas em relação à mídia virtual é a centralidade da escrita, uma vez que a tecnologia digital depende bastante, mas não totalmente, da escrita. Na internet, apesar de haver integração de imagens e sons, a escrita continua sendo essencial. Muitas características atribuídas à linguagem e aos diversos gêneros praticados nas décadas de 1970 e 1980 não ocorrem mais a partir da década de 1990, pois se tratavam de restrições impostas em grande parte pela natureza dos programas computacionais do que pelas propriedades dos usos da linguagem como tal. Nesse sentido, podemos afirmar que os gêneros textuais são frutos de complexas relações entre um meio físico de comunicação, um uso e a linguagem. O meio eletrônico apresenta particularidades específicas para usos sociais, culturais e comunicativos que não existem nas relações interpessoais face a face, e a linguagem com destaques diferentes em relação ao que conhecemos em outros contextos de uso.

A tecnologia do computador, especialmente com o surgimento da internet, portanto, criou uma grande rede social virtual que liga as pessoas por diferentes formas em uma velocidade surpreendente, dando uma nova noção de interação social. As formas textuais emergentes abordam os gêneros digitais pelo uso da escrita eletrônica, que é variada e versátil. Marcuschi (2010) ressalta que a internet hoje se tornou um imenso laboratório de experimentações de todos os formatos, gerando novos ambientes e meios. Esses ambientes se distinguem dos gêneros em alguns sentidos, uma vez que eles abrigam os gêneros e também os condicionam. Não se trata de domínios discursivos, mas de domínios de produção e processamento textual em que surgem as ferramentas digitais, podendo ser nomeados como ambientes virtuais. Como exemplos de ambientes virtuais, podemos citar o ambiente web (world wide web ou www), o ambiente e-mail, ambientes de chat e ambientes de videoconferências.

Os gêneros discursivos digitais surgem dentro desses ambientes como locais que permitem que variadas culturas se encontrem, mostrando, portanto, que a internet não é um ambiente virtual homogêneo, pois apresenta uma grande heterogeneidade de formatos e permite muitos modos de operação a partir de processos interativos (MARCUSCHI, 2010). Entre os gêneros mais conhecidos na mídia virtual, podemos citar o e-mail, chat, videoconferência, blog e o fórum de discussão. Em todos esses gêneros, a comunicação ocorre predominantemente pela linguagem escrita e só são possíveis dentro de determinados programas, em razão disso, Marcuschi (2010, p.35) alerta que “não devemos confundir um programa com um gênero, pois mesmo diante da rigidez de um programa, não há rigidez nas estratégias de realização do gênero como instrumento de ação social”.

Os gêneros discursivos digitais, apesar de terem suas relações no virtual, dizem respeito a interações entre indivíduos reais. Por isso, neste estudo optamos pela nomenclatura gênero discursivo digital, enfatizando que esse gênero trata com pessoas e não em contextos de mundos imaginários como os jogos na web. Nesta pesquisa, abordamos o gênero discursivo digital fórum de discussão, em que um grupo de pessoas, com interesses particulares, comunica-se geralmente de forma assíncrona, e a comunicação é mediada por um responsável que organiza as mensagens e às vezes faz

triagens, que aqui neste estudo cabe ao tutor fazer esse trabalho. A possibilidade da comunicação assíncrona do fórum de discussão permite que os participantes elaborem seus enunciados de forma mais cuidadosa, elaborada, reflexiva e crítica, desenvolvendo melhores contribuições nas interações. Isso também favorece aos participantes mais tímidos, que não costumam interagir muito em atividades presenciais. Ademais, conforme aborda Vasconcelos (2012), o fórum de discussão propicia o desenvolvimento de diálogos e inter-relações pessoais, minimizando a distância física entre o público da EAD e favorecendo a construção de uma aprendizagem colaborativa em rede, ao mesmo tempo em que desenvolve a autonomia discente.

A EAD, portanto, está crescendo e se consolidando gradativamente por meio de uma estrutura que procura atender às necessidades sociais de acesso, principalmente, ao ensino superior de qualidade. Em relação a essa estrutura, uma das principais particularidades da EAD é a existência do tutor, um profissional que desempenha múltiplas funções relacionadas ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem. O tutor deve ser graduado na área do Curso, pois uma de suas principais funções é a de ser um mediador, um orientador, ou seja, um educador que fomenta a interação entre os conteúdos, o professor e as atividades na EAD, conduzindo o aluno na reflexão de novos conceitos significativos para a aprendizagem. Assim, para melhor compreender a importância desse sujeito no atual contexto da EAD, abordaremos o papel do tutor como assunto da pauta da seção seguinte.

2.6 OS SUJEITOS DA EAD: O TUTOR É PROFESSOR?

Nesta seção, trataremos do papel do tutor na EAD, abordando suas tarefas que contemplam fortemente o uso das tecnologias da informação e da comunicação para aprimorar a interação social com os alunos. No Curso de Letras EAD/UFSM/UAB, o tutor possui as funções de: assessorar o professor da disciplina; acompanhar os alunos e orientá-los nas atividades propostas no ambiente virtual da disciplina e nas questões de organização e administração do Curso; oportunizar o trabalho cooperativo e colaborativo, estimulando o estudo em grupo a fim de evitar a evasão; e participar ativamente nos fóruns de discussões e de dúvidas da disciplina.

Essas funções do tutor estão relacionadas com o contexto da Educação a Distância no que se refere a promover o ensino e a aprendizagem de modo efetivo na formação de profissionais que sejam capazes de exercer a futura profissão com qualidade e autonomia.

A orientação do Curso de Letras EAD/UFMS/UAB é que o tutor a distância, com um regime de trabalho de 20 horas semanais, atenda em média a 50 alunos de uma disciplina. Nesse contexto, o tutor tem o papel de ser o mediador e o instrutor das atividades da disciplina, acompanhando, por meio dos recursos tecnológicos oferecidos pelo AVEA Moodle, o percurso de cada aluno.

Nesse cenário da EAD, a posição ocupada pelo professor vem sofrendo uma mudança em virtude do papel assumido pelo tutor nesta modalidade de ensino e aprendizagem. O sujeito denominado tutor vem produzindo outros sentidos acerca de seu papel, uma vez que ele descentraliza a posição do professor e mostra em seus enunciados uma inquietação entre ser professor ou estar no papel de professor. É importante ressaltar que, antes de ser tutor pelas políticas públicas da EAD e com atribuições definidas pela legislação, esse profissional possui uma formação acadêmica para ser professor e ocupa um espaço que não foi distanciado da docência.

A fim de entender legalmente o trabalho desenvolvido pelo sujeito tutor, recorreremos à legislação vigente que menciona a cargo do tutor. Assim, segundo a Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009, a função do tutor é:

Tutor: profissional selecionado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação. (BRASIL, 2009, p. 5).

Entretanto, anteriormente a essa Resolução, os referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância apresentam uma definição com mais detalhes sobre o tutor:

A tutoria a distância atua a partir da instituição, mediando o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes, e

referenciando aos polos descentralizados de apoio presencial. A principal função deste profissional é o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão pela Internet, pelo telefone, participação em videoconferências, entre outros, de acordo com o projeto político pedagógico. O tutor a distância tem também a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar o material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e, frequentemente, faz parte de suas atribuições participarem dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, junto com os docentes. (BRASIL, 2007, p. 21).

Assim, o tutor a distância, com suas funções definidas pela legislação, vem mostrando outros sentidos acerca de suas atribuições, diminuindo a centralidade do professor. No contexto da EAD, tem-se a particularidade de a docência ser exercida em um espaço virtual sem práticas pedagógicas construídas de maneira consagrada, e esse espaço ainda não se constitui como uma prática bem reconhecida no atual cenário do Ensino Superior. Embora a expansão da Educação a Distância exista e com tendência crescer ainda mais, muitos docentes enfrentam enormes desafios ao trabalhar nessa modalidade de ensino.

Nesse sentido, como afirma Tardif (2007, p. 49-50), o fazer pedagógico do professor na EAD se constitui em um cenário onde “[...] o docente raramente atua sozinho. Ele se encontra em interação com outras pessoas, a começar pelos alunos.” Com isso, por meio da comunicação e da relação com outros, o sujeito-tutor vai se constituindo enquanto professor, uma vez que ele organiza e reorganiza suas práticas pedagógicas a partir de suas vivências e de sua interação com a equipe.

Nos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, destacamos as funções dos sujeitos envolvidos em todo o processo de ensino e aprendizagem da EAD e mostra o papel dos tutores, observando que

O tutor deve ser compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico. (BRASIL, 2007, p. 21).

O papel do tutor também é citado no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, tanto Licenciaturas quanto Bacharelados e Tecnólogos, presenciais e a distância, do MEC, com as seguintes funções:

O tutor a distância, no exercício da função não docente, participa ativamente da prática pedagógica. É um profissional graduado na área do curso, devidamente capacitado para uso das TICs, que atua a partir da instituição e por meio do ambiente virtual de aprendizagem, medeia o processo pedagógico entre estudantes geograficamente distantes e os polos de apoio presencial que eles frequentam. São atribuições do tutor a distância: esclarecer dúvidas pelos fóruns de discussão na internet, pelo telefone, pela participação em videoconferências; promover espaços de construção coletiva de conhecimento; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos; assistir ou auxiliar o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem. (BRASIL, 2015, p. 49).

Dessa forma, considerando as várias funções que o tutor desempenha na EAD, acreditamos que é impossível delimitar o papel de professor somente ao sujeito denominado professor pela legislação da EAD, pois, conforme explica Belloni (1999), o ensino a distância se trata de um processo complexo, multifacetado, que inclui muitos sujeitos, e todos esses podem reivindicar contribuições para o ensino, portanto todos têm o papel de professor. Nesse sentido, a atuação docente na EAD tem como característica a transformação do professor de uma entidade individual em uma entidade coletiva, e essa característica pode ser generalizada para o ensino presencial com a inclusão de instrumentos tecnológicos no meio educacional (BELLONI, 1999). Portanto, na Educação a Distância, o processo de ensino e aprendizagem é coletivo entre professores e tutores, uma vez que um não substitui o outro e mesmo que desempenhe de fato a docência, essa se classifica como uma docência virtual compartilhada.

Abordamos, neste primeiro capítulo teórico, questões conceituais acerca do contexto deste estudo, como o histórico da EAD no Brasil e as principais características do gênero discursivo digital fórum de discussão. No próximo capítulo, apresentamos a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (2005/2006), com a finalidade de estudar a singularidade enunciativa nos fóruns da EAD nessa perspectiva benvenistiana, enfatizando, assim, a fundamentação teórica que embasará a análise deste estudo.

3 LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO: UMA POSSIBILIDADE DE ESTUDO DA SUJETIVIDADE EM FÓRUMS DE DISCUSSÃO NA EAD

Para melhor compreender as marcas linguísticas de subjetividade do tutor, por meio de seus enunciados nos fóruns de discussão no ambiente virtual de ensino e aprendizagem, contamos com a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, que nos dá suporte no que se refere aos estudos da subjetividade e da questão da singularidade enunciativa da língua. Dessa forma, acreditamos que essa abordagem de estudo nos permitirá reconhecer e analisar as marcas de subjetividade do tutor, expressas nos discursos presentes no Fórum de discussão. Nesse sentido, este capítulo faz uma revisão teórica sobre os principais conceitos aplicados no desenvolvimento deste estudo, com a finalidade de dar suporte nas análises e explicitar as conclusões acerca do estudo desses enunciados.

Este capítulo está organizado em duas seções: a primeira delas (3.1), a qual se subdivide em duas subseções, trata dos pressupostos dos estudos da Linguística enquanto Ciência, ancorados principalmente no Curso de Linguística Geral, de Saussure, e sobre a dicotomia língua e fala que conduzirá a delimitação desta pesquisa; a seção seguinte, (3.2), subdivide-se em seis subseções, apresentando alguns elementos da Teoria da Enunciação de Benveniste que são pertinentes para esta pesquisa como a subjetividade na linguagem, a categoria de pessoa, os pronomes e a questão dos verbos como marcas de subjetividade, a linguagem e a experiência humana, o aparelho formal da enunciação e o estudo da singularidade enunciativa na língua. Assim, antes de aprofundar a discussão teórica sobre a enunciação, faz-se necessário uma abordagem inicial sobre como se constitui os estudos da linguagem até chegar ao estudo da enunciação. A primeira seção deste capítulo, portanto, contextualiza o modo como a ciência linguística se instituiu a partir dos estudos de Ferdinand de Saussure.

3.1 OS ESCRITOS DO CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL

É impossível tratar dos estudos linguísticos sem fazer alusão ao *Curso de Linguística Geral* (CLG), de Ferdinand de Saussure¹⁸, livro originalmente publicado em 1916. O CLG é considerado como a obra que originou a Linguística enquanto Ciência, desenvolvendo estudos que, posteriormente, possibilitou a abordagem da enunciação.

A obra de Saussure é considerada, portanto, um discurso que fundou a Linguística moderna e concebeu, como objeto de estudo para a Linguística, a língua, que segundo o mestre genebrino “é um sistema de signos que exprimem ideias” (SAUSSURE, 2006, p. 24). Além de postular o novo objeto para Linguística, o Curso ainda gerou teses sobre a língua enquanto instituição social e sobre o valor e a arbitrariedade do signo linguístico, nesse sentido é possível afirmar que Saussure, ao estabelecer essas noções, revelou que os signos são criações dos seres humanos e, portanto, são culturais. Uma vez que a língua está entre os fatos humanos, a Linguística, então, está inserida nas Ciências Sociais, pois “a língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos” (SAUSSURE, 2006, p. 27). O CLG também abordou conhecimentos linguísticos como Língua/Fala, Sincronia/Diacronia e as relações Sintagmáticas/Paradigmáticas, estudos esses que mudaram a forma de pensar e de estudar a Linguística e que auxiliaram em seu estabelecimento de *status* de Ciência.

Antes de se constituir como Ciência, a Linguística passou por três fases e então reconheceu seu verdadeiro e único objeto. Saussure (2006) relata que primeiramente os fatos da língua passaram por uma fase filosófica, na qual os gregos começaram a estudar o que se chamava de Gramática, um estudo baseado na lógica, sem visão científica da língua e que visava somente à formulação de regras para distinguir as formas corretas das incorretas. Posteriormente, teve-se uma fase filológica dos estudos linguísticos. A Filologia

¹⁸ Este trabalho não objetiva discutir sobre as questões da autoria do Curso de Linguística Geral, em virtude de ser uma obra póstuma, organizada por alunos do próprio Saussure durante os cursos que ministrou em vida. O Curso é unicamente referenciado pelo fato de ser uma obra fundadora das Ciências linguísticas e também por ter originado muitas teorias na área das Ciências Humanas.

surgiu em Alexandria, consistia nos estudos elucidativos dos textos e tinha um caráter marcadamente gramatical, dedicando-se à Morfologia, à Sintaxe e à Fonética. Por último, a fase da Linguística pré-Saussuriana passou por uma fase histórico-comparatista, quando se descobriu que as línguas poderiam ser comparadas entre si. Nessa terceira fase teve-se a filologia comparativa ou a chamada “Gramática Comparada”, mostrando que o sânscrito apresentava os parentescos genéticos do latim, do grego, das línguas germânicas, entre outras.

Entre os grandes feitos de Saussure, podemos destacar sua característica metodológica e perfeccionista. Primeiramente ele necessitou organizar os estudos linguísticos para, então, poder criar e postular suas teses, pois, segundo ele, “a Linguística jamais se preocupou em determinar a natureza do seu objeto de estudo. Ora, sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria”. (SAUSSURE, 2006, p. 10).

Saussure sistematizou seu estudo e também inovou com seu postulado da Teoria do Signo Linguístico, considerando que a língua é um sistema de signos formados pela união do significante e do significado. Assim, tem-se a ideia de que o signo linguístico apresenta essas duas faces, o significante como a parte que é perceptível do signo, e o significado como a parte inteligível. Portanto, o signo sempre liga um conceito a um significante, e, considerando que o som só existe enquanto expressão de um pensamento, então, conforme Carneiro (2012), temos a união de um som “unidade complexa acústico-vocal” a uma ideia “unidade complexa, fisiológica e mental”. Assim, o fenômeno linguístico é realizado somente por meio da união de um som com uma ideia, processo complexo e que provém da união de unidades complexas de naturezas distintas.

Saussure (2006) também trouxe o princípio da arbitrariedade do signo linguístico, o linguista explica que arbitrário

não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala, porque não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez esteja ele estabelecido num grupo lingüístico; queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade (SAUSSURE, 2006, p. 83).

Diante disso, entende-se que o significado de um determinado signo linguístico não tem nenhuma dependência ou correlação com seu significante, uma vez que a função da língua não é dar nome às coisas existentes no mundo.

Além da Teoria do Signo Linguístico, os estudos de Ferdinand de Saussure se embasaram em uma série de conhecimentos, as quais serão abordadas a partir de agora. A primeira delas trata-se da distinção entre a língua e a fala, que é fundamentada na oposição social/individual, em que a língua (*langue*) está no campo do social; enquanto que a fala (*parole*) está na instância do indivíduo. Ao trazer essa diferenciação, Saussure (2006) esclarece a relação entre língua e linguagem e define a primeira como objeto de estudo da Linguística. De fato, a linguagem é uma faculdade humana, admitindo que somente os seres humanos a usam e somente eles conseguem produzi-la e recebe-la, reunindo, então, o pensamento, a articulação fônica, o social, e o individual.

Compreende-se, portanto, a partir do *Curso de Linguística Geral*, a língua como uma parte fundamental da linguagem, ou seja, a língua é um produto social da faculdade da linguagem e também um conjunto de convenções empregadas pela sociedade a qual concede o uso dessa faculdade nos indivíduos. Nessa perspectiva, a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível separá-los. A língua é um componente da linguagem, mas, apesar disso, ela se completa por si só, podendo classificar-se por si mesma. Assim, Saussure (2006, p. 17) explica que a língua é “um princípio de classificação” e esse princípio embasa o entendimento de que língua pertence “a um conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação”, é preciso, portanto, colocar a língua em primeiro lugar dentre os fatos da linguagem.

Na obra de Saussure, tem-se a separação metodológica entre língua e fala. O mestre genebrino considera a língua como algo que sustenta a atividade do falante, já a fala é composta de um ato individual da vontade desse. A diferença entre língua e fala estabelece o objeto para a Linguística de Saussure e, por meio dessa distinção, instaura-se a divisão dos estudos linguísticos em duas partes: uma parte investiga o estudo da língua e a outra

analisa os estudos da fala. Essas partes são inseparáveis, visto que a língua é condição para que se produza a fala, e não existe língua sem exercício da fala.

Carneiro (2012) reflete sobre a relação binária entre língua e fala de Saussure, explicando que a língua é uma parte da linguagem. Trata-se de um produto social e de um conjunto de convenções que são utilizadas por um grupo de falantes, sendo um princípio de classificação. Nessa concepção, a língua é definida como um sistema de signos que correspondem a ideias distintas, a língua é um código, um sistema onde há a união do significado e do significante. A língua é vista como um objeto de natureza homogênea, e que, portanto, é um sistema de signos que expressam ideias.

Ao contrário da língua, a fala é heterogênea e multifacetada, é classificada como o “lado executivo” da linguagem e essa “execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor; nós a chamaremos fala” (SAUSSURE, 2006, p. 21). Pelo fato de se constituir de atos individuais, a fala é imprevisível, irreduzível e impossível de se constituir como sistema, pois os atos linguísticos individuais são ilimitados. Desse modo, enquanto ciência, a Linguística somente consegue estudar algo que é constante e sistemático. A língua pode apresentar elementos que variam, porém, esses elementos nem de perto apresentam a heterogeneidade e a inconstância dos elementos da fala, que por essa razão não se enquadra a um sistema possível de ser estudado.

Nessa questão de se colocar a língua como objeto de estudo da Linguística, Saussure (2006, p. 18) coloca que:

Para atribuir à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer o argumento de que a faculdade – natural ou não – de articular palavras não se exerce senão com ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade; não é, então, ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem.

Contudo, Saussure (2006, p. 27) adverte que “historicamente o fato da fala vem sempre antes”, portanto, é por meio desse consentimento que se percebe a maneira como a fala faz a língua evoluir, uma vez que são os atos linguísticos que ouvimos dos outros que transformam nossos próprios atos linguísticos. Essa é a relação interdependente entre a língua e a fala, sobre a

qual Saussure afirma que a língua é, ao mesmo tempo, instrumento e produto da fala.

A relação língua/fala é o princípio para Saussure postular uma Linguística da língua e uma Linguística da fala e, para os estudos saussurianos, a Linguística propriamente dita é aquela cujo único objeto é a língua, pois observa o Linguista: “unicamente desta última é que cuidaremos” (SAUSSURE, 2006, p. 28). Portanto, já se tinha consciência da relação binária dos fatos linguísticos, e que essa seria apenas uma das diferenças encontradas nos estudos da linguagem.

A linguística diacrônica e a linguística sincrônica é a segunda distinção saussuriana tratada pela Linguística moderna. A primeira está relacionada com um determinado estado da língua e com uma revolução, já a segunda se relaciona com o aspecto estático da língua. Saussure (2006, p. 94) prioriza os estudos linguísticos à pesquisa sincrônica em vez da pesquisa diacrônica, justificando que “poucos linguistas percebem que a intervenção do fator tempo é de molde a criar, para a Linguística, dificuldades particulares, e que ela lhes coloca a ciência frente a duas rotas absolutamente divergentes”.

No que se refere a essa dualidade de estudar a língua, o mestre genebrino acredita que em Linguística os fatos se diferenciam de duas maneiras: a do eixo das simultaneidades, onde se exclui a questão temporal, e a do eixo das sucessões, na qual cada coisa é considerada por si mesma, entretanto, os fatos do primeiro eixo se situam aqui com suas respectivas transformações. Saussure (2006) descreve que, no eixo das simultaneidades, devem-se estudar as relações entre os fatos linguísticos existentes ao mesmo tempo num determinado momento, que pode ser no momento presente ou no passado. No eixo das sucessões, por outro lado, o objeto de estudo se trata da relação entre um fato linguístico com outros fatos anteriores ou posteriores, que o precederam ou lhe sucederam. Nas palavras de Saussure (2006, p. 96): “É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, sincronia e diacronia designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução”.

A razão de Saussure ter concedido o estudo sincrônico como prioridade se deve ao fato de sua conceituação da língua como um sistema, pois o

linguista somente poderá realizar abordagens linguísticas através de estudos, análises e avaliações internas de suas relações, ou seja, sua estrutura, de modo sincrônico, porque a língua é um sistema e nada está determinado fora do estado momentâneo de seus termos. Saussure (2006) argumenta que um falante nativo não tem consciência da sucessão dos fenômenos da língua no tempo, dessa forma, para aqueles que usam a língua como veículo de comunicação e interação social, essa sucessão não importa. O estado sincrônico da língua é a única realidade tangível que lhes apresenta imediatamente, portanto, o linguista que queira entender o estado sincrônico da língua deve fazer tábula rasa de tudo que produziu linguisticamente e desconsiderar a diacronia.

Assim, para especificar a diferença dessa segunda relação, Saussure (2006, p.116) define essa bifurcação:

A Linguística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva. A Linguística diacrônica estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistemas entre si.

A terceira distinção saussuriana baseia-se nas relações sintagmáticas e paradigmáticas da língua. De acordo com Saussure (2006), tudo na sincronia se prende a esses dois eixos. O eixo do sintagma fundamenta-se no caráter linear do signo linguístico, o qual impossibilita que dois elementos sejam pronunciados ao mesmo tempo. Na cadeia da fala, conforme decreta Saussure (2006), a língua apresenta elementos que se realizam um após o outro, de forma linear, e a relação desses elementos é chamada de sintagma, e esse “se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas (por exemplo: re-ler, contra todos; a vida humana; Deus é bom; se fizer tempo bom, sairemos etc.)” (SAUSSURE, 2006, p. 142).

Assim, um termo disposto num sintagma só tem valor porque apresenta oposição ao termo que o precede ou lhe sucede, ou a ambos, uma vez que um não pode aparecer ao mesmo tempo que o outro devido ao seu caráter linear. Entretanto, fora do discurso, os elementos que apresentam algo de comum se associam na nossa memória, formando grupos que imperam relações bastante

distintas, as quais são chamadas de relações associativas ou paradigmáticas. Essas relações estão presentes no cérebro de cada indivíduo, fazem parte do interior que constitui a língua de cada um. Saussure (2006, p.143) explica que “a relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa série mneumônica virtual”. A definição de paradigma fomenta a ideia de relação entre elementos alternativos. Portanto, para finalizar o entendimento de mais essa dicotomia, comparamos o sintagma ao eixo horizontal, das realizações concretas da língua; e o paradigma ao eixo vertical, dos elementos disponíveis na mente do falante, ou seja, o eixo do sintagma é responsável pela combinação de escolhas no próprio uso da língua, enquanto que o eixo do paradigma é responsável pelas escolhas que os falantes fazem ao utilizar a língua.

Para concluir essas primeiras noções de como a Linguística se configurou como ciência, é importante ressaltar o aspecto fundador do *Curso de Linguística Geral* e das ideias de Saussure, pois foi a partir de seus pressupostos que muitas teorias foram originadas. Esse é o caso da Linguística da Enunciação, um campo de estudo da Linguística que se baseia nas ideias de Saussure, entretanto, não as segue de modo restrito.

Posto isso, partimos para a próxima seção deste capítulo que trata, especificamente, da Linguística da Enunciação, proposta por Émile Benveniste (2005/2006).

3.2 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE

A noção de enunciação, neste trabalho, vincula-se à corrente benvenistiana, que concebe a enunciação como “o processo de funcionamento da língua por meio de um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006b, p. 82). Esse ato é visto opostamente ao termo “enunciado”, que é o objeto linguístico resultante da enunciação. São dois conceitos bastante próximos, uma vez que ambos se relacionam com o ato de comunicação, ou seja, com o uso da língua, entretanto, há uma distinção hierárquica desses termos. De um lado, tem-se a enunciação, que é considerada como sendo o ato de produção

do uso da língua, e de outro, temos o enunciado, que é o produto da enunciação.

Nas teorias linguísticas da enunciação, ocorre uma distinção do fato linguístico e do extralinguístico, Maingueneau (1996) explica que há o discernimento de dois aspectos no acontecimento enunciativo. De um lado existe o particular em cada enunciação, o que é exterior à pesquisa Linguística; do outro, existe o esquema geral da enunciação, onde se encontram regras as quais permitem que, no sistema da língua, haja atos de enunciação sempre únicos, e que a língua pode se converter em discursos de diferentes sujeitos, uma vez que essa apresenta uma rede de regras disponíveis para qualquer locutor. Desse modo, a língua é concebida não somente como um léxico associado a regras fonéticas e morfossintáticas, mas também como um sistema que permite aos seus locutores se apropriarem dela para criar seus enunciados de maneira particular.

Flores e Teixeira (2013) explicam que o campo da linguística da enunciação abrange muitas perspectivas teóricas, desenvolvidas por diferentes autores, como, por exemplo, Charles Bally, Roman Jakobson, Émile Benveniste, Mikhail Bakhtin, Oswald Ducrot e Jacqueline Authier Revuz. Esses pesquisadores integram o grupo de teóricos da enunciação pelo fato de conceberem uma linguística que visa às relações entre sujeito e seu uso da linguagem. As teorias enunciativas assemelham-se por terem como base, de algum modo, os princípios saussurianos de língua/fala e a noção de sistema, por exemplo. As teorias da enunciação expandem de alguma forma os estudos de Saussure, que considera a língua intrinsecamente ligada à fala, e também entendem que é por meio da língua que o sujeito se marca. Além disso, uma vez que contribuem para os estudos que abordam a enunciação, essas teorias constituem um campo de pesquisa.

Assim sendo, existe um campo de estudo denominado Linguística da Enunciação – LE – que aborda diferentes teorias da enunciação, teorias essas que divergem em suas manifestações. Para melhor compreender esse fato, Flores e Teixeira (2013, p. 8) esclarecem que

Em suma, falamos em teorias da enunciação (no plural) e em linguística da enunciação (no singular) para salientar o fato de que se, por um lado, existe uma diversidade que permite considerarmos mais

de uma teoria da enunciação, por outro lado, verificamos que há traços comuns a todas as perspectivas. Em outras palavras, acreditamos na unicidade referencial da expressão lingüística da enunciação. No entanto, isso não deve levar a crer que procedemos a uma planificação das teorias com a finalidade de alcançar o objetivo de unificá-las em um campo de saber.

Desse modo, as teorias da enunciação são diferentes na maneira em que se manifestam, são divergentes, mas apresentam unicidade no sentido em que todas elas abordam a relação que se estabelece entre linguagem e sujeito.

Ao abordar a enunciação neste estudo, daremos ênfase a Émile Benveniste, por ele ser considerado o linguista da enunciação e o teórico que convencionou a chamada teoria da enunciação.

Sobre isso, Flores e Teixeira (2013, p.29) declaram que

Émile Benveniste talvez seja o primeiro linguista, a partir do quadro saussuriano, a desenvolver um modelo de análise da língua especificamente voltado à enunciação. O lugar desse autor é singular no contexto histórico em que suas reflexões foram produzidas: o apogeu do estruturalismo nas ciências humanas como método rigoroso de análise de fenômenos antes excluídos da investigação científica.

Benveniste, então, é considerado o criador da LE, o postulado de que o homem está na língua é o que norteia seus estudos. Com isso, inferimos que a enunciação compreende, além da língua, também a fala. Entretanto, conforme esclarecem Flores et al. (2008), o fato de contemplar a fala não faz da enunciação uma linguística da fala, pois o que ela objetiva é a fala e a língua ligadas de maneira estrita.

A Teoria da Enunciação, proposta por Émile Benveniste, foi tratada pela Linguística brasileira de forma particular. Flores et al (2008) relatam que, no fim dos anos 70, surgiram no país muitas publicações que recorreram ao nome de Benveniste. Émile Benveniste trouxe a possibilidade de se refletir sobre aspectos relacionados à subjetividade na linguagem, com abordagens especialmente voltadas aos estudos do verbo e dos pronomes. Com isso, pode-se afirmar que a Teoria da Enunciação exerceu um importante papel em relação às teorias do uso da linguagem, uma vez que a língua pôde ser desde então estudada com relação ao uso que o sujeito dela faz.

Em relação a essa abordagem, Maingueneau (1996, p.7) afirma que “a língua possui, portanto, um elemento que tem por função permitir a posse da enunciação por sujeitos particulares”. Nesse sentido, todo processo de enunciação acontece pela apropriação da língua por um sujeito, que se coloca como *eu* em um discurso. Portanto, a Teoria da Enunciação, proposta por Benveniste, firma-se na presença do sujeito na língua, que conforme esse autor, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade, que é a do ser, o conceito de ego” (BENVENISTE, 2005b, p. 286). Importante ressaltar que esse é um sujeito definido linguisticamente, que existe somente na instância do discurso, não é o sujeito empírico, é o ser do discurso que se constitui somente por meio da linguagem. A subjetividade, então, faz-se presente porque existe um *eu* que se dirige a um *tu*, em alocução. Segundo Benveniste (2005b), a categoria de pessoa se instaura nesse diálogo, assim, reforça-se que o sujeito em Benveniste é uma questão puramente linguística, fazendo com que, ao apropriar-se da língua e colocá-la em funcionamento, o sujeito seja criado no enunciado. Portanto, o sujeito de Benveniste é um sujeito linguístico.

Dessa maneira, a linguística da enunciação admite que essa enunciação trata-se de um processo pelo qual um sujeito se enuncia e deixa suas marcas linguísticas no enunciado. Todavia, o objeto da linguística da enunciação não é esse sujeito que enuncia, mas a representação dele no enunciado.

A partir da análise enunciativa, acreditamos que seja possível identificar elementos que mostrem as marcas de subjetividade nos enunciados dos tutores no fórum de discussão da EAD, para analisarmos se esses tutores enunciam-se a partir do discurso do sujeito professor ou se eles enunciam-se a partir de um discurso próprio.

Assim, nas próximas seções, trataremos especificamente das teses desenvolvidas por Émile Benveniste, constantes nos textos de *Problemas de Linguística Geral I (PLG I)* e *Problemas de Linguística Geral II (PLG II)*, que julgamos essenciais para o entendimento da teoria desse autor e para guiar nossas análises do *corpus* deste trabalho, como: “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, “Da subjetividade na linguagem”, “A natureza dos

pronomes”, “A linguagem e a experiência humana” e “O aparelho formal da enunciação”.

3.2.1 A subjetividade na linguagem

A questão da subjetividade na linguagem foi abordada pela primeira vez nos estudos linguísticos com a publicação do texto de Benveniste intitulado *Da subjetividade na linguagem*, no ano de 1958, num periódico da área de Psicologia.

Benveniste (2005b) inicia sua escrita, questionando sobre o fato de a linguagem ser um instrumento de comunicação e revela que compará-la a um instrumento deve encher-nos de desconfiança, pelo fato de ser uma noção muito ingênua sobre algo bastante complexo. Dessa forma, comparar linguagem a um instrumento significa colocar em oposição o homem e a natureza, uma vez que a linguagem está na natureza do homem, ele não a fabricou. Sobre isso, Benveniste (2005b, p. 285) expõe que:

Inclinamo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

Nesse sentido, Benveniste afirma o caráter constitutivo da linguagem na natureza do homem. As características da linguagem, como, por exemplo, sua natureza simbólica, sua organização e seu conteúdo revelam sua singularidade, sendo impossível admiti-la como um instrumento de comunicação, pois assimilar a linguagem como um instrumento significa separar do homem uma propriedade que está inerente a ele.

Na prática cotidiana, em situações de diálogo, Benveniste (2005b) explica que o vaivém da palavra sugere uma troca, como se trocássemos alguma coisa, e, assim, a linguagem pareceria ter uma função de instrumento. No entanto, esse estudioso explica que o papel de troca compete somente à

palavra. Nesse sentido, a palavra deve estar habilitada na linguagem para que assegure comunicação, ela é apenas a atualização da linguagem, e é somente no enunciado que possui existência, pois apenas na manifestação da enunciação pelo locutor é que a palavra existe, dando sentido à ideia que é expressa de maneira única e singular.

Após vincular homem e linguagem, Benveniste (2005b) passa a abordar a subjetividade na linguagem, explicando, também, a questão dos pronomes pessoais e da dêixis que dão o carácter subjetivo na linguagem. Benveniste (2005b, p. 286), então, elabora o seguinte princípio: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade, que é a do ser, o conceito de ‘ego’.” Nesse princípio formulado por Benveniste, é preciso esclarecer que a subjetividade tratada, nesse contexto, é a capacidade do locutor se propor como sujeito, isso ocorre quando a primeira pessoa do discurso atua enunciativamente. Flores (2013a) interpreta que o homem, ao se constituir como sujeito, revela a passagem da noção antropológica para uma passagem linguística, uma vez que a linguagem fundamenta na realidade do sujeito o conceito de ego, que nada mais é do que o pronome *eu*. E o uso desse pronome não tem nenhuma relação com o termo *eu* utilizado na Psicologia.

Portanto, o sujeito aqui abordado trata-se de um sujeito que constitui o homem na linguagem e pela linguagem, diferentemente de um sujeito em sua concepção ideológica. E a subjetividade, por sua vez, é a capacidade que o locutor tem de se propor como sujeito da enunciação. Tomamos o que Benveniste (2005b, p. 286) declara sobre esses termos:

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. [...] Ora, essa “subjetividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo status lingüístico da “pessoa”.

Em relação a essa passagem, Flores (2013a) considera que há duas definições para o termo “subjetividade”, utilizado por Benveniste. A primeira delas se refere à capacidade de o locutor se propor como sujeito, evidenciando que Benveniste aborda também o conceito de locutor, que é o “indivíduo

linguístico cuja existência se marca na língua toda vez que toma a palavra” (FLORES et al., 2009, p. 157). Desse modo, se o locutor se propõe como sujeito, infere-se que esse sujeito não está na origem do que é dito, a origem vem do locutor, e o sujeito é uma decorrência, havendo, então uma passagem de locutor a sujeito (FLORES, 2013). A segunda definição de “subjetividade” para Benveniste se trata da emergência no ser da propriedade da linguagem, ou seja, a de ser “ego” quem diz “ego”. Acerca dessa segunda significação, Flores (2013a, p. 100) acredita que ela “pode ser parafraseada por ‘é sujeito quem diz eu’. Ou ainda: ‘É sujeito quem assume a posição de eu’. Em outros termos: se a subjetividade tem um fundamento linguístico, só pode ser sujeito quem faz uso desse fundamento linguístico”. Esse “eu”, portanto, não é somente um pronome, ele deve ser visto como uma marca linguística da categoria de pessoa, a qual mostra a passagem de locutor a sujeito, conforme Benveniste (2005b, p. 286): “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a si mesmo como *eu* no seu discurso”. Para essa afirmação ser entendida, é preciso considerar os usos conceituais dos termos “locutor”, “sujeito” e “eu” que o autor faz. Flores (2013a) faz uma leitura longitudinal dos termos “homem”, “locutor”, “sujeito”, “pessoa” e “eu”, explicando que esses não se equivalem conceitualmente para Benveniste.

Homem é termo que designa o ponto de partida antropológico de Benveniste nesse texto. O homem é homem porque tem linguagem. O termo *locutor*, por sua vez, é usado para indicar uma instância distinta de sujeito.

O locutor é responsável pela *apropriação* da língua [...]. *Locutor*, portanto, não equivale a *sujeito*: ele se apresenta, na língua, como sujeito. Vê-se aqui claramente o que quer dizer Benveniste ao afirmar que a subjetividade da qual fala é a passagem de *locutor* a *sujeito*. Seu interesse reside exatamente nessa passagem.

O sujeito, então, não é nem o locutor, nem o homem, mas uma instância que decorre da apropriação feita pelo locutor. Logo, o sujeito é um efeito da apropriação. Essa decorrência se marca linguisticamente através da categoria de *pessoa*. [...].

A *pessoa*, por seu turno, é uma categoria linguística [...]. A categoria de pessoa é algo muito mais amplo do que a simples associação aos pronomes pessoais. Ela é o próprio fundamento linguístico da subjetividade, uma vez que a linguagem contém as formas linguísticas apropriadas à expressão da subjetividade [...].

E o eu? [...] Assim, o eu cumpre o papel de indicar, dentro de uma língua dada, no caso o francês (e o português também) a marca linguística da categoria de pessoa: “Os próprios termos dos quais nos servimos aqui, eu e tu, não se devem tomar como figuras mas como formas linguísticas que indicam a ‘pessoa’” (PLGI:287). (FLORES, 2013a, p.102).

O locutor necessita não só da linguagem, mas também da consciência de ter um alocutário para se tornar sujeito. Em outras palavras, a subjetividade de Benveniste (2005b) é também uma relação de intersubjetividade entre *eu-tu*, relação essa que acontece num aqui-agora, tratando-se, portanto, de uma relação dialógica por natureza. Benveniste (2005b) alega que, para se constituir, o sujeito precisa reconhecer o outro, sem importar qual é a gênese desse outro, que pode ser real ou imaginário, logo, “é numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela reação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” (BENVENISTE, 2005, p. 287). Essa alteridade evidencia-se na constituição do sujeito, do sentido e do processo de comunicação.

A subjetividade, para Benveniste (2005b), é constatada num enunciado por meio de algumas formas que o indivíduo utiliza ao se enunciar. Essas formas são marcas linguísticas que revelam a subjetividade por meio de pronomes, verbos e advérbios. A língua contém indicadores que revelam a subjetividade, e esses indicadores estão à disposição do locutor cada vez que ele se enuncia, uma vez que é a atitude do locutor diante da língua que aciona a propriedade de marcar sua subjetividade. O autor declara que “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*” (BENVENISTE, 2005b, p. 288, grifo do autor). Isso significa que, na língua, não há possibilidade de distribuir signos específicos para marcar a subjetividade de cada indivíduo, portanto, não há outra maneira de o indivíduo validar sua subjetividade senão com seu próprio testemunho.

A partir da teoria da enunciação, podemos entender como o sujeito se constitui por meio da análise e observação da categoria de pessoa, tempo e espaço na enunciação, a primeira serve de fundamento para as duas outras. Quando se realiza um estudo enunciativo, o objetivo é analisar as marcas do sujeito na enunciação e, nesta investigação, abordamos mais especificamente a categoria de pessoa devido aos objetivos do estudo, entretanto, não se descarta outros elementos que possam marcar linguisticamente os tutores nas suas falas no contexto analisado, como por exemplo, a pontuação, uso de termos no imperativo, voz passiva, advérbios de modo, entre outros.

Trataremos, na seção seguinte, da categoria de pessoa como marca de subjetividade na linguagem. Essa perspectiva auxilia na percepção e na compreensão da noção de pessoa como marca de subjetividade.

3.2.2 A categoria de pessoa

A categoria de pessoa na enunciação é um dos pontos centrais na realização do ato enunciativo e também está voltada para a questão da subjetividade na linguagem. Essa categoria pode ser percebida em um enunciado com a utilização de elementos como *eu*, *tu* ou *ele*, denominados de pronomes pessoais pela gramática tradicional¹⁹, esses elementos necessitam de algumas considerações sobre suas funções.

Benveniste (2005c), em seu texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), declara que a pessoa e o verbo têm um caráter indissociável em todas as línguas. Assim, por meio do entendimento da categoria de pessoa, esse linguista introduz a noção de sujeito na enunciação, pois sempre que o *eu* enuncia instaura-se um *tu*. Uma vez que são mutuamente constitutivos, *eu* e *tu* constituem a categoria de pessoa de forma concomitante. Nesse contexto, Benveniste (2005c) comprova que todas as línguas possuem pronomes ao afirmar que “todas as línguas possuem pronomes e, em todas elas, eles se definem como se referindo às mesmas categorias de expressão” (BENVENISTE, 2005a, p. 277), sendo, portanto, os pronomes formas universais de todos os sistemas linguísticos.

Na gramática tradicional, os pronomes pessoais são divididos em três pessoas: a primeira, que é a pessoa que fala; a segunda, que é a pessoa com quem se fala; e a terceira pessoa, que é a de quem se fala (aquela que está ausente – a não pessoa). Benveniste (2005c), partindo da gramática árabe, desacordou da simetria que supostamente existia entre essas três pessoas, relacionadas com o *eu*, *tu* e *ele*. Nessa perspectiva, a gramática árabe enfatiza a disparidade entre as duas primeiras pessoas com a terceira, ou seja, Benveniste (2005c) opõe a primeira e a segunda pessoa à terceira, uma vez que tanto o *eu* quanto o *tu* estão inseridos no discurso, o *ele*, entretanto, não

¹⁹ Entende-se como gramática tradicional o conjunto de regras de uso correto da língua portuguesa. Essa gramática, portanto, é de uso prescritivo, preocupa-se em descrever o modo correto de utilização da língua e em diferenciar o que é certo e o que é errado.

participa da instância discursiva. Em relação a essa distinção, Flores (2013a, p. 90) explica que entre o *eu* e o *tu* existe simultaneamente a pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa, exemplificando que

‘Eu’ designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo eu, não posso deixar de falar de mim’. E a questão do tu também é equivalente, em que “tu é necessariamente designado por eu e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo como um predicado de tu. [...] *eu* e *tu* têm traços em comum, o que permite tratá-los como integrantes de um mesmo conjunto: a categoria de pessoa (FLORES, 2013, p.90).

Assim sendo, podemos entender que *e/e* pertence ao nível semiótico, ao nível da linguagem enquanto sistema de signos, e a categoria de pessoa *eu/tu* pertence ao nível semântico, ao nível da categoria de pessoa que o indivíduo assume no discurso quando toma a palavra. Em outras palavras, o uso do *e/e* está ligado ao emprego das formas da língua, ao seu nível semiótico, que é o enunciado; já a utilização do *eu/tu* está ligada à função da língua, ao seu nível semântico, que é o nível da enunciação²⁰.

Mainueneau (1996, p.11) esclarece que “eu e tu remetem a papeis, o de locutor e o de alocutário, que são indissociáveis e reversíveis: na ‘troca’ linguística, como o nome diz, todo eu é um tu em potencial, todo tu é um eu em potencial.” O autor também enfatiza que a enunciação inscreve no enunciado, de diversas maneiras, a presença do alocutário, que faz um papel ativo na enunciação, e, por esse motivo, alguns linguistas preferem o termo co-enunciador no lugar de alocutário ou destinatário. Todavia, entre o *eu* e o *tu*, há uma dissimetria: para ser *eu*, tem que se tomar a palavra, já para ser *tu* é preciso que um *eu* constitua alguém como *tu*. Fiorin (1996) também esclarece que *eu* e *tu* sempre são únicos, e indicam a pessoa que fala e a pessoa para quem se fala, remetendo a sujeitos da enunciação. O *eu* e o *tu* são consideradas as verdadeiras pessoas do diálogo, pois conforme Benveniste (2005c, p. 250):

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de

²⁰ De acordo com Werner (2006), o plano semiótico de significação refere-se à primeira maneira de significar e corresponde ao nível interno da língua; é um sentido entendido como fechado, pois tem como unidade de significação o signo no código de que faz parte, sem se preocupar com o sujeito e o referente. O plano semântico está relacionado ao nível extralinguístico e resulta da atividade dos falantes quando colocam a língua em funcionamento.

uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”.

Com esse enunciado, fica claro que *eu* e *tu* apresentam traços em comum, ou seja, integram um mesmo grupo, fazem parte da categoria de pessoa. Diferentemente do *ele*, que pode se remeter a inúmeros ou, até mesmo, a nenhum sujeito e, por isso, esse elemento nunca é declarado como a pessoa da enunciação, permanecendo presente apenas no nível do enunciado. O *ele*, pelo fato de não participar da enunciação, recebe a classificação de não pessoa, na definição de Benveniste (2005c). Acerca dessa noção, Flores (2013a) explica que a forma remetida à terceira pessoa, embora possa comportar uma indicação de enunciado sobre alguém ou sobre alguma coisa, não faz essa indicação relacionando uma pessoa específica, por isso, a terceira pessoa não é propriamente uma pessoa, é a forma verbal própria da não pessoa.

Além do elemento *ele*, *nós* e *vós* também são considerados não pessoa. De acordo com Benveniste (2005a), o *nós* não remete ao plural de *eu*, da mesma forma, o *vós* não incide em um plural de *tu*. O que ocorre, na verdade, é a união do *eu* com um *não eu*.

A categoria de pessoa é bastante complexa, e como se pode perceber, suas abordagens e discussões estão destacadas no elemento *eu*. Benveniste (2005a, p. 288) interroga “a que, então, se refere o eu?”. E responde que esse elemento faz referência a algo exclusivamente linguístico, remete ao ato de discurso individual no qual é pronunciado. Benveniste (2005a) ainda complementa que o *eu* é uma instância do discurso que só tem referência atual e se remete ao momento da enunciação e à realidade discursiva.

Conforme ressalta Fiorin (1996, p. 60), “não se pode esquecer que é a situação de enunciação que especifica o que é pessoa e o que é não-pessoa e que a terceira pessoa é explicitada no contexto e não na situação”. Dessa forma, conforme esse autor, a pessoa na enunciação pode estar evidenciada não só pela presença de pronomes pessoais retos, mas também pela utilização de pronomes pessoais oblíquos, pronomes possessivos e desinências número-

personais dos verbos, já que tais elementos podem remeter aos actantes da enunciação.

Em linhas gerais, é importante lembrar que a Linguística da Enunciação estuda as marcas do sujeito no enunciado, ela não estuda o sujeito em si. Nosso embasamento teórico supõe a existência de um sujeito, mas não faz nenhuma teoria sobre ele, uma vez que nosso interesse se refere ao sentido. Diante disso, a distinção pessoa/não pessoa tem o papel de fundamentar a presença linguística da subjetividade na linguagem que, segundo Benveniste (2005, p. 286), é nesse momento que “encontramos aí o fundamento da ‘subjetividade’ que se determina pelo status linguístico de ‘pessoa’”.

A distinção pessoa/não-pessoa não se restringe somente ao texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), outros textos também refletem sobre a questão da pessoa no enunciado. Dessa forma, na seção seguinte, refletiremos sobre a relação dos pronomes e dos verbos com a subjetividade na linguagem a partir do texto *A natureza dos pronomes* (1956).

3.2.3 Os pronomes e os verbos como marcas de subjetividade na linguagem

Na seção anterior, abordamos a distinção que Benveniste (2005c) formulou acerca da categoria de pessoa e não-pessoa, entretanto, outros aspectos relacionados a essa distinção devem ser observados. No texto *A natureza dos pronomes*, de 1956, Benveniste (2005a) afirma que a terceira pessoa, ou seja, a não-pessoa, simula o pronome não marcado na correlação de pessoa. Os pronomes pessoais que representam a terceira pessoa são diferentes dos da primeira e da segunda pessoa, tanto pela função quanto pela natureza, Benveniste (2005a, p. 277) destaca que “Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as ‘instâncias de discurso’”. A não-pessoa, pelo fato de pertencer ao nível sintático da língua, está apenas imbricada na enunciação, pois não se refere a ela mesma no discurso, a não-pessoa faz parte de um processo no qual o que realmente importa é o próprio discurso. Dessa forma, os pronomes podem ser entendidos como fatos linguísticos, pertencentes à fala, e não somente pertencentes à língua, conforme Saussure (2006) aborda. Com isso, Benveniste (2005a) vai

além da perspectiva estruturalista, concebendo os pronomes como categoria de linguagem conforme a posição que ocupam.

Em uma reflexão sobre a questão do estudo dos pronomes em Benveniste, Werner (2006) analisa que, em uma enunciação, os pronomes podem funcionar como índices por meio do processo metonímico na mensagem (*parole*), isso ocorre quando um objeto (nome) é designado pelo nome de um objeto semelhante que está associado na experiência de sua utilização. E, por isso, essa analogia funciona somente quando se leva em consideração o contexto de uso desse nome, caracterizando, assim, o processo metonímico. Entre o objeto designado e aquele que designa sempre ocorre uma relação de dependência, pois é um processo sintagmático. A significação ocorre em decorrência da ocasião em que surgem os nomes, assim, podemos pensar que os pronomes pessoais e os dêiticos são estruturas bastante complexas que atuam de maneira polissêmica. Isso significa que essa classe de palavras não pode ser considerada como uma classe unitária em forma e função, uma vez que se diferenciam quando se realiza um estudo abordando a parte formal e a parte funcional da língua, que é a enunciação. Nesse raciocínio, Werner (2006, p. 52) resume que “os pronomes se configuram em uma classe da língua que opera no formal, sintático, e no funcional, pragmático [...], devem ser entendidos também como fatos da linguagem, pertencentes à mensagem (fala)”.

O signo pronominal, de acordo com Benveniste (2005a), é diferente do signo nominal e do signo verbal. Um signo nominal, por exemplo, a palavra “cadeira”, tem um conceito que se remete a toda qualquer aplicação individual, entretanto, um pronome como a palavra “eu” não possui um conceito que possa se remeter a todos os “eus” que enunciam. O signo *eu*, assim como *tu*, não conceituam o mundo material, real, eles tornam-se plenos somente quando o locutor os assume no seu discurso. Flores (2013a) justifica que os signos pronominais são instrumentos da conversão da linguagem em discurso, são signos autorreferenciais, pois referem o próprio uso de quem enuncia, ou seja, são signos submetidos à condição da pessoa.

Flores (2013a) complementa ainda que a dêixis, para Benveniste, não é a propriedade de uma palavra para se referir a um objeto, a especificidade dessa palavra advém da contemporaneidade junto à categoria de pessoa. Com

isso, o essencial é a relação entre o indicador de tempo, espaço ou pessoa e a instância do discurso, assim, os dêiticos não aludem a posições objetivas no espaço ou no tempo, mas à enunciação que essas palavras dêiticas contêm.

O uso desses signos serve, portanto, para promover a comunicação intersubjetiva; em concordância a esse entendimento, Flores e Teixeira (2013) abordam que os elementos dêiticos ligam-se à categoria de pessoa, e os elementos não-dêiticos juntam-se à não-pessoa, formando, dessa forma, um esquema que mostra a separação entre os indicadores de subjetividade e os chamados de “terceira pessoa”, conforme podemos visualizar no Quadro 1:

Quadro 1: Categoria de pessoa e não-pessoa (tipos de referência)

<p>Eu/tu – categoria de pessoa – referência dêitica</p> <p>Ele – categoria de não-pessoa – referência não-dêitica</p>

Fonte: Flores e Teixeira (2013, p. 39).

Nesse esquema, entendemos claramente que Benveniste (2005a) separa a língua em um campo subjetivo e em um campo objetivo, onde temos a esfera subjetiva da língua e categoria de pessoa de um lado, e, de outro, a esfera objetiva junto à categoria de não-pessoa. Dessa forma, existe, na língua, a referenciação objetiva, a qual concebe os signos plenos, ou seja, os signos do paradigma do *ele*, e a referenciação subjetiva, que contempla os signos vazios, isto é, signos autorreferenciais, pertencentes ao paradigma do *eu/tu*, convertendo a linguagem em discurso. Cada vez que um sujeito enuncia, o mecanismo da dêixis é posto em funcionamento e, assim, marcado na língua. Benveniste (2005) afirma que, apesar de terem um lugar importante na referenciação da língua, os dêiticos são categorias vazias e subjetivas, uma vez que só se tornam signos plenos no momento em que o *eu* enuncia.

Existem signos que, de acordo com Benveniste (2005a), são do âmbito da terceira pessoa, pois são signos que referem uma situação objetiva e diferem dos signos vazios quanto à natureza e à função.

A ‘terceira pessoa’ representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*,

exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva. (BENVENISTE, 2005a, p. 282, grifo do autor).

A partir dessa afirmação, podemos entender que na língua existem instâncias de discurso que se remete a si mesma (instâncias subjetivas, no âmbito da categoria de pessoa), e instâncias que não remete a si mesma (instâncias objetivas, no âmbito da categoria da não-pessoa).

Assim, tratando-se da classe dos pronomes, Benveniste (2005a) diferencia claramente os pronomes de terceira pessoa dos pronomes *eu* e *tu* pela sua função e natureza, e apresenta o pronome *ele* sendo utilizado com a qualidade de substituto abreviativo que contém as propriedades de: 1) combinar-se com qualquer referência de objeto; 2) não ser reflexivo da instância de discurso; 3) comportar um número grande de variantes pronominais ou demonstrativas; 4) não apresentar compatibilidade com termos referenciais, como, por exemplo, *aquí*, *agora*, etc.

Nesta pesquisa, os pronomes e os verbos têm fundamental importância, pois se tratam de formas da língua que mostram a constituição no enunciado, o sentido e a forma de como o sujeito tutor da EAD se marca, a partir de suas postagens no fórum de discussão. Além das formas, a enunciação nos dá condições de análise por meio das funções sintáticas, pois o sujeito ao fazer uso da língua pode influenciar seu modo de pensar por meio de estratégias linguísticas como a interrogação, a intimação, a asserção e outras modalidades de formas da língua que preservem os termos usados por esse sujeito (BENVENISTE, 2005a). Em virtude da importância do estudo dos pronomes e dos verbos, as funções sintáticas também poderão ser levadas em consideração posteriormente na análise do *corpus* desta pesquisa.

Resumindo, portanto, discutimos nesta seção que a categoria de pessoa é o fundamento linguístico da intersubjetividade, sendo o *eu* a referência que enuncia a um *tu* numa determinada instância de discurso. E o *ele*, por outro lado, não participa dessa experiência, que necessita obrigatoriamente do *eu* e do *tu* que estão implicados. Na seção seguinte, abordaremos a questão da intersubjetividade na linguagem, como aspecto necessário para tornar a comunicação linguística possível. O foco principal dessa seção será o texto *A linguagem e a experiência humana* (1965), de Benveniste (2005), que enfatiza

a categoria de pessoa e tempo, resgatando, a partir da enunciação, as marcas de subjetividade e intersubjetividade na linguagem.

3.2.4 A experiência humana na e pela linguagem

Esta seção trata sobre as noções de pessoa e tempo nos seus vários enfoques, retomando-se, assim, a questão da subjetividade na linguagem. Benveniste (2006a), em seu texto *A linguagem e a experiência humana* (1965), considera que todas as línguas têm categorias elementares, como as categorias de pessoa e de tempo que, independentemente de questões sociais e culturais, mostram como os indivíduos se posicionam no momento do ato enunciativo. No discurso, a posição estrutural que existe entre o *eu*, *tu* e *ele* concede, ao indivíduo que toma a palavra, a introdução da presença da pessoa no discurso, essa constituição do sujeito no discurso acontece em todas as linguagens. Benveniste (2006a, p. 69) salienta que “desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda”. Por meio dessa experiência, é possível mensurar que os pronomes sempre são ensinados como todos os outros signos, que são igualmente disponíveis e ofertados pelo falante. No momento em que um indivíduo pronuncia *eu*, esse pronome se transforma numa designação única e origina uma nova pessoa a cada vez. Benveniste (2006a, p. 69) conclui que “esta é a atualização de uma experiência essencial, que não se concebe possa faltar a uma língua”.

O que está sendo tratado aqui é justamente a questão da experiência humana na linguagem, que é universal a todas as línguas. Não existe nenhuma língua que não mostre a subjetividade de seu enunciador; complementando essa ideia, Flores (2013a, p. 108) afirma que “não há língua que possa ser concebida como tal sem apresentar a possibilidade de que nela, em seu interior, o homem possa se singularizar.” E enfatiza que “essa *experiência central que determina a possibilidade do discurso* tem uma peculiaridade: apesar da identidade da forma (isto é, apesar de as formas serem iguais), há a singularidade de cada um” (FLORES, 2013a, p. 108, grifo do autor). Assim, sem essa experiência humana, na qual o diálogo constitui a linguagem, seria

impossível nos comunicarmos, uma vez que, a cada enunciação, teríamos que criar uma expressão diferente para cada falante da língua.

Sobre essa singularidade na linguagem, Benveniste (2006a, p. 69) destaca que

Uma dialética singular é a mola desta subjetividade. A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira. Mas, fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente do discurso.

Além dos pronomes, que dão referência à pessoa no discurso, Benveniste (2006a) discorre sobre a categoria de tempo como outra forma linguística que revela a subjetividade na língua. O autor também discorre a noção de tempo relacionando essa noção à experiência humana, diferenciando três tipos de tempo: o tempo físico, que é o tempo dos fatos; o tempo crônico, estabelecido institucionalmente, como o calendário; e o tempo linguístico, que é o ligado ao exercício da fala, e é sobre esse tempo que Benveniste (2006a) conduz sua reflexão.

A indicação temporal na enunciação tem como princípio o momento em que ocorre um determinado ato enunciativo, momento esse denominado de presente linguístico. Os dêiticos temporais, dessa forma, tomam sentido somente na instância do discurso e dependem do sujeito do enunciado. Os termos *hoje*, *ontem*, *amanhã*, *depois*, entre outros, marcam o tempo do presente do discurso, pois o tempo da enunciação é o presente. O tempo em uma língua sempre será em referência a um momento presente, mesmo que no enunciado esteja marcado por um futuro ou por um passado. Assim, o tempo linguístico é diferente das outras noções de tempo pelo fato de estar ligado diretamente ao exercício da fala, ele se organiza e se define de acordo com o discurso. Assim, o tempo do discurso tem seu eixo no presente da fala (BENVENISTE, 2006a), que é diferente do presente gramatical. O uso do presente na fala mostra que existe relação entre o que é dito e o que se diz, é o chamado presente linguístico.

As categorias de pessoa, espaço e tempo constituem a enunciação, dessa forma, quando inserimos um *eu-tu-aqui-agora* no discurso, estamos convertendo a enunciação em discurso, pois, mesmo que o enunciado não mostre explicitamente a primeira pessoa, ela está presente no discurso. O presente é o fundamento da intersubjetividade, pois o *eu*, ao se enunciar, sempre estabelece a temporalidade para o *tu*, uma vez que a temporalidade que o locutor organiza seu discurso é aceita sem dificuldade por seu interlocutor, que mais tarde também se apropria dessa mesma temporalidade para se tornar o locutor quando tomar a palavra. Benveniste (2006a, p.77-78) exemplifica que “meu ‘hoje’ se converte em seu ‘hoje’, ainda que ele não o tenha instaurado seu próprio discurso, e meu ‘ontem’ em seu ‘ontem’”. Reciprocamente, quando *ele* falar em resposta, *eu* converterei, tornando-me receptor, sua temporalidade na minha”. Desse modo, a comunicação linguística se torna possível somente por meio da intersubjetividade, quando *eu* e *tu* admitem a temporalidade um do outro de forma recíproca, sendo, portanto, por meio de uma constante troca que ocorre a relação entre o locutor e receptor. O discurso não seria possível sem as noções de tempo e espaço, pois a temporalidade situa o locutor na instância enunciativa.

Diante da questão da categoria de tempo na enunciação, Fiorin (1996, p. 142) discorre sobre a expressão dêitica *agora*, segundo esse autor: “[...] o discurso instaura um agora, momento da enunciação. Em contraposição ao *agora*, cria-se um *então*. Esse agora é, pois, o fundamento das oposições temporais da língua”. Pode-se, dessa forma, compreender que esse dêitico temporal sugere a contemporaneidade entre o fato que foi narrado e o momento em que ele está sendo narrado. Portanto, o presente é constantemente reelaborado toda vez que o locutor enuncia. Benveniste (2006a) tratou inicialmente sobre essa tese e afirmou que a linguagem conta com somente uma expressão de tempo, o presente, o qual pode equivaler ao momento do acontecimento e do discurso. Ainda para o autor, os demais tempos são mencionados apenas como pontos vistos para trás ou para frente em referência ao presente.

Portanto, o domínio do presente, segundo Benveniste (2006a), incide na necessidade de a língua organizar o tempo a partir de um referente, e esse ponto é sempre e exclusivamente a instância do discurso. Segundo o autor,

não seria possível prever como se configuraria uma língua que se comportasse de forma diferente desse entendimento.

Na seção seguinte, refletiremos sobre a forma da enunciação, ancorada no texto *O aparelho formal da enunciação*, publicado em 1970, fechando a última abordagem de Benveniste, neste estudo, a respeito do tema enunciação.

3.2.5 A forma da enunciação

Esta seção aprofunda o que Flores (2013a) denomina de terceiro momento da teoria benvenistiana sobre a enunciação, na qual se trata do momento da elaboração da ideia de aparelho formal da enunciação. Essa ideia foi mostrada no texto de Benveniste intitulado *O aparelho formal da enunciação*, publicado em março de 1970, na revista *Langages*, e publicado novamente no segundo volume de *Problemas de Linguística Geral*, em 1974. Flores (2013a) esclarece que esse texto é uma condensação de mais de quarenta anos de reflexão linguística de Benveniste sobre o tema enunciação; trata-se, portanto, de uma síntese dessa teoria, ao mesmo tempo em que apresenta questões indispensáveis para a interpretação e descrição das formas de uso da língua.

Neste último texto de Benveniste a ser publicado pode nos amparar na criação de princípios e categorias que sustentem a análise, a interpretação e a descrição do funcionamento do uso e da organização da língua no fórum de discussão da EAD. Como o uso da língua ocorre pelo ato de um locutor que ao tomar a palavra se constitui como sujeito e impõe um tu, instaurando uma situação enunciativa em que os sentidos são construídos por meio da apropriação dos recursos disponíveis na língua, julgamos que este texto pode nos dar suporte na análise de alguns aspectos como, por exemplo: o ato do locutor, os recursos linguísticos usados nesse ato e a situação enunciativa construída.

Para começar sua reflexão nesse texto, Benveniste (2006b), pela primeira vez, conceitua de forma explícita uma definição de enunciação, discorrendo que “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006b, p. 82). O linguista, no decorrer do texto, afirma que esse ato individual de uso da língua introduz o

locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação, antes disso, a língua é somente possibilidade da língua. Após a enunciação, a língua é consumada em uma instância de discurso, instância essa que nasce de um locutor, de forma sonora, atingindo um ouvinte, e que ocasiona outra enunciação de volta. A enunciação, enquanto um ato individual, pode se caracterizar como um processo de apropriação da língua, onde o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de sujeito, mediante índices específicos e procedimentos acessórios²¹. O quadro formal da enunciação abordado neste texto pode nos auxiliar na determinação dos critérios de análise da língua em uso nos textos escritos, as mensagens do tutor no fórum da EAD. Benveniste (2006b) ressalta três elementos desse quadro formal da enunciação: o ato, a situação e os instrumentos de realização.

Por meio do ato de enunciação é que o locutor se propõe como sujeito, passando a ser um elemento imprescindível na enunciação, pois é esse sujeito quem realiza o ato individual de uso da língua. Ao apropriar-se da língua e se enunciar, o locutor realiza o ato de enunciação e a língua é executada numa instância de discurso, instaurando um locutor e um alocutário, trazendo o segundo elemento do quadro formal que é a situação da enunciação.

Na enunciação, a referência é uma parte integrante desse ato, uma vez que, para o locutor, a condição de se relacionar com o mundo e se apropriar da língua se deve à necessidade de se referir pelo discurso, para o seu enunciatário, a possibilidade de se correferir da mesma forma, ocorrendo um consenso que faz de cada locutor um colocutor. Com isso, “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno.” (BENVENISTE, 2006b, p. 84). Dessa maneira, o discurso vai se manifestar por meio de formas específicas, as quais têm a função de relacionar constantemente o locutor com sua enunciação. Essas condições, portanto, regem o mecanismo de referência na enunciação e criam uma situação única.

Toldo (2012, p. 6) esclarece esse elemento, explicando que a “situação de enunciação vai se manifestar por um ‘jogo de formas específicas’. São elas: a) índices de pessoa (eu/tu); b) índices de ostensão (função dêitica da língua) e

²¹ Posteriormente, na análise, esses termos serão detalhados.

c) índices de tempo. A forma axial [...] da situação de enunciação é o presente que coincide com o momento da enunciação”. Então, é a partir do momento da enunciação que surge a categoria de tempo, e é, portanto, na situação que temos um *eu* que se enuncia a um *tu*, num determinado tempo e num determinado lugar. Portanto, temos aí as formas específicas da enunciação que de modo particular e singular fazem com que a enunciação se renove cada vez que a língua é colocada em uso.

Benveniste (2006b) salienta que, em se tratando de enunciação, existem muitos termos abordados, e que com frequência esses termos são vastos e complexos, como, por exemplo, as formas temporais que se determinam em relação a EGO, que é o centro da enunciação. Na enunciação, a questão temporal se procede mediante a instauração da categoria presente, e da categoria presente nasce a categoria tempo, como já explicitado anteriormente na seção 3.2.4. O tempo presente é propriamente a origem do tempo, e somente o ato de enunciação torna possível o tempo presente no mundo, pois o homem somente pode mostrar o “agora” e torná-lo atual pela inserção do discurso no mundo, uma vez que ele não dispõe de outro meio para fazer isso. O presente formal explicita o presente inerente à enunciação, e esse presente se renova a cada vez que um discurso é produzido, e, então, a partir desse contínuo presente é que se transmite o sentimento de continuidade que denominamos “tempo”.

Dessa maneira, a enunciação é definida pela acentuação da relação discursiva com o outro, seja ele real ou imaginário, individual ou coletivo. Cada ato enunciativo une o ouvinte ao locutor por meio de uma relação de sentimento, social ou de outro tipo. Assim, a linguagem se manifesta como um modo de agir e não como um instrumento de reflexão.

O terceiro elemento do quadro formal da enunciação são os instrumentos. A enunciação, como sabemos, é um processo em que o locutor se apropria da língua e se enuncia por meio de índices específicos e procedimentos acessórios, conforme já comentado. Mas o que seriam esses índices específicos e os procedimentos acessórios?

Benveniste (2006b) lista como específicos àqueles que têm a função de colocar o locutor em uma relação constante com sua enunciação, ou seja, os índices de pessoa (relação eu/tu), índices de ostensão (este, aqui, aquele,

etc.), as formas temporais, as quais são determinadas em relação ao *eu*, centro da enunciação. Já os procedimentos acessórios se referem àqueles construídos cada vez que o locutor se apropria da língua e se enuncia, a partir de situações singulares. Por meio desses procedimentos, a enunciação nos dá condições necessárias para as grandes funções sintáticas, como a intimação, asserção, interrogação. Sobre esses procedimentos, Toldo (2012, p. 7) esclarece que

Esses são um aparelho de funções, ou seja, são todos elementos disponíveis na língua de que se serve o locutor para dizer algo a seu alocutário. Interrogações, ordens, apelos, chamamentos, asserções, negativas são alguns dos modos que o locutor usa para “intimar” seu alocutário, estabelecendo dessa maneira uma relação discursiva com seu parceiro. Podemos pensar os *instrumentos* como todos os recursos linguísticos que estão à disposição na língua, para a relação interlocutiva entre um *eu* e um *tu* para a realização de um *ato* de enunciação numa dada *situação* de tempo e espaço. Esse movimento gerado de um *eu* (fonte do dizer) para um *tu* (fim do dizer) caracteriza o quadro figurativo da enunciação. Temos aqui a estrutura do diálogo dado pela enunciação.

Dando continuidade sobre as reflexões e ideias sobre enunciação, Benveniste (2006b) propõe um modelo de análise da enunciação baseado em um nível de significado - semiótico e semântico – que abrange a referência aos interlocutores. Nesse modelo, os participantes do discurso se referem e se correferem na atribuição de sentido às palavras. Esse discernimento dá sentido à categoria de pessoa e aos conceitos básicos de sua teoria como o de intersubjetividade e o de enunciação.

Todas essas questões trazem uma possível definição do uso da língua, possibilitando que o sujeito se aproprie desse aparelho e se marque em seu discurso. São essas marcas que podem ser analisadas na fala do tutor, no fórum de discussão da EAD, a fim de analisar e compreender que caminhos discursivos esse tutor realizou quando colocou a língua em funcionamento.

Portanto, *O aparelho formal da enunciação* trata da utilização das formas, que são os modos de estabelecer correlação entre as variações morfológicas e combinações de signos mutuamente, preposições, verbos, lugar e ordem, entre outros, mediante as possibilidades de escolha possíveis em um paradigma. Benveniste (2006b), estabelecendo o emprego das formas e das funções, considera que a língua é um sistema que tem uma estrutura e dispõe

de um aparelho formal que torna possível o sujeito se enunciar na língua. O aparelho formal da enunciação é da língua, mas seu uso depende da enunciação. Conseqüentemente, o locutor introduz as condições necessárias para se enunciar por meio do uso da língua, pelo ato individual e único de cada vez.

A partir dessas considerações, nossa intenção é refletir de que maneira esses elementos que compõem o quadro formal da enunciação podem nos ajudar a analisar como os tutores da EAD, enquanto sujeitos que atuam na formação de profissionais da área de Letras, enunciam-se no contexto do ensino a distância, no que se refere à utilização da língua em uma plataforma virtual e sua construção de sentidos. Como este trabalho também focaliza a singularidade na enunciação, é de suma importância tratar da questão da significação, assunto discutido na seção seguinte.

3.2.6 Singularidade enunciativa: o irrepetível na língua

A enunciação, ato de produção individual de utilização da língua, em um determinado tempo e ço, apresenta o status de ser singular e, uma vez que os aspectos temporal e semântico estão engendrados no ato enunciativo cada vez que o locutor se apropria do aparelho formal para fazer uma nova referência. É sobre a singularidade enunciativa na língua que este trabalho trata, ou seja, do estudo do irrepetível nas falas dos tutores nos fóruns da EAD, é importante ressaltar que essas falas são apresentadas de forma escrita no AVEA, portanto, são as representações do sujeito tutor que enuncia, das marcas formais no enunciado. Dessa forma, este estudo também reflete sobre a possibilidade da escrita como irrepetível, pois o que será analisado será a escrita de um sujeito que se enuncia no fórum da EAD, tomando a escrita também como um aparelho formal de enunciação, pois todo o sujeito que escreve deve ser dotado desse aparelho para conseguir fazê-lo.

Benveniste (2005-2006), quando discorre sobre a questão da linguagem, declarou que uma de suas propriedades era significar, sem diferenciar qualquer tipo de linguagem em particular. Dessa forma, as representações escritas no fórum também pertencem à linguagem e, portanto, não podendo fugir dessa propriedade. Neste estudo, portanto, temos a questão da escrita do enunciado,

da descrita do texto, onde temos a escrita de um sujeito, uma vez que, quando um sujeito escreve, ele se enuncia naquilo que está escrevendo. De acordo com Endruweit (2006), o sujeito deixa traços ao escrever, e isso revela a própria conceituação de enunciação, que é colocar a língua em funcionamento num ato individual de utilização. Desse modo, o sujeito, ao enunciar-se, também de maneira escrita, mobiliza outra enunciação de reposta, então, a escrita, resultado do escrever, é capaz de fazer aparecer a atividade do sujeito na língua, por um ato individual de uso. Nas palavras de Endruweit (2006, p. 115), o resultado do escrever “deixa emergir aquele que se enuncia para além do que diz ou escreve. Certamente, trata-se de uma escrita que extrapola a relação com o alfabeto, que é capaz de significar ‘com e mais’ do que a representação gráfica”.

Ao trazer a questão da subjetividade na língua, Benveniste (2005b) refletiu sobre as formas puras do sistema da língua para o uso, e essas formas passaram a ter substância na enunciação, ou seja, na língua, há presença de formas puras; na enunciação, existe forma e substância. A presença do sujeito ocorre a partir da possibilidade de se perceber referência na enunciação. A partir dessa abordagem, portanto, serão realizadas as análises das escritas dos sujeitos da enunciação no *corpus* desta pesquisa, considerando a escrita dos enunciados em sua singularidade enunciativa, discutida dentro da Teoria da Enunciação e da Linguística.

Em relação à singularidade na enunciação, Flores (2013b) apresenta o esboço de uma reflexão sobre as singularidades enunciativas, ligado à sintaxe da enunciação. Sobre essa questão, esse linguista distingue o conceito de enunciação em seu sentido universal e particular, e explica que

o aparelho formal da enunciação – expressão cunhada por Benveniste para designar os dispositivos que as línguas têm para, por um ato singular de utilização, os locutores se proporem como sujeitos – é geral – alguns diriam universal, já que não se admite língua que não o tenha – e específico, simultaneamente. A especificidade, por sua vez, se apresenta em dois planos distintos e interligados: a) no plano das línguas, já que cada língua apresenta seus próprios mecanismos; b) no plano da singularidade que advém de cada *instância de discurso*. (FLORES, 2013b, p. 114, grifo do autor).

Com essa explicação, Flores (2013b) esclarece que a enunciação é um conceito, ao mesmo tempo, universal (geral) e particular (específico), uma vez

que é universal que todas as línguas possuam dispositivos que possibilitem uma utilização única, singular na instância discursiva. Entretanto, o conceito de enunciação também está ligado a uma noção descritiva de análise dos fatos da língua, o que possibilita o surgimento de um sujeito que advém da enunciação, sujeito esse que é marcado pela sintaxe da enunciação, que tem como característica ser uma relação singular entre forma e sentido. Dessa forma, de acordo com Flores (2013b, p. 115), “o *sujeito da enunciação* advém do ato de afunilar o sentido. Essa tentativa de afunilar requer, e por isso mesmo, produz uma *syntaxe d'énonciation*”, ou seja, o ato de afunilar o sentido é um esforço para o sujeito conseguir dizer tudo, para direcionar e conduzir o sentido; e por essa razão, a sintaxe da enunciação revela a incapacidade que o sentido conduzido seja totalmente construído. Portanto, a tentativa de restringir o sentido é uma apropriação fictícia marcada por operações específicas que fazem parte da sintaxe da enunciação.

No que se refere à sintaxe da enunciação e à singularidade enunciativa, Flores (2013b) destaca que a singularidade na fala de um sujeito não é uma questão acessória, ao contrário, ela contribui para que o locutor possa atribuir esse ou aquele sentido ao que foi dito. Assim, quando se retoma, em forma de discurso citado, a fala de alguém, o falante tem noção da dificuldade de resgatar a palavra do outro e, muitas vezes, retoma esse discurso com comentários típicos da metalinguagem natural. Exemplos dessa dificuldade em retomar a fala do outro são as dúvidas, as interrogações sobre a veracidade do dito e as orientações em benefício da exatidão das palavras. Acerca dessa questão, Flores (2013b) estabeleceu o “princípio da irredutibilidade do dizer de um ao dizer do outro”, o qual sugere “aquilo que é enunciado comporta especificidades que, em minha opinião, são relativas à *syntaxe d'énonciation*. Essa irredutibilidade constitutiva implica admitir certa intraduzibilidade do dizer de um pelo dizer do outro”. (FLORES, 2013b, p. 117, grifo do autor).

Esse princípio fundamenta-se no reconhecimento de que toda enunciação é distinta, única e singular, e isso está além da disposição face a face do discurso, pois essa singularidade ocorre devido à inexistência da total equivalência entre duas coisas, quando relacionadas ao sujeito. Os mecanismos relativos à tentativa de afunilar o sentido da enunciação marcam

uma relação entre a forma e o sentido da língua, que é sempre da ordem do singular e que caracteriza a sintaxe da enunciação.

Além disso, é importante mencionar que os fatos para cada análise linguística dependem do tempo ligado ao sentido decorrente da sistematização do enunciado, que é único, singular e irrepitível na enunciação. Portanto, a sintaxe da enunciação dá conta somente desse tempo ligado ao sentido do enunciado, que é o tempo que lhe constitui.

Portanto, há uma tomada da palavra no momento da enunciação, e essa propriedade se estende para a escrita. Assim, “é lícito dizer que o locutor mobiliza a língua por sua conta, usando meios de que dispõe para produzir um enunciado” (ENDRUWEIT, 2006, p. 116). A questão proposta neste estudo considera que a singularidade enunciativa do sujeito se estende na escrita, nas falas presentes no fórum de discussão da EAD que serão analisados no próximo capítulo, mostrando que o sujeito, ao escrever, deixa as marcas de sua experiência. Dessa maneira, é conveniente entender o produto da enunciação como resultado do uso da língua, sendo possível visualizar a escrita como um ato de apropriação singular de um sujeito marcado no enunciado produzido, e lembrando que enunciar é uma apropriação imaginária marcada por operações singulares que integram a sintaxe da enunciação.

Ao fazer essa extensão teórica até aqui apresentada, podemos atribuir ao tutor da EAD a função de locutor ou sujeito da enunciação do *corpus* que será analisado. A partir disso, nossa intenção é saber quais as marcas de subjetividade esse tutor utiliza ao se enunciar, de maneira escrita, no contexto da EAD, isto é, realizando o emprego da língua por meio de uma plataforma virtual de aprendizagem, levando em consideração que esse sujeito é um profissional que tem a função importantíssima na formação de professores da área de Letras, ou seja, futuros estudiosos da linguagem. Pretendemos refletir, a partir de todos esses ensinamentos que a teoria da enunciação nos traz, sobre a função desse enunciator no fórum de discussão na EAD. O tutor seria um repetidor do discurso do professor da disciplina? Ou ele reelabora seu discurso, constituindo-se um sujeito responsável por sua enunciação e não um repetidor?

Nosso entendimento é que se o discurso do tutor é utilizado de maneira diferente no fórum, sem utilizar as mesmas explicações ou exemplos que o

professor da disciplina faz em sua enunciação do vídeo explicativo (na próxima seção serão detalhados os objetos empregados na pesquisa), ou se fizer uma alteração mínima ao nível do enunciado, ele não repete o ponto de vista do professor. Esse tutor é um sujeito que conquista sua subjetividade por meio de um discurso que lhe dá a possibilidade de se constituir como tal.

Resumindo, trabalhamos com as seguintes concepções acerca das marcas enunciativas do tutor no fórum da EAD: a de um sujeito que repete o enunciado do outro, porém, mesmo assim, ele mostra sua subjetividade; e a de um sujeito que também conquista seu lugar, entretanto, mostra seus pontos de vista, sua maneira de pensar sobre o enunciado do outro, modificando, assim, o enunciado abordado no vídeo. Essas são as hipóteses que buscamos confirmar com a coleta dos dados.

Nesta seção, portanto, foi realizada uma revisão teórica das questões que consideramos de extrema importância para este trabalho, como as ligadas à enunciação, subjetividade e apropriação da língua pelo sujeito do discurso, assim como questões referentes à singularidade enunciativa, a fim de podermos compreender como construir um estudo sobre o lugar do tutor em seu discurso na EAD.

Passemos, a seguir, para a proposta desta pesquisa, elaborando um princípio de metodologia para a análise das marcas de subjetividade do tutor no fórum de discussão da EAD.

4 ANÁLISE DAS MARCAS DE SUBJETIVIDADE DO TUTOR NO FÓRUM DE DISCUSSÃO DA EAD

Nos capítulos anteriores, apresentamos o marco teórico que embasa este trabalho. A partir de agora, apontaremos a metodologia utilizada para a análise das marcas subjetivas dos tutores no fórum de discussão EAD.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia, segundo Minayo (1994, p.16) é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, ou seja, uma articulação entre conteúdos, pensamentos e existência. Nesse sentido, a pesquisa vincula pensamento e ação. Partindo desses pressupostos, pretende-se desenvolver uma pesquisa com abordagem qualitativa, com técnicas de amostragem não probabilísticas. Essa estudiosa afirma que, “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos [...] não se opõem”, mas, ao contrário, “se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p. 22). Apesar de essas duas abordagens não se oporem, nosso estudo não enfatizará amostragens probabilísticas, pois como a enunciação é única e singular, não será possível quantificar essa análise fora do contexto do enunciado.

A abordagem quantitativa funda-se, de acordo com Bardin (2009), na frequência em que certos elementos da mensagem aparecem. Na abordagem não quantitativa recorre-se a indicadores, que não são de frequência, suscetíveis de se permitir inferências, como, por exemplo, a presença ou ausência de um determinado elemento pode determinar um índice tão produtivo quanto à frequência de sua aparição. Nesse sentido, Bardin (2009, p. 141) diferencia os dois campos de ação dessas abordagens:

A abordagem quantitativa e a qualitativa não têm o mesmo campo de ação. A primeira obtém dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é mais bem controlada. Sendo rígida, esta análise é, no entanto, útil, nas fases de verificação de hipóteses. A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses. Este tipo de análise deve

ser então utilizado nas fases de lançamento das hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou diversas variáveis do locutor (ou da situação de comunicação).

Assim, para a execução desta pesquisa, optou-se por realizar um estudo enunciativo, dessa forma, a abordagem qualitativa tornar-se-ia a opção mais adequada, uma vez que esse princípio possibilita que o pesquisador se insira no contexto virtual do curso e visualize os participantes da pesquisa. Dessa forma, seria possível desenvolver a análise e o estudo das marcas enunciativas de subjetividade dos tutores a distância nos fóruns de discussão na EAD.

A seleção e a descrição do *corpus* de análise serão descritas na seção 4.1.1. Em seguida, na seção 4.1.2, descreveremos os procedimentos adotados para analisar os enunciados.

4.1.1 Seleção e descrição do *corpus* de análise

Esta pesquisa foi realizada no âmbito do Curso de Licenciatura EAD em Letras/Português e Literaturas, oferecidos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). A análise teve o intuito de investigar, por meio das marcas de subjetividade, nos enunciados dos tutores a distância da disciplina *Gêneros e Leitura*, como esses profissionais se marcam como sujeitos de seus enunciados e agentes que promovem a aprendizagem para os professores em formação.

A escolha desse *corpus* deveu-se à facilidade do contato e à convivência com os sujeitos envolvidos na pesquisa, uma vez que sou tutora presencial do referido Curso na cidade de Palmeira das Missões-RS, e também pela identificação com a EAD, pois sou especialista na área e venho trabalhando com tutoria na EAD desde o ano de 2009.

Assim, para alcançar o objetivo principal da pesquisa, que é analisar as marcas de subjetividade a partir da enunciação dos tutores, foi realizado um resgate teórico sobre essa temática, fundamentada pela Teoria da Enunciação, de Émile Benveniste (2005, 2006), também discutida por estudiosos como Flores (2008, 2013a, 2013b) e Fiorin (1996) no capítulo 3 deste trabalho. Além desse resgate teórico sobre a temática escolhida para análise, retomamos, no

capítulo 2, a questão do gênero fórum de discussão da EAD, com a finalidade de rever as principais características e funções desse gênero textual, assim como o resgate histórico da EAD no Brasil, contextualizando essa abordagem de ensino e investigando questões pertinentes na área.

Desde o início da escritura desta dissertação, partindo do resgate teórico até chegar à metodologia, inquietávamos com a questão metodológica, pois o teórico que embasou a pesquisa, neste caso, Benveniste, não criou um modelo de análise. Dessa forma, questionávamos sobre como poderíamos estabelecer uma metodologia para a enunciação, então concluímos que Benveniste nos concedeu a teoria, entretanto, cabe a nós elaborarmos um modelo próprio de análise. Isso dá liberdade ao pesquisador, mas também, por não termos uma referência concreta de modelo de análise, tivemos uma sensação de perplexidade no momento de definir a metodologia e a análise. Para resolvermos essa dificuldade, empregamos a abordagem que Benveniste tanto desenvolveu em seus estudos: Uma vez que toda enunciação é única e singular, em virtude de ser realizada por um sujeito em um determinado espaço e em um determinado tempo, que nunca se repetem, logo o modelo de análise também deve ser único, singular e irrepitível. Assim, optamos pela categorização dos elementos que Benveniste registrou em seu texto *O Aparelho Formal da Enunciação*, em que faz referências aos índices específicos e aos instrumentos assessórios. Dessa forma, a análise levou em consideração o ato, a situação e os instrumentos encontrados nos enunciados dos tutores da EAD.

Após isso, começamos a pôr em prática a constituição dos *corpora*, por meio da coleta dos enunciados do fórum de discussão da disciplina de *Gêneros e Leitura* do Curso de Letras/Português EAD/UFSM/UAB. Juntamente com o fórum de discussão, foram utilizadas duas videoaulas, com duração total de duas horas e trinta minutos, que tratavam do assunto a ser discutido no fórum. Desse modo, os enunciados escritos dos tutores foram confrontados com os enunciados orais das videoaulas da professora da disciplina.

Primeiramente, realizamos a coleta dos enunciados do Fórum de Discussão – Gêneros Textuais Artigo de Opinião e Carta Aberta²² da disciplina,

²² Na disciplina, foram realizados dois fóruns de discussão, a escolha desse fórum se deveu a grande participação dos alunos, tutores e professor em comparação às interações do outro fórum da disciplina.

que tratava da estrutura e uso dos gêneros textuais carta aberta e artigo de opinião. Nessa disciplina, há três tutores a distancia e a professora da disciplina, que atendem em torno de 120 alunos divididos entre os polos de Palmeira das Missões, Restinga Seca, São Lourenço do Sul, Quaraí, Vila Flores e Tio Hugo. As videoaulas do professor, assim como os enunciados dos tutores e do professor foram transcritos. Desse total de enunciados (ANEXO A), optou-se por trabalhar somente com os enunciados dos tutores e do professor, sendo esses os selecionados como amostra da nossa análise. Juntamente com os enunciados dos tutores, analisamos também as falas do professor nas videoaulas (ANEXOS B e C) que poderiam corresponder semanticamente com os enunciados dos tutores.

A pesquisa sendo realizada desse modo nos possibilitou estudar as marcas de subjetividade dos tutores, confrontados juntamente com as enunciações transcritas dos vídeos do professor da disciplina. A partir desses *corpora*, foram identificadas e analisadas as marcas de subjetividade dos tutores a fim de verificar se eles se reelaboravam seu discurso, ou se eles apenas mediavam o discurso do outro, repetindo o ponto de vista do professor.

Em relação ao uso do *tu*, nossa unidade de análise não é a enunciação dos alunos, entretanto, sabemos que, para Benveniste (2005b), o *eu* só pode ser entendido em relação ao um *tu* na enunciação. Dessa forma, eventualmente alguns enunciados de alunos foram importantes para nossa análise, pois precisamos desses enunciados para averiguar se os tutores se constituíram como sujeitos e também de como esses alunos se reportaram a esses tutores.

Portanto, organizamos a análise com a utilização dos enunciados mais significativos que caracterizam os seguintes blocos: os enunciados dos tutores e do professor no fórum; enunciado do professor nas duas videoaula da disciplina. É importante esclarecer que todos os enunciados dos tutores foram analisados, assim como os enunciados do professor no fórum, já os enunciados do professor nas videoaulas foram selecionados de acordo com sua significância em relação aos enunciados do fórum de discussão da EAD.

4.1.2 Procedimentos de análise

Os dados de interesse deste estudo referem-se às marcas enunciativas de subjetividade do sujeito tutor, representadas no discurso didático, dessa forma, ressaltamos nessa análise o emprego dos pronomes e dos verbos que, segundo nosso embasamento teórico, são as classes integrantes da categoria de pessoa no discurso, e também constituem sentido no que se refere aos recursos linguísticos de que Benveniste (2006b) usou para escrever seu texto. Nesse sentido, dividimos nossa análise em três momentos, considerando os três elementos que esse linguista enfatizou por constituírem o quadro formal da enunciação: o ato de enunciação, a situação em que a enunciação se realiza e os instrumentos utilizados no uso da língua. Para chegarmos à constituição das marcas subjetivas do tutor da EAD nos enunciados também observamos as funções sintáticas e palavras que vieram marcar a subjetividade do tutor.

Assim, analisamos as marcas subjetivas nos enunciados escritos dos tutores da EAD no fórum, posteriormente confrontamos o conteúdo sintático e semântico desses enunciados com a enunciação oral da professora nas videoaulas. O foco de análise das enunciações dos tutores EAD foi embasado nas categorias escolhidas, principalmente os instrumentos utilizados, pois como sabemos, o ato de enunciar é imprevisível, uma vez que quando o sujeito enuncia não se conhece o que está por vir, sabe-se somente que o que será enunciado não poderá ser repetido da mesma maneira. O sistema da língua é repetível, entretanto, o novo, o imprevisível, o irrepitível ocorre quando o locutor assume o discurso. Assim, as marcas enunciativas de subjetividade do tutor da EAD incluem o aparecimento dos índices de pessoa na enunciação, como o pronome e o verbo, que integram a categoria de pessoa, e também outras marcas que podem auxiliar na constituição da subjetividade desse locutor. Por fim, apresentamos uma discussão, englobando esses três momentos da análise, e as considerações finais desta pesquisa.

4.2 AS MARCAS DE SUBJETIVIDADE DO TUTOR NO FÓRUM DE DISCUSSÃO DA EAD: UMA ANÁLISE DA SINGULARIDADE ENUNCIATIVA

Iniciamos nossa análise, citando as palavras de Flores e Teixeira (2013, p.8):

A singularidade de leitura que fazemos do campo da enunciação é perceptível tanto na escolha dos autores quanto na interpretação que deles fazemos. Aliás, não poderia ser diferente, pois a leitura é também um fenômeno enunciativo.

Reconhecer isso implica levar em conta a assimetria típica da cena enunciativa: a pessoa que interpreta um enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações nele presentes, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciado. A relação intersubjetiva que se produz na leitura é sempre inédita. O sentido, longe de ser imanente, se apresenta como o resultado de um processo de apropriação do texto pelo leitor, que imprime a sua singularidade na experiência de leitura.

A análise que faremos propõe mostrar uma significação possível de ser compreendida na leitura das enunciações dos tutores no fórum de discussão da EAD, considerando a descrição do particular, da singularidade na enunciação, assim como a unicidade da nossa análise neste momento. Vamos, então, à discussão dos elementos que Benveniste enfatiza no quadro formal da enunciação: ato, situação, instrumentos.

4.2.1 Ato

Em relação ao ato, precisamos retomar o texto *O Aparelho formal da Enunciação*, em que Benveniste distingue emprego das formas e emprego da língua, colocando o emprego das formas no princípio da análise e descrição da língua enquanto um sistema de signos estruturados em regras de uso. Essa diferença permite que possamos abordar a análise na enunciação, pois, embora seja uma análise da língua, essa análise fundamenta-se em “uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar” (BENVENISTE, 2006b, p. 81). A análise, então, ocorre a partir de uma concepção diferente da língua, não mais como um sistema de signos, mas da língua como um ato individual de utilização feita por um locutor. Sobre o emprego da língua, Benveniste (*op. cit*, p.82), diz que:

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido.

Esse mecanismo que Benveniste fala se refere ao emprego da língua, ou seja, trata-se da enunciação, que “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006b, p. 82). A enunciação é um ato porque remete-se à ligação do locutor com a língua, numa relação marcada em um determinado contexto de uso e que envolve pessoa, tempo e espaço, tratando-se, portanto, da ordem do irrepetível. Portanto, a enunciação é um fato que sempre ocorre por meio de atos individuais de conversão da língua em discurso.

Nesse fórum de discussão, que foi criado pelos tutores da disciplina, é solicitado aos alunos que respondam a duas questões e discutam sobre o assunto com os colegas, conforme vemos no anúncio do fórum:

Assista às videoaulas **Artigo de opinião** e **Carta aberta**.

Observe os aspectos contextuais e as características linguísticas de cada um desses gêneros, apresentados nas videoaulas.

Com base nisso, responda:

a) Quais as principais diferenças entre o ARTIGO DE OPINIÃO e a CARTA ABERTA?

b) Em que nível da educação básica você considera adequado solicitar aos alunos a produção de um ARTIGO DE OPINIÃO ou de uma CARTA ABERTA?

Justifique sua resposta. Discuta com os colegas.

Prazo para postagem: até 27/10/2014.

Quanto ao ato, destacamos que o(s) tutor(es) se apropria(m) da língua e enuncia(m)se, instaurando o *tu*, que são os acadêmicos do curso de Letras/EAD. Assim, a língua se realiza, configurando uma instância de discurso com o(s) locutor(es) e os alocutários/alunos. Essas configurações sempre serão novas e únicas, pois a enunciação é sempre singular, irrepetível. Ao apropriar-se da língua, esse(s) locutor(es) instaura(m) um *tu*, construindo a referência do discurso. Assim, o locutor coloca a língua em funcionamento,

propondo-se como sujeito da enunciação e instaura um *tu*, intimando um co-locutor para dar continuidade nos próximos atos deste discurso.

Podemos observar de que maneira o ato da enunciação ocorre nos enunciados, abaixo transcritos, dos tutores da EAD no fórum (nominados como TUTOR X, TUTOR Y e TUTOR Z), do professor (nominado como PROFESSOR) e também no enunciado do professor nas videoaulas:

(1)

<p>Re: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS GÊNEROS "ARTIGO DE OPINIÃO E CARTA ABERTA"</p> <p>por TUTOR X. - terça, 28 Out 2014, 09:22</p>
<p>Bom dia C, !</p> <p>Você apresenta algumas considerações sobre os gêneros carta aberta e artigo de opinião. No entanto, gostaria de saber em qual modo de organização textual estão organizados?</p> <p>Em relação ao estudo dos gêneros, será que no Ensino Fundamental é adequado estudar os gêneros - carta aberta e artigo de opinião? Os alunos neste ciclo escolar estudam o modo de organização dissertativo?</p> <p>Aguardo sua resposta!</p> <p>Bons estudos,</p> <p>TUTOR X</p>

(2)

<p>Re: Gêneros: Carta aberta e Artigo de opinião</p> <p>por TUTOR Z - quinta, 23 Out 2014, 12:55</p>
<p>Querida N.. Muito boa a sua explicação. Obrigada.</p> <p>Salientarei pontos que considere extremamente positivos no seu texto: o primeiro foi as diferenças que você elaborou entre os gêneros; o segundo ponto foi o exemplo com a carta aberta que apresentou uma preocupação em considerar as variáveis do contexto (campo, relações e modo); e o terceiro foi o nível para se trabalhar com a carta aberta e com o artigo de opinião.</p> <p>Ótima leitura você fez dos materiais, N. .</p> <p>Abraços.</p> <p>TUTOR Z.</p>

(3)

<p>Re: Gêneros: Carta aberta e Artigo de opinião</p> <p>por PROFESSOR - sexta, 24 Out 2014, 19:29</p>
<p>Oi, N.</p> <p>Concordo com TUTOR Z quanto à sua síntese dos aspectos contextuais tipificadores de cada gênero. Entretanto, falta uma abordagem dos aspectos composicionais e linguísticos que diferenciam um gênero do outro. Isso está apresentado na 2ª parte de cada videoaula. Assista às videoaulas até o fim para poder complementar sua resposta, ok?</p> <p>Aguardamos.</p> <p>Abraço.</p> <p>.</p>

(4)

Re: Gêneros Textuais

por TUTOR Y - quinta, 23 Out 2014, 22:41

Olá, R.! Obrigada por participar do fórum. Você fez uma boa explanação dos conteúdos dos vídeos. No entanto, gostaria que você esclarecesse o trecho “entendo que o artigo de opinião é o mais adequado, porque exige uma quantidade menor de argumentos e o aluno pode escrever o que ele pensa do assunto em questão” é possível fazer essa afirmação? Podemos dizer/escrever que um gênero tem menos argumentos que outro? Normalmente, a argumentação contribui na defesa de uma tese. Não consigo ver da forma como você escreveu. Com relação à carta aberta, o autor também “diz o que pensa”, essa seria a tese do autor OU dos autores. Você concorda?

Abraços, TUTOR Y.

(5)

“Olá a todos, sou a professora C. F., do Departamento de Letras Vernáculas, da Universidade Federal de Santa Maria. Em nome da Copervers, apresentaremos os critérios de avaliação para um dos gêneros textuais previstos na prova de redação dos processos seletivos da UFSM: A carta Aberta. Lembrando que a perspectiva de gêneros textuais é recomendada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica em todo o país”.

Em (1), o tutor X se apropria da língua para responder a um ato de enunciação de um aluno. Nesse ato, o tutor se apropria do aparelho formal da língua, enunciando sua posição de locutor e, imediatamente, esse tutor chama o outro para dialogar e continuar o discurso sobre o assunto do fórum. O ato inicial desse diálogo começou com o sujeito aluno, esse, portanto, foi o primeiro *eu* do discurso e, o tutor ao responder o ato, automaticamente passou a se posicionar como sujeito e instaurou o aluno, que antes era o sujeito, como o colocutor dessa enunciação. O mesmo ocorre na intervenção (3), em que o professor, apropria-se da língua ao responder uma instância de discurso anteriormente enunciada por outro locutor, pois no ato de enunciação do professor, esse se apropria da língua, instaura um *tu*, que anteriormente foi o sujeito da enunciação. Da mesma maneira que o tutor X chamou o colocutor para continuar o diálogo, uma vez que, quando o professor enuncia “... falta uma abordagem dos aspectos composicionais e linguísticos que diferenciam um gênero do outro... Assista às videoaulas até o fim para poder complementar sua resposta, ok? Aguardamos”, também evoca um *tu*, oportunizando esse outro de se referir.

Na intervenção (4), o tutor Y, embora também esteja respondendo a um ato já enunciado, posiciona-se como o locutor inicial dessa instância de discurso quando agradece seu colocutor por ter participado do fórum. Nesse caso, o tutor Y se propõe como sujeito da enunciação do chamamento inicial

do fórum e instaura um *tu*, intimando esse colocutor, que também já se referenciou, para criar um novo ato de apropriação da língua.

No enunciado (2), o tutor Z também se propõe como sujeito da enunciação de chamamento do fórum, pois também agradece a participação do seu alocutário, mas esse tutor não solicita, por meio dos instrumentos linguísticos da língua, que esse alocutário prossiga e crie um novo ato, esse tutor se posiciona como sujeito sem suscitar um retorno do *tu*. Isso também acontece em (5), que é o discurso transcrito da videoaula do professor. Ao enunciar-se, o professor se apropria da língua e cria um ato individual e único de seu discurso, implantando, mesmo que seja no vídeo, um outro diante de si, pois a videoaula tem o propósito de embasar a discussão do fórum. Entretanto, o enunciado (5), da mesma forma que o enunciado (2), não solicita explicitamente o retorno do alocutário, porque esse retorno acontece somente em outro meio de referência, que é o fórum.

Portanto, compreendemos que no ato da enunciação, a língua é empregada para ser uma forma de relação do homem com o mundo, pois é por meio desse ato que o locutor consegue se referir pelo discurso. E esse ato possibilita ao outro se correferir, uma vez que toda enunciação é uma alocação, mesmo que de forma implícita a enunciação postula um alocutário. É importante enfatizar que cada ato de enunciação constitui um centro de referência, revelado por meio de formas específicas da língua, que é a situação da enunciação.

4.2.2 Situação

O segundo elemento do quadro formal da enunciação é a situação enunciativa, esse elemento é manifestado por formas específicas que têm a função de inserir o locutor em seu discurso, pois a enunciação supõe um sujeito enunciador, um destinatário, um momento e um lugar determinado para acontecer essa situação enunciativa.

Mainueneau (1996) declara que a situação de enunciação é uma dimensão da linguagem que foi negligenciada pelas principais correntes linguísticas do campo estrutural durante muito tempo, entretanto, essa conjuntura mudou nos últimos decênios, especialmente desenvolvida nos

estudos de Benveniste. Essa situação se manifesta por meio de formas específicas da língua, como índices de pessoa, índices de ostensão (este, aqui, entre outros) e as formas temporais. De acordo com Benveniste (2006b, p. 84), “é primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário”.

Os índices de pessoa mostram o distanciamento ou a aproximação do sujeito com o seu alocutário, Maingueneau (1996) também destaca que nem todo o enunciado manifesta explicitamente as marcas de pessoa do discurso, porém, todo enunciado mostra obrigatoriamente um vestígio dessas marcas, uma vez que nenhum enunciado pode prescindir de sujeitos, pois são os primeiros índices que definem a relação *eu-tu*, inclusive quando ocorre a supressão do sujeito da enunciação.

No *corpus* da nossa pesquisa, analisamos como as marcas de pessoa e não pessoa ocorrem nos enunciados dos tutores da EAD no fórum de discussão *Artigo de Opinião e Carta Aberta*:

Assista às videoaulas **Artigo de opinião e Carta aberta**.

Observe os aspectos contextuais e as características linguísticas de cada um desses gêneros, apresentados nas videoaulas.

Com base nisso, responda:

a) Quais as principais diferenças entre o ARTIGO DE OPINIÃO e a CARTA ABERTA?

b) Em que nível da educação básica você considera adequado solicitar aos alunos a produção de um ARTIGO DE OPINIÃO ou de uma CARTA ABERTA?

Justifique sua resposta. Discuta com os colegas.

Prazo para postagem: até 27/10/2014.

No enunciado de abertura do fórum, percebemos os índices de pessoa nas construções “Assista às aulas...”, “Observe os aspectos...”, “Com base nisso, responda”, “Em que nível da educação básica você...”, “Justifique sua resposta”, “Discuta com os colegas”. Nessas passagens, não temos explicitamente um *eu* que se enuncia, entretanto, temos o *tu* que recebe ordens da realização de algumas tarefas e que deve emitir um ponto de vista e,

portanto, enunciar-se, pois a solicitação “Justifique sua resposta” necessitará que esse *tu* tome o lugar do *eu* no discurso e se comunique.

Nos enunciados dos tutores EAD e do professor no fórum Artigo de Opinião e Carta Aberta, notamos que as marcas de pessoa no discurso aparecem bastante, os tutores e o professor se mostram no discurso, notamos também que tanto os tutores EAD quanto o professor marcam inúmeras vezes o enunciatário, na tentativa de interagir e estabelecer a comunicação, chamando esse enunciatário pelo nome. Ao fazer isso, o enunciador dirige-se explicitamente ao seu enunciatário e reforça a natureza dialógica do gênero fórum de discussão, confirmando a relação *eu-tu* nessa situação enunciativa.

A seguir, selecionamos alguns enunciados dos tutores EAD e do professor em que aparecem marcas explícitas de pessoa:

(1)

<p>Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião</p> <p>por TUTOR Y - terça, 28 Out 2014, 23:31</p>
<p>Olá, F. !</p> <p>Você escreve que "A Carta Aberta é caracterizada como sendo um gênero textual de caráter argumentativo", com essa informação você quer dizer que só pode ocorrer essa modalidade? Com relação ao artigo de opinião, você escreve que "é um texto argumentativo e assim como a carta aberta sua modalidade textual é a dissertação", não é possível aparecer trechos narrativos ou expositivos, por exemplo?</p> <p>F. , se analisarmos o texto com relação aos aspectos linguísticos, poderíamos dizer que há diferenças entre esses dois gêneros? Quais escolhas lexicais marcam a interlocução na carta aberta, por exemplo? Acho interessante buscarmos essas respostas. Aguardo. Abraços. TUTOR Y.</p>

Em (1), o tutor Y desempenha claramente um papel de professor nesse discurso, pois esse tutor procura motivar que seu enunciatário (aluno F.) se envolva no processo de ensino e aprendizagem. O tutor Y chama seu enunciatário pelo nome, com a finalidade de estreitar a relação de interação com ele para “quebrar o gelo”, aproximando esse enunciatário para o diálogo fluir. Primeiramente o enunciador se dirige ao outro utilizando a forma pronominal “você”, e depois, para estreitar a interação dialógica, ele chama o outro empregando as formas verbais “poderíamos” e “buscarmos”. Ao empregar o pronome “você” em vez de “vocês”, o enunciador também estreita a relação dialógica com seu enunciatário, mas, ao mesmo tempo, esse “você” também pode entendido que o tutor se dirige a todos os coenunciadores de forma individualizada, chamando, implicitamente todos os demais participantes para o diálogo. O uso dos verbos na terceira pessoa instaura um sujeito

coletivo, um nós inclusivo, somando um *eu*, um *tu* e uma *não pessoa* para discutir o tópico do fórum e assim dar continuidade ao diálogo. E, ao finalizar o discurso com o verbo “guardo”, o enunciador revela o interesse em manter o comprometimento com o ensino e o aprendizado de seus enunciatários ao mesmo tempo em que estabelece uma interação cooperativa, esperando que a interação se mantenha nos próximos atos.

(2)

<p>Re: Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta por TUTOR X - terça, 21 Out 2014, 10:42</p>
<p>Olá, A. !</p> <p>Parabéns pela elaboração da tabela! Ao visualizar a tabela fica "mais fácil" de verificar os pontos comuns entre os dois gêneros. Também é sempre muito importante entender que ambos são textos argumentativos e requerem um posicionamento do escritor, como você demonstrou na sua explicação.</p> <p>Em relação ao nível adequado para produção dos gêneros, concordo com você. No 8º ano, os alunos já iniciam os estudos sobre o modo de organização textual DISSERTATIVO. Nessa explicação, você afirma que o professor deverá dar instrumentos "para ele assim elaborar uma produção escrita tanto de uma aberta e Artigo de opinião." Então, pergunto: Como o professor pode auxiliar o aluno no processo de escrita?</p> <p>Abraços, TUTOR X</p>

Em (2), o enunciador também nomeia seu enunciatário pelo nome próprio “A”, ratificando, dessa forma, a situação de diálogo, característica do fórum de discussão. Esse artifício no enunciado mostra a preocupação do enunciador manter o vínculo de aproximação com seu enunciatário, notamos também que esse enunciador, o tutor X, da mesma forma que o tutor Y, marca-se como um sujeito comprometido com o processo educativo nesse fórum ao escrever “Parabéns pela elaboração da tabela!”, “como você demonstrou na sua explicação” e “concordo com você”. Ao retomar o que o enunciatário postou no fórum, o enunciador compromete-se em manter esse vínculo de interação e mostra seu papel de professor nessa situação.

(3)

<p>Re: Gêneros: Carta aberta e Artigo de opinião por TUTOR Z - quinta, 23 Out 2014, 12:55</p>
<p>Querida N. Muito boa a sua explicação. Obrigada.</p> <p>Salientarei pontos que considerei extremamente positivos no seu texto: o primeiro foi as diferenças que você elaborou entre os gêneros; o segundo ponto foi o exemplo com a carta aberta que apresentou uma preocupação em considerar as variáveis do contexto (campo, relações e modo); e o terceiro foi o nível para se trabalhar com a carta aberta e com o artigo de opinião.</p> <p>Ótima leitura você fez dos materiais, N.</p>

Abraços.
TUTOR Z.

(4)

Re: Gêneros: Carta aberta e Artigo de opinião

por PROFESSOR - sexta, 24 Out 2014, 19:29

Oi, N.

Concordo com a N. (TUTOR Z) quanto à sua síntese dos aspectos contextuais tipificadores de cada gênero. Entretanto, falta uma abordagem dos aspectos composicionais e linguísticos que diferenciam um gênero do outro. Isso está apresentado na 2ª parte de cada videoaula. **Assista** às videoaulas até o fim para poder complementar **sua** resposta, **ok?**

Aguardamos.

Abraço.
C.F.

Na intervenção (3), o enunciador, tutor Z, também se coloca como um sujeito envolvido no processo de ensino e de aprendizagem e que também quer se aproximar de seu enunciatário ao chamá-lo pelo nome e adjetivando o vocativo “Querida N.”. Quando esse enunciador elogia “Muito boa sua explicação. Obrigada.”, ele também se mostra como um professor que está auxiliando seu enunciatário no processo educativo sobre o tema discutido no fórum.

A intervenção (4) trata-se do enunciado do professor da disciplina que, assim como os tutores, manifesta sua preocupação em manter a interação e se aproximar do enunciatário, nomeando esse de “N”. A fim de se constituir como sujeito e manifestar sua posição hierárquica de professor da disciplina, esse enunciador chama uma não pessoa nesse discurso: “Concordo com a N.”, que nesse caso é a inicial do nome do tutor Z. O uso da não pessoa, lembrando-se das explicações de Flores (2013a) é a forma remetida à terceira pessoa que, embora possa comportar uma indicação de enunciado sobre alguém ou sobre alguma coisa, não faz essa indicação relacionando uma pessoa específica, por isso, a terceira pessoa não é propriamente uma pessoa, é a forma verbal própria da não pessoa. Assim, ao mencionar que concorda com o tutor Z, o enunciador mostra seu papel responsivo com o ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em se manifesta sua superioridade nessa situação ao enunciar “entretanto, falta uma abordagem”, ou seja, o enunciador marca sua posição superior, explicando que ainda faltam informações importantes sobre o tópico,

e que o tutor Z não mencionou. Podemos perceber que o enunciador mostra sua posição de professor ao mesmo tempo em que mostra polidez, pois esse enunciador chama a não pessoa, informando que concorda com ela, e depois mostra que ele é o enunciador que tem a verdadeira função de professor na situação ao mencionar que ainda faltam informações. No final de seu enunciado, o professor utiliza o verbo “aguardamos” para incluir o tutor em sua fala, o uso do “nós” inclusivo, segundo Benveniste (2005a), o enunciador também ordena seu enunciatário a assistir aos vídeos até o fim e, em seguida, chama esse enunciatário com a expressão informal “ok?”, ou seja, usando o imperativo, o enunciador propõe-se como autoridade na situação enunciativa, como o professor da disciplina e, ao mesmo tempo atenua esse autoritarismo utilizando uma linguagem informal para manter a proximidade com seu enunciatário.

Por meio das marcas de personalidade, vimos que os tutores da EAD se marcam como sujeitos de seu discurso e mostram um papel também de professor na situação enunciativa. Para comprovar esse papel enunciativo no discurso dos tutores, mostramos, nas intervenções abaixo, como os alunos nomeiam seus coenunciadores no fórum:

(5)

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta
por ALUNO - domingo, 26 Out 2014, 21:27
Olá, professora A.!
A intenção da persuasão não é apenas influenciar o leitor positivamente, mas também negativamente. Acho, que dependerá da tese que o articulador adotará em seu texto e cabe ao leitor concordar ou discordar dela.
Abraços

(6)

Re: Artigo de opinião e carta aberta.
por ALUNO - quarta, 22 Out 2014, 23:55
Oi Professora E.!
A carta aberta tem como principal característica a argumentação, com traços persuasivos, busca convencer o interlocutor sobre suas ideias. É usada geralmente como forma de protesto.
O artigo de opinião é um texto periodístico, onde existe uma exposição e uma argumentação, é a busca das causas que dão origem a um fato, buscando influenciar a opinião dos leitores.
As duas são persuasivas, buscando sempre chegar ao leitor para expor as ideias e convencê-lo.
Abraços.

(7)

Artigo de Opinião e Carta Aberta por ALUNO - sexta, 24 Out 2014, 20:59
<p>Olá professores!</p> <p>Para mim, Carta Aberta é um texto discursivo e argumentativo escrito para expor alguma situação a nível coletivo para tomar conhecimento de um assunto geralmente polêmico e reivindicar soluções para o problema em questão. Já o Artigo de Opinião é um texto também discursivo e argumentativo, mas com a finalidade de expressar a opinião em relação a algum assunto da atualidade, sem a intenção de reivindicar, mas com a intenção de informar e formar opiniões acerca do assunto abordado.</p> <p>Acredito que estudantes do 9º ano (8ª série) do Ensino Fundamental e todo o Ensino Médio podem produzir os dois tipos de gêneros.</p>

(8)

Re: Carta aberta e Artigo de opinião por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 21:14
<p>Olá, professora, colegas e tutora.</p> <p>O artigo de opinião serve para que o autor reflita acerca de um tema polêmico, apresentando seu ponto de vista e sustentando-o por meio de argumentos. Por ser um gênero dissertativo-argumentativo, o autor busca a adesão do leitor ao discurso. Na linguagem, além de conter argumentos em que o autor fundamenta seu ponto de vista sobre um tema, por sustentar um ponto de vista pessoal do articulista, estão presentes índices de avaliação. Outra característica desse gênero é o título, geralmente chamativo e com menção ao tema, a fim de despertar o interesse do leitor. Também podem ser utilizadas vozes contrárias à do produtor do texto e dados provenientes de outras fontes, como pesquisas e citações, com o emprego de marcas linguísticas que diferenciem a voz do articulista das outras vozes evocadas.</p> <p>Já a carta aberta serve para que o autor se manifeste (proteste, conteste, reivindique, indague, alerte) acerca de questões de relevância social ou coletiva que o preocupem. É, portanto, um gênero textual que parte de um cidadão ou de um órgão em direção a uma figura pública ou a outro órgão, passando pelo conhecimento da comunidade a quem possa interessar o conteúdo tratado. Por exemplo: um cidadão santa-mariense ou uma ONG local podem publicar uma carta aberta à Secretaria de Obras da Prefeitura para expressar seu repúdio aos buracos no asfalto urbano, um tema que é relevante à esfera pública da cidade. Na linguagem, a carta aberta também tem caráter argumentativo e persuasivo, pois busca convencer o leitor ou a comunidade sobre a importância do tema abordado. Diferentemente do artigo de opinião, o título da carta aberta habitualmente expõe o destinatário e o tema tratado: "Carta Aberta ao Reitor da USP Sobre a Moradia Estudantil", por exemplo. Assim, a carta aberta é direcionada a um alvo específico, que geralmente corresponde a uma figura pública; e tanto remetente, quanto interlocutores são mencionados no parágrafo introdutório.</p> <p>Portanto, apesar de semelhantes em alguns aspectos, uma vez que ambos os gêneros textuais centram-se na sustentação de um ponto de vista sobre um tema de interesse social, há diferenças que identificam o artigo de opinião e a carta aberta. Eu considero adequada a produção desses gêneros textuais no Ensino Médio (em todos os anos), pois é quando nos centramos no desenvolvimento das habilidades argumentativas dos alunos. Além disso, também o interesse dos alunos por esses gêneros textuais é geralmente despertado durante o Ensino Médio.</p>

(9)

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta por ALUNO - quinta, 23 Out 2014, 19:55
<p>Colega P. e querida tutora,</p> <p>Achei interessante a discussão quanto ao ano que devemos trabalhar os gêneros de argumentação. É no mínimo curioso quando após várias discussões chegemos à conclusão de que o mais adequado para iniciarmos o trabalho com argumentação é no 8º ano, mas as grades curriculares que são entregues aos professores dizem a mesma coisa? Tenho falado com alguns ex-professores e o que eles me relatam é que esses gêneros são solicitados a eles para ser trabalhado com os alunos já na 7º ano. eu, particularmente acho totalmente inadequado. o que pode ser feito são leituras desses gêneros, a fim do aluno conhecer outros textos diferentes das fábulas e dos contos, mas não cobrar deles a escrita duma carta aberta, por exemplo.</p>

Nos enunciados (5) e (6), os enunciadores, que são alunos, dirigem-se ao enunciatário, tutores EAD, nomeando-os como “professora”. Ao fazerem essa escolha, fica comprovado que os tutores da EAD se marcam linguisticamente como professores em seus discursos quando tomam a palavra e instituem os alunos como colocutores do discurso, ou seja, os tutores se propõem como o sujeito professor de seus enunciados. Além dessa nomeação, o fato de responderem a um questionamento dos tutores, mostra que esses alunos reconhecem que o enunciatário está numa posição de superioridade na situação enunciativa, eles tomam uma atitude responsiva quando foram questionados a esclarecer seus pontos de vista na discussão do fórum.

O enunciado (7) é destinado ao professor e aos tutores da EAD, e o aluno enunciador não diferenciou as nomeações, considerando professor e tutores no mesmo nível hierárquico nessa situação de enunciação. Entretanto, ocorreram dois casos nesse fórum, enunciados (8) e (9), em que os enunciadores não nomearam os tutores como “professores” e sim como “tutora”, mostrando, portanto, que para esses sujeitos, nessa situação de enunciação, professor e tutores apresentam papéis e hierarquias diferenciadas para esses enunciadores, ou seja, para esses sujeitos, os tutores não têm o papel de professores na situação.

Da mesma natureza e inclusa na mesma estrutura enunciativa, os índices de ostensão, como este, aqui e lá, são termos que designam o objeto referente à sua instância de discurso. Esses termos na situação de enunciação aparecem como “uma classe de ‘indivíduos linguísticos, de forma que enviam sempre e somente a ‘indivíduos’, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos” (BENVENISTE, 2006b, p. 85). Assim, esses indivíduos linguísticos têm sentido somente no momento em que são produzidos na enunciação, que é um ato individual e único. E sempre estão relacionados ao universo de quem fala, ou seja, de que se enuncia.

No que se refere aos índices específicos na situação discursiva, temos os seguintes exemplos no fórum de discussão:

(10)

<p>Re: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS GÊNEROS "ARTIGO DE OPINIÃO E CARTA ABERTA"</p> <p>por TUTOR X. - terça, 28 Out 2014, 09:22</p>
<p>Bom dia c., !</p> <p>Você apresenta algumas considerações sobre os gêneros carta aberta e artigo de opinião. No entanto, gostaria de saber em qual modo de organização textual estão organizados?</p> <p>Em relação ao estudo dos gêneros, será que no Ensino Fundamental é adequado estudar os gêneros - carta aberta e artigo de opinião? Os alunos neste ciclo escolar estudam o modo de organização dissertativo?</p> <p>Aguardo sua resposta!</p> <p>Bons estudos,</p> <p>TUTOR X</p>

(11)

<p>Re: Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta</p> <p>por TUTOR Z - sábado, 25 Out 2014, 12:26</p>
<p>Muito bacana, A. Percebi que, na sua atividade, há uma situação concreta, o que permite que os alunos se coloquem nesta situação e saibam seu papel nesta escrita; há interlocutores definidos, ou seja, os alunos sabem para quem produzir seu texto e, dessa forma, irão adaptar a linguagem; há um meio de divulgação e, principalmente, um propósito.</p> <p>Muito boa a sua participação, A .</p> <p>Bons estudos. TUTOR Z.</p>

Nos enunciados (10) e (11), temos as expressões “neste ciclo”, “nesta situação” e “nesta escrita”, as quais evidenciam a necessidade que as pessoas da enunciação têm, ao interagirem, de saber do que se trata ou a que referência o enunciador do discurso estabelece. Nesse sentido, os colocutores precisam ter acesso às informações anteriores a essas expressões para poderem dar sentido a esses termos.

Em (10), o sintagma “neste ciclo” se trata do ensino fundamental, especialmente das séries finais, em que os acadêmicos do Curso de Letras EAD irão atuar profissionalmente. Da mesma forma, as expressões “nesta situação” e “nesta escrita”, do enunciado (11), necessitam de informações anteriores referentes a elas no discurso para que o colocutor construa sentido. Esses índices de ostensão somente ganham sentido no momento em que são produzidos, e dependem totalmente da situação e da pessoa que proferiu, eles apresentam sentido único, pois sozinhos, deslocados do discurso, esses índices não têm sentido. Benveniste (2006, p.85) afirma que essas expressões são “termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo em que é pronunciada a instância do termo”. Portanto, os exemplos de índices

ostensivos nos enunciados (10) e (11) somente têm o sentido que têm nesses enunciados por meio dos outros referentes no texto e naquela situação discursiva. “Neste ciclo” tem nesse uso um sentido que poderia ser especificado por séries finais da educação fundamental, assim como “nesta situação” poderia ser explicitada como situação discursiva, ou situação de comunicação; e “nesta escrita” poderia ser enunciada como escrita do gênero textual, por exemplo.

Ainda na situação enunciativa, existem os índices de tempo. As formas temporais são orientadas pelo tempo presente, que coincide com o momento em que a enunciação é produzida, e sempre são determinadas em relação ao *eu*, o centro da enunciação. No caso do fórum de discussão, em um meio digital, podemos compreender que a situação enunciativa apresenta dois tempos em cada intervenção: um deles é o momento em que o enunciador escreve a postagem, conforme verificamos o horário e a data das intervenções, e o momento da resposta do coenunciador. É importante destacar o tempo presente de cada enunciado, que é o tempo em que cada um deles é postado no ambiente em face aos enunciados que já foram postados, ou seja, só existe um enunciado posterior porque existiu um enunciado anterior. Conforme explica Toldo (2012, p. 13), “o tempo presente é que aponta essas questões que envolvem o aqui (índice de ostensão) e o agora (índice de tempo) do *eu/tu* (categoria de pessoa) que se enuncia a cada vez singularmente”. Portanto, as expressões analisadas na situação enunciativa do fórum de discussão, são formas específicas da enunciação que num ato particular tornam a enunciação sempre única cada vez que é produzida.

A terceira e última parte de nossa análise refere-se aos instrumentos, isto é, aos recursos linguísticos utilizados pelos tutores EAD para marcarem sua subjetividade no enunciado.

4.2.3 Instrumentos

Os instrumentos se referem a todos os recursos linguísticos disponibilizados na língua para que a relação entre o *eu* e o *tu* ocorra. Desse modo, conforme Toldo (2012), os instrumentos são recursos linguísticos que viabilizam a realização de um ato de enunciação, produzido por um *eu* numa

determinada situação de tempo e espaço. A partir do momento em que o enunciador utiliza a língua para instigar, de alguma forma, o comportamento do alocutário, ele se serve de um aparelho de funções na língua para alcançar esse objetivo.

Benveniste (2006b) aponta a interrogação como o primeiro recurso linguístico que o locutor utiliza na enunciação para suscitar uma resposta. Assim, nesse *corpus* temos, nos seguintes enunciados, a interrogação como função sintática para provocar uma atitude responsiva no alocutário:

(1)

<p>Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião</p> <p>por TUTOR Y - terça, 28 Out 2014, 23:31</p>
<p>Olá, F. !</p> <p>Você escreve que "A Carta Aberta é caracterizada como sendo um gênero textual da caráter argumentativo", com essa informação você quer dizer que só pode ocorrer essa modalidade? Com relação ao artigo de opinião, você escreve que "é um texto argumentativo e assim como a carta aberta sua modalidade textual é a dissertação,", não é possível aparecer trechos narrativos ou expositivos, por exemplo?</p> <p>F. , se analisarmos o texto com relação aos aspectos linguísticos, poderíamos dizer que há diferenças entre esses dois gêneros? Quais escolhas lexicais marcam a interlocução na carta aberta, por exemplo? Acho interessante buscarmos essas respostas. Aguardo. Abraços. TUTOR Y.</p>

(2)

<p>Re: Diferenças entre carta aberta e artigo de opinião</p> <p>por TUTOR Y- terça, 28 Out 2014, 13:47</p>
<p>Oi, L. ! Obrigada por participar do fórum. Sua resposta está coerente, porém incompleta, certo? Você deixou de abordar os aspectos relacionados à organização do texto. Na carta aberta, é possível manter uma interlocução "bem" direta com o leitor, para isso, podemos utilizar, por exemplo, pronomes e verbos na 2ª e 3ª pessoa do singular ou plural, formas de tratamentos conforme relação pessoal, vocativos, pergunta retórica, oração imperativa (comando) ou modalização (sugestão)... Você concorda? Isso pode ocorrer no artigo de opinião? Como ocorre? Quais marcas linguísticas "padronizam" esses gêneros? Existem diferenças? Aguardo!</p> <p>Abraços. TUTOR Y</p>

(3)

<p>Re: Carta aberta e Artigo de opinião</p> <p>por TUTOR X - terça, 28 Out 2014, 10:15</p>
<p>Bom dia, I. !</p> <p>Bem articulada sua resposta. No entanto, farei alguns questionamentos para reflexão, ok?</p> <p>Sobre a carta aberta, em qual o modo de organização textual esse gênero se organiza?</p> <p>Em relação ao artigo de opinião, na passagem, "utilizado através de meios de comunicações mais abertos como Face book, Blogs, Twitter". Eu acredito que o twitter não traga o artigo de opinião bem estruturado, pois aceita textos com um número de palavras bem reduzidos, né? Além disso, e os jornais e as revistas?</p> <p>Abraços,</p> <p>TUTOR X</p>

A função da interrogação na língua oral, na maioria das vezes, é utilizada como uma solicitação de informação por parte do falante, entretanto, na enunciação escrita, não temos a entonação, o que dificulta saber com exatidão as intenções do enunciador. Na enunciação escrita, a marca de questionamento, o ponto de interrogação, apresenta uma multifuncionalidade de usos de forma que nem toda enunciação interrogativa corresponde a uma intenção do enunciador em pedir uma informação para o alocutário. Nesse sentido, as motivações para o sujeito produzir uma estrutura interrogativa são várias, desde manifestar desconhecimento, insinuar alguma coisa, anunciar dúvida, insinuar uma hipótese, sugerir algo, apresentar um conteúdo polêmico, entre outras.

Notamos que nos enunciados (1), (2) e (3), ao fazer questionamentos, mesmo que saibam as respostas, os tutores Y e X instauram uma expectativa de retorno pelo modo em que se enunciaram. Essa forma de interagir com os alunos mostra uma consciência do ensinar e aprender junto. A partir dessa relação *eu-tu*, o fazer metalinguístico é produzido na interação e os sujeitos tutores da EAD se marcam como professores na situação, instigando os alocutários a refletir sobre a linguagem em determinadas situações discursivas.

Na enunciação (1), o tutor X, ao fazer os questionamentos “não é possível aparecer trechos narrativos ou expositivos, por exemplo?” e “há diferenças entre esses dois gêneros? Quais escolhas lexicais marcam a interlocução na carta aberta, por exemplo?”, não está com intenção de solicitar uma informação, mas sim insinuar algo coisa para seu alocutário refletir e continuar o ato enunciativo sobre o assunto. Em (2), o tutor Y sugere ao seu alocutário a pesquisar sobre alguns pontos que ainda não ficaram bem compreendidos por esse alocutário. Ao perguntar: “Você concorda? Isso pode ocorrer no artigo de opinião? Como ocorre? Quais marcas linguísticas “padronizam” esses gêneros? Existem diferenças?”, o tutor Y usa essa estratégia para o aluno buscar a informação e assim construir seu conhecimento sobre o tema trabalhado. Esse sujeito poderia simplesmente complementar seu enunciado com as informações faltantes sobre o assunto, entretanto, com uma posição de professor frente a esse locutor, o tutor Y o estimula a buscar esses conhecimentos colaborativamente. O tutor X, no enunciado (3), também utiliza usa a interrogação para confirmar uma

informação: “pois aceita textos com um número de palavras bem reduzidos, né? Além disso, e os jornais e as revistas?”, e, ao mesmo tempo motiva o seu alocutário a pensar sobre outras possibilidades, e também desempenhando um papel de educador que instiga o educando a buscar novas informações.

Portanto, a interrogação como um instrumento linguístico da enunciação apresenta funções diversas que dependerão de cada situação e intenção do sujeito enunciador para determinar o sentido no enunciado.

Outro procedimento que suscita uma atitude responsiva na enunciação é a intimação, que são as ordens, indicadas no enunciado pelo uso do imperativo e do vocativo, “que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referencia necessária ao tempo da enunciação” (BENVENISTE, 2006b, p.86).

Em nosso *corpus* de pesquisa, a intimação, enquanto recurso linguístico para auxiliar na semantização da linguagem escrita no fórum de discussão, é exemplificada desde o ato enunciativo na chamada do fórum:

(4)

Assista às videoaulas **Artigo de opinião** e **Carta aberta**.

Observe os aspectos contextuais e as características linguísticas de cada um desses gêneros, apresentados nas videoaulas.

Com base nisso, responda:

a) Quais as principais diferenças entre o ARTIGO DE OPINIÃO e a CARTA ABERTA?

b) Em que nível da educação básica você considera adequado solicitar aos alunos a produção de um ARTIGO DE OPINIÃO ou de uma CARTA ABERTA?

Justifique sua resposta. Discuta com os colegas.

Prazo para postagem: até 27/10/2014.

No exemplo (4), em que temos a enunciação do(s) tutor(es) chamando os participantes do fórum para uma discussão, trata-se de um enunciado impositivo, que dita a maneira de como participar da discussão, o que deve ser feito para responder às perguntas, além de ordenar um prazo para postar a resposta. Isso mostra que o(s) tutor(es) apropria(ram)-se da língua, marcando seu papel de superioridade hierárquica em relação aos alunos, ou seja, marcando-se subjetivamente como um professor nessa situação de

enunciação. Sabemos que esse enunciado não é do professor da disciplina porque cabe aos tutores a distância a tarefa de criar os fóruns de discussão no ambiente e interagir com os alunos sobre o assunto tratado. As marcas de imperativo “Assista às videoaulas”, “observe os aspectos”, “responda:”, “Justifique sua resposta. Discuta com os colegas” mostra(m) que o(s) sujeito(s) do enunciado marca(m)-se hierarquicamente num nível superior ao do alocutário nesta situação enunciativa.

Percebemos que o apelo do sujeito, nesse caso o(s) tutor(es) encaminha o alocutário, nesse caso o aluno, a constituir seu discurso de professor. Ao solicitar que o alocutário assista às videoaulas, que observe os aspectos e que responda a perguntas, justificando a resposta e discutindo com colegas sobre um determinado assunto, esse sujeito intima o alocutário a tomar o lugar do sujeito da enunciação e se posicionar, produzindo seu enunciado em um prazo determinado, que nesta situação é a data de 27/10/2014. Em consequência disso, o alocutário vê-se intimado a produzir sua enunciação, pois este ato apresenta um modo de funcionamento vertical, do enunciador (tutor) para o alocutário (aluno), em que o alocutário não tem escolha senão a responder a esse ato inicial do enunciador.

Esse procedimento de intimação foi verificado nas seguintes intervenções no fórum por parte dos tutores da EAD:

(5)

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por TUTOR Z - domingo, 26 Out 2014, 18:31

L., obrigada por sua participação no fórum.

Boa a sua leitura sobre os gêneros carta aberta e artigo de opinião. Se você estivesse em uma sala de aula, como você trabalharia a carta aberta, por exemplo? **Divida conosco um exemplo de atividade**, lembrando que devemos sempre trabalhar em situações concretas de uso da linguagem, com propósitos definidos.

Grata,

TUTOR Z.

(6)

Re: Artigo de opinião e carta aberta

por TUTOR Y - terça, 28 Out 2014, 23:20

Olá, A. ! Obrigada por participar do fórum! Você fez uma boa análise contextual do gênero. Porém, acho que interessante "entrar" um pouco no texto. Observar, por exemplo, as escolhas lexicais que o autor pode fazer para escrever um artigo de opinião e uma carta aberta. Você acredita que poderiam ser as mesmas? Por exemplo, a interlocução da carta aberta acontece da mesma forma que no artigo de opinião? Quanto às estratégias argumentativas, como podem ocorrer?

Pense nisso! Abraços. TUTOR Y

(7)

Re: ARTIGO DE OPINIÃO E DE CARTA ABERTA.

por TUTOR Z - terça, 28 Out 2014, 11:34

P. , fiquei com algumas dúvidas ao ler sua resposta sobre os gêneros artigo de opinião e carta aberta.

Você comenta que artigo de opinião é um texto por meio do qual alguém relata sua opinião. Ok, não está errado, mas quem é esse "alguém"? Com qual intuito esse alguém usaria o artigo de opinião para expor opinião, sendo que ele pode fazer isso com um simples comentário no facebook? O que faz o artigo de opinião ser diferente, por exemplo, dos posts do facebook, já que ambos permitem relatar opinião?

O artigo de opinião possui propósitos bem definidos, publicados em jornais, revistas com interlocutores definidos. Ele pretende, não apenas relatar opinião, mas discutir, de forma mais sistemática, sobre temas recorrentes, até mesmo, apelativos.

Desenvolva mais sua resposta sobre o artigo de opinião e a carta aberta. Na carta aberta também não é permitido relatar opinião? O que mais ela permite? Quem seriam os interlocutores prováveis?

Bons estudos,
TUTOR Z.

Os exemplos (5), (6) e (7) confirmam a função da intimação na enunciação, que enquanto recurso linguístico na enunciação, esta insita as ordens do sujeito enunciador ao seu alocutário, por meio do uso do imperativo, que implicam no dever do outro ter uma atitude responsiva com o enunciador do ato numa determinada situação.

A asserção é outro recurso da língua que tem a função de comunicar uma certeza. Acerca desse artifício linguístico, Benveniste informa que a asserção

é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação, ela tem mesmo instrumentos específicos que a exprimem ou que a implicam, as palavras *sim* e *não* afirmando positivamente ou negativamente uma proposição. A negação como operação lógica é independente da enunciação, ela tem sua forma própria, que é *não*. Mas a partícula assertiva *não*, substituta de uma proposição, classifica-se como a partícula *sim*, com a qual ela reparte o estatuto, nas formas que dizem respeito à enunciação (BENVENISTE, 2006b, p.86-87, grifo do autor).

Assim, concebemos que a asserção na enunciação pode ser percebida como uma afirmação, ou negação, ou interrogação e diz respeito sobre o fato de relacionar alguns elementos para enunciar algo. Vejamos como as

asserções ocorrem no fórum de discussão, a partir das enunciações dos tutores:

(8)

<p>Re: Carta aberta e Artigo de opinião</p> <p>por TUTOR X - terça, 28 Out 2014, 09:58</p>
<p>Bom dia, J. !</p> <p>Sua resposta apresenta as diferenças acentuadas entre os gêneros. Está bem completa!</p> <p>Em relação ao estudo dos gêneros, concordo com você!</p> <p>Abraços, TUTOR X</p>

(9)

<p>Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta</p> <p>por TUTOR X - terça, 28 Out 2014, 09:56</p>
<p>Bom dia, E. !</p> <p>Seus apontamentos sobre os gêneros artigo de opinião e carta aberta estão bem apresentados.</p> <p>Em relação ao estudo dos gêneros, é possível trabalhar estes gêneros na escola, a partir do 8º ano, se os alunos conhecerem o modo de organização textual dissertativo.</p> <p>Abraços, TUTOR X</p>

(10)

<p>Re: Carta aberta e Artigo de opinião</p> <p>por TUTOR X. - terça, 28 Out 2014, 09:50</p>
<p>Olá, G. !</p> <p>Sua reflexão acerca dos gêneros está bem completa. Parabéns!</p> <p>Abraços, TUTOR X</p>

(11)

<p>Re: carta aberta e Artigo de opinião</p> <p>por TUTOR Z - sábado, 25 Out 2014, 12:30</p>
<p>S., obrigada pela sua participação no fórum. Seus conceitos sobre cada gênero não estão incorretos, mas muito genéricos. Levando em conta que são gêneros bastante ricos em características (sociais, linguísticas) acredito que seria interessante você nos trazer mais especificidades de cada gênero. Quanto ao nível que você considera adequado o trabalho com esses gêneros, poderíamos pensar melhor. O modo dissertativo, um dos modos de organização textual importantes para esses gêneros, é trabalhado (pelo menos de forma mais sistemática) a partir do 8º ano.</p> <p>O que você acha?</p>

Bons estudos, TUTOR Z.

(Editado por PROFESSOR - quarta, 22 outubro 2014, 09:43)

(Editado por PROFESSOR - sexta, 24 outubro 2014, 19:38)

Nas intervenções do tutor X, (8), (9) e (10), verificamos que suas asserções apresentam um elevado grau de certeza, isso faz com que esse tutor tenha uma imagem bastante positiva e comprometida com seu fazer docente, propondo-se como um professor para seu alocutário. O emprego das expressões “está bem completa” e “concordo com você”, mostram o conhecimento epistêmico desse enunciador, reforçando o reconhecimento do que está sendo dito e o nível de confiabilidade do sujeito.

Entretanto, um fato interessante de ser analisado ocorre no enunciado (11), podemos perceber que o enunciador se marca por meio de um discurso altamente epistêmico, ao afirmar para seu coenunciador que “seus conceitos sobre cada gênero não estão incorretos, mas muito genéricos”, o sujeito não modaliza sua autoridade perante o outro, assumindo toda a responsabilidade perante a asserção. Entretanto, no final da enunciação, verificamos que quem se propõe como sujeito do enunciado é o professor da disciplina e não o tutor Z, que é quem posta a intervenção no fórum. Ao se identificar como o modificador do enunciado do tutor Z, o professor marca-se como autoridade nesse enunciado, mostrando que tem propriedade intelectual superior perante o tutor Z e o coenunciador. Da mesma forma, o tutor Z, ao permitir que o professor modifique seu enunciado, marca-se como um sujeito submisso e com inferioridade hierárquica nessa situação enunciativa, uma vez que o professor poderia ter criado outro ato de enunciação para fazer sua asserção, ou não ter se identificado no final da interação, mas, em vez disso, preferiu se marcar como o sujeito modificador do enunciado do tutor Z.

Na enunciação, existem várias maneiras de minimizar uma a autoridade e a imposição discursivas, as modalizações são recursos linguísticos que permitem ao sujeito enunciador explicitar suas asserções.

De modo mais amplo, ainda que de uma maneira menos categorizável, organizam-se aqui todos os tipos de modalidades formais, uns pertencentes aos verbos, como “modos” (optativo, subjuntivo) que enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão), outros à fraseologia (“talvez”, “sem dúvida”, “provavelmente”) e indicando incerteza,

possibilidade, indecisão, etc., ou, deliberadamente, recusa de asserção (BENVENISTE, 2006b, p. 87).

As modalizações têm a função de serem utilizadas no discurso como uma forma de o enunciador expressar uma atitude em relação ao coenunciador e ao conteúdo do seu discurso. Elas se mostram por meio de determinadas marcas, explícitas ou não, e indicam a atitude do sujeito frente ao outro ou a seu próprio discurso. Em relação ao conhecimento em sua fala, o enunciador tem recursos linguísticos para expressar a certeza no que está sendo dito, de acordo com Neves (2002), a certeza, a precisão e a evidência são confirmadas pelo nível de conhecimento do sujeito, assim como a não certeza, a imprecisão e a aparência são justificadas pelo não conhecimento ou desconhecimento do locutor.

A modalidade pode ser identificada na enunciação pela utilização de alguns recursos linguísticos como os advérbios, verbos auxiliares modais, indicadores de opinião, saber ou crença. Neves (2002) ainda destaca a apassivação quando o enunciado está em primeira pessoa como um recurso sintático que minimiza a responsabilidade assertiva do falante. Nesse caso, o locutor não se propõe como o sujeito de seu discurso, pois ao retirar-se do enunciado, ele deixa a posição de sujeito.

No *corpus* deste trabalho, observamos marcas de modalização nos enunciados dos tutores nas seguintes enunciações:

(12)

Re: Gêneros: Carta aberta e Artigo de opinião

por TUTOR Z - quinta, 23 Out 2014, 12:55

Querida . Muito boa a sua explicação. Obrigada.

Salientarei pontos que **considereei extremamente** positivos no seu texto: o primeiro foi as diferenças que você elaborou entre os gêneros; o segundo ponto foi o exemplo com a carta aberta que apresentou uma preocupação em considerar as variáveis do contexto (campo, relações e modo); e o terceiro foi o nível para se trabalhar com a carta aberta e com o artigo de opinião.

Ótima leitura você fez dos materiais, .

Abraços.

(13)

Re: Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta

por TUTOR X - terça, 21 Out 2014, 10:42

Olá, A. !

Parabéns pela elaboração da tabela! Ao visualizar a tabela fica "**mais fácil**" de verificar os pontos comuns entre os dois gêneros. Também **é sempre muito importante** entender que ambos são textos argumentativos e requerem um posicionamento do escritor, como você demonstrou na sua explicação.

Em relação ao nível adequado para produção dos gêneros, **concordo** com você. No 8º ano, os alunos já iniciam os estudos sobre o modo de organização textual DISSERTATIVO. Nessa explicação, você afirma que o professor deverá dar instrumentos " para ele assim elaborar uma produção escrita tanto de uma aberta e Artigo de opinião." Então, pergunto: Como o professor pode auxiliar o aluno no processo de escrita?

Abraços,
TUTOR X

(14)

Re: Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta

por TUTOR Z - quarta, 22 Out 2014, 09:34

Fiquei interessada na conversa de vocês, meninas. Irei me incluir nela.

A. , **muito bom saber** que você busca a teoria de maneira tão competente. Mas **é bom também**, a partir da teoria, **pensarmos** em métodos e atividades de trabalho em sala de aula.

Nas últimas postagens que estou lendo, vejo muito os alunos comentarem sobre condições reais, concretas de uso da linguagem. Você colocou o seguinte: "gerando condições reais de produção de um determinado gênero textual". Isso **é fundamental** para se produzir qualquer texto, pois não nos comunicamos "do nada", não é mesmo?

Pensando em uma atividade de produção textual (por meio de algum gênero, é claro), como você faria essa atividade partindo dessa premissa - de escrever por meio de condições reais de produção?

Abraços, meninas.

TUTOR Z.

(15)

Re: Gêneros Textuais

por TUTOR Y - quinta, 23 Out 2014, 22:41

Olá, R.! Obrigada por participar do fórum. Você fez uma boa explanação dos conteúdos dos vídeos. No entanto, gostaria que você esclarecesse o trecho "entendo que o artigo de opinião é o mais adequado, porque exige uma quantidade menor de argumentos e o aluno pode escrever o que ele pensa do assunto em questão" **é possível** fazer essa afirmação? **Podemos** dizer/escrever que um gênero tem menos argumentos que outro? **Normalmente**, a argumentação contribui na defesa de uma tese. **Não consigo ver** da forma como você escreveu. Com relação à carta aberta, o autor também "diz o que pensa", essa seria a tese do autor OU dos autores. Você concorda?

Abraços, TUTOR Y.

(16)

Re: Gêneros Textuais

por TUTOR Y - quarta, 29 Out 2014, 00:56

Olá, R. ! Como você escreveu, seu texto é extenso, mas **consegui entender** a sua mensagem. Fiquei, ainda, com algumas dúvidas:

Se esse gênero busca alinhar o leitor, como você escreve, "concordância ou discordância por parte do leitor", será que o artigo de opinião "é um gênero textual meramente opinativo"? **Não seria interessante** modalizar?

Na sequência, você escreve que "se na defesa da tese estiver bem esclarecido o tema que eu estou defendendo, qualquer público poderá ler o texto" e depois que "aquele leitor do jornal de 60, 70 anos jamais vai saber daquilo que está escrito". Na sua tese, você deve esclarecer que "se trata duma rede social restrita aos celulares"? É isso? Ou não entendi?

Reforço a questão da professora C., **porque não ficou claro (para mim)** quais "tipos de escolhas que precisarão ser feitas pelo produtor do texto para conseguir a adesão do leitor do texto?" Na carta aberta, por exemplo, poderão ser usados pronomes pessoais, de tratamento... **Espero** que tenha contribuído com você.

Só mais um detalhe: você dá aulas de redação? Para quais anos? Não sabia que já trabalhava. Que bom! Assim, você vai aplicando o que aprende aqui. Isso **é muito interessante** para a nossa formação.

Abraços. TUTOR Y.

(17)

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por TUTOR Y - terça, 28 Out 2014, 23:31

Olá, F. !

Você escreve que "A Carta Aberta é caracterizada como sendo um gênero textual da caráter argumentativo", com essa informação você quer dizer que só pode ocorrer essa modalidade? Com relação ao artigo de opinião, você escreve que "é um texto argumentativo e assim como a carta aberta sua modalidade textual é a dissertação.", não é possível aparecer trechos narrativos ou expositivos, por exemplo?

F. , **se analisarmos** o texto com relação aos aspectos linguísticos, **poderíamos** dizer que há diferenças entre esses dois gêneros? Quais escolhas lexicais marcam a interlocução na carta aberta, por exemplo? **Acho interessante buscarmos** essas respostas. Aguardo. Abraços. TUTOR Y.

(18)

Re: Artigo de opinião e carta aberta

por TUTOR Y - terça, 28 Out 2014, 23:20

Olá, A. ! Obrigada por participar do fórum! Você fez uma boa análise contextual do gênero. Porém, **acho** que **interessante** "entrar" um pouco no texto. Observar, por exemplo, as escolhas lexicais que o autor pode fazer para escrever um artigo de opinião e uma carta aberta. Você acredita que poderiam ser as mesmas? Por exemplo, a interlocução da carta aberta acontece da mesma forma que no artigo de opinião? Quanto às estratégias argumentativas, como podem ocorrer?

Pense nisso! Abraços. TUTOR Y

(19)

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por TUTOR Y - domingo, 26 Out 2014, 19:49

Oi, L.! Você fez uma boa "leitura" do material. **Acrescento** algumas informações que julgo pertinentes sobre o contexto da carta aberta. "PARA QUÊ? Alertar, expor ponto de vista, reivindicar. ONDE CIRCULA? Jornais, revista, sites- A escolha por esses espaços servem para pressionar o interlocutor a mudar de opinião sobre dado assunto ou agir de determinada maneira. COMO (modo) modalidade predominante dissertativo-argumentativa, com passagens injuntivas com apelos aos interlocutores." No entanto, **senti** falta das informações relacionadas à organização do texto. Por exemplo, são usados os mesmos recursos linguísticos em ambos os gêneros? Há diferenças de interlocução? Observa que, na carta aberta, podemos utilizar pronomes e verbos na 2ª e 3ª pessoa do singular ou plural, formas de tratamentos conforme relação pessoal, vocativos, pergunta retórica, oração imperativa (comando) ou modalização (sugestão)... Isso pode ocorrer no artigo de opinião? Aguardo. Abraços. TUTOR Y

Fonte utilizada- vídeos disponíveis no moodle

(20)

Re: Diferenças entre carta aberta e artigo de opinião

por TUTOR Y - terça, 28 Out 2014, 13:47

Oi, L. ! Obrigada por participar do fórum. Sua resposta está coerente, porém incompleta, certo? Você deixou de abordar os aspectos relacionados à organização do texto. Na carta aberta, **é possível** manter uma interlocução "bem" direta com o leitor, para isso, **podemos** utilizar, por exemplo, pronomes e verbos na 2ª e 3ª pessoa do singular ou plural, formas de tratamentos conforme relação pessoal, vocativos, pergunta retórica, oração imperativa (comando) ou modalização (sugestão)... Você concorda? Isso pode ocorrer no artigo de opinião? Como ocorre? Quais marcas linguísticas "padronizam" esses gêneros? Existem diferenças? Aguardo!

Abraços. TUTOR Y

(21)

Re: ARTIGO DE OPINIÃO E DE CARTA ABERTA.

por TUTOR X - terça, 28 Out 2014, 09:26

Oi, P. !

Você **poderia ter desenvolvido** mais sobre os gêneros. Portanto, **sugiro** você escrever algumas características mais sobre os dois gêneros.

Em relação ao estudo destes gêneros, será que alunos de Ensino Fundamental aprendem o modo de organização textual dissertativo?

Aguardo sua resposta *-*

Abraços,
TUTOR X

(22)

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por TUTOR Y - sexta, 24 Out 2014, 22:17

Obrigada por participar do fórum. Você apresentou o modo organizacional dissertativo em ambos os gêneros como predominantes. Você concorda que é possível ocorrer passagens de outros modos como o injuntivo na carta aberta e o narrativo no artigo de opinião? Além disso, você **poderia escrever** um pouco sobre a diferença de escolhas lexicais entre os dois gêneros? Abraços. TUTOR Y

(23)

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por TUTOR Y - terça, 21 Out 2014, 00:25

Olá, P.! Refletindo sobre o que você escreveu.

Você diz que um aluno de 7º ano já tem condições de escrever uma carta aberta. Será que nessa etapa, ele já estudou o modo de organização textual DISSERTATIVO? **Normalmente**, trabalha-se com esse modo de organização a partir do 8º ano. Certo? **Concordo** com você quando escreve que é mais adequado trabalhar com contos, fábulas...

Caso ele escreva uma carta aberta, para qual interlocutor poderia ser? Abraços. TUTOR Y

Notamos que o uso de modalizadores foi o recurso mais utilizado no discurso dos tutores, assim, acreditamos que, de certa forma, os tutores tentam

atenuar a autoridade discursiva por meio desse artifício linguístico. Observamos que em algumas enunciações os tutores utilizam modalizadores de autoridade para isentar o sujeito da responsabilidade de seu discurso, pois, nesses casos, o sujeito deixou de se nomear como *eu* e usa os modalizadores para amenizar sua posição no enunciado.

Nos exemplos (13), (14), (15), (16) e (20), o sujeito do enunciado tenta velar-se, utilizando modalizadores de autoridade para passar a impressão de que não é ele que afirma as expressões: “mais fácil”, “é sempre muito importante”, “muito bom saber”, “é fundamental”, “é bom também”, “é possível”, “não seria interessante”, “isso é muito interessante” e “é possível”. Assim, averiguamos que, nesses enunciados, a autoridade do sujeito tutor da EAD se manifesta por meio de um modalizador se que ele se mostre explicitamente como proprietário dessas asserções. Dessa forma, o sujeito tirou proveito dos recursos da língua para persuadir seu alocutário e fazer com que seu discurso seja aceito, sem intervir sobre a autoridade do professor da disciplina.

Notamos, entretanto, enunciações em que o sujeito tutor manifesta certeza em seu discurso, mostrando claramente uma posição de professor, e também de um sujeito que se aproxima de seu alocutário, como a marca explícita do *tu* no enunciado, e as expressões de polidez, como “Querida”, no exemplo (12).

Os advérbios “extremamente” e “normalmente”, expressado nos enunciados (12), (15) e (23) indicam que o sujeito está se comprometendo com o que está enunciando. Esse comprometimento mostra autoridade, credibilidade e confiança sobre o assunto, fazendo com que o enunciador se responsabilize e se proponha como o sujeito de seu discurso.

Recursos linguísticos que indicam opinião, como os verbos “salientarei”, “considerarei” (12), “concordo” (13) e (23), “não consigo ver” (15), “não consegui entender”, “reforço”, “não ficou claro (para mim)”, “espero” (16), “acho interessante” (17) e (18), “acrescento”, “senti” (19) e “sugiro” (21), também indicam polidez do enunciador, pois, uma vez que esse enunciador opina, ele se posiciona sobre as circunstâncias da enunciação como um indivíduo que tem uma opinião sobre o assunto em discussão e deseja compartilhá-la com o outro. Nesse sentido, o sujeito utiliza um modalizador que indica opinião e conhecimento sobre o assunto e, ao mesmo tempo, ele procura se distanciar

para não impor sua opinião como verdade absoluta, ou seja, ele mostra credibilidade e confiança de maneira educada e simpática. Da mesma forma, o emprego das expressões “poderia ter” e “poderia responder”, nos exemplos (21) e (22), mostram um sujeito que se enuncia polidamente, sem impor uma ordem, mas participa de forma ativa do processo de ensino e aprendizagem de seu coenunciador, solicitando que esse reflita sobre as questões tratadas na discussão do fórum.

Nos exemplos (14), (15), (17) e (20), o enunciador marca sua presença através da primeira pessoa do plural, como em “pensarmos”, “podemos”, “analisarmos”, “poderíamos” e “buscarmos”, com a finalidade de incluir o seu coenunciador no discurso. Ao fazer isso, a intenção real do sujeito é ordenar o outro a pensar, analisar e buscar respostas sobre as questões manifestadas por ele no enunciado. Assim, nessas intervenções, o sujeito aparece velado atrás de um discurso aparentemente não pessoal e com a finalidade de chamar seu alocutário para participar do ato de enunciação e manter a reflexão sobre o tema abordado, fazendo isso, novamente o sujeito tutor marca-se como um sujeito que se preocupa e tem responsabilidade no processo educativo, propõe-se como um verdadeiro professor na situação enunciativa.

Em nosso *corpus*, consideramos como marcas de modalizações os morfemas lexicais como verbos, advérbios e nomes, entretanto, sabemos que a modalização é percebida em todos os níveis da frase. Para o objetivo e pertinência da pesquisa, é possível encontrar a presença da modalidade nesses itens que foram abordados. Dessa forma, a análise da modalidade em outras categorias como modo, tempo e aspectos verbais são importantes para uma pesquisa que se concentre exclusivamente a esse aspecto teórico, dado o tempo demandado para essa análise.

Assim, para finalizar essa investigação, estudamos semanticamente as enunciações do tutor EAD que correspondem ou não à enunciação do professor nas videoaulas. Não vamos comparar as enunciações, pois conforme estudamos a teoria enunciativa de Émile Benveniste, a enunciação é sempre irrepitível, seria contraditório compararmos as enunciações dos tutores com a do professor com a finalidade de constatar se teve enunciados repetidos, uma vez que, em cada enunciação, as condições de pessoa, tempo e espaço mudam.

A enunciação é irrepitível, mas, o enunciado do professor se repetiu na enunciação de um tutor EAD no seguinte exemplo:

(24)

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por TUTOR Y - domingo, 26 Out 2014, 19:49

Oi, L.! Você fez uma boa "leitura" do material. **Acrescento algumas informações que julgo pertinentes sobre o contexto da carta aberta. "PARA QUÊ? Alertar, expor ponto de vista, reivindicar. ONDE CIRCULA? Jornais, revista, sites- A escolha por esses espaços servem para pressionar o interlocutor a mudar de opinião sobre dado assunto ou agir de determinada maneira. COMO (modo) modalidade predominante dissertativo-argumentativa, com passagens injuntivas com apelos aos interlocutores."** No entanto, senti falta das informações relacionadas à organização do texto. Por exemplo, são usados os mesmos recursos linguísticos em ambos os gêneros? Há diferenças de interlocução? Observa que, na carta aberta, podemos utilizar pronomes e verbos na 2ª e 3ª pessoa do singular ou plural, formas de tratamentos conforme relação pessoal, vocativos, pergunta retórica, oração imperativa (comando) ou modalização (sugestão)... Isso pode ocorrer no artigo de opinião? Aguardo. Abraços. TUTOR Y

Fonte utilizada- vídeos disponíveis no moodle

No exemplo (24), o tutor Y usou o recurso da citação direta, por meio do sinal gráfico de aspas, para explicar ao aluno o funcionamento do gênero textual Carta Aberta. Ao utilizar esse recurso, o enunciador mostra que a explicação não provém de seu próprio discurso, uma vez que, segundo Charaudeau & Maingueneau (2008), o discurso citado é um procedimento que o enunciador emprega a partir de suas intenções. Nesse sentido, ao analisar um discurso citado de outro, é preciso considerar qual é a intenção desse enunciador, a sua posição e a posição de se coenunciador, ou seja: quem cita o quê para quem; o modo de citar e o modo pela qual quem cita avalia o enunciado citado. Portanto, nesse exemplo, o tutor Y colocou em seu texto o texto do professor da disciplina para que seu discurso apresente maior veracidade e confiabilidade para seu coenunciador, pois a citação está relacionada ao grau hierárquico da voz do professor com relação à do tutor, e assim, o tutor ganha mais crédito para sua enunciação.

O que percebemos ao analisar os enunciados do tutor EAD e visualizar as videoaulas sobre o assunto abordado no fórum de discussão é que, em se tratando de conhecimento do conteúdo e do assunto trabalhado, o sujeito tutor não marca uma relação de autoridade do *eu* enunciador, porque, ao fazer uma citação direta, ele não manipula a explicação do professor a seu favor, fazendo com que o enunciado desse professor, que supostamente é mais conhecedor do assunto que está sendo tratado, dê mais crédito a seu discurso. Se, em vez

de usar a citação direta, o tutor utilizasse o recurso da citação indireta, enunciando com suas próprias palavras a explicação do professor, o tutor propor-se ia como sujeito e invocaria a voz do professor para simplesmente alternar sua voz com a voz reconhecida do professor para enfatizar a credibilidade e o respeito à hierarquia existente nessa situação enunciativa.

O que verificamos, tratando-se de enunciado que aborde explicação conteudista, é que esse exemplo (24) foi a única intervenção em que um tutor EAD interage com o alocutário e explica conteúdo para ele. As demais interações dos tutores EAD no fórum ocorrem por meio de vocativos e chamamentos desses tutores para com os alunos, para que esses refletissem sobre alguns pontos do assunto trabalhado e mantivessem o ato enunciativo. Observamos, portanto, que nesse *corpus*, a estratégia enunciativa do tutor EAD é chamar o alocutário para o ato, instigar a reflexão desse coenunciador e procurar manter uma relação interativa com ele. Vimos, conforme Benveniste que o enunciado pode se repetir, entretanto, a enunciação, que é seu produto, sempre é irrepetível e única, assim sendo, constatamos que o tutor EAD repete suas estratégias enunciativas algumas vezes, pois ele começa sua interação quase sempre da mesma forma, chamando seu alocutário pelo nome, avalia a resposta desse alocutário e termina sua enunciação com perguntas e reflexões ao outro, solicitando que esse coenunciador responda a ele e mantenha esse ato enunciativo em continuidade. Notamos também que, além de manter a estratégia enunciativa, o tutor EAD não ensina ou explica conteúdo para seu coenunciador, o tutor interage e motiva seu coenunciador a refletir e buscar respostas sobre o assunto. Assim sendo, no que se refere à sintaxe e à semântica enunciativa, o tutor EAD se propõe como sujeito e se marca enunciativamente no fórum de discussão, esse sujeito enunciativo impõe a forma de como ocorre o fluxo da discussão no fórum, utiliza imperativos e também avalia a enunciação do seu alocutário, porém, no âmbito da enunciação explicativa acerca do assunto trabalhado no fórum, o tutor EAD se propõe como sujeito, mas para isso ele se ampara no discurso do professor da disciplina para dar credibilidade a sua enunciação, mostrando que sua posição hierárquica nessa situação enunciativa é inferior.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta a análise enunciativa, acerca das marcas de subjetividade linguística do tutor EAD no fórum de discussão, partimos da hipótese de encontrar um sujeito que repete o enunciado do outro, porém mesmo assim, mostra sua subjetividade; ou de um sujeito que também conquista seu lugar, mas, mostra seus pontos de vista e modifica sintaticamente, mas não semanticamente, o enunciado do professor-pesquisador. O que comprovamos neste estudo é que o sujeito tutor da EAD não repete a enunciação do professor da a, uma vez que a enunciação é irrepitível, entretanto, na única situação enunciativa em que o enunciador tutor poderia ter apresentado seus pontos de vista e convertido sintaticamente o enunciado do professor, o sujeito tutor optou por repetir o enunciado do outro. É importante enfatizar que a repetição que ocorreu nesse ato e nessa situação foi a do enunciado, e não da enunciação, pois o tempo dessa enunciação foi outro, assim como o espaço e as pessoas envolvidas. É nessa singularidade enunciativa que a língua se repete de forma irrepitível pela enunciação

Constatamos que o discurso do tutor EAD tende a manter os aspectos formais da linguagem escrita, entretanto, esse enunciador procura enunciar-se de forma mais colaborativa, empregando estratégias de interação e proximidade ao coenunciador. O tutor usa estratégias de polidez positiva, e proporciona um acolhimento ao seu coenunciador a fim de que ele participe confortavelmente na discussão do fórum. Assim, no contexto de nosso *corpus*, o tutor EAD evidencia seu compromisso e sua função de professor na situação enunciativa, e utiliza a estratégia de motivar seu alocutário para que ele se envolva no processo de ensino e aprendizagem, em outras palavras, o tutor instiga o aluno a se envolver na discussão e na reflexão abordada no fórum. O tutor EAD mostra autoridade em seu discurso, isso é refletido pelos frequentes recursos linguísticos utilizados como intimação, asserção, imperativos, pronomes pessoais de segunda pessoa para se dirigir ao aluno.

Embora apresente autoridade, o enunciador também procura atenuar essa marca em seu discurso através do uso da interrogação, que segundo Benveniste (2006b, p.86) trata-se de “uma enunciação construída para suscitar

uma resposta”, é uma maneira de esse educador solicitar algumas questões para os alunos sem parecer que está ordenando algo.

A fim de atingirmos nossos objetivos, os dêiticos foram as marcas mais evidentes e explícitas para a análise enunciativa da subjetividade, entretanto, reconhecemos que a análise da categoria de pessoa e também dos demais recursos nomeados por Benveniste (2006b) como procedimentos acessórios em *O Aparelho Formal da Enunciação* foi imprescindível para completarmos nossa análise e comprovarmos que a enunciação está na língua toda.

Portanto, pensando em nossas hipóteses iniciais, concluímos que o tutor EAD se propõe como sujeito de suas palavras, assumindo-se enunciativamente no fórum de discussão como um professor, pois o tutor EAD é sujeito que organiza, impõe e supervisiona todo o fluxo do ato de enunciação. A estratégia enunciativa do tutor EAD é focar na interação e instigar o debate de ideias sobre o tema em discussão, pois sua enunciação não tem o propósito de ensinar ou explicar conteúdo para seu coenunciador. Em vez disso, o tutor enuncia e motiva seu coenunciador a refletir e a buscar respostas sobre o assunto e, para isso, ele utiliza imperativos e avalia a enunciação do seu alocutário. Ele se enuncia quando é necessário explicar o conteúdo, mas, para isso, ele se apoia no enunciado do professor para dar segurança e credibilidade à sua enunciação, mostrando que no fórum de discussão da EAD, a hierarquia acadêmica e linguística do professor é superior à sua

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, consideramos a importância e as significativas mudanças que as novas tecnologias da informação e comunicação têm provocado nos setores sociais, profissionais e acadêmicos da sociedade contemporânea tecnológica. Nessa sociedade, a educação, paulatinamente, está se reorganizando para atender as novas exigências que lhe são demandadas, umas delas é a inserção de alunos e professores em processos educacionais mediados e com uma abordagem pedagógica pautada na interação e na colaboração, por meio de novas ferramentas de comunicação e gêneros discursivos digitais.

Na intenção de contribuir para o melhoramento das estratégias linguísticas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de metodologias de ensino e de aprendizagem mais interativas no contexto da formação de professores, na modalidade a distância, delimitamo-nos a investigar, em um *corpus* retirado do Curso de Licenciatura em Letras Português, oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria, de que forma se constituem as marcas subjetivas do tutor da EAD, tendo em vista que, ao se enunciar, o tutor se propõe como sujeito e tem a possibilidade de construir um papel de agente formador, com uma função ativa no processo de ensino e aprendizagem .

Partimos da hipótese de que nos defrontaríamos com um sujeito que repete o enunciado do outro, mas, mostra sua subjetividade ou de um sujeito se propõe como sujeito, mostrando seus pontos de vista, mas que repete semanticamente o enunciado do professor-pesquisador. Nosso estudo foi conduzido a partir dos fundamentos teóricos da Teoria da Enunciação, especialmente de Benveniste (2005, 2006). Embasamo-nos ainda nos estudos sobre Educação a distância, de Moore & Kearsley (2008), Belloni (1999) e nos estudos sobre o gênero do discursivo fórum de discussão de Bakhtin (2011) e Marcuschi (2010).

Nesse sentido, analisamos as marcas enunciativas de subjetividade do tutor da EAD pautada no aparecimento dos índices de pessoa na enunciação, como o pronome e o verbo, que integram a categoria de pessoa, e também outros recursos que auxiliaram na constituição da subjetividade desse locutor, como os modalizadores, os imperativos, as pontuações e as marcas de

polidez. Os resultados da pesquisa mostram que as estratégias enunciativas dos do tutor EAD revelam um sujeito no papel de professor que, apesar de repetir semanticamente e sintaticamente o discurso do professor-pesquisador, é comprometido com o processo de ensino e de aprendizagem de seu coenunciador, motivando a construção colaborativa do conhecimento.

O tutor mostra, por meio de sua enunciação, o que é esperado de um professor EAD em que a abordagem metodológica é o estar junto mesmo estando separado, em um contexto no qual a ênfase do ato de aprender e ensinar incide sobre os atos enunciativos que acontecem no ambiente do Curso. O tutor EAD, em suas intervenções, procurou desafiar o seu coenunciador, levando-o a refletir sobre os aspectos abordados no fórum de discussão. Esse tutor usou estratégias enunciativas para envolver o aluno na discussão, demonstrando acolhimento e proximidade, para que seu coenunciador se sentisse amparado, apesar da distância física.

Ao finalizar este trabalho, podemos dizer que nossas questões foram respondidas, entretanto, também reconhecemos que somente com esta pesquisa não foi possível esclarecer tudo sobre os estudos de enunciação e subjetividade do tutor EAD, pois sabemos que, quando se trata de sujeito e enunciação, nunca se tem um fechamento, pois todo o ato e toda a análise são únicos e irrepetíveis. A pesquisa teve momentos importantes que merecem ser enfatizados como a recuperação de conceitos fundamentais da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, o resgate do histórico da EAD e a formação de professores na atualidade. Inicialmente, acreditamos que a subjetividade, alicerçada pelas categorias de pessoa, tempo e espaço poderiam dar conta de nossas questões, porém, ao aprofundar nossa reflexão teórica, percebemos o quão fundamental foi *O Aparelho Formal da Enunciação* (1970) para nossa análise, pois os índices específicos e os procedimentos acessórios nos ajudaram a verificar de que forma o tutor EAD se marcou enunciativamente. Desse modo, consideramos o estudo da enunciação e a maneira de como o sujeito tutor da EAD se marca linguisticamente no contexto da educação a distância, em ambientes virtuais de aprendizagem, consideramos também a forma de como ocorre o processo de ensino e aprendizagem e percebemos que a metodologia empregada para participar do fórum é bastante pesada para a EAD, uma vez que, para ser respondido, o participante teria que assistir a

duas videoaulas gravadas pelo professor-pesquisador, com duração total de duas horas e trinta minutos. A EAD exige dinamismo e facilidade na execução das tarefas, assim, exigir que alunos EAD assistam a duas horas e meia de videoaulas para poder participar do fórum não otimiza o processo de ensino e aprendizagem, pelo contrário, desmotiva.

Assim sendo, a discussão realizada neste estudo, amparada pelos estudos teóricos e análise do *corpus*, nos levam a entender que o tutor EAD se torna um sujeito na linguagem quando assume a língua e diz *eu* para um *tu*. Para fazer isso, esse sujeito tem à sua disposição um aparelho formal que, conforme propõe Benveniste (2006b), compõe-se de índices específicos e procedimentos acessórios para a utilização do enunciador. Entendemos também que as marcas enunciativas do tutor EAD no fórum de discussão mostram um divulgador de algo já existente, pois sua forma de enunciar é sempre metalinguística, por meio da repetição, ou modificação da explicação base do professor-pesquisador. Portanto, o tutor EAD se marca como um mediador entre a videoaula do professor-pesquisador e o aluno, e isso comprova como ocorre o processo de ensino e aprendizagem na educação a distância, pois o conteúdo, as explicações e as interações realizadas no fórum de discussão têm como embasamento o discurso do professor para acontecerem.

Portanto, ao final de nossa pesquisa, comprovamos a hipótese de que o tutor EAD, por meio de suas estratégias comunicativas, marca-se como um professor, promovendo a aprendizagem e o debate do tema do fórum de forma colaborativa, entretanto, esse tutor é um mediador que necessita do discurso do professor para amparar seu discurso. Em síntese, o trabalho nos ajudou a entender como as enunciações, em fóruns de discussão na educação a distância, em um curso de licenciatura se organizam, pois, é por meio de um estudo enunciativo da subjetividade linguística que reconhecemos quais são as marcas deixadas pelo sujeito que revelam seu papel na linguagem.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. B. M. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Orgs.) Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

ANDRE, M. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. In.: *Educação*. Porto Alegre, v.33, n. 3, p. 174-181, set./dez., 2010.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 6 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2009.

BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 1999.

BENVENISTE, É. A natureza dos pronomes. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 2005a. p. 277-283.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 2005b. p. 284-293.

_____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 2005c. p. 247-259.

_____. A linguagem e a experiência humana. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 2006a. p. 68-80.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 2006b. p. 81-90.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil –UAB. *Universidade Aberta do Brasil*. 2006. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br>>. Acesso em: 31ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de qualidade para cursos a distância. *Ministério da Educação*. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a serem pagas pelo FNDE, a partir do exercício de 2009. *Universidade Aberta do Brasil*. 2009. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/resolucao_fn_de_n26.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - presencial e a distância*. 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2015.

CARNEIRO, C. G. *De Saussure a Benveniste: um percurso teórico que proporciona uma leitura crítica*. Dissertação de Mestrado em Letras. Passo Fundo: UPF, 2012.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

ENDRUWEIT, M. L. *A escrita enunciativa e os rastros de singularidade*. Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FLORES, V do N. *Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação. *Revista Delta*. São Paulo, n. 29:1, 2013.

_____ et al. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à Linguística da Enunciação*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

FLORES, V. do N.; SILVA, S.; LICHTENBERG, S.; WEIGERT, T. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

FRUET, F. S. O.; DE BASTOS, F. da P. *Interação mediada por computador: Hipermídia educacional nas atividades de estudo a distância*. Revista Conjectura. V.15, n. 2.maio/ago. 2010.

GAVA, A. C. Educação a Distância: ambientes telemáticos e perspectivas. Tema, São Paulo, v. 1, p. 30-40, 2002.

LÉVY, P. Educação e *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAINGUENEAU, D. *Elementos de Linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCUSCHI, L. A. *Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital*. In: MARCUSCHI, L.; XAVIER, A. C. (Orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. *Educação a distância: uma visão integrada*. São Paulo: Thompson, 2008.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas/SP: UNICAMP/FAPESP, 2002.

NÓVOA, A. Professores: O futuro ainda demora muito tempo? In.: *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Relgráfica, 2009.

NUNES, I. N. *A história da EAD no mundo*. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Orgs.) *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

PETERS, O. *A educação a distância em trânsito: tendências e desafios*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

PORTAL DA FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Organização sem fins lucrativos. Disponível em <www.frm.org>. Acesso em 17 jan. 2016.

PORTAL DA REGESD. Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância. Disponível em <<http://www.regesd.tche.br>>. Acesso em 17 jan.2016.

PORTAL DA UAB. Universidade Aberta do Brasil. 2015. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/index.php>> . Acesso em: 31 ago. 2015.

PULINO FILHO, A. R. *Manual Moodle. (Versão 1.0)*. Registrado sob licença Creative Commons. Brasília, 2009.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2007.

TOLDO, C. *O que significa pensar o trabalho de texto em sala de aula a partir de uma concepção enunciativa de língua?*. In.: Cadernos de Pesquisas em Linguística. Porto Alegre: PUCRS, 2012.

TORI, R. Cursos Híbridos ou blended learning. In.: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (Orgs.) Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

VASCONCELOS, G. P. *Estratégias interativas docentes em fóruns de discussão do ensino a distância: uma abordagem enunciativa*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística. João Pessoa: UFPB, 2012.

WERNER, K. C. G. *As representações do sujeito professor no manual didático de espanhol sob uma perspectiva enunciativa – um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras. Santa Maria: UFSM, 2006.

ZABALZA, M. A. *Uma nova didáctica para o ensino universitário: respondendo ao desafio do espaço europeu de ensino superior*. In: Sessão Solene comemorativa do Dia da Universidade – 95º aniversário da Universidade do Porto. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, mar/2006.

ANEXOS

ANEXO A - Fórum de discussão Gêneros textuais artigo de opinião e carta aberta

Assista às videoaulas **Artigo de opinião e Carta aberta**.

Observe os aspectos contextuais e as características linguísticas de cada um desses gêneros, apresentados nas videoaulas.

Com base nisso, responda:

a) Quais as principais diferenças entre o ARTIGO DE OPINIÃO e a CARTA ABERTA?

b) Em que nível da educação básica você considera adequado solicitar aos alunos a produção de um ARTIGO DE OPINIÃO ou de uma CARTA ABERTA?

Justifique sua resposta. Discuta com os colegas.

Prazo para postagem: até 27/10/2014.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS GÊNEROS "ARTIGO DE OPINIÃO E CARTA ABERTA"

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 23:53

É interessante analisar cada um dos gêneros em questão e perceber não somente os estágios composicionais, suas estruturas globais mas, principalmente as marcas linguísticas de interlocução presentes em cada gênero.

De forma resumida pode-se concluir que os dois gêneros que trabalham basicamente o modo dissertativo-argumentativo trazem como diferença o aspecto de posicionamento individual mediante exposição de ponto de vista, no caso do artigo de opinião, em contraponto com o caráter possivelmente coletivo do gênero carta aberta.

Apesar de serem gêneros bastante trabalhados com alunos do ensino médio, penso que seja possível e indicado já à partir das séries finais do ensino fundamental. No caso da carta aberta, a escrita coletiva em nome da turma é uma boa sugestão.

Re: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS GÊNEROS "ARTIGO DE OPINIÃO E CARTA ABERTA"

por TUTOR X. - terça, 28 Out 2014, 09:22

Bom dia c., !

Você apresenta algumas considerações sobre os gêneros carta aberta e artigo de opinião. No entanto, gostaria de saber em qual modo de organização textual estão organizados?

Em relação ao estudo dos gêneros, será que no Ensino Fundamental é adequado estudar os gêneros - carta aberta e artigo de opinião? Os alunos neste ciclo escolar estudam o modo de organização dissertativo?

Aguardo sua resposta!

Bons estudos,

TUTOR X

Re: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS GÊNEROS "ARTIGO DE OPINIÃO E CARTA ABERTA"

por ALUNO - quarta, 5 Nov 2014, 22:43

Boa noite, N. !

Quando me questionas em relação ao modo de organização textual em que se encontram organizados os gêneros carta aberta e artigo de opinião não se trata do modo dissertativo-argumentativo?

Com relação a ser ou não adequado o estudo de tais gêneros no ensino fundamental, penso que depende da maturidade e interesse de cada turma.

Assim como muitos alunos não costumam e não gostam de ler, escrever ou interpretar, outros tantos apreciam estas práticas.

Percebendo a escola como um espaço de discussão sobre aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos, recursos como jornais e revistas - virtuais ou impressos - são amplamente trabalhados.

Tanto o gênero "artigo de opinião" quanto "carta aberta" constituem excelentes propostas de trabalho e, se fôr do interesse da turma, não vejo porquê não trabalhar. Reafirmo que depende das condições particulares de cada turma.

Abraço,
C.

Artigo de opinião e carta aberta

por ALUNO - domingo, 2 Nov 2014, 22:09

O artigo de opinião e a carta aberta se assemelham em alguns quesitos, por exemplo ambos são de caráter argumentativo. A carta aberta tem como característica ter um alvo específico. Esse gênero deve ser direcionada a uma figura pública – e não necessariamente é o autor do texto quem deve assinar suas críticas. A partir do 8º ano já é possível trabalhar com os alunos a carta aberta, por exemplo, pode-se solicitar aos alunos que escrevam uma carta aberta ao prefeito da cidade, solicitando alguma melhoria na cidade, etc.

Referência:

Material da disciplina

Gêneros: Carta aberta e Artigo de opinião

por ALUNO- quinta, 23 Out 2014, 12:01

O gênero textual Carta Aberta, é um texto usado de forma a expor um ponto de vista ou alertar ou reivindicar, questões/assuntos de interesse de um indivíduo ou um grupo, a um interlocutor específico ou entidade ou população, representando o interesse coletivo. Podemos salientar que, o modo de organização textual predominante é dissertativo-argumentativo, mas lembrando que, pode não ser o único tipo textual presente.

Artigo de Opinião, é um gênero textual comumente utilizado com o intuito de compartilhar, publicamente, com leitores interessados, ideias, opiniões pessoais em relação a um determinado tema, que esteja em evidência. Observamos a predominância do modo de organização textual dissertativo-argumentativo, o que não impossibilita de haver, no decorrer do texto, mais tipos textuais, como por exemplo narrativo e expositivo.

Diferença que pode ser observada entre os gêneros Carta Aberta e Artigo de Opinião está na intenção, visto que, Carta Aberta tem um direcionamento mais específico, e Artigo de Opinião visa arrebanhar mais pessoas para que compartilhem da opinião exposta.

Sendo trabalhado o modos de organização textual adequados e o que predomina nos dois gêneros, dissertativo-argumentativo, é possível trabalhar a partir do 8º ano com carta aberta. Em uma situação mais próxima da vivência do aluno, é um treino leve, para mais adiante aprofundar o conhecimento. Ex.: Elaborar uma Carta Aberta para o presidente do Grêmio Estudantil em função de ocorridos que têm relação com a instituição. Tem muito a ver com a realidade dos alunos, está próximo a ele, despertaria o interesse. Neste contexto, temos um campo (atividade social) definido, um aluno ou um grupo de alunos com um posicionamento com relação aos fatos ocorridos; a relação (participantes da interação) o(s) aluno(s) e o presidente do Grêmio estudantil (que será também um aluno), portanto, havendo muita proximidade entre os participantes; e um modo (papel da linguagem), carta escrita, com modo de organização textual predominantemente dissertativo-argumentativo.

Artigo de Opinião é um gênero mais denso, precisa de mais preparo, com busca de argumentos mais consistentes, o que requer mais maturidade. Poderia ser feito uma introdução ao gênero no nono ano, mas trabalhar efetivamente a partir do primeiro ano do ensino médio.

Referência:

Vídeo aula e slides: Gêneros textuais e modo de organização.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Polígrafo da Disciplina de Gêneros e Leitura – UAB – Unidade A Texto 2.

Re: Gêneros: Carta aberta e Artigo de opinião

por TUTOR Z - quinta, 23 Out 2014, 12:55

Querida . Muito boa a sua explicação. Obrigada.

Salientarei pontos que considere extremamente positivos no seu texto: o primeiro foi as diferenças que você elaborou entre os gêneros; o segundo ponto foi o exemplo com a carta aberta que apresentou uma preocupação em considerar as variáveis do contexto (campo, relações e modo); e o terceiro foi o nível para se trabalhar com a carta aberta e com o artigo de opinião.

Ótima leitura você fez dos materiais, .

Abraços.

Re: Gêneros: Carta aberta e Artigo de opinião

por PROFESSOR - sexta, 24 Out 2014, 19:29

Oi, N.

Concordo com a TUTOR Z quanto à sua síntese dos aspectos contextuais tipificadores de cada gênero. Entretanto, falta uma abordagem dos aspectos composicionais e linguísticos que diferenciam um gênero do outro. Isso está apresentado na 2ª parte de cada videoaula. Assista às videoaulas até o fim para poder complementar sua resposta, ok?

Aguardamos.

Abraço.

Re: Gêneros: Carta aberta e Artigo de opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 09:30

Bom dia.

Podemos destacar, entre os aspectos de marcas de interlocução, a presença de vocativo e orações imperativas (comando) no gênero Carta Aberta, sendo que, as mesmas, não são esperadas no gênero Artigo de Opinião. Na carta aberta, com o interlocutor sendo mais específico, isto é, um indivíduo ou um grupo à quem se dirige especificamente, o vocativo aparece para que haja um diálogo mais direto. E, as orações imperativas, surgem como meio para serem feitas as propostas ao interlocutor ou indicar o meio para a solução da questão.

Re: Gêneros: Carta aberta e Artigo de opinião

por PROFESSOR - segunda, 27 Out 2014, 15:36

Muito bem, N. Vc. destacou alguns recursos linguísticos típicos num gênero e menos frequentes em outro.

E as semelhanças? Poderia destacar alguns recursos linguísticos que costumam ser usados em exemplares de ambos os gêneros textuais em análise? Há vários exemplos nas videoaulas. Traga-nos alguns, ok?

Aguardamos!

Re: Gêneros: Carta aberta e Artigo de opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 17:21

É possível observar algumas semelhanças em ambos os gêneros, tendo em vista que, tanto Carta Aberta quanto Artigo de Opinião, tem predominância do modo de organização textual argumentativo. Ao analisarmos estes textos, podemos perceber diversos recursos linguísticos que salientam, marcam os argumentos, o uso de índices de avaliação (positivos ou negativos), modalizadores, operadores argumentativos, quantificadores, contribuem para o enriquecimento das estratégias argumentativas. Portanto, muito usados tanto em um quanto em outro gênero. Podemos ainda, considerar outras estratégias argumentativas, como por exemplo, pergunta retórica, que pode ser usada em textos dos dois gêneros.

Espero ter contribuído.

Abraço, N.

Re: Gêneros: Carta aberta e Artigo de opinião

por PROFESSOR - sábado, 1 Nov 2014, 17:54

Muito boa síntese do que foi apresentado nas videoaulas, N.

Só sempre busque se lembrar de referir as fontes das informações que vc. traz em sua postagem, ok?

Abraços.

Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta

por ALUNO - terça, 21 Out 2014, 03:39

a) Quais as principais diferenças entre o ARTIGO DE OPINIÃO e a CARTA ABERTA?

TABELA COMPARATIVA	
ARTIGO DE OPINIÃO	CARTA ABERTA
Texto pelo qual um indivíduo (articulista) compartilha suas ideias sobre determinado assunto, dirigindo-se publicamente a leitores interessados a explorar vários pontos de vistas pessoais sobre determinado tema de interesse social.	Texto onde um cidadão ou um grupo dirige-se publicamente a um interlocutor específico ou uma entidade ou uma população que esteja diretamente envolvida em situações ou assuntos questionáveis de interesse coletivo.
Modalidade textual dissertativo-argumentativo podendo conter fragmentos narrativos, descritivos ou expositivos, desde que seja para argumentar.	Modalidade textual dissertativo-argumentativo com passagens injuntivas, precisas, apelando ao interlocutor.
Finalidade: O articulador expõe seu ponto de vista buscando influenciar e transformar valores dos leitores argumentando a favor de seu posicionamento.	Finalidade: Varia dependendo da situação requerida, podendo expor ponto de vista, alertar problemas e reivindicar mudanças, medidas ou ações por parte dos destinatários.
Meio de circulação: Espaço público como, jornais impressos ou online, revistas impressas ou online, sites, blogs, redes sociais, panfletos entregues nas ruas até um simples mural da escola.	Meio de circulação: Espaço público como, jornais impressos ou online, revistas impressas ou online, sites, blogs pessoais ou instituições.

Baseado na tabela expositiva elaborada com base nos dois vídeos podemos ter um panorama bem claro a respeito das distinções estabelecidas entre os gêneros ARTIGO DE OPINIÃO e a CARTA ABERTA.

Dolz e Schneuwly já dizia em sua tabela que os gêneros Carta aberta e Artigo de opinião são textos argumentativos, e a produção destes gêneros envolvem a defesa de um posicionamento. Uma marca significativa dos dois gêneros está na finalidade dos gêneros exposto a cima.

b) Em que nível da educação básica você considera adequado solicitar aos alunos a produção de um ARTIGO DE OPINIÃO ou de uma CARTA ABERTA?

Ao meu ver devemos trabalhar estes dois gêneros a partir do 8º ano, pois a variedade de gêneros existentes são imensas e a melhor forma é começar devagar, etapa por etapa, para que o aluno adquira conhecimento e experiência de vida, melhor dizendo, para que o aluno amadureça, devemos como educadores conduzir nossos alunos a um caminho para que eles se tornem articuladores e questionadores, após isso somado com o conhecimento adequado dos textos dissertativos e argumentativos eles estarão aptos a produção destes gêneros.

Uma forma de exercitar a articulação e o questionamento é o debate em grupo, propor pesquisar sobre determinado tema e trabalhar em sala de aula oralmente, dando instrumentos para ele assim elaborar uma produção escrita tanto de uma aberta e Artigo de opinião.

Re: Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta

por TUTOR X - terça, 21 Out 2014, 10:42

Olá, A. !

Parabéns pela elaboração da tabela! Ao visualizar a tabela fica "mais fácil" de verificar os pontos comuns entre os dois gêneros. Também é sempre muito importante entender que ambos são textos argumentativos e requerem um

posicionamento do escritor, como você demonstrou na sua explicação.

Em relação ao nível adequado para produção dos gêneros, concordo com você. No 8º ano, os alunos já iniciam os estudos sobre o modo de organização textual DISSERTATIVO. Nessa explicação, você afirma que o professor deverá dar instrumentos " para ele assim elaborar uma produção escrita tanto de uma aberta e Artigo de opinião." Então, pergunto: Como o professor pode auxiliar o aluno no processo de escrita?

Abraços,
TUTOR X

Re: Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta

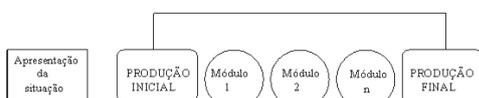
por ALUNO - terça, 21 Out 2014, 15:13

Como o professor pode auxiliar o aluno no processo de escrita?

Em uma sociedade nenhuma pessoa é igual a outra, cada indivíduo com suas peculiaridade, é assim com as crianças e com nossos jovens, todos chegam a escola com um conhecimento internalizado, uma bagagem. E um bom educador deve ser um estimulador sabendo trabalhar com cada realidade, fazendo com que as diferenças sejam estímulos a despertar a curiosidade dos alunos, haja vista que um aluno curioso aprende mais rápido.

Quanto ao processo de escrita o professor deve fazer com que o aluno entenda o porque dele estudar os gêneros textuais por exemplo, que tudo faz parte de um contexto para que ele saiba produzir o texto requerido pelo professor. O professor como facilitador pode tomar como base o modelo de trabalho em Sequências Didáticas (SD), proposto por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) que visa trabalhar a produção textual na escola de forma organizada, gerando condições reais de produção de um determinado gênero textual, ou seja, quando propormos ao aluno a elaboração de uma carta aberta devemos ter em mente que a escrita é uma conquista para todos, uma forma de criatividade, mostrar os sentimentos, pensamentos e sensações para palavras, é com publicações em jornal de escola, Internet, murais ou outros meios que motivamos nossos alunos a desenvolver suas produções.

Obs: A estrutura de base de uma SD é constituída pelos seguintes passos: apresentação da situação, produção inicial, módulo 1, módulo 2, módulo 3 e produção final, como demonstra o esquema abaixo (cf. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 98):



http://www.faccar.com.br/eventos/desletras/hist/2007_q/textos/06.htm

Re: Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta

por TUTOR Z - quarta, 22 Out 2014, 09:34

Fiquei interessada na conversa de vocês, meninas. Irei me incluir nela.

A. , muito bom saber que você busca a teoria de maneira tão competente. Mas é bom também, a partir da teoria, pensarmos em métodos e atividades de trabalho em sala de aula.

Nas últimas postagens que estou lendo, vejo muito os alunos comentarem sobre condições reais, concretas de uso da linguagem. Você colocou o seguinte: "gerando condições reais de produção de um determinado gênero textual". Isso é fundamental para se produzir qualquer texto, pois não nos comunicamos "do nada", não é mesmo?

Pensando em uma atividade de produção textual (por meio de algum gênero, é claro), como você faria essa atividade partindo dessa premissa - de escrever por meio de condições reais de produção?

Abraços, meninas.

TUTOR Z.

Re: Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta

por ALUNO - quinta, 23 Out 2014, 00:09

Penso no sentido de trabalhar com algum assunto que esteja dentro de seu cotidiano, a vida real da turma, problemas, situações enfrentadas por eles. Para esboçar melhor como faria essa atividade de produção textual partindo do raciocínio de condições reais elaborei um exemplo:

EX:

Uma turma X do 8º ano estuda em uma sala com 24 alunos sendo que tem só um ventilador, preocupados com o verão eles comentam em sala de aula. A professora de português que já algumas aulas vem trabalhando textos dissertativos argumentativos, propõe à turma que elaborem uma carta aberta direcionada para a direção da escola com o intuito de reivindicar mudanças e sugerir alternativas de solução para o problema.

A professora como facilitadora aponta para a turma alguns suportes, para que eles produzam uma carta com consistência. Propõe que este trabalho seja desenvolvido em 3 aulas. Pensando em um trabalho desenvolvido com qualidade a professora pode usar a Abordagem processual da escrita com base na Pré-escrita; (Re)escrita do texto; Revisão ou pós-escrita.

1ª dia a professora os leva para a sala de informática e disponibiliza materiais online onde eles poderão refletir e discutir. A turma escolhe um redator que irá anotar as ideias e depois com a turma juntá-las de forma organizada e coerente.

Informações dada pela professora:

◦A escola recebe um recurso do FNDE(Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) Resolução nº 3/2010, O professor orienta os alunos a acessar o site <http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-funcionamento>)

◦A importância de um ambiente que favoreça a aprendizagem em sala de aula - <http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-de-um-ambiente-que-favoreca-a-aprendizagem-em-sala-de-aula/77064/>

2º dia a professora pede para que alguém leia o trabalho em voz alta, orienta-os a revisar e reescrever. A reescrita deve ser feita na perspectiva de um observador – ou seja, o aluno deve se por no lugar de quem irá receber e ler a carta.

3º dia após o trabalho pronto revisado, baseado nos padrões contextuais da carta aberta, a carta é enviada a direção da escola e uma cópia anexada ao mural da escola.

Re: Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta

por TUTOR Z - sábado, 25 Out 2014, 12:26

Muito bacana, A. Percebi que, na sua atividade, há uma situação concreta, o que permite que os alunos se coloquem nesta situação e saibam seu papel nesta escrita; há interlocutores definidos, ou seja, os alunos sabem para quem produzir seu texto e, dessa forma, irão adaptar a linguagem; há um meio de divulgação e, principalmente, um propósito.

Muito boa a sua participação, A .
Bons estudos. TUTOR Z.

Re: Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta

por ALUNO - sexta, 24 Out 2014, 08:59

Obrigada colega pela colaboração, ficou bem mais fácil para entendermos.

Re: Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 21:22

Olá, colegas. Também gostei bastante da tabela que a colega Adriela forneceu, pois aborda tanto aspectos estruturais ou linguísticos dos gêneros tratados, quanto aspectos contextuais (como quem os produz e com que objetivos).

Fiz meu comentário em outro post, mas quero compartilhar também o link de uma reportagem de Zero Hora sobre carta aberta e artigo de opinião, gêneros textuais que estarão presentes no vestibular da UFSM. A matéria contém link com exemplos que explicam cada um dos gêneros: texto de ZH.

Re: Fórum: gêneros textuais artigo de opinião e carta

por PROFESSOR - sábado, 1 Nov 2014, 17:52

Oi, G.

Não havia visto ainda a matéria da Zero Hora sobre os gêneros previstos na prova de redação do vestibular da UFSM. Obrigada por compartilhar.

Abraços.

Gêneros Textuais

por ALUNO - quinta, 23 Out 2014, 19:35

A carta aberta integra o gênero textual de cunho argumentativo, tendo como característica a permissão para o emissor expor em público suas opiniões, reivindicações ou alertas acerca dum determinado assunto. Pode ser utilizada como forma de protesto contra esse problema, como alerta, e até mesmo como meio de conscientização da população ou de alguém com certa influência, como, por exemplo, um representante de uma entidade ou do governo, acerca da problemática em questão. Já o artigo de opinião, conforme o vídeo da professora xxxxxxx, é um espaço de compartilhamento de ideias e discussão democrática, que estão ligados aos comportamentos sociais, como acontecimentos, comportamentos e propostas, a partir de um ângulo de abordagem pessoal, que argumenta, analisa e avalia para responder uma questão controversa de ordem social, política, cultural ou econômica. Assim, a principal diferença está no interlocutor, que no caso do artigo de opinião expressa um posicionamento pessoal e na carta aberta, geralmente, expõe um posicionamento de um grupo de pessoas ou duma entidade.

Acredito que, à nível da educação básica, seria mais adequado solicitar a produção desses textos para a 8ª série, pois esses gêneros exigem a argumentação, que não é fácil de ser produzido, pois exige uma fundamentação bem consistente do tema pelo aluno. Baseado nisso, entendo que o artigo de opinião é o mais adequado, porque exige uma quantidade menor de argumentos e o aluno pode escrever o que ele pensa do assunto em questão. É lógico que, para esse gênero ser trabalhado na sala de aula, o professor deve debater muito bem o assunto, com pesquisas, informações dos jornais, ou seja, informar o aluno, para só depois, solicitar o exercício. É preciso também que, nas primeiras produções, a temática de discussão do artigo seja de fácil compreensão e que esteja ligado ao dia a dia dos alunos, por exemplo, o uso obrigatório do uniforme na escola, a proibição do uso dos celulares na sala de aula, etc. O meio de circulação para esse gênero pode ser no mural da escola, num blog criado para discutir assuntos da turma, e assim por diante. Por experiência própria, eu considero essa fase ainda muito imatura para trabalhar com esses conteúdos, ao passo que, nessa idade, os alunos fazem os textos a partir da inspiração e, às vezes, desprezam o uso de técnicas. Por isso, considero o artigo de opinião o mais adequado.

Espero ter contribuído, embora as inúmeras margens para contestação... (rsrsrs)

Abraços, R.

Re: Gêneros Textuais

por TUTOR Y - quinta, 23 Out 2014, 22:41

Olá, R.! Obrigada por participar do fórum. Você fez uma boa explanação dos conteúdos dos vídeos. No entanto, gostaria que você esclarecesse o trecho "entendo que o artigo de opinião é o mais adequado, porque exige uma quantidade menor de argumentos e o aluno pode escrever o que ele pensa do assunto em questão" é possível fazer essa afirmação? Podemos dizer/escrever que um gênero tem menos argumentos que outro? Normalmente, a argumentação contribui na defesa de uma tese. Não consigo ver da forma como você escreveu. Com relação à carta aberta, o autor também "diz o que pensa", essa seria a tese do autor OU dos autores. Você concorda?

Abraços, TUTOR Y.

Re: Gêneros Textuais

por ALUNO - sexta, 24 Out 2014, 00:12

Olá, professora.

Quando eu digo que o artigo de opinião é mais adequado porque o alunos irão precisar uma quantidade menor de argumentos, refiro-me ao fato de, no caso de uma carta aberta, por exemplo, direcionada ao Prefeito da cidade, o desafio é muito maior do que você interessar à diretora da escola. A quantidade de argumentos está diretamente relacionada ao tema. Fazer um artigo de opinião sobre o uso obrigatório de uniformes é diferente de você defender uma tese que trata da problemática dos cães de ruas e que será direcionada ao prefeito municipal. Ficou mais claro? Em segundo aspecto, vamos ser honestos, a realidade não é fantasiosa; escrever algo que nos cerca diariamente, por exemplo, (o uso dos celulares na sala de aula. Deve ser proibido ou liberado?) é muito mais fácil do que interessar uma carta a uma autoridade.

Espero que tenha ficado mais claro.

Abraços, R.

Re: Gêneros Textuais

por PROFESSOR - sexta, 24 Out 2014, 10:38

Ótimas reflexões, R. ! Muito interessantes as propostas de tema que vc. apresenta, todas relacionadas, de um modo ou de outro, com o contexto em que os jovens costuma estar inseridos. Vc. está mobilizando muito bem noções trabalhadas no semestre passado. Parabéns! Estou gostando muito de ver!

Quanto à justificativa para usar um ou outro gênero, fiquei pensando: será que ser "mais fácil" ou "difícil" para os alunos é um bom critério? Tudo que é desafiador e leva ao aprendizado de conceitos, noções e habilidades até então desconhecidos costuma ser visto como algo "difícil" por quem precisa aprender. Outros, porém, podem considerar "fácil", dependendo de suas experiências e conhecimentos prévios. Ser "fácil" ou "difícil" parecem critérios um tanto subjetivos, não?

E se pensarmos em graus de complexidade da linguagem usada em cada gênero? Dos tipos de escolhas que precisarão ser feitas pelo produtor do texto para conseguir a adesão do leitor do texto?

Se considerarmos as características contextuais de ambos os gêneros que estamos analisando, qual deles propicia mais "liberdade" de escolhas (tanto de tese, como de argumentos, de vocabulário)? Pensemos na audiência de cada texto: quem são os leitores presumidos de um artigo de opinião (publicado num jornal, ou numa revista, ou num blog) e quem é(são) o(s) interlocutor(es) de uma carta aberta que pode circular em diferentes instâncias)?

Quando minhas escolhas linguísticas ficam mais restritas: quando tenho de direcionar os argumentos para um leitor específico, ou para uma audiência mais ampla?

Deixo essas questões para discutirmos um pouco mais!

Re: Gêneros Textuais

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 18:40

Olá, professora.

Confesso que os questionamentos acima estão de difícil compreensão, mas à medida do possível vamos tentando desenvolvê-los...

Quando eu uso os termos "difícil ou fácil", em referência aos gêneros, quero dizer que, possui um grau de complexibilidade maior para a desenvoltura do texto, sobretudo dos argumentos e não acho subjetivo usar esses termos, aliás, eu não falei que isso se tratam de critérios, foi sim a maneira de me expressar.

Conforme referi acima, o artigo de opinião é um gênero textual meramente opinativo, ou seja, é a posição do locutor em relação a uma temática de ordem social, onde ela será lida e respeitada (com condância ou discordância por parte do leitor) e como sendo o ponto de vista de quem a produziu, por isso reitero que se trata de um gênero mais acessível para ser trabalhado. Por experiência própria quando eu produzo e quando leio a produção dos meus alunos, é notório, eles se sentem mais a vontade, embora a desorganização dos parágrafos e construções frasais, que são corrigidas com os procedimentos do feedback.

Quanto ao meio de circulação e saber quem seria os leitores desse gênero é um pouco difícil de ser respondido, quando tratamos do artigo de opinião. É lógico que ninguém escreve um texto tratando duma problemática social sem ter intenções, ela está (in) diretamente direcionada à alguém, também não construímos um texto a partir do nada. Devemos considerar também a temática do texto, pois só assim podemos presumir quem são os leitores, mas num jornal, por exemplo, atingirá vários públicos, sobretudo àqueles que compõem a classe social, a partir da média, afinal,

não são todas as pessoas que têm condições de assinarem um diário, bem como as pessoas de média-idade; infelizmente o jovem atual tem uma espécie de preguiça para ler, principalmente jornais e periódicos. Acredito que o blog atingiria um público maior, dentre eles os jovens. É por isso que temos que focar num tipo de público, quando escolhermos um artigo de opinião, caso contrário, não será atingido o nosso objetivo. Por outro lado, isso depende muito da qualidade do meu texto, ou seja, a maneira como eu apresento ele ao leitor, se na defesa da tese estiver bem esclarecido o tema que eu estou defendendo, qualquer público poderá ler o texto e ter a capacidade de concordar ou discordar dele. Por exemplo, se o tema de meu texto for o "o crescimento do uso do whatsapp na sociedade contemporânea" e eu em momento algum escrever que se trata duma rede social restrita aos celulares, que utilizam a agenda telefônica como forma de adesão, que podem ser enviados textos e outros recursos multimidiáticos como vídeos e fotos, gravações, etc, aquele leitor do jornal de 60, 70 anos jamais vai saber daquilo que está escrito, embora o artigo esteja muito bem fundamentado com argumentos do tipo (é uma ferramenta vital para o contato entre pessoas que estão distantes uma das outras, que é muito utilizada em campanhas eleitorais, que é mais rápido para se comunicar, que não são necessários créditos no celular, enfim). Também não será compreendido por aquelas pessoas que não usufruem da internet.

Espero ter ficado claro e passível de compreensão. Obrigado pela atenção!

Abraços, R.

Re: Gêneros Textuais

por TUTOR Y - quarta, 29 Out 2014, 00:56

Olá, R. ! Como você escreveu, seu texto é extenso, mas consegui entender a sua mensagem. Fiquei, ainda, com algumas dúvidas:

Se esse gênero busca alinhar o leitor, como você escreve, "concordância ou discordância por parte do leitor", será que o artigo de opinião "é um gênero textual meramente opinativo"? Não seria interessante modalizar?

Na sequência, você escreve que "se na defesa da tese estiver bem esclarecido o tema que eu estou defendendo, qualquer público poderá ler o texto" e depois que "aquele leitor do jornal de 60, 70 anos jamais vai saber daquilo que está escrito". Na sua tese, você deve esclarecer que "se trata duma rede social restrita aos celulares"? É isso? Ou não entendi?

Reforço a questão da professora C., porque não ficou claro (para mim) quais "tipos de escolhas que precisarão ser feitas pelo produtor do texto para conseguir a adesão do leitor do texto?" Na carta aberta, por exemplo, poderão ser usados pronomes pessoais, de tratamento... Espero que tenha contribuído com você.

Só mais um detalhe: você dá aulas de redação? Para quais anos? Não sabia que já trabalhava. Que bom! Assim, você vai aplicando o que aprende aqui. Isso é muito interessante para a nossa formação.

Abraços. TUTOR Y.

Re: Gêneros Textuais

por ALUNO - quinta, 30 Out 2014, 02:05

Olá, queridas prof^{as}.

Quanto ao questionamento, eu creio que o artigo de opinião é meramente opinativo, quando comparamos a outros gêneros textuais, como a carta aberta, por exemplo, que objetiva uma intervenção social em forma de alerta. O que seria modalizar? Não entendi o contexto...

Ao segundo questionamento há um nivelamento nas duas frases (de sua parte), que dá outro sentido, dessa forma, fica impossível compreendê-las. Quando se refere ao senhor de 70 anos, que não entenderia o texto com aquele tema, CASO O AUTOR NÃO EXPLICASSE o que seria o whatsapp, ou seja, não adiantaria a pessoa que escrevesse o texto dizer que era uma ferramenta ótima, usada nos celulares, que possui inúmeros recursos multimidiáticos, coisa e tal. É como nós falarmos da educação a distância a uma pessoa que não a conhece, elencarmos todos os seus benefícios e não explicarmos como funciona (tutores, plataforma, materiais didáticos, aulas presenciais)... Deu para entender?

Quanto às escolhas para conseguir a adesão ao leitor, parecem-me óbvias, são usados orações no imperativo (compre, ajude, favoreça), além de conjunções que agem como elementos articuladores (e, mas, entretando, contudo, porém), que dão maior clareza às ideias. Outra característica muito peculiar deste tipo de gênero textual é a persuasão, que consiste na tentativa do emissor de convencer o destinatário, neste caso, o leitor, a adotar a opinião apresentada, por isso, o texto é escrito em primeira pessoa e apresenta também várias exclamações e interrogações, os quais incitam à posição de reflexão favorável ao enfoque do autor.

Quanto ao meu trabalho, eu sou estagiário no Programa "Mais Educação" do município e trabalho com uma turma com a oficina de "Leitura e Produção Textual". O grande problema está no fato desta turma estar com vários anos juntos (alunos do 6º ao 9º ano) todos juntos, por questões de logística de horários e adequação de profissionais. Isso impede

que o trabalho seja mais produtivo, visto que nem dá eu cobrar o mesmo gênero de todos, o que estamos fazendo é lendo e reconhecendo vários textos, sobretudo a organização estrutural deles. Entretanto, todos os conhecimentos que aprendo aqui são direcionados a eles, afinal, eles estão saindo do "forno", como se diz por aí...

Nos próximos fóruns, detalho melhor sobre o meu trabalho com os alunos.

Abraços, R.

Re: Gêneros Textuais

por TUTOR Y - quinta, 30 Out 2014, 21:21

Olá, R. ! Obrigada pelas respostas. Abraços

Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO - domingo, 26 Out 2014, 18:24

A carta aberta e o artigo de opinião são gêneros parecidos, mas com algumas peculiaridades. Ambos têm caráter argumentativo, empenhados em promover uma discussão, através do ponto de vista do autor, sobre assuntos de interesse coletivo. A carta aberta, porém, costuma ter um alvo específico e permite evidenciar para o público as opiniões ou reivindicações acerca de alguma questão relevante para a comunidade. Nesse gênero, deve-se dirigir a uma figura pública – e não necessariamente é o autor do texto quem deve assinar suas críticas.

A finalidade é expor pontos de vista, com aceitação ou refutação de argumentos que afetam um grupo. Pode, por exemplo, reivindicar uma ou mais mudanças. O meio de circulação são os espaços públicos (jornal, redes sociais, etc.). Tem como objetivo pressionar os interlocutores para agir de determinada maneira.

É comum encontrar circulando no rádio, na TV, nas revistas, nos jornais, temas polêmicos que exigem uma posição por parte dos ouvintes, espectadores e leitores, por isso, o autor geralmente apresenta seu ponto de vista sobre o tema em questão através do artigo de opinião. O ponto de vista do autor que assina é sobre alguma questão relevante em termos sociais, políticos, culturais, etc. O caráter argumentativo do texto de opinião é evidenciado pelas justificativas de posições arroladas pelo autor para convencer os leitores da validade da análise que faz.

Uma diferença importante entre a carta aberta e o artigo de opinião é que a carta aberta possui um direcionamento mais específico, já o artigo de opinião objetiva atingir mais pessoas.

A partir do 8º ano já é possível trabalhar o artigo de opinião com os alunos, já a carta aberta requer mais maturidade por parte deles, por isso, ela é possível de ser trabalhada no 9º ano e, também, no ensino médio.

Referências Bibliográficas:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. GÊNEROS E LEITURAS - UAB. Videoaula sobre o Gênero Carta Aberta.

Disponível em:

<http://dicasdamariane.blogspot.com.br/2014/05/carta-aberta-e-artigo-de-opinio.html>. Acesso em: 26/10/2014.

Disponível em:<http://www.brasilescola.com/redacao/carta-aberta.htm>. Acesso em 26/10/2014.

Disponível em:<http://www.brasilescola.com/redacao/artigo-opinio.htm>. Acesso em 26/10/2014.

Disponível em:

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vestibular/noticia/2014/07/nova-redacao-como-se-escreve-carta-aberta-e-artigo-de-opinio-4563562.html>. Acesso em 26/10/2014.

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por TUTOR Z - domingo, 26 Out 2014, 18:31

L., obrigada por sua participação no fórum.

Boa a sua leitura sobre os gêneros carta aberta e artigo de opinião. Se você estivesse em uma sala de aula, como você trabalharia a carta aberta, por exemplo?Divida conosco um exemplo de atividade, lembrando que devemos sempre trabalhar em situações concretas de uso da linguagem, com propósitos definidos.

Grata,

TUTOR Z.

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO - quinta, 30 Out 2014, 14:09

Boa tarde

Poderia ser solicitado aos alunos que fizessem uma carta aberta destinada a diretora da escola, por exemplo, reivindicando acerca de alguma questão relevante para a comunidade escolar.

Atenciosamente,

L.

Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 15:31

A Carta Aberta é caracterizada como sendo um gênero textual de caráter argumentativo, pertencente a uma pessoa ou até mesmo a um grupo, cujo objetivo é manifestar-se publicamente, revelando sua opinião ou reivindicando algo. Um cidadão ou um grupo dirige esta carta aberta publicamente a um interlocutor, entidade ou população envolvidos em um assunto de interesse coletivo. Utiliza verbos predominantemente no presente. Já o Artigo de Opinião é um texto onde o autor expõe seu posicionamento diante de algum tema, ou seja, caracteriza-se por expor claramente a opinião do seu autor, é um texto argumentativo e assim como a carta aberta sua modalidade textual é a dissertação, apresenta também verbos predominantemente no presente.

Outra característica do Artigo de Opinião é que apresenta linguagem objetiva (3ª pessoa) ou subjetiva (1ª pessoa) e estabelece interlocução com o leitor.

Acredito que o nível de educação mais adequado para trabalhar com esses dois gêneros seria a partir do 8º ano, pois nesse nível os alunos já apresentam mais maturidade e um conhecimento dos modos de organização textual, podendo assim realizar com mais eficácia o trabalho.

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por TUTOR Y - terça, 28 Out 2014, 23:31

Olá, F. !

Você escreve que "A Carta Aberta é caracterizada como sendo um gênero textual de caráter argumentativo", com essa informação você quer dizer que só pode ocorrer essa modalidade? Com relação ao artigo de opinião, você escreve que "é um texto argumentativo e assim como a carta aberta sua modalidade textual é a dissertação.", não é possível aparecer trechos narrativos ou expositivos, por exemplo?

F. , se analisarmos o texto com relação aos aspectos linguísticos, poderíamos dizer que há diferenças entre esses dois gêneros? Quais escolhas lexicais marcam a interlocução na carta aberta, por exemplo? Acho interessante buscarmos essas respostas. Aguardo. Abraços. TUTOR Y.

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO - quarta, 29 Out 2014, 11:31

Segundo o que entendi, a carta aberta e o artigo de opinião, caracterizam-se principalmente por apresentarem um caráter argumentativo, mas não ocorre só essa modalidade, eles podem apresentar diferentes modos de organização textual, como o narrativo, onde o autor, em um artigo de opinião, por exemplo, pode começar por uma narrativa e depois dando sequência ao texto usa o modo argumentativo para defender a sua tese.

Os gêneros são parecidos, mas apresentam algumas peculiaridades, a carta aberta costuma ter um alvo específico e permite evidenciar para o público opiniões e reivindicações acerca de alguma questão importante para a comunidade. Neste gênero, o autor dirige-se para uma figura pública. Já o artigo de opinião, cabe ao autor expressar seu próprio ponto de vista para convencer os leitores. É um texto mais pessoal.

Artigo de opinião e carta aberta

por ALUNO - terça, 28 Out 2014, 21:43

São gêneros que se assemelham mas com algumas peculiaridades. Ambos são argumentativos, promovem uma discussão.

A carta aberta costuma ter um alvo específico e permite evidenciar para o público opiniões ou reivindicações acerca de alguma questão relevante para a comunidade. Dirige-se a uma figura pública ou população diretamente envolvida em situação ou assunto controverso de interesse coletivo. Expõe o ponto de vista do autor, alerta sobre um problema apresentando propostas de mudanças, reivindicando mudanças.

A carta aberta tem um estilo dissertativo-argumentativo com passagens injuntivas com apelo ao interlocutor, circula em espaços públicos exemplo um mural de escola, panfletos, em jornais e revistas impressos e digitais, redes sociais, blogs.

No artigo de opinião cabe ao aluno expressar seu próprio ponto de vista para convencer os leitores sobre a validade da análise. A partir de um ângulo pessoal o autor abre um espaço de compartilhamento de idéias e discussão de aspectos da sociedade. Analisa, avalia e responde questões controversas de ordem social, econômica, política ou cultural. Direcionado a leitores de mídias interessados em verificar pontos de vista pessoais sobre temas de interesse social. Pode circular em inúmeros meios de comunicação como jornais, revistas, blogs, sites pessoais ou institucionais.

Na minha opinião creio que desde o 9º ano já seria interessante a introdução desses gêneros textuais, um exemplo escolhendo algum tema polêmico como as eleições, os alunos elaborando artigos de opinião ou carta aberta e expondo no mural da escola ou em um blog ou grupo em uma rede social para expor os textos.

Fonte consultada: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vestibular/noticia/2014/07/nova-redacao-como-se-escreve-carta-aberta-e-artigo-de-opinioao-4563562.html>

Re: Artigo de opinião e carta aberta

por TUTOR Y - terça, 28 Out 2014, 23:20

Olá, A. ! Obrigada por participar do fórum! Você fez uma boa análise contextual do gênero. Porém, acho que interessante "entrar" um pouco no texto. Observar, por exemplo, as escolhas lexicais que o autor pode fazer para escrever um artigo de opinião e uma carta aberta. Você acredita que poderiam ser as mesmas? Por exemplo, a interlocução da carta aberta acontece da mesma forma que no artigo de opinião? Quanto às estratégias argumentativas, como podem ocorrer?

Pense nisso! Abraços. TUTOR Y

Artigo de opinião e carta aberta

por ALUNO - terça, 28 Out 2014, 16:49

Com base nas leituras referentes às questões propostas, é de suma importância destacar a perspectiva de gêneros textuais sendo ela recomendada pelos parâmetros curriculares para a educação básica em todo o país.

Sendo assim, pude perceber diferentes características em tais gêneros mencionados:

Artigo de opinião: gênero discursivo argumentativo que tem por objetivo expressar o ponto de vista do autor que assina sobre alguma questão relevante em termos sociais, políticos, culturais, etc. É o espaço de compartilhar idéias e discutir democraticamente aspectos da realidade social que envolve acontecimentos, comportamentos e propostas que circulam no meio social.

Carta aberta: integra os gêneros textuais envolvidos no caráter argumentativo, cuja principal característica é permitir que o emissor exponha em público suas opiniões ou reivindicações acerca de um determinado assunto. Através da carta aberta nos dirigimos à várias pessoas, explicando algo acontecido ou alertando para alguma coisa.

Considero adequado, a partir do 7º ano, solicitar aos alunos produção de um artigo de opinião ou de uma carta aberta, pois acredito terem opiniões formadas e também um desenvolvimento em suas habilidades argumentativas.

Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - sábado, 25 Out 2014, 17:50

O Artigo de Opinião é um gênero textual em que o autor expressa seu posicionamento à vista de algum tema atual. É um texto que predomina o modo de organização textual dissertativo-argumentativo, mas podendo aparecer no desenrolar do texto, outros tipos textuais. Já a Carta Aberta é um gênero textual em que o emissor expressa em público suas opiniões sobre certo tema, fazendo referência a temas cujo interesse é coletivo. Predomina o modo de organização textual dissertativo-argumentativo, mas pode não ser o único modo presente.

Acredito que o nível da educação mais adequado para se solicitar que os alunos produzam um Artigo de Opinião ou Carta Aberta seja a partir do 9º ano, pois nessa etapa eles já estão mais preparados para aprender esses gêneros. Os educadores devem utilizar esses gêneros como instrumentos em suas aulas e torná-los presente no cotidiano escolar de seus alunos para que eles apropriem-se desses recursos indispensáveis no contexto educacional.

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por TUTOR Y - domingo, 26 Out 2014, 19:49

Oi, L.! Você fez uma boa "leitura" do material. Acrescento algumas informações que julgo pertinentes sobre o contexto da carta aberta. "PARA QUÊ? Alertar, expor ponto de vista, reivindicar. ONDE CIRCULA? Jornais, revista, sites- A escolha por esses espaços servem para pressionar o interlocutor a mudar de opinião sobre dado assunto ou agir de determinada maneira. COMO (modo) modalidade predominante dissertativo-argumentativa, com passagens injuntivas com apelos aos interlocutores." No entanto, senti falta das informações relacionadas à organização do texto. Por exemplo, são usados os mesmos recursos linguísticos em ambos os gêneros? Há diferenças de interlocução? Observa que, na carta aberta, podemos utilizar pronomes e verbos na 2ª e 3ª pessoa do singular ou plural, formas de tratamentos conforme relação pessoal, vocativos, pergunta retórica, oração imperativa (comando) ou modalização (sugestão)... Isso pode ocorrer no artigo de opinião?guardo. Abraços. TUTOR Y

Fonte utilizada- vídeos disponíveis no moodle

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - terça, 28 Out 2014, 13:48

Quando analisamos estes textos, percebemos diversos recursos linguísticos que marcam os argumentos como: o uso de índices de avaliação, positivos ou negativos; modalizadores; quantificadores; operadores argumentativos, contribuindo para o enriquecimento das estratégias argumentativas. Esses recursos são usados nos dois gêneros.

Podem-se considerar outras estratégias argumentativas, como: pergunta retórica, que também é usada nos textos dos dois gêneros. Salienta-se ainda, entre os aspectos de marcas de interlocução, a presença de vocativo e orações imperativas no gênero Carta Aberta, visto que, as mesmas, não são previstas no gênero Artigo de Opinião. Na carta aberta, as orações imperativas, se manifestam como meio para serem feitas as propostas ao interlocutor ou indicar o meio para a solução da questão e o vocativo aparece para que ocorra um diálogo mais direto.

Fonte- Vídeos disponibilizado na plataforma

Diferenças entre carta aberta e artigo de opinião

por ALUNO- segunda, 27 Out 2014, 23:43

Carta aberta é um gênero em que o autor se dirige a uma figura pública, a um interlocutor específico, entidades ou população diretamente envolvidas em situação ou assunto controverso, de interesse coletivo. Circula em espaços públicos, veículos de comunicação de massa (jornais, revistas, internet, etc.) A escolha sobre esse espaços serve para os interlocutores mudarem de opinião sobre dado assunto ou agir de determinada maneira. O modo textual predominante é dissertativo-argumentativo, com mensagens injuntivas com apelos aos interlocutores. Suas principais características são:

Expor um ponto de vista, defendendo um posicionamento por meio de sustentação de uma ideia ou argumentos que circulam no corpo social.

Alertar sobre um problema e apresenta propostas de mudanças de atitudes, comportamentos, ideias.

Reivindicar mudanças, medidas por partes dos destinatários que tiverem o poder para implementá-las no meio social.

O artigo de opinião é um espaços de compartilhamento de ideias e discussão democrática de aspectos da realidade social a partir de um ângulo de abordagem pessoal. Nesse gênero interessa menos a apresentação dos acontecimentos sociais em si, mas a sua análise e a posição de autor. Pode ser publicado em jornais ou revistas interessadas ou on-line, em blogs ou sites pessoais ou institucionais. principais características são:

Vale-se da argumentação para analisar avaliar e responder a uma questão controversa de ordem social, econômica, política ou cultural.

Faz uso de discurso especializado na voz autoral ou em vozes estremas.

Tanto uma carta aberta quanto um artigo de opinião, podem ser usados para atividades de desenvolvimento da 7ª série ao 3º ano do ensino básico.

Fonte: Material disponibilizado da disciplina de Gêneros e leitura.

Re: Diferenças entre carta aberta e artigo de opinião

por TUTOR Y- terça, 28 Out 2014, 13:47

Oi, L. ! Obrigada por participar do fórum. Sua resposta está coerente, porém incompleta, certo? Você deixou de abordar os aspectos relacionados à organização do texto. Na carta aberta, é possível manter uma interlocução "bem" direta com o leitor, para isso, podemos utilizar, por exemplo, pronomes e verbos na 2ª e 3ª pessoa do singular ou plural, formas de tratamentos conforme relação pessoal, vocativos, pergunta retórica, oração imperativa (comando) ou modalização (sugestão)... Você concorda? Isso pode ocorrer no artigo de opinião? Como ocorre? Quais marcas linguísticas "padronizam" esses gêneros? Existem diferenças? Aguardo!

Abraços. TUTOR Y

ARTIGO DE OPINIÃO E DE CARTA ABERTA.

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 22:38

Artigo de opinião é quando alguém escreve relatando sua opinião referente á determinado assunto.

Já na carta aberta é um texto que por meio pelo qual um cidadão ou grupo dirige-se, publicamente, a um interlocutor específico ou entidade ou população diretamente envolvidas.

No ensino fundamental,deve-se solicitar aos alunos a produção de um artigo de opinião ou de carta aberta.

Re: ARTIGO DE OPINIÃO E DE CARTA ABERTA.

por TUTOR X - terça, 28 Out 2014, 09:26

Oi, P. !

Você poderia ter desenvolvido mais sobre os gêneros. Portanto, sugiro você escrever algumas características mais sobre os dois gêneros.

Em relação ao estudo destes gêneros, será que alunos de Ensino Fundamental aprendem o modo de organização textual dissertativo?

Aguardo sua repostas *-*

Abraços,
TUTOR X

Re: ARTIGO DE OPINIÃO E DE CARTA ABERTA.

por ALUNO - terça, 28 Out 2014, 10:11

Bom dia professora.

na minha opinião acho sim que eles possam ter dificuldades,porém acho que eles possam e são capazes de elaborar e compreender,dentro das possibilidades e na forma como o professor irá elaborar a atividade.Esse é meu ponto de vista.

ATT;P.

Re: ARTIGO DE OPINIÃO E DE CARTA ABERTA.

por TUTOR Z - terça, 28 Out 2014, 11:34

P. , fiquei com algumas dúvidas ao ler sua resposta sobre os gêneros artigo de opinião e carta aberta.

Você comenta que artigo de opinião é um texto por meio do qual alguém relata sua opinião. Ok, não está errado, mas quem é esse "alguém"? Com qual intuito esse alguém usaria o artigo de opinião para expor opinião, sendo que ele pode fazer isso com um simples comentário no facebook? O que faz o artigo de opinião ser diferente, por exemplo, dos posts do facebook, já que ambos permitem relatar opinião?

O artigo de opinião possui propósitos bem definidos, publicados em jornais, revistas com interlocutores definidos. Ele pretende, não apenas relatar opinião, mas discutir, de forma mais sistemática, sobre temas recorrentes, até mesmo, apelativos.

Desenvolva mais sua resposta sobre o artigo de opinião e a carta aberta. Na carta aberta também não é permitido relatar opinião? O que mais ela permite? Quem seriam os interlocutores prováveis?

Bons estudos,
TUTOR Z.

Carta aberta e artigo de opinião

por ALUNO - terça, 28 Out 2014, 10:56

De acordo com meu entendimento ,percebo algumas diferenças entre esses dois gêneros de escrita,tais como :

Bem na Carta aberta o principal propósito do emissor é expor em público suas opiniões ou reivindicações acerca de um determinado assunto ,possuindo esta argumentos e traços persuasivos uma vez que a intenção de quem a redige é convencer o interlocutor acerca de suas idéias.

Já no Artigo de opinião temos um texto dissertativo e também argumentativo em que seu autor expõe seu posicionamento diante de um tema sustentando sua opinião através de informações coerentes ,admissíveis e tendo veracidade sobre o assunto que se escreve.

Creio que seria mais adequado aplicar atividades tanto de carta aberta quanto de Artigo de opinião somente a partir do 8º ano do 1º grau e mais adiante no ensino médio,pois é quando os alunos já estão familiarizados com dissertações tendo segurança e maturidade para desenvolvê-las.

Carta aberta e Artigo de opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 17:21

Carta aberta é destinada a uma pessoa pública, ou seja, a um interlocutor específico, onde o autor do texto poderá através desta fazer uma crítica ou solicitação com fundamentos aprofundados no assunto a ser abordado, inclusive fazendo citações de outros recursos e ao mesmo tempo construindo sua própria opinião, utilizando-as para pressionar a respeito de um assunto controverso ou de interesse coletivo, entendo que é uma forma de reivindicar ou defender um assunto social que faz parte do contexto atual como aborto, saúde, educação e outros... Tornando o assunto acessível a toda uma comunidade. O autor da Carta aberta espera que o público faça desta forma pressão sobre o interlocutor, aumentando a eficácia do texto e a probabilidade das reivindicações serem atendidas.

Artigo de opinião é utilizado através de meios de comunicações mais abertos como Face book, Blogs, Twitter, pois acontece um maior compartilhamento de idéias de forma democrática, expressando o ponto de vista do autor que assina sobre assuntos como sociais, políticos, culturais e econômicos, assuntos esses que movimentam o dia a dia dos indivíduos de uma sociedade. O artigo de opinião apresenta-se de forma argumentativa na defesa de uma opinião evidenciando justificativas e posicionamentos, procurando convencer os leitores da validade da análise que faz.

No âmbito da educação os textos abordados, seria possível trabalhar com alunos a partir do 9º ano, pois levaria o aluno a aprimorar seu pensamento crítico e tomada de decisão sobre assuntos que fazem parte do dia a dia de uma sociedade ou comunidade, ao mesmo tempo com relação ao artigo de opinião devemos ter um certo cuidado ao que opinar e como opinar, tendo desta forma um comprometimento e uma orientação maior por parte do professor em orientar seu aluno para que as opiniões não se tornem um problema e sim um esclarecimento ao que esta sendo compartilhado de forma consciente, pois como todos os meios de comunicações tem suas regras e formas de ética quanto aos posicionamentos colocados, pois atingem á um grande público. Ao longo desta trajetória estudantil percebe se que o aluno é desenvolvido em seu o censo crítico a partir dos anos iniciais (Educação Básica) e que vem a completar a sua evolução no sentido integral no decorrer de seus estudos, já que como educadores formamos o individuo como um todo e para que como futuros cidadãos sejam participativos com seus conhecimentos aprimorados.

Referência:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, GÊNEROS E LEITURA, UAB. Video aula sobre gêneros Carta aberta e

Artigo de opinião.

<http://dicasdamariane.blogspot.com.br/2014/5/carta-aberta-e-artigo-de-opinio.html>.

Re: Carta aberta e Artigo de opinião

por TUTOR X - terça, 28 Out 2014, 10:15

Bom dia, I. !

Bem articulada sua resposta. No entanto, farei alguns questionamentos para reflexão, ok?

Sobre a carta aberta, em qual o modo de organização textual esse gênero se organiza?

Em relação ao artigo de opinião, na passagem, "utilizado através de meios de comunicações mais abertos como Face book, Blogs, Twitter". Eu acredito que o twitter não traga o artigo de opinião bem estruturado, pois aceita textos com um número de palavras bem reduzidos, né? Além disso, e os jornais e as revistas?

Abraços,

TUTOR X

Carta aberta e Artigo de opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 20:14

A partir das leituras, vídeos e pesquisas referentes às questões propostas, pode-se verificar que não há um único modelo imutável dos conceitos acerca do que é a carta aberta e o artigo de opinião. No entanto, podemos perceber características presentes em tais gêneros que os identificam. Sendo assim, as principais características podem ser assim definidas:

CARTA ABERTA- É um gênero textual, cujo objetivo principal é dirigir-se a um interlocutor específico ou grupo diretamente envolvido acerca de uma situação ou assunto de interesse, afim de expor um ponto de vista defendendo seu posicionamento. Além disso, pode-se utilizar a carta aberta para alertar sobre um problema, reivindicar mudanças ou apresentar propostas para tal problema. Apresenta-se no modo dissertativo-argumentativo, com passagens injuntivas com apelos aos interlocutores, tentando pressioná-los a mudar de opinião ou agir de determinada maneira. É comum circular em espaços públicos ou em meios de comunicação de massa, tais como: jornais, revistas, sites, entre outros.

Na composição estrutural deste gênero temos o título, o motivo, ou seja, o problema a ser questionado, a argumentação de seu ponto de vista, a conclusão e o remetente.

ARTIGO DE OPINIÃO- Trata-se de um gênero em que predomina o modo dissertativo-argumentativo. Geralmente são produzidos logo após um fato ou acontecimento relevante na sociedade, afim de ser um espaço de compartilhamento de ideias e discussão democrática de aspectos da realidade social. Por tratar-se do ângulo de uma abordagem pessoal, ou seja, do autor (articulista) sua análise e posição sobre o tema interessa influenciar e transformar ideias, valores por meio da argumentação. Pode circular em revistas, jornais, sites, blogs e é destinado a leitores interessados no assunto. No campo estrutural do gênero tem-se o título, a contextualização, a tomada de posição, a argumentação e por fim a conclusão.

Acredito ser adequado solicitar aos alunos a produção de tais gêneros a partir do ensino médio. No entanto acho interessante que para os alunos do 6º aos 9º anos por exemplo, já sejam disponibilizados atividades mais simplificadas (sem dar nomes específicos) a fim de que aos poucos já desenvolvam as habilidades de formação de opinião e tomada de posição.

Re: Carta aberta e Artigo de opinião

por TUTOR X - terça, 28 Out 2014, 09:58

Bom dia, J. !

Sua resposta apresenta as diferenças acentuadas entre os gêneros. Está bem completa!

Em relação ao estudo dos gêneros, concordo com você!

Abraços,

TUTOR X

Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 21:00

a) Dentre as características intrínsecas dos gêneros textuais artigo de opinião e carta aberta, cabe ressaltar algumas que os distinguem. Primeiramente, embora os dois gêneros sejam predominantemente dissertativo-argumentativo, a carta aberta possui uma formatação distinta: pode possuir cabeçalho, saudação, despedida e assinatura, sendo um texto formal e com uso de interlocução. Além disso, é destinada a um ou mais destinatários, podendo ser assinada por uma pessoa (não necessariamente o autor do texto) ou um grupo. Já o artigo não utiliza o emprego de pronomes de tratamento e vocativos e exige a expressão de um ponto de vista pessoal do articulista, a fim de convencer os leitores sobre a validade da análise. Esse, por sua vez, é um texto mais pessoal que aceita dados e opiniões de outras fontes para embasamento da escrita.

b) Primeiramente, é importante pensarmos as características de tais gêneros. Tanto o artigo de opinião como a carta aberta são produções que exigem certo posicionamento do aluno diante de temas da realidade, tomando consciência de seus direitos e deveres como cidadão, opinando, interferindo nos acontecimentos. Além disso, exigem um domínio da língua a ponto de se adaptarem as diferentes práticas linguísticas tão necessárias para o exercício da cidadania. Com base nessas afirmações acredito que o aluno, a partir do 8º ano, levando em conta sua bagagem cultural e de conhecimento escolar, é capaz de iniciar seu processo de confronto de ideias e reflexão das mesmas, visto que, para argumentar sobre qualquer assunto, é necessário embasamento.

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por TUTOR X - terça, 28 Out 2014, 09:56

Bom dia, E. !

Seus apontamentos sobre os gêneros artigo de opinião e carta aberta estão bem apresentados.

Em relação ao estudo dos gêneros, é possível trabalhar estes gêneros na escola, a partir do 8º ano, se os alunos conhecerem o modo de organização textual dissertativo.

Abraços,

TUTOR X

Carta aberta e Artigo de opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 17:31

O gênero textual, carta aberta, tem caráter argumentativo e expressa, ao mesmo tempo em que divulga através de jornais, revistas ou redes sociais a nossa opinião. O texto deve ser claro, bem redigido, com boa apresentação, dispensando um cuidado à linguagem utilizada e a quem é enviada para que seja adotada a forma correta de tratamento, que será diferenciada de acordo com o destinatário. A carta aberta trata de assuntos de interesse coletivo, como protesto, alerta ou reivindicação, contendo traços persuasivos e a ideia final é que tanto o destinatário quanto o leitor compreenda o contexto e o motivo real da carta.

O gênero artigo de opinião, tem caráter dissertativo-argumentativo e, através dele, desenvolvemos uma ideia que vai gerar discussões e que vamos defender, desenvolvendo nosso ponto de vista e, despertando o interesse e a curiosidade do nosso leitor. Assumimos posição clara, fundamentando nossa ideia em argumentos fortes, bem desenvolvidos e atraentes, com linguagem adequada, convidativa e convincente, atraindo assim o leitor a comprar a nossa ideia.

A diferença dos dois gêneros textuais está na intenção que temos ao expor nossas ideias e em um ter um direcionamento específico, buscando um leitor específico e o outro compartilha ideias e opiniões, buscando o interesse comum, unindo pessoas e fazendo-as compartilhar dessa ideia.

Quanto ao nível onde deveriam ser tratados esses gêneros, entendo ser o nível médio o mais adequado, pois a partir daí os alunos em sua grande maioria começam a ter uma percepção maior, levantar questionamentos e expressarem suas opiniões.

Re: Carta aberta e Artigo de opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 21:14

Olá, professora, colegas e tutora.

O artigo de opinião serve para que o autor reflita acerca de um tema polêmico, apresentando seu ponto de vista e sustentando-o por meio de argumentos. Por ser um gênero dissertativo-argumentativo, o autor busca a adesão do leitor ao discurso. Na linguagem, além de conter argumentos em que o autor fundamenta seu ponto de vista sobre um tema, por sustentar um ponto de vista pessoal do articulista, estão presentes índices de avaliação. Outra característica desse

gênero é o título, geralmente chamativo e com menção ao tema, a fim de despertar o interesse do leitor. Também podem ser utilizadas vozes contrárias à do produtor do texto e dados provenientes de outras fontes, como pesquisas e citações, com o emprego de marcas linguísticas que diferenciem a voz do articulista das outras vozes evocadas.

Já a carta aberta serve para que o autor se manifeste (proteste, conteste, reivindique, indague, alerte) acerca de questões de relevância social ou coletiva que o preocupem. É, portanto, um gênero textual que parte de um cidadão ou de um órgão em direção a uma figura pública ou a outro órgão, passando pelo conhecimento da comunidade a quem possa interessar o conteúdo tratado. Por exemplo: um cidadão santa-mariense ou uma ONG local podem publicar uma carta aberta à Secretaria de Obras da Prefeitura para expressar seu repúdio aos buracos no asfalto urbano, um tema que é relevante à esfera pública da cidade. Na linguagem, a carta aberta também tem caráter argumentativo e persuasivo, pois busca convencer o leitor ou a comunidade sobre a importância do tema abordado. Diferentemente do artigo de opinião, o título da carta aberta habitualmente expõe o destinatário e o tema tratado: "Carta Aberta ao Reitor da USP Sobre a Moradia Estudantil", por exemplo. Assim, a carta aberta é direcionada a um alvo específico, que geralmente corresponde a uma figura pública; e tanto remetente, quanto interlocutores são mencionados no parágrafo introdutório.

Portanto, apesar de semelhantes em alguns aspectos, uma vez que ambos os gêneros textuais centram-se na sustentação de um ponto de vista sobre um tema de interesse social, há diferenças que identificam o artigo de opinião e a carta aberta. Eu considero adequada a produção desses gêneros textuais no Ensino Médio (em todos os anos), pois é quando nos centramos no desenvolvimento das habilidades argumentativas dos alunos. Além disso, também o interesse dos alunos por esses gêneros textuais é geralmente despertado durante o Ensino Médio.

Re: Carta aberta e Artigo de opinião

por TUTOR X. - terça, 28 Out 2014, 09:50

Olá, G. !

Sua reflexão acerca dos gêneros está bem completa. Parabéns!

Abraços,

TUTOR X

Re: Carta aberta e Artigo de opinião

por TUTOR X - terça, 28 Out 2014, 09:48

Bom dia, R. !

Você apresenta considerações importantes sobre os dois gêneros. Como você escreveu os gêneros apresentam caráter argumentativo. No entanto, em relação ao gênero carta aberta, pergunto: o gênero pode apresentar passagens injuntivas também?

Em relação ao ensino dos gêneros, concordo com você. É no Ensino Médio que os alunos aprendem sobre o modo de organização textual dissertativo.

Abraços, R. !

Bons estudos!

Artigo de opinião e Carta aberta

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 21:54

É sabido que CARTA ABERTA E ARTIGO DE OPINIÃO apresentam caráter argumentativos, empenhados em promover uma discussão através do ponto de vista do autor. Contudo podemos perceber que cada gênero possui suas características que o identificam.

Carta aberta: Costuma ter alvo específico. Permite evidenciar para o público opiniões ou reivindicações. Sua finalidade é expor pontos de vista e seu objetivo é fazer que os leitores modifiquem pensamentos e seu modo de agir. Sua circulação é através dos meios de comunicação, bem como espaços públicos.

ARTIGO DE OPINIÃO: O autor apresenta seu ponto de vista sobre um determinado tema através de um artigo de opinião, relevante em termos sociais. O artigo evidencia fatos e acontecimentos da sociedade, seu objetivo é gerar discussões. Assumindo posição clara, com ideias fundamentadas em argumentos fortes, o autor compartilha ideias e opiniões buscando o interesse comum. Circula em Blogs, sites, jornais..., seu público alvo são os leitores interessados no assunto. No artigo não há a intenção de reivindicar, sim de informar e formar opiniões acerca do assunto em questão.

Acredito que o aluno deve e precisa desde o início do ensino fundamental ter oportunidades de expressar e formar

opinião através do contato com os gêneros textuais (tirinhas, textos informativos, cartas...) em atividades de acordo com o seu nível. Quando este aluno avançar para as séries finais do fundamental (8º e 9º anos) ele poderá sim, realizar com êxito um artigo ou uma carta, pois ele foi adquirindo aos poucos sua capacidade de interpretar, refletir e se posicionar e adquiriu esta habilidade.

Re: Artigo de opinião e Carta aberta

por TUTOR X - terça, 28 Out 2014, 09:43

Bom dia, P. !

Suas considerações sobre os gêneros são bem importantes. Quero fazer uma pergunta, pois não encontrei na tua resposta. Em qual modo de organização textual estão organizados os dois gêneros?

Em relação ao estudo do gênero, será que no Ensino Fundamental é ensinado o modo de organização textual dissertativo?

Aguardo sua resposta,

abraços,
TUTOR X

Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 16:38

Gênero, segundo Bakhtin, 2003, são tipos relativamente instáveis de enunciados. Um gênero terá elementos linguísticos obrigatórios e elementos variáveis.

Os gêneros poderão estar identificados nos domínios discursivos, que constituem-se esferas da atividade humana, como por exemplo domínio acadêmico, jurídico, comercial, religioso, escolar, etc. O gênero artigo de opinião faz parte do domínio jornalístico, assim como a monografia faz parte do domínio acadêmico.

O texto é a instância de um determinado gênero, em um contexto de situação o qual fará parte campo, modo e relações.

O gênero carta aberta é norteado pelo caráter argumentativo, reivindicatório, cuja principal característica é permitir que o emissor exponha em público suas opiniões. O meio de circulação serão espaços públicos, o modo será dissertativo/argumentativo, o meio, escrito e o propósito, tornar pública uma reivindicação ou opinião. Poderá ter um ou mais remetentes e também um ou mais destinatário.

O gênero artigo de opinião é considerado um espaço de compartilhamento de ideias e discussão democrática de aspectos da realidade social.

É um texto dissertativo/argumentativo que apresenta argumentos do articulista (autor) sobre o assunto abordado, através de pontos de vista pessoais deve sustentá-lo através de informações coerentes e admissíveis.

O meio de circulação são jornais, revistas, blogs, sites institucionais.

As marcas linguísticas permitem diferenciar as vozes do articulista de outras vozes.

Acredito que para a produção pelos alunos de carta aberta e artigo de opinião esses precisam ter um certo domínio da língua, frases, textos, e ter já uma maturidade intelectual a fim de não assustá-los e transformar a produção de gênero em algo difícil, em que poderão vir a não gostar. Deve o professor estar atento para não exigir de um aluno imaturo, um texto mais elaborado e complexo, como é o artigo de opinião e a carta aberta. A nível de ensino fundamental, esses gêneros devem ser apresentados, sem contudo haver uma exigência de produção, já que existem outros gêneros que podem ser praticados, pelo menos até o sétimo/oitavo ano.

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 22:26

Errata:

Gênero, segundo Bakhtin, 2003, são tipos relativamente estáveis de enunciados. Um gênero terá elementos linguísticos obrigatórios e elementos variáveis.

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por TUTOR X. - terça, 28 Out 2014, 09:34

Bom dia, S. !

Você apresentou considerações importantes sobre os gêneros carta aberta e artigo de opinião. Na passagem sobre carta aberta, "modo será dissertativo/argumentativo". Então, pergunto: a carta aberta pode apresentar passagens injuntivas?

Aguardo sua resposta para compartilharmos conhecimentos.

Abraços,
TUTOR X

ARTIGO DE OPINIÃO E DE CARTA ABERTA.

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 22:38

Artigo de opinião é quando alguém escreve relatando sua opinião referente á determinado assunto.

Já na carta aberta é um texto que por meio pelo qual um cidadão ou grupo dirige-se, publicamente, a um interlocutor específico ou entidade ou população diretamente envolvidas.

No ensino fundamental, deve-se solicitar aos alunos a produção de um artigo de opinião ou de carta aberta

Re: ARTIGO DE OPINIÃO E DE CARTA ABERTA.

por TUTOR X - terça, 28 Out 2014, 09:25

Oi, P. !

Você poderia ter desenvolvido mais sobre os gêneros. Portanto, sugiro você escrever algumas características mais sobre os dois gêneros.

Em relação ao estudo destes gêneros, será que alunos de Ensino Fundamental aprendem o modo de organização textual dissertativo?

Aguardo sua resposta *-*

Abraços,
TUTOR X.

Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO- segunda, 27 Out 2014, 21:19

A carta aberta é um texto por meio do qual um cidadão ou grupo dirige-se, publicamente, a um interlocutor específico ou entidade ou população diretamente envolvido(s) em situação ou assunto controverso, de interesse coletivo. (ORMUNDO e SCORSAFAVA, 2013)

Tem por finalidades expor ponto de vista, defendendo um posicionamento por meio de sustentação de uma ideia, de negociação de tomada de posições e de aceitação ou refutação de argumentos que circulam no corpo social (DOLZ e SCHNEUWLY, 2004). Também tem por finalidade alertar sobre um problema que envolve o(s) destinatário(s) e apresentar proposta(s) de mudança de atitudes, comportamentos, ideais.

De mesmo modo, cabe o gênero carta aberta caso se queira reivindicar mudança(s), medida(s) e/ou ações por parte do(s) destinatário(s) que tiver(em) poder para mediá-las ou implementá-las no meio social. (ORMUNDO e SCORSAFAVA, 2013)

Circula por espaços públicos, especialmente veículos de comunicação em massa, como jornais, revistas, blogs etc.

A modalidade textual predominante é a dissertativo-argumentativa, com passagens injuntivas com apelo(s) ao(s) interlocutor(es).

O meio é escrito, mas poderá ser oral quando o texto for lido para aglomerações coletivas em vias públicas. É um gênero de esfera pública. Uma das suas principais características é o dialogismo, e há a necessidade de marcar esse dialogismo por meio de recursos linguísticos.

Já o artigo de opinião é considerado um espaço de compartilhamento de ideias e discussão democrática de aspectos da realidade social (acontecimentos, comportamentos, propostas, ...) a partir de um ângulo de abordagem pessoal.

Vale-se da argumentação para avaliar e responder a uma questão controversa de ordem social, econômica, política ou cultural.

Frequentemente faz uso de discurso especializado na voz autoral (quando o próprio autor detém conhecimento especializado sobre o tema abordado) e/ou em vozes externas (quando o autor não detém todo o conhecimento especializado).

Segundo Rodrigues "nesse gênero interessa menos a apresentação dos acontecimentos sociais em si, mas a sua análise e a posição do autor" (RODRIGUES, 2007, p.147 apud KOICHE, 2010, p.33).

O autor (articulista) analisa uma situação a partir de experiências ou conhecimentos prévios sobre a temática abordada, buscando influenciar e transformar valores dos leitores por meio da argumentação a favor de uma posição e da refutação de possíveis opiniões divergentes. Apresenta-se como colaboração espontânea ou solicitação não necessariamente remunerada, o que confere liberdade de posicionamento ao seu autor. O participante leitor em geral são leitores de mídias interessados em verificar pontos de vista sobre temas de interesse social. O meio de circulação dos artigos de opinião são jornais ou revistas impressas ou online, blogs ou sites pessoais ou institucionais. Nos jornais, normalmente, se situam na seção Opinião; nas revistas, constituem colunas assinadas. Ocupa, geralmente, meia página. Normalmente são produzidos após algum fato relevante na sociedade.

Convém esclarecer que o produtor do texto assume uma posição sobre o tema por meio da elaboração de uma tese e a defende por meio de argumentos, com intuito de provocar ou aumentar a adesão do leitor a essa posição.

O meio para registrar o produto desse processo é o escrito, razão de seu status permanente, uma vez que pode ser transferido por diferentes mídias ao longo do tempo. A modalidade desse gênero é a dissertativo-argumentativo, podendo conter excertos narrativos, descritivos e/ou expositivos desde que a serviço da argumentação.

Esse gênero pertence à esfera jornalística.

(KOICHE, 2010; ORMANEZE, 2012; PLATÃO e FIORIN, 2001)

Quanto à questão de em que nível da educação básica deverá ser solicitada a produção dos gêneros aqui trabalhados penso que poderá ser iniciado no oitavo ano (sétima série), porém com maior ênfase e destaque a partir do ensino médio, já que se visa a preparação para o vestibular e para o Enem.

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 21:38

Muito boa a colocação da colega B., achei super interessante onde ela salienta que o autor analisa uma situação a partir de experiências ou conhecimentos prévios sobre a temática abordada, pois essas experiências dão ênfase ao assunto que esta sendo abordado.

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por TUTOR Z - segunda, 27 Out 2014, 22:13

B. , muito obrigada por sua participação no fórum. Foi muito bom ler a resposta que você compartilhou conosco. Aproveitando que você anda bem "munida" da teoria, compartilhe conosco um exemplo de atividades que você faria com cada um desses gêneros, levando em conta a perspectiva de estudo de gênero adotada nesta disciplina.

Grata,

TUTOR Z

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 22:58

◦Carta Aberta

Para se trabalhar em sala de aula, inicialmente explanaria aos alunos sobre a importância do exercício da cidadania por meio da produção de texto.

Pegaria uma reportagem com um tema atual e polêmico para que os alunos discutam o assunto e exerçam a cidadania por meio da produção de uma carta aberta. Explicaria sobre o gênero textual cuja intenção, em geral, é promover uma mobilização de forma que se encontre uma solução para um problema em questão.

Faria uma explanação sobre a estrutura de uma carta aberta:

- Título: tem como finalidade a identificação do destinatário (pode ser destinada tanto a um indivíduo, quanto a um grupo de pessoas ou a sociedade como um todo);

- Introdução: compõe-se de um trecho que ressalta o problema a ser resolvido;

- Desenvolvimento: trata-se da exposição do assunto em si, pautado por argumentos concretos e passíveis de análise, visando a uma posterior solução;

- Conclusão: finaliza todo o discurso, solicitando uma possível solução para o caso abordado.

- Despedida: "palavra de ordem" de caráter generalizante (opcional);

- Assinatura, local e data: nomes dos signatários, local e data alinhada à direita.

◦Artigo de Opinião

No primeiro momento, deverá ser apresentado aos alunos o conceito de artigo de opinião, explicando sobre as particularidades do gênero, em seguida apresentaria alguns textos para os alunos se basear sobre o tema proposto.

Assim, os alunos teriam informações sobre o assunto para produzirem seus próprios artigos de opinião. A abordagem em sala de aula deverá:

- Reconhecer a importância de expor o ponto de vista em relação a temas polêmicos;

- Perceber a importância da adequação linguística do gênero;

- Relacionar e diferenciar notícias de artigo de opinião;

- Identificar temas polêmicos e expor a opinião sobre o assunto.

◦Referências:

Caderno de Apoio do Educador, Artigo de Opinião. Disponível em: <<http://comcultura.org.br/wp-content/uploads/2010/04/caderno-de-apoio-ao-educador-artigo-de-opiniao.pdf>>. Acesso em 27.10.2014

Carta aberta: uma maneira de exercer a cidadania. Disponível em: <<http://www.gentequeeduca.org.br/planos-de-aula/carta-aberta-uma-maneira-de-exercer-cidadania>> Acesso em 27.10.2014.

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO - terça, 28 Out 2014, 00:53

Cara Professora N., aproveitando a pergunta de como trabalhar a carta aberta e o artigo de opinião, acho que seria muito conveniente a criação de um portador, talvez um blog da escola, onde os alunos, poderiam expor suas produções. Mas antes de chegarem ao blog, aprenderiam as características de cada gênero, o que serviria como um "gancho" por exemplo, pra trabalhar com orações vocativas e imperativas, também sendo um estímulo para leitura, pois o aluno deve estar bem informado sobre o tema que irá escrever, seja para reivindicar através da carta aberta ou opinar através do artigo. Mas o que acho realmente interessante no estudo destes gêneros é a possibilidade que eles nos dão de fazer o aluno entender que ele pode ser um agente social, fazendo a diferença em seu meio, porque sabe a maneira correta de se comunicar.

ARTIGOS DE OPINIÃO E CARTA ABERTA

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 16:52

A carta aberta é um texto por meio do qual uma pessoa ou grupo de pessoas dirige-se publicamente a um interlocutor específico ou entidade ou população diretamente envolvida em situação ou assunto controverso de interesse coletivo. É usada para expor um ponto de vista, alertar problemas e reivindicar mudanças. É utilizado como modalidade textual textos dissertativos-argumentativo com passagens injuntivas precisas apelando ao interlocutor.

Já o Artigo de opinião conforme o vídeo da professora C. F., é um espaço de compartilhamento de ideias e discussão democrática, que estão ligados aos comportamentos sociais, como acontecimentos, comportamentos e propostas, a partir de um ângulo de abordagem pessoal, vale-se da argumentação para analisar, avaliar e responder uma questão controversa. O autor busca influenciar e transformar valores dos leitores por meio de argumentação a favor de uma posição. É utilizado como modalidade textual textos dissertativos-argumentativo podendo conter fragmentos narrativos, descritivos ou expositivos, desde que seja para argumentar.

Acredito que, em nível da educação básica, seria mais adequado solicitar a produção desses textos a partir do 8º ano, pois esses gêneros exigem a argumentação, que não é fácil de ser produzido, pois exige uma fundamentação bem consistente do tema pelo aluno, e ser aprofundado a partir do 1º ano do ensino médio pois esses alunos irão precisar para estar preparados para o ENEM.

Bibliografia:

Gêneros textuais e produção linguística (MARCUSCHI, s.d.)

Videoaula sobre o gênero CARTA ABERTA

Videoaula sobre o gênero ARTIGO DE OPINIÃO

Videoaula: gêneros textuais e modos de organização (gravada em 2011)

Slides Gêneros textuais e modos organização (ler enquanto assiste à videoaula acima)

Re: ARTIGOS DE OPINIÃO E CARTA ABERTA

por TUTOR Y - segunda, 27 Out 2014, 23:27

Olá, D. ! Obrigada por participar o fórum.

Senti falta de informações com relação à organização do texto, por exemplo. São usados os mesmos recursos linguísticos em ambos os gêneros? Há diferenças de interlocução? Observa que, na carta aberta, podemos utilizar pronomes e verbos na 2ª e 3ª pessoa do singular ou plural, formas de tratamentos conforme relação pessoal, vocativos, pergunta retórica, oração imperativa (comando) ou modalização (sugestão)... Isso pode ocorrer no artigo de opinião?

Aguardo. Abraços. TUTOR Y

Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO - domingo, 26 Out 2014, 15:53

Carta aberta e artigo de opinião seriam dois gêneros excelentes para discutir com alunos a partir do nono ano em especial nestes dias em que estamos. Pululam na internet artigos de opinião das mais diversas personalidades, artistas, políticos, economistas, além de cartas abertas aos presidentiáveis.

Carta aberta é o gênero pelo qual o emissor se dirige a uma pessoa ou público específico. Lula, em 2002, escreveu a Carta Aberta ao Povo Brasileiro (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>); um blogueiro de Veja escreveu uma carta aberta à candidata Marina Silva (<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia/segunda-carta-aberta-a-marina-silva/>). Pelos dois exemplos pode-se notar que, mesmo quando a carta é dirigida a uma pessoa específica, ela também serve para atingir os demais leitores da carta. Assim, Lula buscava que sua mensagem não só atingisse ao povo brasileiro, mas também ao investidor estrangeiro; enquanto o blogueiro de Veja além de cobrar coerência de Marina Silva, também procura influenciar seus leitores, convencendo-os de seu ponto de vista. Portanto, vemos as marcas de interlocução nas cartas abertas, um emissor, um destinatário, por vezes vocativos.

Por sua vez, o artigo de opinião não tem, necessariamente, um destinatário específico, embora atinja aos leitores de determinado meio, são uma forma de o autor expor seu ponto de vista, sua opinião, sobre tema determinado. O autor de um artigo de opinião não é necessariamente um colunista, um escritor que tem uma trajetória, uma linha de reflexão; ele comenta um assunto específico, dá sua opinião em algo que julgue relevante. Por exemplo, nesse texto (<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/10/1537741-opiniao-nem-aecio-nem-dilma-eu-fecho-com-thoreau.shtml>), o diretor de Tropa de Elite, José Padilha, faz uma análise das eleições no Brasil, com base em textos do americano Henry David Thoreau.

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por TUTOR Z - domingo, 26 Out 2014, 18:39

Obrigada por sua participação no fórum, L. R. Você nos contemplou com bons exemplos.

Por que, exatamente, você considera adequado trabalhar com esses gêneros a partir do 9º ano? E por que "em especial nos dias de hoje"?

Cada gênero apresenta graus de complexidade em termos de uso da linguagem. Comente um pouco sobre os tipos de escolhas que precisarão ser feitas pelo produtor do texto para conseguir a adesão do leitor?

Grata por suas reflexões.

TUTOR Z

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 23:03

N. , em primeiro lugar, obrigada pelas considerações.

Quando eu coloquei "nos dias de hoje", quis me referir ao período eleitoral mesmo. Esse tema foi exaustivamente tratado na imprensa e nas conversas informais, sendo assim, minha opção foi pela política porque estávamos em período eleitoral. Pelo que me lembro, é mais ou menos a partir do 9º ano que começam a aflorar certas paixões e curiosidades políticas, além de já se ter um instrumental teórico mínimo para trabalhar com textos dissertativos.

Uma das primeiras escolhas do produtor do texto, em ambos os casos, é segmentar o público alvo. A quem se destina

são leitores de mídias interessados em verificar ponto de vistas pessoais sobre temas de interesse social.

Como exemplo de artigo de opinião temos:

MODELO DE ARTIGO DE OPINIÃO PREVENIR OU REMEDIAR?

Por Cassildo Souza(*)

Entre os debates mais intensos que permeiam a sociedade atual, uma questão que não pode ser colocada em segundo plano certamente é a descriminalização do aborto. Os que defendem tal legalidade afirmam que, uma vez aprovada, a lei priorizaria o acesso a métodos seguros de extração, em caso de gravidez indesejada, com a justificativa se preservar a vida da mãe.

Porém, o caminho mais coerente seria incentivar a prevenção, ao invés de se alimentar a prática de um crime na mais aceitável significação da palavra.

Vivemos em um mundo rodeado de informações, e as campanhas promovidas pelos órgãos de saúde competentes, se não são ideais, também não permitem alegar-se a falta de conhecimento a respeito do assunto. Por ano, são distribuídos milhões de camisinhas e outros mecanismos capazes de evitar que o indesejado (quase sempre inesperado) aconteça. Se, mesmo assim, o índice de adolescentes que dão a luz cresce assustadoramente a cada ano, com a possibilidade de o aborto tornar-se legal, isso aumentaria numa velocidade ainda maior. Não sendo bem-sucedidas como deveriam, as estratégias de conscientização para se prevenir a gravidez, como em qualquer outra campanha, devem evoluir; outros meios devem ser criados. Podemos citar que algumas doenças foram erradicadas no passado, por terem sido combatidas veementemente. Descriminalizar o aborto, além de constituir uma motivação para o descompromisso com a vida, atesta a incapacidade do Estado para resolver questões sérias e urgentes.

A atitude mais sensata é sempre eliminar o problema em sua origem, em qualquer que seja a situação. Não podemos mais conceber, a essa altura, a recorrência a mecanismos imediatistas para sanar algo que poderia ter sido suprimido no passado. Os exemplos do insucesso estão em toda a parte: por não investirmos em educação é que corremos atrás de bandido, vivemos inúmeras epidemias e, para completar, ainda queremos permitir a castração de uma vida, antes mesmo de ser concretizada.

Após ler e assistir aos vídeos e concluir que seria adequado solicitar a carta aberta para alunos a cima do 9º ano pois trata-se de um texto que exige um certo nível de maturidade onde trata-se de um texto no qual o aluno irá expor suas idéias para a população ou a uma entidade. Já o artigo de opinião acredito que pode ser trabalhado com alunos a partir do 5º ano, pois é através deste que os mesmos passam a expressar seus sentimentos e dar sua opinião diante de assuntos atuais ajudando-os mais a diante nas redações de vestibulares.

Díspnível em:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. GÊNEROS E LEITURAS - UAB. Videoaula sobre o Gênero Carta Aberta e Artigo de opinião.

<http://www.google.com.br/imgres>

<http://www.brasilecola.com/redacao/carta-aberta.htm>

Re: Diferenças entre carta aberta e artigo de opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 22:08

Muito bom B. gostei que você trouxe exemplos para termos uma melhor compreensão da temática abordada.

Carta aberta e artigo de opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 20:51

Entre os gêneros textuais que conhecemos, há aqueles cujo objetivo principal é expor em público opiniões ou reivindicações acerca de um determinado assunto – aspecto esse que os fazem assumir um caráter argumentativo e persuasivo ao mesmo tempo, dada a intenção do emissor em convencer o receptor de que suas ideias são reforçadas em argumentos plausíveis.

Representando-os, temos a carta aberta, a qual se difere da carta pessoal pelo fato de que esta trata de assuntos que dizem respeito somente aos interlocutores nela envolvidos, ao passo que aquela trata de assuntos cujo interesse é coletivo, normalmente se referindo a um problema de consenso geral. Assim sendo, ela pode ser utilizada como forma de protesto contra esse problema, como alerta, e até mesmo como meio de conscientização da população ou de alguém com certa influência, como, por exemplo, um representante de uma entidade ou do governo, acerca da problemática em questão.

No que diz respeito à composição, a carta aberta possui uma estrutura relativamente livre.

Re: Carta aberta e artigo de opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 21:07

Colega P. , concordo com o que falaste em relação a Carta Aberta, ressaltando sua característica de tratar de assuntos normalmente controversos e de interesse do coletivo. Sendo assim, complementando sua ideia, acredito que a estrutura da Carta Aberta por vezes exige uma assinatura, um cabeçalho, e, dependendo, uma linguagem adequada ao nível social do destinatário.

Diferença entre Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 11:17

Tento aqui diferenciar carta aberta de artigo de opinião, conforme a minha linha de entendimento.

Carta aberta é um gênero textual com a finalidade de aproximar um sujeito ou um grupo de sujeitos a um interlocutor em comum de forma pública, ou seja, tornar público o manifesto, ou desejo comum seja de ordem social, ideológica ou acontecimentos narrados, esse conjunto de fatores agrega ao gênero textual um caráter persuasivo no qual, acredito eu, busca influenciar e gerar opiniões, é justamente nesse sentido que vejo a carta aberta como uma maneira interessante que estimular nossos alunos por meio da textualidade, uma vez que podendo expor seu ponto de vista o aluno certamente terá maior poder de decisão e escolha.

Artigo de opinião assume mais um caráter democrático, uma vez que esse espaço destina-se à discussão de idéias, esse gênero caracteriza-se pela livre transição entre os falantes, contextualizando para o âmbito escolar penso que trabalhar esse gênero textual específico dá ao professor subsídios para aproximar-se dos alunos e também é uma maneira de os educando exporem suas dúvidas com relação ao que está sendo discutido.

Sintetizando o que entendi é mais ou menos isso, espero estar correto.

Abraços.

Re: Diferença entre Artigo de Opinião e Carta Aberta

por TUTOR X. - segunda, 27 Out 2014, 14:56

Oi, R.!

Suas explicações sobre os gêneros - carta aberta e artigo de opinião - estão bem apresentados. Mas, gostaria de saber em qual modo de organização textual estes gêneros apresentam.

Além disso, você não respondeu ao questionamento: Em que nível da educação básica você considera adequado solicitar aos alunos a produção de um ARTIGO DE OPINIÃO ou de uma CARTA ABERTA?

Estou aqui para ajudá-lo.

Abraços,
TUTOR X

Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 14:46

Carta Aberta é um texto por meio do qual um cidadão ou um grupo se dirige-se, publicamente a um interlocutor específico ou entidade ou população diretamente envolvidos em situação ou assunto controverso, de interesse coletivo. Expõe ponto de vista defendendo um posicionamento por meio de sustentação de uma ideia, de negociação, de tomada de posição, de aceitação e argumentos que circulam no corpo social.

Artigo de Opinião é o espaço de compartilhamento de ideias e discussão democrática de aspecto da realidade social (acontecimentos, comportamentos, propostas) a partir de um ângulo de abordagem pessoal.

Ambos os textos podem circular em revistas, jornais, sites, blogs, redes sociais, murais...

Acredito que a partir do 9º ano é possível trabalhar com esses gêneros, pois os alunos já demonstram uma maturidade sendo capaz de analisar, opinar e argumentar criticamente um determinado fato.

Referência

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. GÊNEROS E LEITURA. UAB. vídeo aula sobre gêneros Carta Aberta e Artigo de Opinião.

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião
 por TUTOR X - segunda, 27 Out 2014, 14:53

Oi, C.!

Você apresentou as principais diferenças e semelhanças dos gêneros artigos de opinião e carta aberta. No entanto, gostaria de saber quais são os modos de organização textual predominantes nesses gêneros?

Em relação ao ensino destes gêneros, no 9º ano, já é possível iniciar um trabalhos sobre o modo de organização dissertativo.

Abraços, C.!

Carta aberta e Artigo de opinião
 por ALUNO - quarta, 22 Out 2014, 14:30

A carta aberta, é um texto por meio do qual um cidadão ou grupo dirige-se publicamente a um interlocutor específico ou entidade ou população diretamente envolvidos em situação ou assunto controverso de interesse coletivo. É usada para expor um ponto de vista, defendendo um posicionamento por meio de sustentação de uma ideia, pode ser usado para alertar, reivindicar alguma mudança, e geralmente são veiculadas em jornais, internet, etc.. e usam a modalidade dissertativo-argumentativa.

Já o Artigo de opinião é um espaço de compartilhamento de ideias e discussão democrática de aspecto de realidade social a partir de um ângulo de abordagem pessoal, vale-se da argumentação para analisar, avaliar e responder uma questão controversa. O autor busca influenciar e transformar valores dos leitores por meio de argumentação a favor de uma posição.

Acredito que os alunos do ensino médio, a partir do 1º ano, já devem ser trabalhados para produzir esses gêneros, já em uma preparação para o vestibular ou ENEM.

Re: Carta aberta e Artigo de opinião
 por TUTOR Y - quarta, 22 Out 2014, 21:29

Olá, C.! Você teve uma boa compreensão do assunto, só chamo atenção para a modalidade da carta, pode haver passagem injuntiva também. Abraços. TUTOR Y

Re: Carta aberta e Artigo de opinião
 por PROFESSOR - sexta, 24 Out 2014, 19:19

C.,

Vc. fez uma síntese pertinente dos aspectos contextuais de cada gênero, apresentados na 1ª parte da aula. Mas faltam os aspectos composicionais e linguísticos caracterizadores, que diferenciam um gênero do outro. Por exemplo: na carta aberta, é comum o emprego de marcas de interlocução, ao passo que em artigo de opinião isso não é esperado.

Assista ao restante das videoaulas para completar sua resposta, ok?

Por fim, uma questão para refletirmos: será que o trabalho com gêneros serve apenas para a preparação para o vestibular e ENEM? Não serve para apropriar-se de habilidades e recursos de linguagem que podem ou precisam ser usados em diversos outros contextos sociais?

Aguardamos seu retorno.

Abraços.

Re: Carta aberta e Artigo de opinião
 por ALUNO - segunda, 27 Out 2014, 13:28

Pode deixar vou terminar de assistir os videos. E quanto a segunda pergunta, acredito que as crianças devem sim, aprender diversos recursos de linguagem, só acredito que certas informações muitas vezes não são bem assimiladas quando os alunos são imaturos, por isso acredito que o melhor seria trabalhar com essas formas de linguagem a partir

do ensino médio.

Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO - domingo, 26 Out 2014, 22:57

O gênero textual carta aberta é utilizado quando o interlocutor quer expressar seu ponto de vista, alertar, reivindicar assuntos ou questões que são de seu interesse ou de um grupo social. Como ela é dirigida a alguém de forma pública, em jornais, revistas, comunicados, internet, deve-se ter muito cuidado com seu texto que deve ser bem redigido, claro, com boa apresentação.

Artigo de opinião é um texto opinativo, onde se compartilha opiniões pessoais, ideias sobre um determinado assunto, geralmente em evidência. Esse tipo de texto é dissertativo-argumentativo e é importante estar preparado para produzir esse tipo de texto, há a necessidade de expor a opinião através da escrita e para isso é preciso ter bom conhecimento a respeito do assunto.

A principal diferença entre os dois gêneros pode ser observado na intenção de sua escrita.

Diferença que pode ser observada entre os gêneros Carta Aberta e Artigo de Opinião está na intenção, visto que, Carta Aberta tem um direcionamento mais específico, e Artigo de Opinião visa arrebanhar mais pessoas para que compartilhem da opinião exposta.

Esses tipos de gêneros podem ser trabalhados a partir do 9º ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - domingo, 26 Out 2014, 21:51

Artigo de Opinião e Carta Aberta são gêneros de produção textual diferentes, mas contém entre si semelhanças, onde ambas possuem título, contextualização, apresentação e a conclusão; nestes dois gêneros textuais são apresentadas escritas dissertativo-argumentativas, tem de manterem um dailogismo, estarem dentro das normas formais da linguagem normativa.

A principal diferença entre estes dois gêneros textuais é que a Carta Aberta pode ser escrita ou falada e por meio desta, um cidadão, ou um grupo dirige esta Carta Aberta publicamente a um interlocutor, entidade ou população envolvidos em uma situação ou assunto controverso de interesse coletivo; já o Artigo de Opinião é um espaço de compartilhamento de ideias e discussões de características da realidade social a partir de um ângulo pessoal.

Ambos os gêneros valem-se de argumentações, porém na Carta Aberta expõe o ponto de vista, defendendo ideias e uma tomada de posição de aceitação ou não dos argumentos.

A Carta Aberta pode ser enviada para um interlocutor, um grupo específico ou ainda a população usando os meios de circulação como escrito em revistas, jornais, internet; o Artigo de Opinião é um texto escrito e seu meio de circulação é jornais, revistas, colunas sociais.

A solicitação de criação de Carta Aberta ou Artigo de Opinião aos alunos deve ser feita no ensino básico nos anos finais, colocando aos alunos que possam produzir textos reivindicando algo como por exemplo assuntos de dentro da própria escola em que estudam, para que no futuro consigam ter noção de colocar no escrito suas ideias e argumentações, ou ainda, para que no momento que leiam algum destes gêneros de produção textuais, possam entender e tirar suas próprias conclusões a respeito do assunto relatado no texto.

Fontes: Video Aula de Carta Aberta e Artigo de Opinião postado no ambiente da UFSM, disciplina de Gêneros e Leitura, semestre 2/2014.

Carta aberta e Artigo de opinião

por ALUNO - sexta, 24 Out 2014, 10:55

Carta aberta é o texto por meio do qual um cidadão ou grupo dirige-se, publicamente, a um interlocutor específico ou entidade ou população diretamente envolvido(s) em situação ou assunto controverso, de interesse coletivo. Há varias finalidades de uma carta aberta: expor ponto de vista, defendendo um posicionamento por meio de sustentação de uma ideia, de negociação de tomada de posições e de aceitações ou refutação de argumentos que circulam no corpo social; alertar sobre um problema que envolve o(s) destinatário(s) e apresentar proposta(s) de mudança de atitudes, comportamentos, ideias; reivindicar mudança(s), medidas e/ou ações por parte do(s) destinatário(s) que tiver(em) poder para mediá-las ou implementá-las no meio social.

Os meios pelos quais circula a carta aberta são em espaços públicos, especialmente veículos de comunicação de massa (jornais, revistas ou na internet). A escolha por esses espaços serve como forma de pressionar o(s) interlocutor(es) a mudar de opinião sobre dado assunto ou agir de determinada maneira.

O artigo de opinião é o espaço de compartilhamento de ideias e discussão democrática de aspectos da realidade social (acontecimentos, comportamentos, propostas...) a partir de um ângulo de abordagem pessoal.

A utilização desses gêneros na sala de aula, na minha opinião, seria no início do Ensino Médio, onde o aluno deve começar a expor suas ideias sobre os temas atuais, onde já se tem uma ideia formada sobre determinados assuntos.

Re: Carta aberta e Artigo de opinião

por TUTOR Y - domingo, 26 Out 2014, 21:42

M., você fez uma boa análise contextual do gênero carta aberta! Gostaria que você acrescentasse a análise textual. Assim como escrevi para a L., senti falta das informações relacionadas à organização do texto. Por exemplo, são usados os mesmos recursos linguísticos em ambos os gêneros? Há diferenças de interlocução? Observa que, na carta aberta, podemos utilizar "pronomes e verbos na 2ª e 3ª pessoa do singular ou plural, formas de tratamentos conforme relação pessoal, vocativos, pergunta retórica, oração imperativa (comando) ou modalização (sugestão)." Isso ocorre em ambos os gêneros? Abraços. TUTOR Y

Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - sábado, 25 Out 2014, 20:41

Artigo de opinião é o espaço de compartilhamento de ideias e discussão democrática de aspectos da realidade social que envolve acontecimentos, comportamentos e propostas que circulam na sociedade. É no artigo de opinião que o articulista (autor) pode se manifestar. Uma característica muito peculiar desse tipo de gênero textual é a persuasão, que consiste em influenciar e transformar valores dos leitores por meio da argumentação a favor de uma posição. O modo que predomina em um artigo de opinião é o dissertativo-argumentativo.

Já a carta aberta é um tipo de texto pelo qual um cidadão ou grupo se dirige publicamente a um interlocutor específico ou entidade, ou população diretamente envolvido(s) em situação ou assunto controverso, de interesse coletivo. O modo predominante nesse artigo de opinião é o dissertativo-argumentativo, com passagens injuntivas com apelos aos interlocutores.

Considero adequado solicitar aos alunos a produção de um artigo de opinião ou de uma carta aberta a partir do 10 ano do ensino médio. Mas acho interessante que alunos dos 7º e 8º ano já têm possibilidade de formar opiniões, e o professor como mediador pode apresentar uma prévia para esses alunos irem formando ideias e conseguinte opiniões, trazendo para suas aulas a especificidades de cada gênero.

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por TUTOR X - domingo, 26 Out 2014, 15:57

Olá, C. !

Achei muito bem argumentado as diferenças entre os dois gêneros solicitados. Tenho apenas um questionamento. Na passagem " transformar valores dos leitores por meio da argumentação a favor de uma posição", pergunto: a intenção da persuasão é influenciar o leitor positivamente apenas?

Bons estudos,

TUTOR X

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - domingo, 26 Out 2014, 21:27

Olá, professora A.!

A intenção da persuasão não é apenas influenciar o leitor positivamente, mas também negativamente. Acho, que dependerá da tese que o articulador adotará em seu texto e cabe ao leitor concordar ou discordar dela.

Abraços

ARTIGO DE OPINIÃO E CARTA ABERTA

por ALUNO - domingo, 26 Out 2014, 00:13

A carta aberta é um gênero diretamente ligado ao direito que cada pessoa tem de se manifestar diante dos problemas que o afligem. Cujo objetivo é alertar, protestar a partir de um tema que motivou a escrita dela. Apresenta um contexto, onde grupos de pessoas, entidades usam meios de comunicação para divulgar. E, os textos de gênero artigo de opinião são construídos a partir de sequências argumentativas, na qual o autor expõe seu ponto de vista, seu posicionamento acerca de determinado fato ou acontecimento. Apresentando argumentos, dados estatísticos e exemplos que procuram convencer o leitor a aderir à ideia apresentada pelo autor. Ambos os gêneros visam convencer o leitor e expor as ideias sobre um assunto. Acho que, para serem trabalhados deve-se proporcionar meios para que os alunos compreendam a sua estrutura e outros aspectos, além disso, ao se propor tais gêneros é necessário que o estudante saiba ou pesquise sobre o tema para que seus argumentos, exemplos e ponto de vista realmente convençam o leitor. Em textos de artigo de opinião por exemplo, acredito que 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, poderíamos proporcionar para que argumentem sobre trabalho e consumo, questões ambientais, etc. BIBLIOGRAFIAS USADAS: Material disponível pela disciplina. MARCHETTI, Greta. Para viver juntos: português, 9º ano; ensino fundamental- 3ª ed.- São Paulo: Edições SM, 2012.

Re: ARTIGO DE OPINIÃO E CARTA ABERTA

por TUTOR Z - domingo, 26 Out 2014, 18:51

E., ambos os textos buscam expor uma opinião e persuadir, de alguma maneira, o leitor. Você comentou que o artigo de opinião usa estratégias argumentativas como dados estatísticos, exemplos, mas um autor de uma carta aberta também não poderia usar esses tipos de argumentos?

Sobre os modos de organização textual, quais podem estar presentes nos gêneros carta aberta e artigo de opinião? Apenas o argumentativo? O autor de um artigo de opinião não pode descrever um fato/evento, por exemplo? Outro autor não pode explicar um problema em uma carta aberta?

Você acredita que no 9º ano do ensino fundamental e no ensino médio já está adequado o trabalho com artigo de opinião? Justifique sua resposta.

E em que série/ano é mais adequado o trabalho com a carta aberta?

Outra questão, além de se considerar a estrutura e os elementos linguísticos desses gêneros, é fundamental entender e ensinar o propósito de cada um.

Bons estudos,

TUTOR Z.

Re: ARTIGO DE OPINIÃO E CARTA ABERTA

por ALUNO - domingo, 26 Out 2014, 20:35

Sem dúvidas ambos os gêneros poderão usar tais argumentos. A diferença entre o artigo de opinião e a carta é que, na carta aberta, há a publicação do texto, que se torna acessível a toda uma comunidade.

O artigo de opinião é um gênero argumentativo onde se expõe o ponto de vista do autor sobre questões relevantes em termos sociais, políticos, culturais, etc. O caráter argumentativo do texto de opinião é evidenciado pelas justificativas de posições arroladas pelo autor para convencer os leitores da validade da análise que faz.

Pesquisando em algumas bibliografias percebo que o artigo de opinião está presente desde o 7ª ano. Porém, se analisarmos pela maturidade dos alunos, a faixa etária que estão acho que estão em uma fase onde apresentam mais facilidade para produzir tal gênero. Isso não significa que estou duvidando da capacidade dos demais.

A carta aberta também pode ser trabalhada durante o ensino fundamental e ensino médio.

E com certeza que além de considerar a estrutura e os elementos linguísticos desses gêneros é trabalhado, ensinado e busca-se o entendimento do propósito de cada um. Eu analiso que não podemos propor uma produção textual sem ter seguido uma sequência, sem problematização, aprofundamento e produção do conhecimento. E, tais propostas também estão apresentadas nesta sequência nos livros didáticos, enfim, cabe ao educador criar estratégias para trabalhar.

CARTA ABERTA E ARTIDO DE OPINIÃO

por ALUNO - sexta, 24 Out 2014, 10:13

FÓRUM - CARTA ABERTA E ARTIGO DE OPINIÃO

CARTA ABERTA- gênero em que o autor se dirige a uma figura pública (tipicamente, uma autoridade) fazendo uma crítica ou solicitação. A diferença entre esse gênero e a carta argumentativa é que, na carta aberta, há a publicação do texto, que se torna acessível a toda uma comunidade. O autor da carta espera, assim, que o público faça pressão sobre a autoridade, aumentando a eficácia do texto e a probabilidade de as reivindicações serem atendidas (ou de a crítica ser sentida).

ARTIGO DE OPINIÃO – gênero discursivo claramente argumentativo que tem por objetivo expressar o ponto de vista do autor que assina sobre alguma questão relevante em termos sociais, políticos, culturais, etc. O caráter argumentativo do texto de opinião é evidenciado pelas justificativas de posições arroladas pelo autor para convencer os leitores da validade da análise que faz.

Eu acredito que os alunos a partir do ensino médio tenham formação e conhecimento para a elaboração de textos nesses gêneros, pois para isso o aluno já deve ter maturidade, ter consciência do que faz e do que é capaz e até mesmo já possuir uma opinião formada sobre os diferentes assuntos.

FONTE: MATERIAIS DISPONÍVEIS NO AMBIENTE

www.literaturaportugueseredacao.com.br

Re: CARTA ABERTA E ARTIDO DE OPINIÃO

por TUTOR Z - domingo, 26 Out 2014, 17:38

N., obrigada por sua participação no fórum. Para exemplificar o que você explicou acima, lhe mando dois links. Um de uma carta aberta e outro é um artigo de opinião.

Carta aberta - http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23904:carta-aberta-a-populacao&catid=3

Artigo de opinião - <http://oglobo.globo.com/opiniao/aborto-alto-preco-da-ilegalidade-14328685>

Sobre esses gêneros, você colocou que eles são tipicamente argumentativos, mas será apenas esse modo de organização textual presente neles? Não pode haver descrição de algo, explicação de algo? Sobre o nível para trabalhar com esses gêneros em aula, concordo que artigo de opinião possa ser complexo para o ensino fundamental, mas a carta aberta já pode ser trabalhada a partir do 8º (ano em que se iniciam estudos de textos dissertativos). É difícil para os alunos terem maturidade para construir e expor opinião, mas você não acha que a escola precisa trabalhar com isso o quanto antes, incitando os alunos a se posicionarem sobre algum tema? Não precisa propor temas complexos para a construção de uma carta aberta, pode ser algum evento da escola, da comunidade do aluno.

O que você acha, N.?

Bons estudos, TUTOR Z

Carta aberta e artigo de opinião

por ALUNO - sábado, 25 Out 2014, 19:18

A carta aberta é um texto por meio do qual um cidadão ou grupo dirige-se, publicamente, a um interlocutor específico, entidade ou população diretamente envolvida em situação ou assunto controverso, de interesse coletivo. A modalidade textual usada é a dissertativo-argumentativa, com passagens injustivas, como o apelo do autor, por exemplo. Ele expõe seu ponto de vista sobre determinado assunto e defende-o, por meio de sustentação de ideias de negociação, de tomada de posições e de aceitação de argumentos que circulam na sociedade. Também serve para alertar sobre um problema e apresentar soluções para o mesmo. Ao escrever, o autor usa recursos linguísticos que podem ser reconhecidos através de palavras-chaves que se referem ao remetente (o próprio autor) e ao destinatário (para quem foi escrito). Já o Artigo de opinião é o espaço de compartilhamento de ideias e discussão democrática de aspectos da realidade social (acontecimentos, comportamentos, propostas...) a partir de um ângulo de abordagem pessoal. A modalidade textual usada é a dissertativo-argumentativa, podendo conter excertos narrativos, descritos ou expositivos desde que a serviço da argumentação. É usado mais na esfera jornalística. Nota-se na escrita, a voz autoral e às vezes, há, também, a presença de vozes externas.

Percebi que no artigo de opinião não estão presentes as marcas linguísticas de interlocução, diferente da carta aberta, onde elas são bem comuns.

Acredito que se possa solicitar a produção de um artigo de opinião ou de uma carta aberta no 9º ano, pois normalmente o modo de organização textual dissertativo é trabalhado a partir do 8º ano, então, o aluno já terá uma base para ir aprofundando seus conhecimentos.

Re: Carta aberta e artigo de opinião

por ALUNO - domingo, 26 Out 2014, 15:55

Pois é, F., conceituar os dois gêneros até que não é difícil, achei difícil diferenciá-los. Acho que, intrinsecamente, a diferença está mesmo nas marcas de interlocução com o leitor, embora o articulista também delas possa se valer.

Re: carta aberta e Artigo de opinião

por ALUNO - terça, 21 Out 2014, 13:44

A carta aberta representa um dos gêneros textuais cuja principal característica é a argumentação com base em assuntos de interesse coletivo.

O artigo de opinião é fundamentado em impressões pessoais do autor do texto e, por isso, são fáceis de contestar.

Para produzir um bom artigo de opinião é aconselhável seguir algumas orientações:

a) Após a leitura de vários pontos de vista, anote num papel os argumentos que mais lhe agradam, eles podem ser úteis para fundamentar o ponto de vista que você irá desenvolver.

b) Ao compor seu texto, leve em consideração o interlocutor: quem irá ler a sua produção. A linguagem deve ser adequada ao gênero e ao perfil do público leitor.

c) Escolha os argumentos, entre os que anotou, que podem fundamentar a ideia principal do texto de modo mais consciente, e desenvolva-os.

A meu ver, uma carta aberta deve ser realizada com alunos do 7º ano em diante, pois eles poderão compartilhar suas opiniões com seus colegas...assim como o Artigo de opinião, pois já terão mais facilidade ao criar e argumentar, sustentando suas opiniões.

Re: carta aberta e Artigo de opinião

por TUTOR Z - sábado, 25 Out 2014, 12:30

S., obrigada pela sua participação no fórum. Seus conceitos sobre cada gênero não estão incorretos, mas muito genéricos. Levando em conta que são gêneros bastante ricos em características (sociais, linguísticas) acredito que seria interessante você nos trazer mais especificidades de cada gênero. Quanto ao nível que você considera adequado o trabalho com esses gêneros, poderíamos pensar melhor. O modo dissertativo, um dos modos de organização textual importantes para esses gêneros, é trabalhado (pelo menos de forma mais sistemática) a partir do 8º ano.

O que você acha?

Bons estudos, N.

(Editado por PROFESSOR - quarta, 22 outubro 2014, 09:43)

(Editado por PROFESSOR - sexta, 24 outubro 2014, 19:38)

Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - sexta, 24 Out 2014, 20:59

Olá professores!

Para mim, Carta Aberta é um texto discursivo e argumentativo escrito para expor alguma situação a nível coletivo para tomar conhecimento de um assunto geralmente polêmico e reivindicar soluções para o problema em questão. Já o Artigo de Opinião é um texto também discursivo e argumentativo, mas com a finalidade de expressar a opinião em relação a algum assunto da atualidade, sem a intenção de reivindicar, mas com a intenção de informar e formar opiniões acerca do assunto abordado.

Acredito que estudantes do 9º ano (8ª série) do Ensino Fundamental e todo o Ensino Médio podem produzir os dois tipos de gêneros.

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por TUTOR Y - sexta, 24 Out 2014, 22:17

Obrigada por participar do fórum. Você apresentou o modo organizacional dissertativo em ambos os gêneros como predominantes. Você concorda que é possível ocorrer passagens de outros modos como o injuntivo na carta aberta e o narrativo no artigo de opinião? Além disso, você poderia escrever um pouco sobre a diferença de escolhas lexicais entre os dois gêneros? Abraços. TUTOR Y

Artigo de opinião e carta aberta.

por ALUNO - quarta, 22 Out 2014, 09:35

O artigo de opinião se caracteriza por ser um texto argumentativo, o qual apresenta uma tese e argumentos e tem a intenção de convencer o leitor, usando citações de especialistas, dados estatísticos e relações de semelhanças entre elementos, já a carta aberta é um texto dissertativo argumentativo, o qual um cidadão ou grupo expõe suas ideias ou ponto de vista posicionando-se sobre um problema ou solicitando soluções.

Já na segunda questão quando solicitar aos alunos a produção dos mesmos, acredito que deverá ser a partir da 8ª série, podemos usar estes tipos de textos para a trabalhar o meio ambiente e soluções para o lixo da nossa cidade, a situação da água no planeta e dar região, entre muitos outros.

Consulta: Vídeos disponíveis no moodle.

Re: Artigo de opinião e carta aberta.

Por TUTOR Y - quarta, 22 Out 2014, 21:33

Oi, Y.! Obrigada por participar do fórum.

Então, em ambos os textos (gêneros), só ocorre o modo de organização textual dissertativo? Abraços. TUTOR Y

Re: Artigo de opinião e carta aberta.

por ALUNO - quarta, 22 Out 2014, 23:55

Oi Professora E.!

A carta aberta tem como principal característica a argumentação, com traços persuasivos, busca convencer o interlocutor sobre suas ideias. É usada geralmente como forma de protesto.

O artigo de opinião é um texto periodístico, onde existe uma exposição e uma argumentação, é a busca das causas que dão origem a um fato, buscando influenciar a opinião dos leitores.

As duas são persuasivas, buscando sempre chegar ao leitor para expor as ideias e convencê-lo.

Abraços.

Re: Artigo de opinião e carta aberta.

por PROFESSOR - sexta, 24 Out 2014, 19:37

Oi, Y.

Sua síntese contempla aspectos contextuais e composicionais de cada gênero. Entretanto, senti falta dos aspectos linguísticos típicos, que também permitem diferenciar um gênero do outro. Veja, por exemplo, as marcas de interlocução (como vocativos, pronomes de tratamento, perguntas retóricas), muito comuns em cartas abertas, mas não esperadas em artigo de opinião.

Aguardamos a complementação de sua resposta, ok?

Abraços.

Carta Aberta e Artigo de Opinião

por ALUNO - quarta, 22 Out 2014, 12:51

Boa tarde!!! Professora, estou enviando o que entendi dos Gêneros Carta Aberta e Artigo Opinião.

Carta Aberta x Artigo Opinião

Carta Aberta

- Cidadão ou um grupo de pessoas que faz uma manifestação publicamente sobre um determinado assunto de interesse social.

- Refere-se diretamente a um interlocutor específico (destinatário).

- Assunto é de interesse coletivo.
- Tem a finalidade de expor o seu ponto de vista, alertar ao problema, reivindicar e apresentar uma solução.
- Pode ser divulgado (meio de circulação) nos veículos de comunicação em massa: jornais, revistas, internet, murais e jornais de escolas, panfletagem e muitos outros meios de divulgação.
- Utilizado principalmente na esfera social.
- Assunto pode ser abordado em qualquer tempo (data).

Artigo Opinião

- O articulista faz uma análise através do seu ponto de vista sobre um determinado assunto.
- Assunto pode variar utiliza um tema relevante, hoje em dia "EBOLA".
- Usa sua tese e argumentos para ter mais adesão de outros leitores.
- A sua divulgação é mais restrita mesmo assim atinge um enorme número de leitores através da internet (blogs e sites pessoais), jornais (colunas de opinião) e revistas (colunas assinadas).
- A periodicidade é num curto espaço de tempo (diário, semanal ou mensal), por se tratar de um assunto do momento.
- Utilizado na esfera jornalística.
- Possui um estágio composicional mais específico não possuindo entre eles: vocativo, pergunta retórica, orações imperativas ou modalizadoras (sugestão).

Obs.: Embora pareçam pequenas as diferenças entre esses dois gêneros mas quando são verificadas em um texto elaborado e analisado por um especialista na área fica evidente as suas diferenças.

A primeira vista parece que são dois gêneros textuais sem muita importância ao termos um contato mais direto com eles percebemos que são os mais cobrados nos vestibulares da UFSM, URGs e ENEM. - Fonte: página ZH Vestibular da edição do dia 31/07/2014 e pela própria comissão da Coperves indicando os critérios para avaliação no vestibular – Fonte: www.coperves.ufsm.br/aplicacao_prova_redacao.pdf - 21/10/204 – 20:59.

Quanto a que ano deve ser desenvolvidos os gêneros estudados acredito que a partir do 7º ano, pois os textos vem sendo trabalhados com mais eficiência e compreensão a partir do 5º ano onde se iniciam efetivamente os trabalhos com textos mais elaborados e com mais dois anos sendo trabalhados na escola, terão uma grande bagagem para desenvolverem esses tipos de gêneros, falo por experiência própria no semestre passado desenvolvi um trabalho na escola com os alunos do 7º ano, selecionando o gênero Carta Aberta, informando os passos a serem seguidos e os alunos não apresentaram grande dificuldade em entender e fizeram bons textos.

Essa atividade foi desenvolvida em 50 minutos de aula imaginem se esse trabalho fosse feito com calma e tempo !!!!

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por TUTOR X - quarta, 22 Out 2014, 23:45

Olá, G.!

Você conseguiu apresentar as principais diferenças e semelhanças dos gêneros artigos de opinião e carta aberta. No entanto, gostaria de saber quais são os modos de organização textual predominantes nesses gêneros?

Quanto ao comentário, " A primeira vista parece que são dois gêneros textuais sem muita importância ao termos um contato mais direto com eles percebemos que são os mais cobrados nos vestibulares da UFSM, URGs e ENEM. " Então, pergunto: Você acredita que os gêneros - artigo de opinião e carta aberta - não apresentam finalidade social? Esses gêneros servem apenas para o uso do vestibulando? Além disso, as fontes utilizadas foram copiadas como estão no site? Caso sim, não esquece que deve vir entre aspas.

Em relação ao estudo do gênero, você escreve que um aluno de 7º ano já tem condições de escrever uma carta aberta. Será que nessa etapa, ele já estudou o modo de organização textual DISSERTATIVO? Em geral, esse modo de organização é apropriado ao 8º ano. Ok?

Estas experiências em sala de sempre são produtivas compartilhar com os colegas. Obrigada por compartilhar conosco. No entanto, explique um pouco mais sobre o processo. Vocês trabalharam o modo de organização dissertativo? Explicaram a estrutura composicional do gênero?

Abraços, G!

Boa noite! Aguardo sua resposta!

Re: Carta Aberta e Artigo de Opinião

por PROFESSOR - sexta, 24 Out 2014, 19:25

G., observei, em seu comentário, que vc. sintetizou bem os aspectos contextuais de cada gênero, apresentados na 1ª parte de cada videoaula. Mas faltam os aspectos composicionais e linguísticos que caracterizam cada gênero, apresentados na segunda parte das videoaulas. Assista às videoaulas até o fim para complementar sua resposta, ok?

Aguardamos.

Abraço.

Carta Aberta e Artigo de opinião

por ALUNO - domingo, 19 Out 2014, 22:11

Re: Carta Aberta e Artigo de opinião

por TUTOR Z - segunda, 20 Out 2014, 15:47

S., obrigada pela participação no fórum. Sua resposta não está incorreta, mas bastante genérica. Afinal, artigo de opinião também não é um gênero? Você menciona que a carta aberta é um gênero argumentativo, mas ele é apenas argumentativo? O artigo de opinião também não pode se valer dessa modalidade retórica? Sugiro que assista novamente aos vídeos. Por favor, compartilhe conosco sobre a série/ano você acredita ser mais coerente para trabalhar com esses gêneros. Abraços. TUTOR Z

Re: Carta Aberta e Artigo de opinião

por PROFESSOR - sexta, 24 Out 2014, 19:12

S.,

Complementando o comentário da N., recomendo que vc. faça uma revisão cuidadosa de sua redação antes de postar, principalmente quanto ao uso de elementos de coesão referencial.

Aguardamos seu retorno.

Abraços.

artigo de opinião e carta aberta

por ALUNO - quinta, 23 Out 2014, 11:27

artigo de opinião, segundo o vídeo é um compartilhamento de ideias que gera uma discussão, tendo uma abordagem pessoal. Ou seja, é onde expressamos nossa opinião sobre um assunto debatido o. Existe uma tese a ser defendida e argumentada para assim convencer o leitor sobre tal perspectiva.

carta aberta é um texto no qual expressamos nossa opinião sobre um assunto debatido em um meio de comunicação, havendo um propósito comunicativo.

o que podemos verificar é que nos dois textos damos nossa opinião, porém no primeiro temos que argumentar e convencer nosso leitor enquanto no segundo, opinamos sobre um tema de interesse coletivo, no qual manifestamos nosso entendimento.

ao meu ver, o nível em que melhor se adequa para a produção desses dois gêneros, é no ensino médio, não que isto só pode ser ensino neste. Digo ao ensino médio, pois nesta fase os questionamentos e convicções são mais pertinentes. Os alunos se sentem mais indagados com a sociedade em que vivem, no meio em que estão inseridos, e assim questionam.

o que penso é que apesar destes jovens quererem, eles devem ser motivados, pois nem sempre querem opinar, com receio de serem caçados-debochados, ou por não terem uma ideia pautada em argumentação razoável sobre o assunto.

Re: artigo de opinião e carta aberta
 por TUTOR X - sexta, 24 Out 2014, 14:09

Oi, T. !

Você apresentou algumas diferenças entre os dois gêneros. No entanto, gostaria de saber quais são os modos de organização textual presentes nesses gêneros?

Em relação ao estudo do gênero, concordo com você. É no Ensino médio que os alunos aprenderão o modo de organização textual dissertativo. Ainda você escreve: "eles devem ser motivados, pois nem sempre querem opinar". Como motivar os alunos para explanar suas opiniões no processo de escrita? Qual o papel do professor?

Aguardo suas respostas.

Abraços,
 TUTOR X

Artigo de Opinião e Carta Aberta
 por ALUNO - domingo, 19 Out 2014, 21:20

A Carta aberta é um texto por meio do qual um cidadão ou grupo dirige-se, publicamente, a um interlocutor específico ou entidade ou população diretamente envolvida em situação ou assunto controverso, de interesse coletivo. Já o Artigo de opinião é o espaço de compartilhamento de ideias e discussão democrática de aspectos da realidade social (acontecimentos, comportamentos, propostas...) a partir de um ângulo de abordagem pessoal.

Acredito que a partir do sétimo ano o aluno já tenha discernimento para elaborar textos de acordo com esses gêneros textuais. Antes disso, creio que o mais adequado seja trabalhar gêneros como contos, fábulas, etc., por estimular as crianças a participarem do processo de criação do texto. Com crianças a partir do sétimo ano, já é possível contextualizá-las em situações passíveis de cartas abertas ou artigos de opinião.

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta
 por ALUNO - segunda, 20 Out 2014, 19:11

Fonte de Consulta: Vídeos disponíveis no moodle.

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta
 por TUTOR Y - terça, 21 Out 2014, 00:25

Olá, P.! Refletindo sobre o que você escreveu.

Você diz que um aluno de 7º ano já tem condições de escrever uma carta aberta. Será que nessa etapa, ele já estudou o modo de organização textual DISSERTATIVO? Normalmente, trabalha-se com esse modo de organização a partir do 8º ano. Certo? Concordo com você quando escreve que é mais adequado trabalhar com contos, fábulas...

Caso ele escreva uma carta aberta, para qual interlocutor poderia ser? Abraços. TUTOR Y

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta
 por ALUNO - terça, 21 Out 2014, 21:56

Boa noite professora.

A sra. está certa quanto ao ano em que se deve começar a trabalhar com o aluno, me equivoquei um pouco. Quanto ao interlocutor, acredito que o professor pode inserir a carta aberta num contexto social, propondo aos alunos, por exemplo, que eles façam uma carta aberta que deve ser direcionada a um jornal local, com a carta expondo problemas da comunidade em que os alunos vivem, propondo soluções. Posteriormente, o professor pode encaminhar as melhores cartas para que sejam publicadas, isso despertaria o interesse do aluno faria com ele fosse parte do processo

de construção do texto.

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por TUTOR Y - terça, 21 Out 2014, 23:13

Isso! Quando eu fiz a pergunta, pensei até em enviar a carta ao diretor da escola. Alguém que seja "próximo" do remetente, que faça parte daquele contexto. Abraços. TUTOR Y

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - quarta, 22 Out 2014, 08:13

Acredito que poderia perfeitamente ser para o diretor da escola, desde que o professor colocasse a carta em um contexto em que, por exemplo, o aluno escrevesse para fazer alguma reclamação, ou alguma sugestão.

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - quinta, 23 Out 2014, 19:55

Colega P. e querida tutora,

Achei interessante a discussão quanto ao ano que devemos trabalhar os gêneros de argumentação. É no mínimo curioso quando após várias discussões chegemos à conclusão de que o mais adequado para iniciarmos o trabalho com argumentação é no 8º ano, mas as grades curriculares que são entregues aos professores dizem a mesma coisa? Tenho falado com alguns ex-professores e o que eles me relatam é que esses gêneros são solicitados a eles para ser trabalhado com os alunos já na 7º ano. eu, particularmente acho totalmente inadequado. o que pode ser feito são leituras desses gêneros, a fim do aluno conhecer outros textos diferentes das fábulas e dos contos, mas não cobrar deles a escrita duma carta aberta, por exemplo.

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por PROFESSOR - quinta, 23 Out 2014, 21:16

R. e P.,

E se fizermos uma investigação sobre os conhecimentos prévios dos alunos antes de decidirmos qual gênero trabalhar? Se os alunos já tiverem adquirido alguns "andaimes" (nos termos de Vygotsky) necessários à utilização de recursos da argumentação previstos no gênero, por que não lhes oportunizar ler exemplares desse gênero, mostrar-lhes as características típicas e, na sequência, solicitar a produção de um texto do mesmo gênero?

Talvez, o que pode distinguir o grau de exigência (ou o andaime) a alunos de 7º ou 8º ano seja o CONTEXTO em que o texto será usado. Escrever uma carta aberta, por exemplo, para o(a) diretor(a) da escola pode ser mais apropriado (por ser mais próximo) para o 7º ano; já para o 8º ano, que tal propor que escrevam para o(a) prefeito(a) da cidade? E no ensino médio, que tal propor que escrevam para o governador do estado ou presidente da República?

Cada uma dessas instâncias implica amplitudes um pouco distintas; quanto mais amplo o contexto, mais desafiador será usar a linguagem para construir argumentos, certo?

Vamos pensar um pouco nisso?

Será que não é por aí que podemos pensar as grades curriculares?

Re: Artigo de Opinião e Carta Aberta

por ALUNO - quinta, 23 Out 2014, 22:28

Concordo quanto a proposta de fazermos uma investigação dos conhecimentos prévios dos alunos, pois, assim podemos fazer um nivelamento "por baixo" da turma. A partir daí, podemos contextualizar os alunos da maneira mais adequada, escrevendo a carta para o interlocutor que mais se encaixe ao grau de desenvolvimento da turma.

Entretanto, creio que esta não seja uma escolha do professor, sinceramente não sei quais são as possibilidades do professor trabalhar dentro das diretrizes curriculares, acredito que a escolha de como serão trabalhados os conteúdos dentro de contextos não seja uma escolha do professor, mas deveria ser.

As diretrizes curriculares deveriam oferecer ao professor a escolha de como trabalhar os conteúdos, a melhor maneira de contextualizar o aluno.

ANEXO B - Vídeo Carta Aberta: Gênero Argumentativo

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Uxcz3-wyyb4>

Olá a todos, sou a professora XXXXXXXXX, do Departamento de Letras Vernáculas, da Universidade Federal de Santa Maria. Em nome da Copervers, apresentaremos os critérios de avaliação para um dos gêneros textuais previstos na prova de redação dos processos seletivos da UFSM: A carta Aberta. Lembrando que a perspectiva de gêneros textuais é recomendada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica em todo o país. Nesta vídeoaula, apresentaremos os aspectos contextuais da carta aberta, os critérios de avaliação de cartas abertas no vestibular da UFSM e nos seus demais processos seletivos, considerando a estrutura global do gênero, o propósito e o conteúdo e a articulação escrita. Iniciaremos pelos aspectos contextuais da carta aberta no que se refere a o que é esse gênero, quem produz e para quem produz. Resumidamente, podemos dizer que a carta aberta é um texto por meio do qual um cidadão ou grupo dirige-se publicamente a um interlocutor específico ou a uma entidade, ou ainda à população em geral, diretamente envolvida em situação ou assunto controverso, de interesse coletivo. Qual a finalidade de uma carta aberta? Há várias finalidades, ela pode expor um ponto de vista, defendendo um posicionamento por meio de sustentação de uma ideia, de negociação, de tomada de posições e de aceitação ou refutação de argumentos que circulam o corpo social e que afetam diretamente um grupo. Ela pode também ser usada para alertar sobre um problema que envolve um ou mais destinatários e apresentar uma ou mais propostas de mudança de atitudes, comportamentos, ideias. Pode ainda ser usada para reivindicar uma ou mais mudanças, medidas ou ações por parte do destinatário ou dos vários destinatários que tiverem poder para mediá-las ou implementá-las no meio social. O meio de circulação de cartas abertas costumam ser os espaços públicos, especialmente veículos de comunicação de massa, como jornais, revistas, internetes, desde sites, blogs, redes sociais. A escolha por esses espaços serve como forma de pressionar os interlocutores a mudar de opinião sobre um determinado assunto ou agir de determinada maneira. O modo como esses textos se organizam estão relacionados à modalidade predominantemente dissertativo-argumentativa, com passagens algumas passagens injuntivas com apelos aos interlocutores. O meio escrito eventualmente pode ser oral, mas, no caso de um processo seletivo, o meio utilizado é o escrito. Resumidamente, em forma de esquema, podemos demonstrar como que a carta aberta funciona em termos contextuais: é um gênero da esfera pública, produzido por um remetente ou mais de um remetente, várias pessoas podem assinar uma carta aberta, ou uma pessoa pode escrever em nome de um grupo. A carta aberta é direcionada a um ou mais destinatários, é possível escrever uma carta aberta para uma autoridade política, para uma personalidade conhecida ou para um indivíduo em especial, ou para vários destinatários, a uma coletividade, a um grupo social específico, ou a toda uma população. O propósito comunicativo da carta aberta é publicizar, é tornar público um objetivo, uma reivindicação, um alerta, uma opinião que seja representativa de uma comunidade. Os meios de circulação podem ser dos mais rudimentares, como um mural numa escola, numa entidade, numa instituição pública, Pode ser até mesmo distribuída nas ruas por meio da prática de panfletagem,

pode ser publicada em jornais impressos ou online, em blogs, e até mesmo nas redes sociais. Há vários espaços, portanto, em que cartas abertas podem circular. Passemos agora ao segundo tópico da nossa vídeoaula, os critérios de avaliação desse gênero carta aberta nos processos seletivos da UFSM. São dez critérios distribuídos em três dimensões: a primeira dimensão envolve a estrutura global do gênero numa perspectiva panorâmica do texto que constitui a carta aberta; a segunda dimensão tem relação à adequação ao propósito e ao conteúdo do texto; e a terceira dimensão envolve aspectos de leitura detalhada quanto à articulação da linguagem escrita. Vamos abordar cada uma dessas dimensões e seus respectivos critérios. A dimensão 1, que se refere à adequação à estrutura global do gênero, aborda dois critérios: o primeiro deles envolve os estágios composicionais típicos da carta aberta; e o segundo critério envolve a relação de interlocução e suas marcas linguísticas presentes no texto. Começamos pelos estágios composicionais da carta aberta. Há vários estágios composicionais de uma carta aberta. Em situação de avaliação, como a que estamos observando, alguns estágios foram selecionados como necessários, tais como o título, um motivo de manifestação, uma argumentação que sustenta o ponto de vista ou propósito da carta, uma conclusão e a especificação de um remetente de acordo com o contexto comunicativo solicitado na prova de redação. Vamos ver a presença desses estágios num exemplo. É importante chamarmos atenção antes para o fato de que o remetente numa situação de avaliação, como um processo seletivo, não pode ser identificado, devido à exigência do concurso do anonimato do candidato. Em função disso, deve-se usar a expressão para remetente solicitada na prova. Vejamos estes estágios numa carta aberta que foi publicada nas redes sociais, dirigida à Presidente Dilma Rousseff, em maio deste ano. Nessa carta observamos o título, a motivação que envolve uma situação-problema, indicada no primeiro parágrafo e especificada no início do segundo parágrafo. Os parágrafos que seguem trazem uma série de informações que funcionam para constituir a argumentação da carta aberta. Isso segue acontecendo nos demais parágrafos até o final do texto, quando ao final é explicitada uma reivindicação por parte dos remetentes. Há uma saudação ao final, que é opcional, e o remetente especificado conforme o contexto. Com relação ao título de textos do gênero carta aberta, há algumas orientações, tendo em vista que o que aparece nas cartas abertas reais, lembrando que os exemplos de carta aberta que estamos trazendo nesta vídeo-aula não são modelos a serem seguidos, são apenas ilustrativos de alguns aspectos da linguagem contemplados nos critérios de avaliação. Um exemplo disso são os títulos que trazemos agora: Alguns títulos de carta aberta aparecem iniciando com a expressão “carta aberta” e a indicação do destinatário. Por exemplo: Carta Aberta à população cachoeirense, Carta aberta à Presidente Dilma Rousseff. Outra possibilidade de título é aquela em que é especificado o remetente e o destinatário, como: Carta aberta de um cidadão comprometido aos santa-marienses, carta aberta de estudantes de Letras à comunidade acadêmica da UFRGS. Observemos aqui que há indicação clara do remetente e do destinatário em cada uma das situações. Mas também é possível que títulos de carta aberta, segundo estudos prévios que realizamos, o título indica o assunto ou o ponto de vista, algumas vezes até a reivindicação já está indicada no título. Um exemplo é: carta aberta sobre os trotes universitários, neste exemplo, o assunto está explicitado, os trotes universitários. No segundo exemplo: Pelo fim de uma pseudocultura, a reivindicação está explicitada, tendo em vista o uso da preposição “por” junto do que está sendo pedido, o fim de

uma pseudocultura. Essas são algumas das categorias de título que é possível encontrar em cartas abertas que circulam na sociedade atualmente e que podem servir de parâmetro para a produção de cartas abertas num contexto de avaliação. Para ilustrar mais uns exemplos, considerando o contexto, vamos partir do comando de uma das provas de redação da Universidade Federal de Santa Maria, que se encontra publicado no manual do candidato ao vestibular 2014. Após apresentação de alguns textos informativos sobre o lixo eletrônico, o comando da prova apresenta a seguinte solicitação: “A partir dessas informações, você decide escrever uma carta aberta a ser divulgada nas redes sociais, essa carta tem o objetivo de alertar a população de sua cidade sobre os riscos do lixo eletrônico e incentivar a proceder adequadamente para minimizar esse problema sócio ambiental. Sua carta deve ter no mínimo 20 e no máximo 30 linhas. Como não é permitido assinar seu texto, use no lugar do remetente a expressão “cidadão comprometido”. Como que nós devemos ler, compreender este comando? Considerando o que recomenda os parâmetros curriculares nacionais para a língua portuguesa, a perspectiva de gênero é sempre contextualizada, consideramos quatro aspectos fundamentais que nesse comando estão expressos: um deles é a especificação do gênero, está explicitado qual é o gênero que o candidato ira usar para escrever o seu texto: carta aberta, também estão explicitados os interlocutores dessa carta, o produtor da carta, o remetente que é você, o candidato que irá produzir o texto e os destinatários: a população da sua cidade. Aqui há uma solicitação de que o remetente da carta não seja identificado em realidade mas sim identificado pela expressão ‘cidadão comprometido’. Além disso, também está indicado o meio de circulação: as redes sociais e as finalidades do texto, que é alertar sobre os riscos do lixo eletrônico, e outra finalidade: incentivar a proceder adequadamente pra minimizar os problemas ocasionados pelo lixo eletrônico. A partir dessas informações, a partir desse contexto sociocomunicativo, o candidato produzirá a sua carta aberta. Agora vamos ver o segundo critério da primeira dimensão: como explicitar os interlocutores específicos e os remetentes? Ao longo do texto é preciso usar marcas linguísticas eu indiquem essa interlocução, porque uma das principais características da carta aberta é o dialogismo, há necessidade de marcar esse dialogismo por meio de determinados recursos linguísticos. Vamos fazer um exercício no que se refere ao contexto proposto na prova, porque é a partir desse contexto que poderemos estabelecer a relação de interlocução ao longo da carta aberta. Vamos verificar aqui, considerando aquele comando sobre a produção de uma carta aberta, sobre o lixo eletrônico. Qual desses títulos estaria adequado àquele contexto proposto na prova? Analisemos carta aberta à população. Carta aberta à população brasileira. Carta aberta à população alegretense. À população da minha querida Santa Maria. Desses títulos, apenas o penúltimo e o ultimo estão plenamente adequados ao contexto solicitado na prova. Uma vez que a prova solicitava que fosse produzida uma carta aberta à população de sua cidade, a cidade que o candidato escolher. No caso carta aberta á população alegretense está claro que a cidade escolhida pelo produtor da carta aberta e que será a população destinatária dessa carta é da cidade de Alegrete. Da mesma forma no último título, o destinatário está indicado que é a população de Santa Maria. Os dois primeiros títulos não estão totalmente adequados ao contexto, pelas seguintes razões: a carta aberta à população é apresentada de forma genérica, não se sabe o contexto dessa população, é a população mundial? É a população brasileira? É a população gaúcha? Isso não está informado, e ,dessa forma, o contexto não ficou claro. No segundo exemplo, carta aberta a população

brasileira, verificamos que houve uma extrapolação do contexto solicitado na prova, uma vez que a prova solicitou que fosse enviada, produzida uma carta destinada a população de sua cidade, e não ao Brasil, por isso houve ali uma extrapolação do contexto. Vamos agora ver algumas marcas linguísticas de interlocução utilizadas numa carta aberta que foi produzida e publicada por um grupo de médicos brasileiros, eu farei a leitura da carta aberta para facilitarmos a compreensão do contexto. Neste primeiro de maio, data que internacionalmente se comemora o Dia do Trabalhador, nós médicos brasileiros, de forma respeitosa, expressamos nosso sentimento de tristeza e de indignação com comentários atribuídos à Vossa Excelência. De acordo com notícias publicadas pela imprensa, Vossa Excelência disse que “eles (médicos cubanos) são mais atenciosos que os brasileiros”. Tal afirmação representa mais uma agressão direta e gratuita aos 400 mil profissionais que têm se empenhado diuturnamente no suporte as políticas de saúde e no atendimento à população das redes públicas e privadas. Ao contrário do que foi dito senhora presidente, a medicina brasileira está entre as melhores do mundo. Seus representantes são referencia internacional no diagnóstico e no tratamento de doenças e, apesar da ausência do estímulo do Estado e das parcas condições de trabalho, agem como heróis em postos de saúde, em ambulatórios e nos hospitais e prontos-socorros, constantemente abarrotados por cidadãos com dificuldade de acesso à assistência. Nesses 3 primeiros parágrafos da carta aberta, foram usados recursos linguísticos que sinalizam os remetentes, que especificam quem são os produtores dessa carta e os reivindicadores “nós médicos brasileiros”, “nosso sentimento”. Percebemos aqui o uso da primeira pessoa do plural para indicar a presença desse grupo social em nome de quem a carta é enviada. Também verificamos a presença de recursos linguísticos que denotam o destinatário da carta, neste caso a presidente da republica do Brasil, sinalizada por formas de tratamento “Vossa Excelência” e “Senhora Presidente”. Observemos que esses recursos de interlocução, especialmente voltados para o destinatário, estão presentes em todos os parágrafos do texto, nestes três primeiros parágrafos. Então aqui podemos perceber o uso da primeira pessoa do plural, seguida de um apostro para especificar quem somos “nós, médicos brasileiros” também há o uso de formas de tratamento e na sequencia do texto, para marcar o dialogismo, é usada a “senhora presidente” na função sintática de vocativo. Continuando a carta aberta, verificamos mais alguns exemplos de marcas linguísticas de interlocução, aqui nós verificamos novamente o uso da primeira pessoa do plural, reiterando a presença dos médicos brasileiros como remetentes da carta, e também o uso de pronomes e vocativos como formas de tratamento para finalizar a presença do destinatário da carta. Por fim, ao final da carta, novamente percebemos a presença da primeira pessoa do plural, coerentemente utilizada uma vez que quem assina a carta são os membros do conselho federal de Medicina e novamente uso de formas de tratamento para se referir ao destinatário. Também percebemos o emprego de uma saudação final que é um elemento opcional na carta aberta “respeitosamente” que indica uma integração entre o remetente e o destinatário, finalizando a relação de respeito que existe entre esses interlocutores. Resumindo, quais os recursos linguísticos, então, que podem ser utilizados para indicar a interlocução, algumas possibilidades de escolhas, que o produtor da carta aberta pode fazer durante a produção do seu texto? Ele pode marcar a presença do remetente por meio de pronomes e verbos na primeira pessoa do singular quando o objetivo for sinalizar a presença de um indivíduo, quem assina a carta aberta é um remetente. Também é possível usar pronomes e verbos em primeira

pessoa do plural, quando quem assina a carta aberta é um grupo de pessoas, ou o representante de um grupo, de uma entidade, de uma instituição ou de uma comunidade. Ainda é importante e interessante usar apostos especificativos que ajudam a sinalizar a identidade do remetente. Com relação ao destinatário, é possível utilizar vários recursos, alguns deles: nome, ou cargo, ou função, no caso de um indivíduo, no caso que nós analisamos, presidente é o cargo; Dilma Rousseff, o nome. Uma designação coletiva, quando o destinatário é um grupo, por exemplo, uma referência ao governo, ou uma referência a população, ou uma referência a uma secretaria. Também pronomes e verbos na segunda ou terceira pessoa do singular quando o destinatário é um indivíduo, ou pronomes e verbos na terceira pessoa do plural ainda quando o destinatário são grupos, como “vocês”, “as pessoas”. O uso de vocativo é uma função sintática bastante recorrente no caso de cartas abertas, para poder manter o dialogismo. Formas de tratamento conforme a relação social, aqui é importante observar quando usar recursos como, Vossa Excelência, ou excelentíssimo no caso de vocativo, ou vossa santidade, ou senhor, senhora, ou simplesmente você. A escolha por um desses recursos sinaliza um maior ou menor distanciamento social entre os interlocutores. O uso de perguntas retóricas também podem assinalar o uso de dialogismos como veremos mais adiante, e também o uso de orações imperativas que expressam comandos ou modalização quando se quer sugerir alternativas. Passemos a segunda dimensão que se refere a adequação e ao propósito, e ao conteúdo da carta aberta, apresentada em quatro critérios. O primeiro critério da segunda dimensão é o problema de interesse coletivo é claramente apresentado, conforme instruções quanto à motivação e ao tema propostos na prova de redação. Nesse exemplo de carta aberta à presidenta Dilma Rousseff, o que está destacado em cor de laranja finaliza a motivação o problema que ocasionou a necessidade de produção dessa carta aberta, o que gerou um desconforto por parte dos médicos brasileiros e que fez com que eles decidissem publicar uma manifestação acerca desse problema, no caso dessa carta eles realizam isso por meio das expressões: “expressamos nosso sentimento,, com comentários atribuídos à vossa excelência”, “vossa excelência disse que eles (os médicos cubanos) são mais atenciosos que os médicos brasileiros”. Observemos que aqui o produtor da carta fez uso da citação, reproduziu as palavras atribuídas a presidente durante seu discurso em homenagem ao dia do trabalhador e foi esse o motivo da manifestação dos médicos, eles não concordam com essa opinião manifestada pela presidente, e por essa razão escolheram produzir o texto. Nesse outro exemplo de uma carta aberta, produzida por alunos e ex-alunos da faculdade de direito da Universidade de Minas Gerais, sobre o trote, o que está em laranja também sinaliza o motivo, o que ocasionou a produção dessa carta. A situação problema, está relacionado a um trote ocorrido no dia 15 de março na faculdade de direito da UFMG, para os alunos e ex-alunos dessa faculdade eles sentiram a necessidade de se manifestar perante essa situação, esse acontecimento, e justificam essa necessidade dizendo que ela não se liga, no entanto, apenas a grande repercussão gerada por esse trote, mas sobretudo pela nossa parcela de responsabilidade frente ao ocorrido. O fato de eles se sentirem também responsáveis pelo acontecimento fez com que eles tivessem coragem de publicar essa manifestação. Agora vejamos o segundo critério da segunda dimensão que diz respeito ao ponto de vista, o problema, a situação problema que motivou a produção da carta é analisada segundo um ponto de vista compatível com o tema, e com a situação comunicativa. É importante também eu esse ponto de vista regule as inter-

relações textuais, ou seja, o ponto de vista precisa estar guiando toda a argumentação do texto. Vamos considerar nesse exemplo, como que é feita a análise do problema por um ponto de vista escolhido pelo produtor da carta. Na carta dos médicos brasileiros à presidente Dilma Rousseff, eles explicitam que a afirmação feita pela presidente durante o discurso no dia do trabalho, representa mais uma agressão direta e gratuita aos profissionais da área da saúde no Brasil. Vejam que aqui foram usados índices de avaliação 'agressão direta e gratuita'. No final do texto, para exemplificar ainda essa presença do ponto de vista, os médicos dizem que não compreendemos como que esse conhecimento íntimo de como nós agimos quando chamados à ação, não seja lembrado pelo governo, merecíamos ao menos o reconhecimento. Então, aqui há a manifestação explícita do ponto de vista por parte dos médicos. Na outra carta dos acadêmicos de Direito sobre o trote na faculdade, o ponto de vista está explicitado da seguinte maneira: sobretudo pela nossa parcela de responsabilidade frente ao ocorrido, sim, nossa responsabilidade. Aqui os acadêmicos que assinam a carta se colocam na posição de responsáveis pela discriminação que se operou durante esse trote, realizado em 15 de março. Na sequência do texto eles reafirmam esse posicionamento, dizendo: cabe a cada um de nós entender que nesse cenário somos igualmente algozes e vítimas, e nesse momento, nós não implica somente aos acadêmicos que praticaram o trote, não somente aos ex acadêmicos da faculdade que não praticaram o trote, mas que estudaram nessa universidade, também implicam todos os cidadãos que presenciam essas situações e que, de alguma forma, praticam no seu dia-a-dia alguma ação discriminatória. Mais adiante no texto eles reiteram, "trazer para nós a responsabilidade que nos cabe é um ato de coragem e maturidade". Aqui eles reforçam o ponto de vista de que todos nós somos responsáveis por situações de discriminação. O terceiro critério da segunda dimensão: Os argumentos usados para fundamentar o ponto de vista são pertinentes e consistentes, articulados por estratégias argumentativas coerentes; há previsão de argumentos do oponente e contra-argumentação. Aqui nós vamos ver as possibilidades de estratégias argumentativas que costumam ser usadas em exemplares de carta aberta. Nessa carta aberta produzida por uma acadêmica a partir do comando sobre o lixo eletrônico, num determinado momento de sua carta ela argumenta da seguinte maneira: Segundo dados da ONU, publicados no portal globo, o lixo eletrônico é produzido na escala de 1kg/habitante em escala mundial. É importante que estejamos cientes das consequências do descarte inadequado e das medidas a serem tomadas para minimizar os impactos do e-lixo, constituídos de componentes químicos, como chumbo, zinco e mercúrio. Aqui nós gostaríamos de destacar que, informações que estão disponibilizadas nas provas de redação também podem ser usadas como estratégias argumentativas. Neste caso, a autora da carta aberta, usou a estratégia de testemunho da autoridade, inserindo a voz da ONU, como um dado de leitura para demonstrar a dimensão do problema, a dimensão do problema do lixo eletrônico, e da quantidade de lixo eletrônico produzido por habitantes no mundo. A partir dessa informação, ela consegue dar mais credibilidade ao problema e demonstrar com mais clareza a dimensão desse problema. É importante destacar que o uso das informações disponibilizadas na prova de redação é possível, desde que sirva para construir uma estratégia argumentativa ou para contextualizar o problema a ser discutido. Não é permitido simplesmente copiar passagens da prova, sem ser indicada a fonte dessas informações e sem que isso seja adequado para a argumentação realizada. Uma cópia de informações da prova, sem o uso argumentativo e sem

indicação da fonte é considerado plágio e haverá descontos na nota nesse sentido. Outra estratégia argumentativa nós podemos encontrar nessa carta produzida pela acadêmica. Aqui nós verificamos o uso da exemplificação, indicada por dados concretos, específicos no contexto da cidade escolhida pela produtora da carta. Aqui ela está argumentando sobre os procedimentos que os santamarienses podem usar para minimizar o problema do lixo eletrônico na sua cidade. Ela diz: 'uma alternativa é encaminhar os materiais a empresas de reciclagem, ou entregá-los em pontos de coleta, em Santa Maria, por exemplo, podem ser entregues nos Postos Padoim e em empresas especializadas em telefonia celular, como a Megacartuchos. Observemos que aqui o que está destacado em azul indicam dados específicos do contexto da cidade escolhida pela produtora do texto, porque a ideia a alternativa de encaminhar os materiais à empresas de reciclagem ou entrega-los em pontos de coleta já havia sido sinalizada na própria prova de redação. A questão é: que empresas? Ou que pontos de coleta existem na minha cidade, no caso, na cidade de quem produziu a carta, que podem Servir de orientações para a população dessa cidade a quem a carta se destina? Mais adiante no texto, a autora faz novamente o uso da exemplificação. 'Em Santa Maria, projetos como o Pense Verde e campanhas realizadas por empresas como Quimea e Maringá Metais têm oferecido boas alternativas de descarte e programas de conscientização quanto ao e-lixo'. Novamente a autora aqui cita algumas alternativas concretas de que ela tem conhecimento na sua cidade para trazer como informações específicas ao seu texto. Outra estratégia argumentativa que pode ser utilizada é a contra-argumentação, como veremos nesse exemplo. Voltando para o exemplo da carta aberta produzida pelos médicos brasileiros, destinada a presidente Dilma Rousseff. Depois de terem apresentado a situação problema gerada pela afirmação da presidente brasileira de que os médicos cubanos são mais atenciosos que os brasileiros. Na sequência do texto, é usada a expressão "ao contrário do que foi dito", por essa escolha linguística os autores da carta já sinalizam que não vão concordar, que não vão se alinhar ao ponto de vista da presidente, e na sequência justificam isso, explicitando seu posicionamento "a medicina brasileira está entre as melhores do mundo" e na sequência dessa afirmação trazem uma série de dados, uma série de informações gerais e depois específicas que confirmam que a medicina brasileira está entre as melhores do mundo. Dessa forma a estratégia da contra argumentação foi realizada nessa passagem do texto. Vejamos agora o quarto critério da segunda dimensão: a análise é concluída com uma síntese do que foi exposto e/ou uma proposta para os interlocutores. Vejamos um exemplo em que isso acontece: na conclusão da carta aberta que foi dirigida também à presidente Dilma Rousseff, mas, nesse caso, por uma série de entidades que defendem mudanças no dia da aplicação da prova do ENEM, a conclusão foi realizada da seguinte maneira: "Apelamos a sensibilidade de Vossa Excelência para que, simplesmente, sejam determinadas as providências cabíveis no sentido de que a próxima edição do ENEM, e também as sucessivas sejam realizadas, como aliás o era até pouco atrás, em dois domingos e não mais em um único fim de semana". Aqui nós percebemos o uso de alguns elementos linguísticos utilizados que servem para sinalizar a proposta, 'apelamos para que sejam determinadas as providencias', e em seguida é especificada qual é a providência solicitada. Voltando ao exemplo da carta aberta produzida pelos médicos brasileiros, a conclusão, ela foi produzida em dois parágrafos. No primeiro parágrafo é reiterado o ponto de vista do grupo social que produziu essa carta, "finalmente acreditamos que mais que ninguém, a senhora pode

testemunhar sobre a competência, o respeito e o carinho com que os médicos brasileiros tratam seus pacientes”. Nessa passagem os médicos querem chamar a atenção da presidente para a qualidade do atendimento dos médicos brasileiros, deixando pressuposto aqui algo que é de conhecimento prévio dos leitores da carta, a de que a presidente Dilma Rousseff já precisou de cuidados médicos, em função de um problema de saúde que ela enfrentou no período antes de ser eleita presidente. Na sequência, ainda reforçam esse ponto de vista: “por isso não compreendemos como esse conhecimento íntimo de como nós agimos quando chamados à ação, não seja lembrado pelo governo”. E por fim, explicitam a reivindicação: “merecíamos ao menos o reconhecimento pelo que temos feito por todos os nossos pacientes, inclusive à senhora e pela saúde do país”. Aqui fica uma reclamação, pelo fato de a presidente Dilma ter lembrado ou enfatizado a atuação dos médicos brasileiros no dia do trabalhador, e ao mesmo tempo, fica o pedido para que nas próximas datas festivas, esse grupo de profissionais e todos os demais trabalhadores brasileiros sejam devidamente lembrados e valorizados pelo governo. Vejamos agora os critérios da terceira dimensão, a articulação escrita, constituída de quatro critérios: o primeiro deles diz respeito à seleção lexical, é importante que o produtor da carta aberta verifique se a seleção lexical, as suas escolhas de vocabulário estejam apropriadas a situação de interlocução, ao ponto de vista assumido e ao eixo temático solicitado na prova. Vejamos aqui alguns exemplos de seleção lexical que estão apropriadas à situação de interlocução, na carta aberta produzida pela estudante sobre o lixo eletrônico em sua cidade. Nesta carta aberta, percebemos eu o remetente está sinalizado no texto por meio da primeira pessoa do singular, e especificada como cidadã ciente dos problemas ambientais em nossa cidade, realizo um apelo a todos aqueles que querem fazer de nosso município uma região de indivíduos responsáveis pelas causas ambientais. Também verificamos a presença do destinatário por meio de uma forma de tratamento, o fato de os senhores internautas terem acesso a esta manifestação já evidencia o uso de um aparelho eletrônico. Além disso, o uso da primeira pessoa do plural por meio de pronomes possessivos, nosso cotidiano, nossas mãos, nosso município, nossas casas, nossa meta, nós santamerienses. Observemos aqui que há uma inclusão da remetente e dos destinatários no mesmo grupo, que é uma outra maneira de sinalizar a interlocução. Alguns recursos gramaticais que podem ser usados para fazer isso: como vimos é possível usar vocativo, nesse caso foi usado caro leitor, é possível usar o pronome de tratamento nesse caso foi usado o Você. Também é possível usar perguntas, sinais de pontuação, nesse caso foi aqui a interrogação que realiza perguntas retóricas no sentido de dialogar por meios de uma pergunta como interlocutora. Neste outro exemplo verificamos o uso de orações no modo imperativo. No caso do gênero carta aberta é adequado usar o modo imperativo no momento em que se deseja fazer propostas, indicar para o interlocutor o que ele pode, ou o que ele deve fazer para solucionar ou amenizar o problema que está em discussão. É diferente de um artigo de opinião, em que o uso do imperativo, o uso de vocativos e demais marcas de interlocução não é esperado para o gênero artigo de opinião. Entretanto, para o gênero de carta aberta esses recursos são necessários. Com relação ao ponto de vistas, a seleção lexical pode se manifestar de diferente maneiras, uma delas é por meio de modalizadores que sinalizam um grau de probabilidade, aqui na argumentação que os médicos constroem com relação à atuação dos profissionais, no contexto da dificuldade que enfrentam na saúde brasileira, os autores modalizam usando o talvez, ‘talvez o desespero de alguns

poucos médicos diante de uma demanda crescente de ausência de suporte e da incompetência de alguns gestores, cause a falsa impressão de insensibilidade. Na verdade senhora presidente são profissionais que foram brutalizados pelo Estado. Desmotivados e sem esperança, tentam seguir adiante sem as mínimas condições de exercer uma Medicina de qualidade e nem de estimular uma boa relação médico-paciente'. O uso desses dois recursos, dessas duas palavras, 'talvez' e 'tentam', modalizam as declarações aí apresentadas para o eixo da possibilidade. Também verificamos o uso de 'brutalizados', 'desmotivados e sem esperança', 'sem as mínimas condições'. Esses elementos funcionam como índices de avaliação, nesse caso negativas uma vez que se indicam a situação difícil em que os profissionais médicos se encontram no sistema de saúde brasileiro. Nesse mesmo exemplo nós podemos ainda encontrar elementos linguísticos que funcionam como operadores argumentativos como 'na verdade' e 'nem', que estão ali presentes para enfatizar as informações que servem de argumento para mostrar a situação difícil em que se encontram os profissionais médicos brasileiros. Também são utilizados quantificadores como 'alguns poucos médicos' no sentido de não generalizar e mostrar que não são todos que na verdade se desesperam diante dessa situação. Ainda nessa mesma carta dos médicos encontramos mais alguns recursos que funcionam como operadores argumentativos como 'mais que ninguém', 'até' duas vezes usado, e 'ao menos' assim como 'inclusive', que são operadores argumentativos que destacam o argumento numa escala de ênfase para mostrar no caso de 'mais do que ninguém' que 'mais que ninguém a senhora pode testemunhar', jogando com o conhecimento prévio do leitor de que a presidente Dilma também já precisou dos cuidados médicos, ali numa enumeração das ações dos médicos brasileiros que tratam os pacientes, acompanhando as duras etapas do diagnóstico e tratamento, até a cura, enfatizando que a cura também é realizada. Na sequência, é argumentado que o governo não lembra, que é estranho à sociedade e o governo não lembrar da atuação dos seus profissionais até em oportunidades festivas, neste caso, lembrar disso no dia do trabalhador seria o esperado do trabalhador brasileiro, como isso não aconteceu, então esse 'até' enfatiza esse estranhamento e por 'merecíamos ao menos o reconhecimento', bem esse ao menos gradua numa escala baixa, uma vez que o reconhecimento seria o mínimo que o governo poderia prestar aos trabalhadores, uma vez que tantos outros recursos, tantas outras necessidades ainda não foram atendidas conforme dados que foram mostrados ao longo do desenvolvimento desta mesma carta. E, por fim um operador inclusive serve para destacar a inclusão da senhora presidente entre os pacientes que usam o sistema de saúde brasileiro. O segundo critério da terceira dimensão contempla os recursos linguísticos usados para promover unidade e progressão temáticas e para estabelecer as relações entre constituintes do texto, aqui entram os casos de coesão referencial e sequencial. Com relação à progressão temática, isso pode ser ilustrado nesse exemplo na carta dos médicos, cientes desse quadro, de toda a dificuldade que os médicos enfrentam, por meio de nossas entidades de representação, nós médicos brasileiros já lhe entregamos pessoalmente propostas para mudar essa realidade. Vejam que no primeiro período desse parágrafo, o autor anuncia as propostas, mais ainda não as especifica, no período seguinte, progressivamente, essas propostas serão apresentadas, da seguinte maneira: 'entre elas estavam o aumento de investimentos em saúde a modernização da gestão e a criação de uma carreira pública para os médicos e outros profissionais do SUS'. Na sequência eles progridem mostrando qual foi a reação do governo diante

dessas propostas: 'nunca obtivemos resposta', ou seja houve uma omissão por parte das autoridades administrativas do país. Dessa maneira a cada período uma nova informação é apresentada sem perder de vista o que foi anunciado no período anterior. Com relação à coesão referencial que participa diretamente do processo de unidade e progressão temática nós podemos verificar esse recurso acontecendo por meio de pronomes hiperônimos ou expressões nominais, neste mesmo exemplo, nós vemos, por exemplo 'cientes desse quadro', que retoma a situação que foi representado no parágrafo anterior 'sem as mínimas condições de exercer uma medicina de qualidade', isso que foi descrito no parágrafo anterior é retomado no parágrafo seguinte por meio de um hiperônimo 'quadro' junto de um pronome demonstrativo 'deste'. O mesmo acontece na sequência 'essa realidade' que também faz referência àquela mesma situação já descrita antes no texto, além disso, é usado um pronome pessoal 'elas' eu faz referencia as propostas indicadas no período anterior. E por fim nesse mesmo parágrafo 'caos da saúde' é uma expressão nominal que ao mesmo tempo que retoma aquelas 'mínimas condições de exercer, ou as dificuldades de exercer uma medicina de qualidade', além de retomar serve para avaliar essa situação como caótica, e funciona ao mesmo tempo como uma avaliação negativa. Quanto à coesão sequencial que são aqueles elementos que servem para articular explicitamente informações, relacionando logicamente argumentos e teses, nesse caso recursos gramaticais que podem ser usados pra coesão sequencial são as conjunções e algumas palavras denotativas. Nesta carta dos médicos, a conclusão é indicada pela palavra 'finalmente' que indica para o leitor que a carta se encaminha para a sua finalização, para o seu encerramento, na sequência nós temos um 'por isso' que é uma locução conjuntiva, que explicita a consequência, uma reação por parte dos médicos diante da situação conhecida de que a presidente já fez uso dos serviços médicos brasileiros e não tenha disso lembrado durante o seu pronunciamento do dia do trabalho. Também é usada a conjunção 'quando' para introduzir uma situação mais geral de atuação dos médicos brasileiros, assim como é um recurso utilizado para estabelecer uma comparação entre os médicos e os demais trabalhadores em uma relação de igualdade, não só os médicos brasileiros mereceriam reconhecimento, mas também todos os outros trabalhadores, então aqui é uma inclusão uma expansão da categoria trabalhadora brasileira. O terceiro critério da terceira dimensão diz respeito ao registro linguístico que precisa ser formal, tendo em vista o contexto de interlocução, será mais formal ou menos formal de acordo com o destinatário da carta. É preciso também que sejam respeitadas as normas de urbanidade, no sentido da polidez sem uso de elementos que possam ser ofensivos ou agressivos e também a apresentação de uma adequação sintática e ortográfica, aqui a observância das regras da gramática normativa, a gramática não apenas no sentido funcional, mas também no sentido de norma padrão. Vamos ver alguns exemplos, no que se refere a relação de formalidade ela pode ser alta ou média, não se recomenda uma formalidade muito baixa, em função do respeito que se deve ter perante os leitores, mas uma relação de formalidade alta, pode ser indicada quando está se representando o destinatário como uma autoridade. Nessa carta dos médicos isso é verificado pelo uso das formas de tratamento 'vossa excelência' usada duas vezes no texto para referir-se a Dilma Rousseff como uma autoridade pública, como uma autoridade que cumpre um cargo político. Entretanto observamos, nessa mesma cara, que quando a presidente é representada não como a presidente da República, mas como usuária de um serviço, nesse caso serviço de saúde, ela na condição de

paciente ou de cliente de serviço, não é referida como Vossa Excelência, mas sim pela forma de tratamento senhora, destacada no texto em roxo. Essa forma de tratamento, senhora, é menos formal, vamos dizer assim, do que a Vossa Excelência, por isso que podemos categorizar essa relação de formalidade como média, uma vez que o papel social exercido ali é diferente da anterior. Quanto à adequação sintática e ortográfica que diz respeito a todo funcionamento gramatical em termos de normas da língua, é importante lembrar que as regras da gramática normativa, estão na verdade a serviço do funcionamento do texto, devem estar a serviço da clareza do texto, da legibilidade das informações trazidas, é nesse sentido que as regras como concordância verbal e nominal contribuem, também a regência nominal e verbal a colocação pronominal, a grafia conforme o acordo ortográfico que estiver vigendo, o paralelismo sintático, a ausência de estruturas ambíguas, o uso de períodos compostos por subordinação e coordenação, especialmente subordinação, uma vez que a subordinação possibilita a análise e discussão de questões polêmicas, o uso de períodos simples com valor expressivo para a argumentação, períodos simples também podem ser utilizados, desde que contribuam expressivamente para a argumentação. Por meio desses elementos e estruturas gramaticais, é possível então, termos um texto que seja mais facilmente compreendido pelos leitores. O último critério da terceira dimensão, diz respeito a utilização adequada de marcas de segmentação em função do gênero carta aberta, observar a paragrafação e a pontuação apropriadas à organização textual e a argumentação. Os recursos aqui apresentados, também valem para outros gêneros argumentativos como, por exemplo, o artigo de opinião. Vamos ver alguns desses recursos: paragrafação e pontuação apropriadas a organização textual, o uso de adentramento de parágrafos como recurso de organização textual é importante para facilitar a leitura e o acompanhamento das informações que são apresentadas por parte do autor, perante o leitor. Um texto apresentado em bloco dificulta a leitura, sobrecarrega a atenção do leitor. Por isso a paragrafação é importante. Todos os recursos de pontuação, como ponto, vírgula, ponto e virgula, ponto de interrogação, dois pontos, podem ser empregados de acordo com a norma padrão, para justamente facilitar a leitura. Aspas podem ser utilizadas para sinalizar citações ou produzir efeito retórico lembrando que as aspas sinalizam a reprodução fiel de uma fala, de um texto já publicado em outras vozes, mas as aspas também podem ser usadas para produzir um efeito retórico, sinalizar ironia, enfatizar, destacar determinadas ideias que o locutor gostaria de mostrar. Também ele pode fazer uso de travessão para enfatizar informação ou fazer um comentário com valor argumentativo, os travessões têm um valor retórico importante, é preciso saber usa-lo com consciência quando se quer destacar, os travessões funcionam inversamente aos parênteses. Os parênteses amenizam ou diminuem o caráter retórico da informação, quando queremos indicar uma informação secundária podemos usar parênteses, entretanto quando queremos destacar uma informação como principal podemos usar os travessões. Também as reticências podem ser usadas, desde que sirvam para indicar uma interrupção proposital de um argumento ou indicar que uma enumeração tem continuidade. O ponto de exclamação pode servir para enfatizar determinadas atitudes por parte do produtor do texto. O ponto final além de ser usado de acordo com a norma padrão para indicar a finalização de uma informação em um período, também pode ser usado em algumas situações para enfatizar algumas ideias, provocando propositalmente uma fragmentação desde que essa fragmentação tenha valor retórico. Vamos ver o funcionamento de alguns desses recursos de pontuação nos textos. Nesse exemplo

nós temos a ocorrência de travessões sendo utilizados para destacar a inclusão da presidente Dilma Rousseff entre os pacientes que fizeram uso do serviço de saúde no Brasil. Neste outro exemplo, nós temos ocorrência de ponto final usados de maneira proposital de forma a fragmentar a frase, quando é dito 'sim, nossa responsabilidade. E sua que lê esta carta também.' O uso deste primeiro ponto final fragmenta a frase, que pela norma, deveria constituir uma frase só, entretanto o ponto aqui foi usado com valor estilístico, obrigando o leitor a fazer uma pausa maior, e ao fazer essa pausa maior se estabelece uma ênfase a um contraste, indicando que a responsabilidade é tanto dos acadêmicos que assinam a carta quanto do leitor da carta. Aqui nós temos o uso das aspas com valor expressivo não para fazer citação, mas para indicar uma oposição do produtor da carta em relação a uma afirmação, a um pensamento vigente entre aquelas pessoas que estão sendo criticadas. Neste caso, ele diz 'é necessário desvelar o conteúdo discriminatório dessas imagens e desconstruir o discurso daqueles que pretendem legitimá-las como produto de meras brincadeiras'. As aspas ali sinalizam uma discordância do produtor do texto com relação aos trotes, para o produtor do texto, os trotes não são meras brincadeiras por isso a razão das aspas. Aqui nós temos as referências bibliográficas que foram utilizadas nessa vídeoaula e que podem servir como sugestões para estudos complementares a respeito aos gêneros textuais. Desejo, a todos, ótimos estudos, uma excelente produção de textos e uma boa prova! Muito obrigada.

ANEXO C - Vídeo Artigo de Opinião:

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MOFjANIInk&feature=share>

Olá a todos, eu sou a professora XXXXXXXXX, do departamento de letras vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria, em nome da Comissão Permanente de Vestibular, a COPERVES, nesta vídeo aula, apresentaremos as principais características de um dos gêneros previstos para a prova de redação do processo seletivo da UFSM. Abordaremos o artigo de opinião. Os gêneros textuais estão previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o trabalho com a língua portuguesa nas suas dimensões de escrita e análise linguística, estão organizados e recomendados pelo PCN para a educação básica em todo o Brasil. Nesta vídeo aula, organizamos os nossos conteúdos, sobre o artigo de opinião, em dois grandes tópicos, inicialmente apresentaremos os aspectos contextuais do artigo de opinião na perspectiva de gênero textual, na sequência apresentaremos os critérios de avaliação de artigos de opinião no vestibular da UFSM 2014, considerando três dimensões fundamentais, a estrutura global do gênero, o propósito e o conteúdo e a articulação escrita. Antes de iniciarmos a abordagem desses aspectos, convém esclarecermos que os texto utilizado como exemplos nesta vídeo aula não devem ser considerados como modelos a serem seguidos integralmente, uma vez que são usado excertos de artigos de opinião que circulam na sociedade atual e que contemplam alguns dos aspectos abordados em cada um dos critérios de avaliação utilizados nas provas de redação dos processos seletivos da UFSM. Iniciamos então com os aspectos contextuais do artigo de opinião. Para abordarmos as variáveis do contexto em que artigos de opinião são utilizados na sociedade letrada atual, nós precisamos considerar o que é um artigo de opinião e qual a sua finalidade no contexto social. Segundo estudos prévios sobre esse gênero o artigo de opinião é considerado um espaço de compartilhamentos de ideias e discussão democrática de aspectos da realidade social eu envolvem acontecimentos, comportamentos, propostas, que circulam na sociedade. Essa abordagem é feita a partir de um ângulo mais pessoal, em que a opinião do articulista se manifesta. O artigo de opinião vale-se da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa de ordem social, política ou cultural. Frequentemente faz uso do discurso especializado, quando o próprio autor detém conhecimentos especializados a cerca do tema abordado dizemos que está na voz autoral, quando ele não detém todo o conhecimento necessário ele pode fazer uso de vozes externas, vozes não autorais. Segundo Rodrigues nesse gênero interessa menos a apresentação dos acontecimentos sociais em si, e sim sua análise e a posição do autor que produz o texto. Também é importante observar nas variáveis do contexto de situação o participante produtor, quem produz esse texto e como sua presença se manifesta. O autor de um artigo de

opinião, também denominado articulista analisa uma situação a partir da experiência ou de conhecimentos prévios sobre a temática abordada, buscando influenciar e transformar valores dos leitores por meio da argumentação a favor de uma posição ou da refutação de possíveis opiniões divergentes a que ele está defendendo no artigo, apresenta-se como colaboração espontânea ou solicitação não necessariamente remunerada, isso é necessário para que seja conferida mais liberdade de posicionamento aos articulistas. Também nessa relação é importante considerar o participante leitor, o interlocutor do artigo de opinião, em geral são leitores de mídias interessados em verificar, conhecer, pontos de vista pessoais sobre temas de interesse da sociedade. Outro aspecto contextual é o meio de circulação, onde eu esses artigos de opinião costumam circular, pode ser publicado em jornais ou revistas impressas, ou ainda em jornais e revistas online, também podem ser utilizados blogs ou sites pessoais ou sites institucionais que se proponham a publicar artigos de opinião. Nos jornais, normalmente o artigo de opinião se situa na seção Opinião, nas revistas constituem colunas assinadas. Ocupa meia página, dependendo do veículo em que o artigo é veiculado. O momento e periodicidade de publicação dos artigos de opinião também é importante considerarmos, normalmente os artigos de opinião são produzidos logo após um fato ou acontecimentos relevante na sociedade. Sua publicação costuma ter periodicidade diária nos jornais, semanal ou mensal nas revistas, e é uma periodicidade aleatória em blogs mantidos pelos próprios articulistas. Como que a linguagem se manifesta, como que a organização dos textos do gênero artigo de opinião é utilizado, nós podemos verificar isso no momento em que considerar que o produtor do texto assume uma posição sobre o tema por meio de elaboração de uma tese, um ponto de vista, materializado linguisticamente, e esta tese é defendida por meio de argumentos com o intuito de provocar ou aumentar a adesão do leitor a posição do articulista. O meio usado para registrar o produto desse processo é o meio escrito, razão pela qual o status do artigo de opinião é de permanência, uma vez que pode ser transferido, transmitido em diferentes mídias ao longo do tempo. Predominantemente a modalidade de texto usada nesse gênero é a dissertativo-argumentativo, mas é possível também que artigos de opinião contenham excertos descritivos, narrativos, expositivos desde que essas modalidades estejam a serviço da argumentação que é a prioridade de todo artigo de opinião. Resumindo esses aspectos, nós podemos então fazer um esquema dos principais elementos que constituem o contexto de uso do gênero artigo de opinião que pertence a esfera jornalística. Podemos então considerar que o articulista é um indivíduo preocupado com aspectos da sociedade, da convivência em sociedade, assim denominado articulista, ele produz um texto que será lido por diferentes indivíduos leitores de mídias impressas ou eletrônicas. Para produzir um artigo de opinião é preciso inicialmente ter uma opinião formada ou em formação sobre um tema, este é o propósito fundamental do artigo de opinião e estes textos podem circular em diferentes meios jornais impressos, jornais

eletrônicos, revistas impressas ou eletrônicas e blogs. Este então é o esquema que resume os principais pontos textuais do artigo de opinião. Considerando eu a argumentação é a modalidade fundamental do gênero, esse 'cartoon' nos mostra um pouco a importância do argumento na relação com a opinião. O personagem diz: 'uma árvore deve ter boas raízes, uma casa deve ter uma boa fundação, e toda opinião devia ter um bom fundamento'. O fundamento é justamente constituído pelo argumento que facilitará a tese e possibilitará a adesão dos leitores ao texto produzido. Partimos agora para o segundo tópico de nossa aula: os critérios de avaliação de artigos de opinião nos processos seletivos da Universidade Federal de Santa Maria a partir do ano de 2014. Os critérios de avaliação estão organizados em três dimensões fundamentais, a primeira dimensão é a adequação à estrutura global do gênero é o momento em que o leitor olha para o texto de uma perspectiva mais panorâmica, a segunda dimensão é numa perspectiva de superfície, em que consideramos a adequação do texto ao propósito comunicativo e ao conteúdo abordado, e a terceira dimensão é a articulação escrita em que lançamos um olhar mais detalhado a cerca dos aspectos microestruturais e lexogramaticais que constituem um artigo de opinião. Iniciamos então o estudo da primeira dimensão a adequação à estrutura global do gênero, essa dimensão se constitui de dois critérios fundamentais, o primeiro deles é verificar se o texto apresenta os estágios composicionais típicos do artigo de opinião, aqui considerados obrigatórios: o título, a apresentação ou contextualização da questão discutida, uma tomada de posição quanto à essa questão, uma argumentação que sustenta a posição assumida e por fim uma conclusão com reforço do posicionamento que foi defendido ao longo do texto. O texto que se constituir de todos esses estágios composicionais poderá ser considerado representativo do gênero artigo de opinião. O segundo critério contempla as marcas linguísticas presentes no artigo de opinião, que permitem distinguir a voz do articulista, a voz autoral, de outras vozes que ele escolher utiliza em seu artigo. Passemos ao detalhamento da primeira dimensão, do critério da primeira dimensão, o texto apresenta os estágios composicionais típicos, que como vimos são: o título, uma contextualização ou apresentação da questão discutida, um posicionamento, a argumentação e uma conclusão que reforça o posicionamento. Vamos verificar a presença desses estágios composicionais num artigo de opinião como exemplo disso. Nós temos aqui um artigo de opinião intitulado: O perigo de estar sempre conectado, um artigo publicado na revista Época pelo articulista Jairo Bohr. Lançando um olhar, portanto, panorâmico sobre esse texto, nós logo verificamos que ele contém um título, ele contém uma contextualização sobre o tema no início. 'Quem acha que o comportamento dos jovens e de muitos adultos que não desgrudam os dedos e os olhos da tela de um celular quando estão em um grupo é apenas falta de educação ou de respeito com que está em volta pode começar a se preocupar com outras questões mais sérias'. Verificamos então no primeiro parágrafo do texto uma contextualização acerca do tema, da questão social a ser discutida

eu é a frequência com que jovens e adultos ficam conectados na internet e em demais equipamentos eletrônicos e uma indicação do posicionamento do articulista quanto a isso que é de preocupação. Na sequência do texto há vários parágrafos que compõe a argumentação em que o articulista trás dados de pesquisa e demais informações para demonstrar a razão dessa preocupação e principalmente as consequências dessa situação. Na sequencia do texto temos outro parágrafo em que há argumentos buscando fundamentar o seu posicionamento e ao final um parágrafo conclusivo em que o posicionamento é reforçado. Como não é possível imaginar um mundo e uma escola em que os celulares e a internet não sejam onipresentes é importante discutir com os jovens o momento mais adequado e seguro para usar essas tecnologias. Que tal desligar o aparelho e prestar um pouco mais de atenção à aula e ao trânsito? Observemos que neste parágrafo final, o articulista reforça o seu posicionamento acerca da necessidade de dar mais atenção á essa situação de frequência exagerada, com que muitos jovens e alguns adultos estão dedicando aos aparelhos eletrônicos e termina com uma proposta: que tal desligar o aparelho e prestar atenção a aula e ao trânsito? Por meio de uma pergunta retórica. Veremos mais detalhadamente os recursos linguísticos usados para construir esses estágios composicionais dos artigos de opinião nos próximos critérios que iremos abordar. Vamos fazer uma observação com relação ao título, que é um dos estágios composicionais fundamentais ao artigo de opinião e que tem a função estratégica na argumentação. No que se refere a avaliação o título pode ser considerado portanto, uma estratégia argumentativa importante para a construção da argumentação no texto. Nos casos dos artigos de opinião produzidos em situações de avaliação em processos seletivos o avaliador terá que considerar se o título é coerente com o campo semântico do texto e se sinaliza o posicionamento e também a estratégia argumentativa, ou se não sinaliza explicitamente o posicionamento ao menos indica a estratégia argumentativa que será desenvolvida ao longo do texto. Vamos ver alguns exemplos: Jovens e redes sociais; Internet e relações interpessoais; Esses são dois exemplos de títulos que poderiam ser utilizados para o artigo de opinião que lemos antes, esses títulos são considerados da categoria de referencia explicita ao tema eles não explicitam o posicionamento mas trazem as palavras chave que constituem o tema abordado no texto. Vamos ver mais exemplos de títulos que se enquadram em uma segunda categoria: Os perigos de estar sempre conectado; As vantagens das redes sociais; aqui nós temos elementos linguísticos que sinalizam um posicionamento, razão pela qual esses dois títulos podem ser enquadrados na categoria sinalização de um posicionamento. O substantivo 'perigos' indicia uma posição negativa em relação a questão abordada no texto, enquanto que 'vantagens' sinalizam uma avaliação positiva. Por esses títulos, os leitores já podem perceber qual será a perspectiva abordada pelo articulista em sua argumentação. A terceira categoria de títulos pode ser exemplificada assim: 'Navegando num mar de ilusões'; Rede de aprendizagem'. Aqui nos temos

marcas linguísticas que também ajudam a sinalizar, mesmo que implicitamente, a perspectiva de posicionamento que norteará o texto. ‘Navegando’ que está relacionado ao campo semântico de internet, ‘ilusões’ que é um índice de avaliação negativo. Ao contrário ‘rede de aprendizagem’, rede é uma palavra que está relacionada ao campo semântico, também de internet, entretanto a palavra aprendizagem faz alusão a uma avaliação positiva. Portanto nós temos aqui exemplos de títulos inferenciais, que não dizem diretamente ou explicitamente a opinião a ser desenvolvida, mas que convidam a leitura e sinalizam uma perspectiva inferencial. Então estas três possibilidades de títulos podem aparecer em artigos de opinião que circulam na sociedade. Agora vamos abordar o segundo critério da primeira dimensão: marcas linguísticas presentes no texto permitem distinguir a voz do articulista de outras vozes presentes no texto. Aqui nós entramos na questão da voz autoral em relação às vozes não autorais. Um artigo de opinião pode ser todo produzido em voz autoral, principalmente quando o articulista é um especialista, é um conhecedor do tema que está sendo abordado, ele pode compartilhar as suas próprias experiências e as suas próprias análises a cerca do tema. Entretanto há situações, e determinados temas que o articulista não tem todo o conhecimento especializado sobre o tema, nessa situação ele precisará lançar mão de outras vozes, de outros textos que ele leu, de outras situações que ele observou e que poderão ser utilizadas como recursos argumentativos em seu texto. Vamos ver algumas dessas marcas: nós temos aqui um trecho de um artigo de opinião de Patrícia Trunfo, nesse artigo de opinião, a voz da articulista aparece integrada a um grupo social a que ela se representa como pertencente, e ela faz isso por meio da primeira pessoa do plural nós. Vamos ver o exemplo. Nenhum movimento pode sobrepor a sua bandeira ou à do Rio Grande ou à do Brasil, pois todas as bandeiras inserem-se numa mesma história, simbolizada por nosso estandarte comum. Assim, reconhecendo a necessidade do respeito as diferenças, precisamos valorizar o que nos é comum, a história do nosso Estado, do nosso país, elemento que nos aproxima, identificando-nos como povo, como nação, fortalecendo-nos para brigarmos juntos por nossos direitos, mesmo que essa história passe por fatos nem sempre elogiáveis, em alguns momentos reprováveis às vezes nem tão bem contados ou interpretados. Afinal preferimos um estado forte ou um governo forte? Qual bandeira queremos, a que nos fortalece ou a que nos separa e nos enfraquece? Vejamos que aqui há várias ocorrências da primeira pessoa do plural, seja em pronomes possessivos, seja em desinência de verbos, seja em pronomes pessoais, a recorrência do pronome nós ou da primeira pessoa do plural, deixa claro que a voz da articulista está presente neste texto, mas ela não aparece sozinha, ela aparece integrada a um grupo social, que neste caso pode também incluir o leitor, se o leitor deste texto se sentir pertencente também a esse grupo social. Agora vejamos um exemplo em que a voz autoral aparece sozinha, apenas o leitor marca a presença por meio da primeira pessoa do singular. Aqui nós temos um excerto de um artigo publicado na Zero Hora. ‘Recentemente cunhei

a expressão breve, adequada ao laconismo do twitter: vivemos a era da intransigência. Acostumado a escrever sobre temas internacionais, recebo elogios de um e críticas de outros. Normal. O ruim é que as críticas, cada vez mais, vêm acompanhadas de agressões. Suponho que tenha a ver com a amplificação provocada pelas redes sociais à leviandade e ao efeito manada. Aqui nós percebemos a recorrência do uso de verbos conjugados em primeira pessoa do singular. A escolha por essa pessoa denota a presença pessoal do articulista como único responsável pelas declarações eu está fazendo com relação a sua experiência frente a reação de leitores a partir de uma expressão que ele próprio cunhou num meio eletrônico. Outra forma de manifestar opinião e de marcar presença autoral nos textos de uma forma não explícita, nesse caso, a presença do articulista, aparece por meio de outras marcas linguísticas, que não a primeira pessoa, ele faz uso da terceira pessoa, seja na voz ativa, seja na voz passiva, mas a sua opinião é manifestada por marcas avaliativas, como índices de avaliação, modalizadores, ou então intensificadores. Vejamos alguns exemplos neste texto. É desanimador, profundamente desanimador, assistir na televisão, várias vezes ao dia, às propagandas que mostram craques da seleção brasileira de futebol induzindo a população a ingerir bebida alcoólica. Realmente, o técnico Dunga e jogadores que integram ou já integraram a seleção ali estão, presumivelmente por dinheiro, a estimular aqueles que os admiram a esse vício, que representa drama dos mais sérios para milhões de pessoas neste país, o alcoolismo. Não se pode imaginar que isso seja feito de graça, e sim por dinheiro. Aqui nós temos uma opinião bem marcada, por parte do articulista, mas vejam que em nenhum momento ele utiliza a primeira pessoa, em vez disso ele utiliza índices de avaliação como 'desanimador, profundamente desanimador'. A presença do advérbio profundamente e a repetição do adjetivo desanimador intensifica essa avaliação. Também há a presença de um modalizador, 'realmente' em que ele confirma, em que ele busca enfatizar o seu posicionamento frente ao comportamento dos jogadores da seleção brasileira. 'Presumivelmente' é mais um modalizador situado no eixo da probabilidade, em que ele levanta uma hipótese a cerca da razão para esse comportamento. E também um outro modalizador em que ele sinaliza outra hipótese, porém negando essa hipótese por meio de uma negativa. Portanto podemos observar que aqui há sim a presença de voz autoral, mas marcada por outros recursos linguísticos. Vejamos agora, exemplos de marcas linguísticas que sinalizam a presença de outras vozes, as vozes externas, que são trazidas ao artigo para confirmar, para desenvolver o tema, ou comprovar o posicionamento de modo a servir até mesmo como estratégias argumentativas. Seja para confirmar teses, seja para contra-argumentar. Vamos ver alguns exemplos. Uma das formas de introduzir novas vozes no artigo é por meio do relato. O relato pode se manifestar de diferentes maneiras, a maneira mais típica, mais frequente é por meio de verbos dicendi, que é um recurso gramatical extremamente importante para se poder citar outras vozes no texto, no caso fazer uma paráfrase, uma referencia

indireta ao conteúdo atribuído a autoria de outras pessoas. Aqui nós temos, num artigo, duas ocorrências de relatos. ‘Não se pode imaginar eu isso seja feitos de graça, e sim por dinheiro, aquilo eu o conselheiro Acácio chamava com ironia de vil metal. Enfim, excelentes exemplos de atletas de nosso país, que deveriam servir de modelo para a juventude, corrompem-se dessa forma, projetando uma imagem da qual talvez um dia se arrependam’. Aqui podemos ver nesse parágrafo um relato atribuído ao conselheiro Acácio, e o verbo discendi ‘chamava’ introduz o conteúdo, com ironia de vil metal. A segunda ocorrência de relato está no próximo parágrafo. ‘Os profissionais da área publicitária sempre dizem que a filosofia por trás da propaganda está baseada na velha observação de eu todo homem é, na realidade, dois homens, o homem que ele é e o homem que ele gostaria de ser’. Essa filosofia, essa ideia que está sendo relatada e atribuída aos profissionais da área publicitária, e o verbo discendi ‘dizer’ articula a voz dos profissionais da área publicitária, ao conteúdo a eles atribuído. Vamos ver um outro recurso gramatical, utilizado para construir relatos, também com a função de trazer vozes externas para um artigo de opinião. Neste exemplo, nós temos o uso de adjuntos de conformidade, um recurso gramatical também extremamente necessário e importante de ser utilizado quando se precisa trazer outras vozes, não só em artigos de opinião, mas também em vários outros gêneros que se utilizam dessas estratégias. Neste exemplo nós temos: ‘rumamos agora felizmente para um grupo de nações, juntamente com França, Canadá, Portugal, Bélgica e EUA, onde a proibição já é uma realidade. Conforme o Tribunal Superior Eleitoral, em pouco mais de uma década, os gastos de candidatos e partidos em campanhas eleitorais tiveram um vertiginoso aumento’. Observem que aqui nós temos uma informação de que houve aumentos dos gastos dos candidatos e partidos nas campanhas eleitorais, então, este aumento é uma informação que o articulista não quer com ela se responsabilizar, ele usa como fonte dessa informação o Tribunal Superior Eleitoral, e para introduzir essa voz ele faz uso da função sintática de adjuntos de conformidade. Veremos outro exemplo desse recurso gramatical, servindo para introduzir uma voz externa. ‘Segundo muitos cientistas políticos uma imprensa livre é condição sine qua non para o bom funcionamento dos preceitos democráticos’. Aqui o adjunto de conformidade ‘segundo muitos cientistas políticos’ serve para atribuir a autoria da informação eu segue, ‘a imprensa livre é a condição para os bom funcionamento dos preceitos democráticos’. Essa opinião, essa tese, então, está sendo atribuída aos cientistas políticos. Outra maneira de introduzir vozes externas é a citação. Citação é diferente de relato, enquanto o relato é uma construção parafrástica, no sentido de reformular, resumir, sintetizar a informação trazida na voz externa, a citação é a reprodução fiel ao que a voz externa mencionou, seja por escrito, seja oralmente. Vejamos um exemplo neste artigo, ‘Também nunca se viu o cantor Roberto Carlos, tão em voga nestes dias, prestar-se a esse comportamento abominável’. Aqui o articulista se refere a fazer propagandas de bebidas alcoólicas. ‘Décadas atrás quando uma

frase de sua autoria era repetidas por todo o Brasil – “É uma brasa, mora?”- conta-se que lhe ofereceram uma fortuna para que dissesse “É uma (marca de cerveja), mora?” Mas ele se recusou e assim, o seu exemplo se manteve íntegro’. Aqui o articulista está fazendo uso de uma estratégia para mostrar que há determinadas celebridades, pessoas famosas na mídia que não se prestaram, em troca de dinheiro, a fazer publicidade de marcas de cerveja. Para dar mais força a esse argumento, o articulista faz uso da citação que é sinalizada no texto por meio de aspas, a presença de aspas indica que essas frases reproduzem exatamente o que a voz externa teria dito. O recurso gráfico utilizado para indicar citação são as aspas. Passemos agora para a segunda dimensão dos critérios de avaliação dos artigos de opinião nos processos seletivos da UFSM. A segunda dimensão diz respeito ao propósito comunicativo do texto a ao conteúdo que ele desenvolve. Essa dimensão é composta de quatro critérios, vamos agora trabalhar com cada um deles. O primeiro critério da segunda dimensão diz respeito a questão proposta para a discussão, tem a ver com o tema solicitado para que seja abordado no artigo. Essa questão proposta precisa ser contextualizada e abordada com unidade e progressão ao longo do texto. Vejamos alguns exemplos de como isso acontece em alguns artigos de opinião. Com relação a contextualização do tema, há duas maneiras gerais de fazer isso, uma delas é apresentar a situação problema de uma maneira geral, por exemplo: ‘Quem acha que o comportamento dos jovens – e de muitos adultos- que não desgrudam os olhos da tela do celular quando estão em grupo é apenas sinal de falta de educação ou de respeito com quem está em volta pode começar a se preocupar com questões mais sérias’. A situação é apresentada de maneira geral, comportamento dos jovens e de muitos adultos, esse comportamento que é delimitado para a relação com as tecnologias é apresentado não de forma específica ou a partir de um exemplo concreto, mas sim é apresentado de modo geral. Outra maneira de apresentar o tema é por meio de conhecimentos específicos, que pode ser acontecimentos que estão em voga na mídia no momento em que o texto foi produzido, ou que fazem menção a fatos que já aconteceram há tempos atrás, mas que envolvem questões que precisam ainda ser analisadas e discutidas. Nessa modalidade de contextualização do tema, as exemplificações funcionam muito bem, por exemplo: ‘Há três meses, um homem foi amarrado nu a um poste no Rio de Janeiro. Era bandido, diziam. Há treze dias uma mulher foi linchada no Guarujá (SP). Era sequestradora de crianças, pensaram. O primeiro caso gerou polemica especialmente porque muitos defenderam o eu ocorreu. Do segundo caso, todos quiseram se distanciar, afinal a mulher linchada até a morte era inocente’. Esse parágrafo introduz a questão da justiça pelas próprias mãos, para introduzir esse tema, o articulista resolveu trazer, duas situações, dois eventos, que estavam sendo noticiados na mídia, no momento em que ele produziu esse texto que foi em maio de 2014, dois acontecimentos que geraram bastante polêmica na sociedade, a partir desses acontecimentos ele começa a discutir o tema,

relacionado a fazer justiça pelas próprias mãos, e ela já sinaliza que ele não será favorável a esse procedimento. Com relação a unidade temática que é outro aspecto fundamental em qualquer texto, uma vez que todo texto precisa estar norteado por um tema, para que o texto não tangencie esse tema, nem fuja ao tema proposto, alguns recursos linguísticos podem ser utilizados, neste mesmo texto que nós já lemos de Jairo Bauher sobre os perigos de estar sempre conectado, o que está destacado em verde são os elementos linguísticos pertencentes a um mesmo campo semântico neste caso, foram utilizados hiperônimos como, conectado, o fenômeno, também foram utilizados uma série de hipônimos como celular, internet, redes sociais, computadores, são elementos linguísticos que pertencem ao campo semântico de tecnologia. Também é possível usar sinônimos e também é possível reiterar, repetir determinados elementos, quando necessário para a manutenção do tema, como, por exemplo, neste texto foi repetida a palavra celular. Na sequência do texto nós vemos que há mais elementos linguísticos sinalizados em verde, porque são os que sinalizam campo semântico do tema, novamente, nós temos a ocorrência de mensagens pelo celular, mandar um texto ou e-mail, comportamento, que é um hiperônimo que faz referência a essa postura de estar sempre conectado, celulares e internet, onipresentes que diz respeito a frequência dessa conexão, usar essas tecnologias, 'essas tecnologias' é um elemento que se constitui de um pronome demonstrativo que faz referência ao que já foi dito e tecnologias é um hiperônimo que abrange todos os hipônimos referentes à tecnologia como celular, computador, internet, e aparelho que também aqui está funcionando como um hipônimo. Esses elementos então, vamos observar, que eles aparecem em todos os parágrafos que compõe o texto, é necessário que o campo semântico do tema esteja analisado em todos os parágrafos do texto, pois é isso que garantirá a unidade temática. Agora vamos abordar o segundo critério da dimensão dois a tese. A tese resume o ponto de vista do articulista, é compatível com o tema proposto e regula as inter-relações textuais. Nós teremos de ver aqui que há aspectos relacionados a tese para eu ela possa ser legível, compreensível num texto como o artigo de opinião. Vamos considerar o aspecto da tese que regula as interações textuais. Há vários recursos linguísticos que podem ser usados para sinalizar a tese, falaremos mais sobre esses recursos na dimensão três. Neste momento cabe lembrar dos índices de avaliação, que são recursos linguísticos bastante frequentes para indicar a tese de um texto. Voltando para o exemplo de Jairo Bauher, observem que desde o título já há um índice de avaliação que é a palavra perigos, que sinaliza uma atitude negativa em relação a situação de estar sempre conectado as tecnologias, em cada parágrafo nós também podemos observar índices de avaliação também negativos que vão também demarcando a opinião do articulista com relação a esses fenômenos, com relação a esse comportamento de jovens e adultos. Observem o uso, por exemplo, da palavra preocupar, e questões mais sérias no primeiro parágrafo, também temos a palavra piorar no segundo parágrafo, eu também contribui

para construir uma imagem negativa desse comportamento dos jovens e adultos, em relação as tecnologias. Nos parágrafos seguintes, há mais índices de avaliação, no terceiro parágrafo nós temos a expressão tirar do rumo, tirar do rumo também é uma avaliação negativa. No quarto parágrafo nós temos um modalizador claramente que sinaliza uma postura de certeza, de convicção em relação ao que se declara, e um comportamento mais comum que atribui uma relação de frequência de banalização desse uso entre jovens e adultos. E ainda correm um maior risco, correr risco também é uma avaliação negativa, relacionada a uma consequência negativa desse comportamento no contexto do trânsito. E por fim, na conclusão, novamente avaliações negativas aparecem, mas no sentido de proposta, neste caso aqui as avaliações são positivas porque o articulista apresenta um alternativa a esse comportamento considerado perigoso, ele propõe algo que ele considera adequado e seguro, 'começar a discutir com jovens o momento mais adequado e seguro para usar essas tecnologias, e faz uma proposta: 'que tal desligar e prestar um pouco mais de atenção a aula e ao trânsito?'. Esses recursos linguísticos, sinalizam uma proposta construída pelo autor no sentido de amenizar, de diminuir os perigos de estar sempre conectado. Agora vamos verificar quando que a tese é compatível com o tema proposto, numa situação de avaliação como um vestibular ou um concurso que solicite um artigo de opinião, é importante sempre a presença da tese, entretanto, uma tese que não esteja compatível com o tema proposto para a prova, não vale, ela não surtirá o efeito esperado. Portanto é importante cuidar se a tese funciona como uma resposta para o tema proposto na prova. Vamos fazer um exercício acerca disso. Com qual dos comandos, o artigo 'Os perigos de estar conectado', é compatível? Imaginemos que esta seja a parte de um comando constante de uma prova: escreva um artigo de opinião sobre o uso frequente de tecnologia em ambientes diversos. Este comando está sendo atendido pelo artigo que lemos 'Os perigos de estar sempre conectado'? Sim, podemos dizer que sim uma vez que o uso frequente de tecnologias aparece no artigo de opinião por meio de vários elementos, como 'estar sempre com os olhos e os dedos grudados é comum', o uso frequente. Tecnologias que é um hiperônimo que aparece especificado no artigo de opinião por meio de 'celulares', 'internet', 'redes sociais'. Em ambientes diversos aparecem no texto e são dois ambientes escolhidos pelo articulista para desenvolver essa questão, ele escolheu o ambiente de sala de aula, e o ambiente de trânsito, no que se refere especificamente ao condutor de um veículo. Vamos ver outro exemplo de comando para analisarmos, 'Em um artigo de opinião, discuta esta questão: quais as consequências do uso frequente de tecnologia por jovens e adultos?' Imaginemos que este comando esteja na prova, o texto, 'os perigos de estar sempre conectado' responde a essa pergunta? Podemos dizer que sim. Porque o texto aborda as consequências sim, quando diz sobre os perigos. Quais foram os perigos abordados no texto? No caso do contexto da sala de aula 'até mesmo os alunos mais brilhantes podem sair do rumo' podem ter seu rendimento

diminuído, e no contexto do trânsito, os riscos maiores de acidentes. O uso frequente de tecnologias, também está marcado no contexto que vimos no texto, e jovens e adultos, sim aparecem referências a jovens e também a adultos, portanto o texto 'Os perigos de estar sempre conectado' é compatível com este comando. Analisemos mais um comando: 'Produza um artigo de opinião sobre o uso frequente de tecnologias pelas crianças'. Vejamos que aqui o artigo abordado, realmente aborda o uso frequente de tecnologias, entretanto não faz em nenhum momentos referência as crianças, que seria um outro agente e envolveria uma outra situação a ser analisada. Portanto nós verificamos que em relação a este comando, o artigo 'Os perigos de estar sempre conectado' produziu um tangenciamento, ele abordou parcialmente o tema proposto no comando. Numa situação de avaliação isso implica uma relativização da nota a ser atribuída. Vejamos um último exemplo de comando: 'Discuta em um artigo de opinião o uso de jogos eletrônicos pelas crianças'. Vejam que em nenhum momento o texto, 'Os perigos de estar sempre conectado' abordou especificamente o uso dos jogos eletrônicos e não mencionou a situação das crianças, portanto aquele texto não atende a esse comando, é um caso de fuga ao tema e numa situação de um texto avaliativo, esse texto receberia a nota zero. Portanto aqui nós queremos mostrar a importância de se observar a compatibilidade da tese defendida no texto, com o tema proposto na prova. Passemos ao terceiro critério da segunda dimensão, os argumentos aqui é importante que o produtor considere se os seus argumentos apoiam-se em outras vozes e/ou evidências dos fatos que corroboram a validade da tese, para fazer ponderações e/ou refutar coerentemente argumentos contrários. Este critério da liberdade para que o produtor do artigo de opinião escolha que estratégias ele vai utilizar para desenvolver o seu ponto de vista, ele pode fazer uso de evidências com base em exemplo de experiências pessoais, com base em fatos e acontecimentos que ele presenciou, na mídia, na sociedade ao seu redor, com base em testemunhos de autoridade, com base em informações que ele leu em livros, que ele leu em textos em geral, ele pode fazer essas relações para fortalecer a sua tese no sentido de comprovar as suas declarações ou ainda ele pode usar as informações para refutar argumentos contrários, fazendo uso estratégico da contra-argumentação. Ele pode escolher uma ou mais estratégias argumentativas para construir o seu texto, normalmente os artigos de opinião que contém várias estratégias argumentativas costumam ser melhores, costumam promover mais facilmente a adesão por parte do leitor. Vamos ver isso na prática? Aqui trazemos alguns exemplos de estratégias argumentativas lembrando que não estamos esgotando todas as estratégias, são apenas aquelas mais utilizadas em artigos de opinião. Iniciemos pelo testemunho de autoridade, ainda fazendo referência do artigo de Jairo Bauher 'Os perigos de estar sempre conectado' no segundo parágrafo do artigo, o articulista faz uso de um testemunho de autoridade por meio de dados de pesquisa, ele diz: 'Um estudo da Universidade Estadual de Michigan, nos Estados Unidos, noticiado

recentemente pelo jornal britânico Daily News, mostra que mesmo os alunos mais inteligentes podem piorar o seu desempenho acadêmico quando uso de celulares, tablets ou notebooks torna-se frequente em sala de aula. Foram avaliados 500 alunos de psicologia. Todos eles (mesmo aqueles com melhores habilidades intelectuais) tiveram uma queda de rendimento e notas à medida que crescia o uso de internet durante as aulas – olhando notícias, respondendo e-mails ou publicando nas redes sociais’. Observemos que aqui foi utilizada uma fonte de pesquisa, o estudo da Universidade Estadual de Michigan, essa pesquisa foi publicada numa mídia, no jornal britânico Daily News, então aqui está contextualizada a fonte de onde essa informação foi extraída. Na sequência é explicada, é descrita como que esta pesquisa foi realizada, com quem foi realizada, 500 alunos de psicologia, qual foi o objetivo da pesquisa e o resultado a que chegou, por meio dessas informações o articulista busca comprovar a sua tese de que usar essas tecnologias num ambiente não apropriado como uma sala de aula pode ser perigoso no sentido de causar um problema de rendimento, de atrapalhar o rendimento dos estudos dos acadêmicos. Vejamos um outro exemplo de um testemunho de autoridade em um outro artigo. ‘Dizia-se que não houve no Brasil discriminação racial, a exemplo dos estados Unidos. No entanto, em relação a este tema, Gilberto Freyre estava errado. E isso não foi provado há pouco tempo, não. Faz mais de cinquenta anos, que. Aqui o autor faz uma afirmação ele afirma que a tese de Gilberto Freyre que afirma que não existe discriminação racial no Brasil não é válida, ele refuta essa tese e diz que isso já foi provado há muito tempo, há mais de cinquenta anos. Para comprovar que isso aconteceu e para dar credibilidade a essa informação ele trás: ‘os sociólogos paulistas Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso’, afirmando que eles comprovaram um sistema escravista cruel e desumano. Portanto aqui nós percebemos que o articulista chama outras vozes, ele trás outras vozes de sociólogos que fizeram estudos sobre esse tema que comprovaram uma tese sobre esse tema e ele trás esse testemunho de autoridade para fortalecer a sua opinião uma vez que o articulista ele se alinha a essa tese demonstrada por esse sociólogo. Portanto além de usar dados de pesquisa como vimos no exemplo anterior, é possível também usar a voz de especialistas como testemunho de autoridade diante de uma declaração outra estratégia argumentativa muito utilizada em artigos de opinião são as evidências, essas evidências, elas podem se apresentar de diferentes maneiras, a forma mais frequente de se evidenciar um argumento é por meio da exemplificação. Vamos ver isso num artigo de opinião ‘No momento em que esse engodo (e aqui o articulista se refere a publicidade de cerveja em que participam celebridades), se processa pelas televisões brasileiras, é curioso observar que o mais expressivo jogador de futebol de todos os tempos – o incomparável Pelé – nunca apareceu em anúncios associando sua imagem à bebida. Essa conduta, sem nenhuma dúvida serviu para que Pelé sempre seja visto com respeito’. Este artigo foi publicado em maio de 2010 isso significa que até maio de 2010, segundo o articulista, Pele

pode ser considerado um exemplo de integridade, uma vez que, segundo o articulista, Pelé nunca teria sido visto em propagandas de cerveja. Pelé aqui é utilizado como um exemplo, uma evidência de que nem sempre as celebridades precisam se deixar levar por dinheiro, que eles, certamente, por serem pessoas públicas que tem visibilidade na mídia, podem influenciar o comportamento de outras pessoas, principalmente de jovens então para comprovar isso o articulista trás um exemplo que serve de evidência para a sua tese. Outra estratégia argumentativa muito, muito frequente nos artigos de opinião, e isso faz todo sentido, que é a contra argumentação, pelo fato de que muitas funções sócio comunicativas do gênero do artigo de opinião, levantar polêmica, discutir temas controversos. Em função de haver polêmica que a contra argumentação se torna uma estratégia fundamental. Vamos ver como que ela pode ser realizada linguisticamente nos textos: ‘Alguns insistem em defender a democracia racial. “Somos todos iguais”, continuam afirmando. Vejam que essa passagem destacada em negrito, trás a tese de algumas pessoas que defendem a igualdade racial, para isso o autor trás uma citação que reproduz uma frase muito comum entre as pessoas eu defendem a igualdade racial. Na sequencia o articulista concorda parcialmente com isso, com essa ideia, quando ele diz, biologicamente, sim. Temos as mesmas capacidades e habilidades. Com relação ao contexto biológico o articulista demonstra alinhamento a essa ideia de que sim, somos todos iguais, biologicamente, na sequencia do texto o autor escolhe uma conjunção adversativa, “mas” e esse recurso gramatical, sinaliza que a partir daí o articulista não mais se alinhará totalmente à ideia de que somos todos iguais, neste momentos nós percebemos que o que foi dito antes que está em negrito, funciona como um argumento do oponente o argumento que está em outra voz, uma voz externa, a partir dessa conjunção adversativa começa então a construção do contra argumento que aparecerá na voz autoral. Embora algumas vezes, também o contra argumento possa ser enriquecido por outras vozes. Neste caso ‘socialmente somos desiguais. Não somos tratados com o mesmo respeito’. Observemos aqui que o articulista discorda da igualdade racial no que se refere ao aspecto social, ele contra argumenta, ele refuta a tese de que somos todos iguais ao considerar o aspecto social do tema abordado e ele justifica não somos iguais socialmente. Por quê? Porque não somos tratados com o mesmo respeito. Embora não haja a presença da conjunção ‘porque’ essa relação explicativa está subentendida na sequencia do texto e é por isso que nós podemos dizer que aqui nós temos também a progressão temática e que uma informação é acrescentada as frases que seguem no texto e que possibilitam fazer com que a discussão progrida de uma forma coerente e compatível não só com o tema, mas também com a tese que o autor esta defendendo no artigo. Vamos ver mais um exemplo de contra-argumentação. Aqui nesse mesmo exemplo em que aparece a contra argumentação também nós podemos perceber na sequencia do desenvolvimento desse argumento a combinação de uma outra estratégia que

nós já vimos, essa estratégia é sinalizada pelo conectivo 'prova disso'. Prova disso é uma expressão que serve para fazer um gancho uma relação, entre a ideia apresentada antes com as informações que virão na sequência o que também contribui para que o texto tenha progressão temática. 'Prova disso foi o caso do goleiro Aranha do Santos, que foi xingado com tons racistas na arena do Grêmio.' Considerando que este texto, publicado em 15 de setembro de 2014 essa informação veio ao encontro da tese defendida pelo articulista que é um acontecimento bastante próximo ao momento em que esse artigo foi produzido e que serve portanto como uma estratégia argumentativa. Esse é o caso do exemplo, o exemplo do goleiro Aranha funciona como uma evidência para provar eu socialmente somos desiguais e a razão para isso é a ausência de respeito. Vamos ver mais um exemplo em que estratégias argumentativas estão combinadas, com isso queremos mostrar que com um parágrafo ou num texto todo pode fazer uso de várias estratégias argumentativas para construir a sua argumentação e provocar a adesão dos leitores ao ponto de vista que está sendo defendido. Neste outro artigo, o segundo parágrafo do texto começa com a seguinte afirmação: 'Reclama-se da falta de leitores no Brasil'. Observemos que isso está numa voz geral. Reclama-se, o uso da passiva sintética constrói um sentido de generalização, na sequência o articulista escolhe a conjunção adversativa 'no entanto', e com isso já sinaliza que vai contra-argumentar, 'o mais correto seria reivindicar melhores leitores'. Essa frase, o mais correto seria reivindicar melhores leitores indica o seu ponto de vista com relação a quantidade de leitores no Brasil, e na sequência ele vai trazer alguns dados pra buscar corroborar sua tese. 'Num senso nacional recente, identificaram cerca de 88 milhões de pessoas que leem.' Observem que aqui ele fez uso de um dado de pesquisa que é um dos modos de usar testemunho de autoridade, se ele dissesse simplesmente que cerca de 88 milhões de pessoas leem na sua própria voz, isso poderia não ter credibilidade perante o leitor, uma vez que o articulista não faz parte de um instituto de pesquisa por isso ele precisa fazer referência a uma fonte que é um senso nacional situado em um contexto recente. Na sequência ele começa a fazer uma análise dessa situação, e o que está destacado em roxo é o que nós podemos chamar de raciocínio lógico, é uma estratégia argumentativa também muito utilizada para se analisar, para se refletir sobre uma situação da realidade, aqui o raciocínio é conduzido pelo articulista do seguinte modo: 'Se usarmos esse número para fazer uma equivalência com a população brasileira, teremos um quadro crítico, porém os 88 milhões de leitores como parte ativa de um mercado consumidor e um quantitativo muito atraente. Dentro desse cenário, revelam que a média de leitura do brasileiro é de quatro livros por ano. Uma estatística magra, (apesar de representar uma produção anual que supera os 300 milhões de exemplares) que se agrava diante dos caminhos precários pelos quais os leitores são conduzidos. Observemos que nessa reflexão, nessa análise que o articulista faz da quantidade de leitores que existem no Brasil, segundo o último senso é feita de uma forma crítica, mas promissora no que se

refere ao mercado consumidor, isso leva a perceber, para o articulista, que a qualidade de leitura não está satisfatória e é esse o ponto que ele vai discutir, que ele busca mostrar para os leitores, que o mais importante não é só a qualidade de leitores, mas muito importante de se considerar a qualidade da leitura. Agora, analisadas as estratégias argumentativas, vamos ver o quarto critério da segunda dimensão a conclusão. Uma vez introduzido e desenvolvido o texto, com relação a tese e o argumento, chega o momento de concluir essa argumentação, e essa conclusão, precisa ser feita de modo a reforçar o ponto de vista do articulista, ou uma outra possibilidade que pode ser feita alternativamente ou junto com o reforço do ponto de vista, é propor alternativas para a questão analisada, se a questão envolve um problema, uma proposta de solução para esse problema pode estar explicitado na conclusão. Se a tese ao longo do texto, já foi uma proposta de solução para o problema, então na conclusão basta reiterar a importância dessa proposta e as suas vantagens caso ela seja implementada na prática, e para isso o reforço do ponto de vista se torna fundamental. Vejamos um exemplo em que a conclusão reforça o ponto de vista desenvolvido no artigo. No artigo de Cesar sobre a participação de jogadores da seleção brasileira e outras celebridades em propagandas de bebidas alcoólicas, ele chega a seguinte conclusão: 'Pessoas que se destacam e se tornam públicas, como é o caso de atletas, jogadores e artistas, estão permanentemente sob os holofotes e deveriam ter um mínimo de respeito ético em relação ao país que lhes permitiu a consagração. Enfim, deveriam dedicar amor ao Brasil e aos brasileiros, e não ao dinheiro'. Ao longo de todo o artigo, o autor buscou comprovar que o que move muitos artistas e atletas a fazer propaganda de bebida alcoólica, de um produto que não é considerado adequado, recomendado, principalmente perante jovens e crianças, e que acaba sendo um fator de problemas sociais muito sérios, para buscar mostrar o motivo que leva essas pessoas públicas a fazerem isso, é o dinheiro, o tempo todo, ao longo do texto, ele trás uma série de informações sobre isso, e busca contrapor, a exemplo de outras celebridades que não fizeram isso, que não se deixaram levar pelo dinheiro, a conclusão vem em forma de um reforço desse ponto de vista em que para o articulista, essas pessoas públicas não deveriam se deixar levar pelo dinheiro, porque representam muitas questões importantes para os brasileiros que podem servir de exemplo e com isso influenciar outros comportamentos, agora vejamos um exemplo em que a conclusão propõe alternativas para a questão analisada, voltando para o exemplo do artigo do Jairo Bauher sobre os perigos de estar sempre conectado, ele conclui o texto com uma proposta bastante clara, uma proposta explícita, do que os leitores que frequentam salas de aula e que conduzem veículos devem agir, como que eles devem se comportar ele faz das duas maneiras, primeiro ele reforça o seu ponto de vista, levantando uma discussão quando diz: é importante discutir com os jovens os momentos mais adequados e seguros para usar as tecnologias. E por meio de uma pergunta retórica ele lança a sua proposta, que tal desligar o celular e prestar mais

atenção a aula e ao trânsito? Por meio dessa pergunta ele convida os leitores do artigo a agir dessa maneira desligar celular, notebooks, tablets, computadores enquanto estiverem assistindo as aulas e principalmente enquanto estiverem dirigindo, justamente os problemas, os perigos, que foram anunciados no título do artigo. Um outro exemplo de conclusão em que tanto o ponto de vista quanto as alternativas aparecem explicitadas, vamos ver nesse artigo publicado no Observatório da Imprensa, a conclusão começa assim: 'conforme pode ser entendido neste breve artigo, em nosso país não basta somente liberdade de expressão'. O que está em vermelho, reforça, reitera, a tese que foi defendida ao longo do texto, o autor defende que a liberdade de expressão é importante, mas não é suficiente, algo mais é necessário e então vem a sua proposta, 'é preciso que haja a completa democratização dos meios de comunicação de massa'. Na sequência ele reforça isso, mostrando qual a finalidade 'completa democratização dos meios de comunicação de massa', e ao final, reforça a sua proposta, 'diante dessa realidade uma sociedade verdadeiramente livre deve passar inexoravelmente pelo fim do vergonhoso oligopólio midiático. Ao longo do texto, o autor argumentou a cerca de ser a mídia um dos principais fatores a interferir, principalmente no contexto eleitoral de fazer decisões para os rumos da sociedade e ele avaliou isso negativamente, por isso a alternativa que ele dá para resolver esse problema é haver uma completa democratização de modo que a mídia não seja a que principalmente toma as decisões com relação as ações sociais. Agora passemos para a terceira dimensão que se compõe de quatro critérios, e nessa dimensão é como se colocássemos os textos num microscópio e fossemos analisar o funcionamento da linguagem em termos de recursos discursivos, recursos lexogramaticais que realizam os significados dos textos, é importante aqui considerar uma perspectiva de gramática funcional, como que a língua funciona nos textos e que recursos o sistema linguístico disponibiliza para os seus usuários para combinar, palavras, expressões e estruturas gramaticais. Vamos ver então cada um desses critérios, a partir de agora. O primeiro critério da terceira dimensão é a seleção lexical é importante que o produtor do texto verifique se as suas escolhas de vocabulário estão apropriadas ao campo semântico do tema, uma forma que ele não pode fugir nem tangenciar o tema, é importante também verificar se as suas escolhas de palavras e opções corroboram a tese que ele pretende defender e também se essas seleções lexicais estão de acordo com as estratégias argumentativas que ele escolheu utilizar em seu texto. Vejamos alguns exemplos de recursos linguísticos que possibilitam esse funcionamento no texto de Jairo Bouher os perigos de estar sempre conectado nós observamos o uso de modalizadores neste caso de grau médio, o que é o grau médio? Modalizadores de probabilidade que situam a declaração num nível médio de probabilidade. No caso ali ele usou o verbo poder, quando ele diz que quem acha que o comportamento dos jovens que estão sempre conectados é falta de educação pode começar a se preocupar com outras questões mais sérias, aqui o verbo modal pode indica uma

probabilidade, um convite do articulista a pensar nessa questão. Na sequência do texto ele trás ainda outra probabilidade a partir do estudo da Universidade de Michigan, os alunos inteligentes podem piorar o seu desempenho acadêmico quando estão usando tecnologias em sala de aula. Ele não afirma categoricamente, ele levanta uma possibilidade, existe uma possibilidade de piora do rendimento acadêmico, mesmo os alunos mais inteligentes, mesmo os mais brilhantes, em função da atenção ser desviada do foco da aula perante o uso de tecnologias. Também é possível usar modalizadores de probabilidade em grau baixo, esse sentido ele pode ser escolhido pelo articulista quando o articulista deseja não se comprometer muito com o que diz, ele levanta uma hipótese que é, vamos dizer assim, menos comprometedora. Neste exemplo, um exemplo de um texto publicado na revista Época, o articulista usa o modalizador talvez, talvez o Brasil mereça mesmo ter como voz única a ex-guerrilheira e eterna vítima da ditadura, dizendo as coisas certas em rede obrigatório de rádio e TV. Aqui o uso de talvez levanta uma declaração bem mais hipotética, sinalizando, assim, uma possibilidade de situação. No outro exemplo, o articulista escolheu a expressão, quem sabe, quando ele está propondo a bicicleta como uma alternativa para o transporte das pessoas. Então ele diz que, para que o uso da bicicleta se torne uma real possibilidade de transporte também será preciso garantir a segurança dos ciclistas, para que as bikes, ocupem e transformem o ambiente de nossa cidade e quem sabe consigamos construir um futuro mais humano e sustentável. Aqui a hipótese é marcada com relação a consequência do uso de bicicleta como meio de transporte, uma consequência possível, remota é construir um futuro mais humano e sustentável. Ainda é possível usar modalizadores de probabilidade num grau alto de assertividade aqui os modalizadores de probabilidade indicam que o articulista está altamente, fortemente comprometido com o que diz e quer destacar essa informação e essa tese, nesse exemplo o articulista usou a expressão ‘temos a certeza de’, ter a certeza de, estar certo de, com certeza, certamente, são variáveis de um mesmo sentido de convicção, ele diz ‘quando levamos em conta a quantidade de blogs e resenhistas que pipocam Brasil afora, temos a certeza de que não faltam leitores’. Então como ele afirma, temos a certeza de que não faltam leitores, ele se compromete altamente com essa declaração, enfatizando, buscando enfatizar a verdade contida nela. Outra possibilidade de modalizar ou modular o discurso é por meio de moduladores de necessidade, esse recurso linguístico é bastante utilizado, principalmente quando se quer destacar a necessidade, a obrigação, a importância de algo a ser pensado ou realizado. Neste exemplo, o articulista usou vários moduladores, ele disse que nesse momento é crucial refletir antes de tomar posição, é importante compreendermos quais são os principais argumentos que estudiosos da temática defendem ou criticam e diz que nesse contexto é fundamental discutir e entender o mito da democracia racial. Aqui está bem destacado o posicionamento do articulista frente a necessidade de se posicionar, de discutir e entender o mito da democracia racial, ele busca dessa

forma a adesão do leitor quanto a sua tese, de que a democracia racial não existe, é um mito e isso é necessário de ser compreendido pelas pessoas. Moduladores de necessidade então são recursos extremamente importantes no texto argumentativo principalmente quando envolvem problemas de ordem social. Outro recurso linguístico também muito utilizado como seleção lexical e que contribui para sinalizar a tese são os índices de avaliação que já mencionamos lá na dimensão dois quando falamos da tese, mas aqui nós vamos ver mais detalhadamente aspectos semânticos de positividade ou negatividade, vamos ver um exemplo de índices de avaliação, que sinaliza uma perspectiva positiva, aqui neste texto o articulista usou alguns elementos que sinalizam uma avaliação positiva em relação a liberdade de imprensa, ele diz que uma imprensa livre é condição sine qua non para o bom funcionamento dos preceitos democráticos ele também avalia positivamente o fato de eu diferentes setores sociais tem uma ampla oportunidade de defender os seus ideais políticos e também considera a necessidade de uma sociedade realmente livre, liberdade é também um valor considerado positivo socialmente. Mas também é possível identificar índices de avaliação que expressam uma opinião negativa, de descontentamento a questão abordada, isso nós verificamos com expressões como, 'não basta', ele disse que não basta a liberdade de expressão, a liberdade de expressão é avaliada como insuficiente, ele também usa uma seleção lexical interessante e criativa para se referir as mídias, ele diz 'os poderosos barões da comunicação', ele faz um jogo de palavras pra mostra a sua crítica com relação aos proprietários de veículos de comunicação, também ele associa a palavra democracia à 'ilusão retórica' mais um recurso figurado que trás uma carga semântica negativa no que se refere a palavra ilusão. E por fim ele usa o adjetivo vergonhoso 'o fim do vergonhoso oligopólio midiático' aqui ele avalia negativamente o poder eu a mídia tem de tomar decisões, ele considera isso vergonhoso. Outro recurso linguístico também muito utilizado em artigos de opinião são os operadores argumentativos, neste mesmo texto que estamos analisando foram usados como operadores argumentativos 'somente', em nosso país não basta somente liberdade de expressão, o somente não está aqui trazendo uma informação não é esse o objetivo, o objetivo dos operadores argumentativos é destacar, ressaltar dentro de uma escala, do mais alto, ao mais baixo, neste caso, destaca a insuficiência da liberdade de expressão, também é utilizado o operador apenas, quando diz que a palavra democracia, será apenas uma ilusão retórica, apenas destaca a característica do democracia como uma ilusão de discurso, a democracia existe apenas no discurso e não na prática, também é utilizada aqui na função de operador argumentativo 'verdadeiramente', o articulista poderia ter dito, uma sociedade livre deve passar pelo fim do oligopólio midiático, mas ao escolher a palavra verdadeiramente o autor coloca em foco essa liberdade, dizendo que a liberdade de expressão por não ser suficiente ela só será suficiente no momento em que for verdadeiramente livre, no momento em eu a sociedade

puder fazer as suas próprias decisões, no momento que os cidadãos puderem decidir por sua conta e não influenciados pela mídia. Outros recursos que podem funcionar como operadores argumentativos que não foram usados nesse texto mas que aparecem em muitos outros artigos de opinião são: pelo menos, até, ainda, já, e tantos outros recursos que servem para enfatizar, destacar informações que servem de argumentos no texto. Outros recursos lexicais que também ajudam a construir, a demarcar a argumentação no texto são os quantificadores e os intensificadores, neste mesmo texto que estamos analisando, o articulista fez uso de alguns elementos que generalizam, de propósito promovem uma generalização para buscar destacar o seu posicionamento, que por exemplo, ele usa a palavra completa 'é preciso que haja a completa democratização dos meios de comunicação' porque no seu ponto de vista a democratização não é completa, é parcial, e ele defende que essa democratização seja completa, seja total, também ele diz que isso é necessário para que os diferentes setores sociais tenham a ampla oportunidade, não é uma oportunidade em si, mas é uma ampla oportunidade, novamente ele generaliza essa situação, e também intensifica, no momento em que diz que os candidatos darão maior visibilidade para o grande público ao criticar o que a mídia faz de ter a prerrogativa exclusiva de decidir quais os candidatos terão maior visibilidade para o grande público, outros elementos que podem funcionar como quantificadores ou intensificadores são: todos, ninguém, tudo e nada, entretanto é importante que o produtor do artigo de opinião tenha consciência de como e quando é conveniente de usar esses recursos, porque nem sempre a generalização é uma qualidade, muitas vezes generalizar pode não ser bom, pode ser um defeito na argumentação e pode gerar problemas, uma vez que nem todos os leitores poderão compartilhar daquela situação, mas quando se quer fazer uma crítica contundente a um problema social ou a um determinado grupo social, recursos quantificadores de generalização podem ser úteis desde que usados de maneira consciente. É possível também usar quantificadores e intensificadores para sinalizar parcialidade, é justamente o contrário da generalização, quando o articulista não quer provocar generalização ele pode se precaver de uma crítica ou de uma contra-argumentação por parte do leitor, fazendo uso de recursos de parcialidade, neste exemplo o autor diz que muitos pensadores consideram que além do executivo, do legislativo e do judiciário a imprensa consiste numa quarta instância de poder, aqui ele não generaliza, não são todos os pensadores que pensam assim, são muitos pensadores, ele poderia até citar alguns desses pensadores, usando a estratégia do testemunho de autoridade ao usar essa estratégia o artigo ficaria ainda mais contundente e consistente em termos de argumentação, mas aqui neste trecho o autor quantifica os pensadores com o propósito de não generalizar, uma vez que sempre há exceções. Outro exemplo em que quantificadores de parcialidade são utilizados é aqui, o articulista diz que livrarias e editoras padecem de uma síncope literária que abre espaço para a síndrome de

celebridade. Porém mesmo na tragédia há o consolo, refresca a alma saber que uns poucos bons escritores encontrem público. Aqui o autor quantifica em uma escala de grau baixo, é ao contrário de muitos pensadores, no sentido de que a maioria pensa daquela forma, aqui é ao contrário, poucos escritores encontram um público, escritores bem qualificados encontram no mercado editorial de hoje um público, em função da crítica que o autor faz em relação a baixa qualidade dos leitores outros elementos linguísticos que podem surgir para quantificar parcialidade são: a maioria, a grande parte que estão situados em uma escala maior, e a minoria, alguns que estão situados em uma escala menor de baixa quantidade. Aqui nós temos a bibliografia utilizada nesta vídeo aula e que fica como sugestão para que vocês possam complementar os estudos sobre gênero textual, obrigada pela atenção e caso queiram mais informações podem entrar em contato com a COPERVES.